

Ministério do Turismo

Relatório de Gestão 2021



Capítulo 1

Governança do
Ministério do Turismo



1.1 Mensagem do Ministro

O ano de 2021 iniciou com forte expectativa de que os setores de turismo e cultura pudessem retomar os resultados históricos obtidos antes da pandemia da Covid-19. Contudo, o surgimento de uma segunda onda da doença gerou novamente dificuldades para os setores, já tão afetados.

Durante todo o ano, a equipe técnica do Ministério do Turismo se manteve empenhada em garantir a subsistência tanto dos setores de turismo como da cultura, igualmente impactada pela pandemia da Covid-19. Especificamente em 2021, a Pasta realizou importantes entregas para a população brasileira, por meio de uma série de ações para fazer com que o turismo e a cultura pudessem voltar a alcançar todo o seu potencial, preparando os dois setores para a retomada de atividades.

O ritmo de conclusão de obras de infraestrutura turística se manteve acelerado, mesmo com a pandemia. Foram quase 800 projetos finalizados, como pavimentação asfáltica, revitalização de orlas, reforma de parques e construção de praças públicas, entre outros. Isso sem contar as obras executadas no âmbito do Programa de Preservação do Patrimônio das Cidades Históricas, que entregou mais de duas dezenas de restaurações pelo País.

O Selo Turismo Responsável, Limpo e Seguro lançado, ainda em 2020, consolidou-se em 2021 e alcançou a marca de mais de 30 mil adesões de estabelecimentos e profissionais de turismo de todo País, que se comprometem a cumprir protocolos de prevenção à Covid-19 e, desta forma, aumentar a segurança de turistas e funcionários.

O crédito ofertado a empreendedores turísticos de todo o País por meio do Fundo Geral do Turismo (Fungetur) continuou sendo um importante diferencial na vida de quem retira do turismo o seu sustento, mantendo milhares de empregos. As medidas adotadas para facilitar o acesso aos recursos incluíram a suspensão do pagamento de parcelas de empréstimos por até oito meses e o fim do limite de faturamento para a contratação de financiamentos via Caixa Econômica Federal.

Outra ação desenvolvida no âmbito do Ministério do Turismo foi a criação do Portal de Investimentos, no intuito de atrair mais recursos ao País, aproximando os setores público e privado. A plataforma dá visibilidade a oportunidades concretas de investimento possibilitando, assim, a geração de empregos e desenvolvimento para o Brasil. Por meio do portal, foram mapeados mais de R\$ 30 bilhões em novos investimentos no turismo, com potencial para gerar cerca de 120 mil postos de trabalho.

Também no ano de 2021, mais de 30 mil profissionais de turismo foram qualificados em quase 100 cursos ofertados gratuitamente pelo Ministério do Turismo em vários segmentos, como atrativos naturais e culturais, idiomas, *marketing* digital, Libras e atendimento ao turista. Outro avanço foi a construção da Estratégia Nacional de Qualificação em Turismo, focada nas reais demandas dos trabalhadores e gestores do setor, que teve como inspiração capacitações ofertadas entre 2020 e 2021 nas 30 rotas estratégicas do País, abrangendo quase 160 municípios e resultando em mais de 800 horas-aulas.

Como resultado do permanente esforço para promover a formalização e a legalização de serviços turísticos no Brasil, o Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur) superou a marca de 130 mil registros. O número configura um recorde, representando um aumento de mais de 100% em relação a 2018. Além de ser uma importante fonte de consulta para os turistas, o Cadastur também garante diversas vantagens e oportunidades aos cadastrados, como acesso a financiamentos, oportunidades de qualificação e apoio em eventos, feiras e ações do Ministério do Turismo.

No campo cultural, por meio da Secretaria Especial de Cultura, o Ministério do Turismo investiu R\$ 7 bilhões no setor cultural brasileiro nos anos de 2020/2021. Ainda em junho de 2020, por meio da Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020), o Governo Federal liberou R\$ 3 bilhões como renda emergencial para 2,7 milhões de trabalhadores da cultura atingidos pela pandemia. Em 11 sema-

nas, a SECULT aprovou 4.203 Planos de Trabalho beneficiando artistas de 4.176 municípios de 27 estados e do Distrito Federal.

A área de Livros, Leitura, Literatura e Bibliotecas recebeu R\$ 45 milhões para a realização de editais. Mais R\$ 560 mil foram destinados à realização de capacitação e atividades virtuais executadas pela Biblioteca Demonstrativa do Brasil. Já na Fundação Biblioteca Nacional (FBN) foi registrado um aumento de 30% no acesso dos cidadãos – nos anos de 2020 e 2021–aos mais de dois milhões de documentos em formato digital da BNDigital.

Com o objetivo de aplacar a vulnerabilidade social, por meio de atividades culturais, práticas esportivas, atividades de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, a Secretaria Especial de Cultura inaugurou, nos últimos dois anos, 28 “Pracinhas da Cultura” que contaram com um investimento de R\$ 78 milhões.

E a Lei de Incentivo à Cultura, mais conhecida como Lei Rouanet, aprovou, até o momento, 1.700 projetos. Com investimentos previstos de pelo menos R\$ 2,6 bilhão, por meio de renúncia fiscal para diversos segmentos culturais, com potencial para beneficiar mais de 6 mil projetos selecionados e aprovados pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC).

No Ministério do Turismo, entendemos que a prestação de contas é peça-chave da gestão pública. Por isso, neste relatório, apresentamos um resumo das ações desenvolvidas, dos resultados alcançados e das perspectivas futuras, oferecendo um retrato fiel das políticas públicas desenvolvidas para o fortalecimento do turismo e da cultura no País. Temos uma equipe competente e comprometida em fazer a diferença e o melhor para o nosso Brasil.

**Gilson
Machado
Neto**
Ministro do Turismo



1.2 Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

1.2.1 Missão e Visão

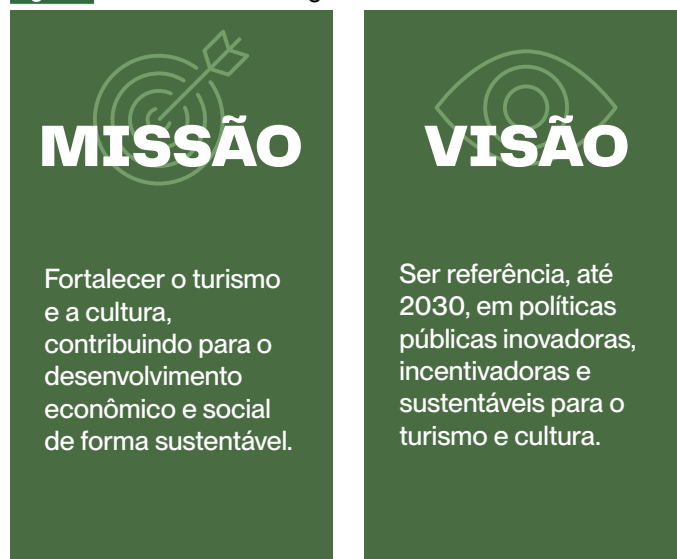
O Ministério do Turismo (MTur) é o órgão da Administração Direta voltado para a execução de políticas nos setores de turismo e cultura, desenvolvendo-os como atividades econômicas sustentáveis, relevantes na geração de emprego e de divisas e que proporcionam a inclusão social. O órgão conduz suas ações estabelecendo iniciativas para ampliar a produtividade e a competitividade do setor turístico, assim como para promover e dar acesso às diferentes formas de manifestação cultural no País.

As políticas do órgão são conduzidas em consonância com os instrumentos de planejamento governamentais, quais sejam: o Planejamento Estratégico Institucional (PEI), os Planos Nacionais de Turismo e de Cultura (PNT e PNC, respectivamente) e o Plano Plurianual (PPA), vigentes. O PEI 2020-2023, concluído em 2020, é amparado no PPA 2020-2023, refletindo a política de governo a se desenvolver no País.

Em 2021, o PEI foi atualizado, a fim de integrar a área cultural à estratégia do órgão, devido à sua nova estrutura regimental, publicada em maio de 2020, a qual incorporou a

Secretaria Especial da Cultura (SECULT). Desta feita, novos referenciais estratégicos foram construídos para o órgão, refletindo a identidade atual do MTur.

Figura 1 Referenciais Estratégicos do MTur.

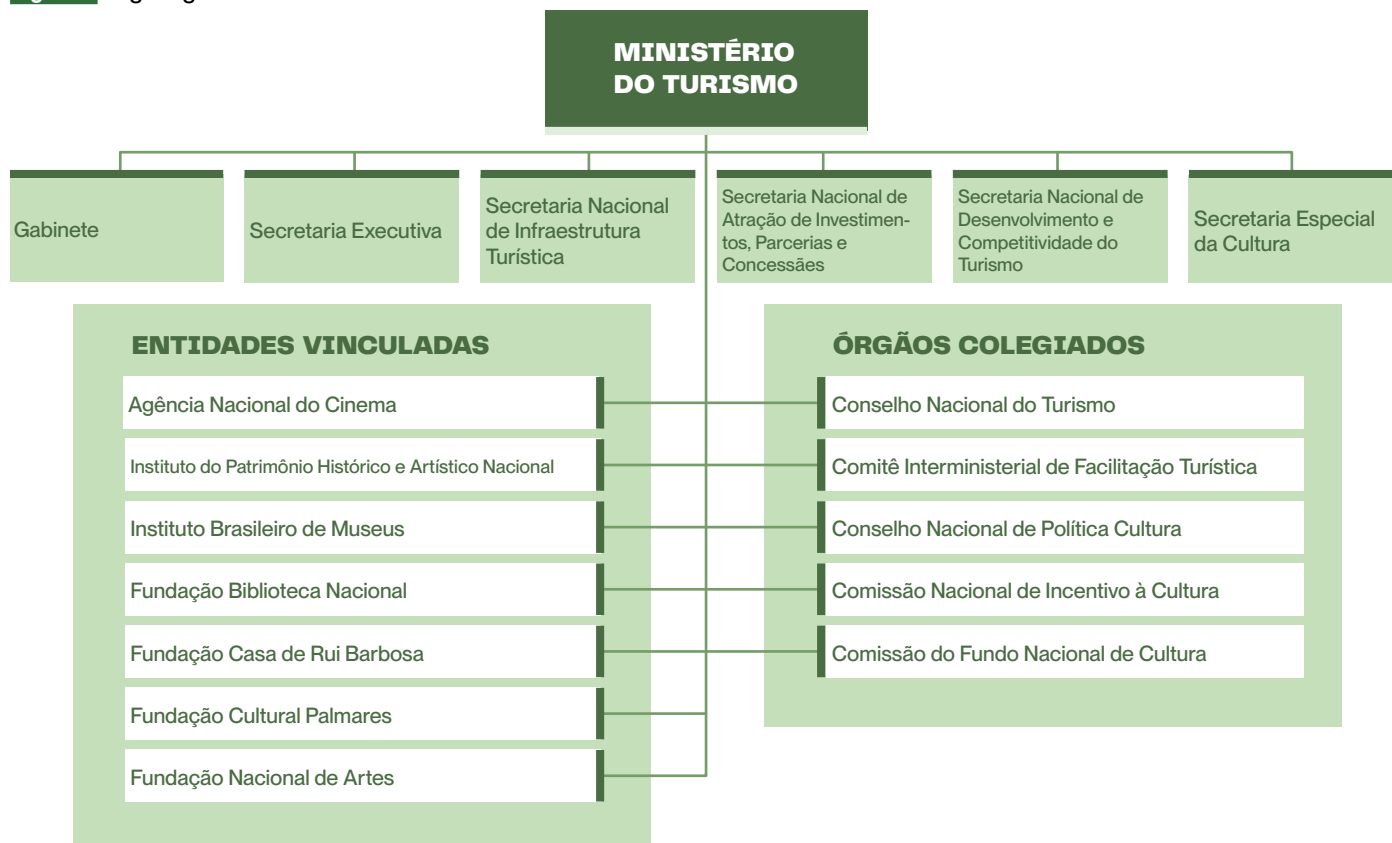


Fonte: Planejamento Estratégico Institucional – PEI

1.2.2 Estrutura Organizacional

A estrutura e competências do MTur estão dispostas no Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020, o qual aprovou a sua Estrutura Regimental, congregando as funções do turismo e da cultura, juntamente com suas entidades vinculadas e colegiados.

Figura 2 Organograma



Fonte: Organograma

Às entidades indiretas da cultura cabe executar políticas de acordo com suas áreas de atuação, como abaixo destacado:

- **Agência Nacional do Cinema (Ancine):** agência reguladora que fomenta, regula e fiscaliza o mercado do cinema e do audiovisual no Brasil.
- **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan):** instituto de preservação do patrimônio cultural brasileiro, protege e promove os bens culturais materiais e imateriais do País.
- **Instituto Brasileiro de Museus (Ibram):** instituto responsável pela Política Nacional de Museus (PNM), pela melhoria dos serviços do setor e administração direta de museus federais.
- **Fundação Biblioteca Nacional (FBN):** considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como uma

das principais bibliotecas nacionais do mundo, a fundação capta, guarda, preserva e difunde a produção intelectual do País.

- **Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB):** fundação que promove a pesquisa, o ensino e a difusão do conhecimento sobre temáticas relevantes para a história do Brasil, além de preservar o acervo de Rui Barbosa.
- **Fundação Cultural Palmares (FCP):** promove e preserva os valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.
- **Fundação Nacional de Artes (Funarte):** promove e incentiva a produção, a prática, o desenvolvimento e a difusão das artes, estimulando a atividade produtiva artística no País.

Ressalta-se que, conforme disposto no Decreto nº 10.449, de 7 de agosto de 2020, que alterou os Decretos nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019, e nº 10.359/2020, a supervisão das atividades das unidades vinculadas ao MTur ficou a cargo da SECULT. Em que pese tal vinculação, cada uma das unidades citadas é uma Unidade Prestadora de Contas (UPC), portanto, responsável por sua prestação de contas.

O MTur possui, ainda, seis órgãos colegiados, instâncias de atuação conjunta de membros de variadas origens, os quais atuam na discussão e decisão de temas específicos, afetos ao objeto que lhes deu origem. São eles:

- Conselho Nacional de Turismo (CNT) – atua na formulação, aplicação, avaliação e fiscalização da Política Nacional do Turismo e seus planos, programas, projetos e atividades. A presidência é exercida pelo ministro de Estado do Turismo e sua composição inclui órgãos públicos do Poder Executivo federal e da administração indireta, conselheiros designados pelo presidente da República e entidades da sociedade civil, indicadas pelo conselho;
- Comitê Interministerial de Facilitação Turística (CIFAT) – é presidido pelo ministro de Estado do Turismo e composto por órgãos públicos do Governo Federal. Tem por objetivo compatibilizar a execução da Política Nacional de Turismo e a consecução das metas do PNT com as demais políticas públicas;
- Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)¹ – de caráter consultivo, compõe o Sistema Nacional de Cultura (SNC)² e atua em articulação com as diferentes esferas de governo e a sociedade civil na formulação de políticas públicas de cultura e de medidas que visem o reconhecimento da cultura no desenvolvimento humano, social e econômico, na consolidação e gestão do SNC e no acompanhamento e avaliação da execução do PNC;
- Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) – presidida pelo ministro de Estado do Turismo, é formada pelos presidentes das unidades culturais vinculadas ao MTur, representantes das Secretarias de Cultura das unidades federadas, do empresariado nacional e de entidades associativas do setor cultural. De caráter deliberativo, tem como função a apreciação de

projetos culturais que pleiteiam recursos por meio do mecanismo de incentivo fiscal da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (antiga Lei Rouanet, atual Lei de Incentivo à Cultura);

- Comissão do Fundo Nacional de Cultura (CFNC) – estabelece normas de operacionalização, procedimentos e critérios de avaliação para a utilização dos recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC), define o seu plano de trabalho anual, acompanha e monitora a implementação de programas, projetos e ações relacionadas ao FNC e garante a sua relação com as políticas setoriais vinculadas ao PNC. É presidida pelo secretário Especial da Cultura, sendo composta por todos os dirigentes da pasta da Cultura.
- Conselho Superior do Cinema (CSC) – entre suas competências estão a formulação da política nacional do cinema, a aprovação de diretrizes gerais para o desenvolvimento da indústria audiovisual e o estímulo à presença do conteúdo brasileiro nos diversos segmentos de mercado. É composto por representantes da indústria cinematográfica e videofonográfica nacional, da sociedade e do governo. A presidência do conselho cabe ao MTur, por meio da SECULT.

Quanto à Embratur, antiga entidade vinculada do Ministério, transformada em Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo³ por meio da Medida Provisória nº 907, de 26 de novembro de 2019, convertida na Lei nº 14.002, de 22 de maio de 2020, sua atuação passou a ocorrer sob contrato de gestão celebrado com o MTur em 30 de dezembro de 2020. Dessa forma, suas ações de promoção comercial de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior submetem-se à supervisão do Ministério.

Para a referida supervisão, o MTur instituiu, por meio da Portaria de Pessoal SE/MTur nº 197, de 29 de março de 2021, a Comissão de Orientação, Avaliação e Acompanhamento (COA), na qualidade de instância de assessoramento técnico aos processos de orientação, acompanhamento e avaliação do contrato, a partir do disposto na cláusula 14ª do contrato. Assim, durante o ano de 2021, a Agência submeteu para apreciação ministerial os relatórios trimestrais de desempenho no exercício, sobre os quais a COA elaborou pareceres de avaliação.

1 Mais informações sobre o CNPC no capítulo 2, item 2.2.12 Sistema Nacional de Cultura.

2 “Segundo o art. 216-A da Constituição Federal, o Sistema Nacional de Cultura é um processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação (União, estados, DF e municípios) e a sociedade” (<http://portalsnc.cultura.gov.br/sobre/o-que-e-o-snc/>).

3 Em relação à antiga Embratur (Instituto Brasileiro do Turismo), há uma comissão de inventário para tratar do seu passivo, conforme visto no capítulo 4 deste relatório.

1.2.3 Perfil dos gestores



GILSON MACHADO NETO

Ministro de Estado do Turismo

Pernambucano, nascido na capital Recife, é formado em Medicina Veterinária pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Atua há mais de 30 anos no setor turístico e é membro do trade

turístico da Rota dos Milagres e do Convention & Visitors Bureau de Maragogi.

Também possui experiência como produtor de eventos e no ramo de radiodifusão, além de ser produtor rural e pecuarista. Antes da nomeação como ministro, foi coordenador na transição do grupo temático do turismo. Posteriormente, atuou na administração federal, como presidente da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) e como Secretário Nacional de Ecoturismo, do Ministério do Meio Ambiente.



MARIO LUIZ FRIAS

Secretário Especial de Cultura

Gestor Público, designado pelo Presidente da República para exercer o cargo de Secretário Especial da Cultura, função que ocupa desde junho de 2020.

Iniciou sua carreira em 1996, trabalhando nas principais emissoras e TV no Brasil. Suas experiências como empresário, produtor cultural, ator, diretor de produções audiovisuais, trouxeram para a gestão pública uma visão sistêmica de gestão, principalmente no setor cultural, formulando as políticas de cultura em sintonia com as diretrizes do Governo Federal.



FELIPE CRUZ PEDRI

Secretário Nacional do Audiovisual

Estudou Publicidade e Propaganda na Escola Superior de Propaganda e Marketing (Porto Alegre/RS) e Comércio Exterior na Universidade do Vale dos Sinos (São Leopoldo/RS).

Foi assessor de Comunicação (02/2016 a 03/2019), Assessor Especial (03/2019 a 04/2020), Assessor Parlamentar na Presidência da República/ Casa Civil (04/2020 a 09/2020) e Secretário de Comunicação Institucional na SECOM/MCom (09/2020 a 10/2021), nas áreas de articulação política, redação de artigos, pareceres de opinião pública e de psicopolítica, planejamento de comunicação, desenvolvimento de estratégias de comunicação, monitoramento de hubs e opinião pública, gestão de crises e planejamento estratégico. Atuou no Programa Acolhida e na entrada do Brasil na OCDE.



ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

Secretário Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura

Estudou no Colégio Acalanto, no Colégio da Polícia Militar, na Academia de Polícia Militar – onde obteve o título de Bacharel em

Segurança Pública – e na Universidade Salvador (UNIFACS) – onde se graduou em Direito, todos em Salvador/BA.

Na Polícia Militar da Bahia atuou como: Chefe da Seção de Inteligência (23ª CIPM), de 2009 a 2013; Chefe da Seção de Planejamento Operacional (23ª CIPM), de 2013 a 2015; Instrutor Chefe do Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, de fevereiro a junho de 2015; Chefe da Corregedoria Setorial no Batalhão de Polícia Rodoviária, de 2015 a 2016; Chefe da Coordenação de Inteligência no Comando de Policiamento das Regiões Norte, Central e Metro, de 2016 a 2020; e Coordenador de Ensino no Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, em 2020.



ENDRIGO CLAUJAN THOMAS DE VARGAS

Secretário Nacional de Desenvolvimento Cultural

Graduado em Tecnologia em Gestão Pública, possui Especialização em Cidades, Planejamento Urbano e

Tecnologias e tem o seu histórico profissional no cargo de Gestão e Liderança. Entre os anos de 2019 e 2020, desempenhou a função de Assessor de Gabinete na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul; no MTur, a partir 2020, exerceu a função de Chefe de Gabinete da

Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural (SEDEC), sendo nomeado Secretário Nacional em 2021.



FELIPE CARMONA CANTERA

Secretário Nacional de Direitos Autorais e Propriedades Intelectual

É Oficial Militar do Exército Brasileiro e cursou o Centro Preparatório de Oficiais da Reserva do Exército Brasileiro – CPOR/SP.

Formado em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), possui doze anos de experiência como Advogado, atuando em multinacionais, escritórios de advocacia e administração pública direta. Docente em processo constitucional na Rede de Ensino LFG para alunos que pretendiam prestar concursos públicos e exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Especialista em Contratos Administrativos, Licitação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Atuou como Assessor Especial Parlamentar no Governo do Estado de São Paulo, na Assembleia Legislativa.



DÉBORA MORAES DA CUNHA GONÇALVES

Secretária Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões

Formada em Relações Internacionais e Direito, com especialização em direito civil e empresarial. Natural de Recife/

PE, atuou por vários anos na área de comércio exterior em multinacionais e empresas situadas no estado de Pernambuco. Posteriormente, migrou para a gestão pública. No Ministério do Turismo, atuou anteriormente como Assessora Especial de Relações Internacionais.



FÁBIO AUGUSTO OLIVEIRA PINHEIRO

Secretário Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo

Natural de Brasília/DF, Fábio Pinheiro é bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela

Universidade Católica. Foi consultor em desenvolvimento de negócios na área de tecnologia, inovação, marketing digital e dados para empresas nacionais e multinacionais. Atuou como Diretor de Operações, no desenvolvimento de projetos de marketing estratégico, aceleração de negócios e estratégia de vendas, pela Panakeia Marketing Global. Atuou com vendas consultivas e análise de métricas digitais para o setor automotivo, bem como desenvolveu projetos de Customer Relationship Management (CRM) e Big Data.

Está no Ministério do Turismo desde março de 2020, tendo sido Coordenador de Comunicação Digital e Diretor do Departamento de Marketing e Eventos. Desde outubro de 2021, responde pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo (SNDTur), tendo sob sua gestão as áreas de marketing e promoção, qualificação, fiscalização, inteligência mercadológica e desenvolvimento do turismo.



LUIS VANNUCCI CANTANHEDE CARDOSO

Secretário Nacional de Infraestrutura Turística

Graduado em Direito e Pós-graduado em Direito Público e Direito Penal pela Universidade Fortium, tem em seu histórico

profissional cargos de gestão e liderança. Em 2007 assumiu o cargo de Articulador Institucional do Governo do Estado do Amapá (AP) em Brasília/DF e entre 2011 e 2018 exerceu a função de Chefe da Assessoria Parlamentar e Federativa do Ministério do Turismo. No período entre 2019 e 2020 atuou como Secretário Nacional de Juventude Adjunto do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Entre 2020 e 2021 desempenhou a função de Secretário Parlamentar, como Assessor de Orçamento na Câmara dos Deputados.



MARCOS JOSÉ PEREIRA

Secretário-Executivo do Ministério do Turismo

Marcos José Pereira tem 52 anos e é bacharel em Ciências Policiais e de Ordem Pública pela academia de Polícia Militar do Barro Branco/SP e bacharel em Engenharia Ambiental pela

Universidade Federal de São Carlos. Possui pós-graduação Latu Sensu – Engenharia de segurança do Trabalho na Universidade Cândido Mendes e conta com especializa-

ção em Prevenção ao uso indevido de drogas – Curso de Capacitação de Conselheiros Municipais pela Universidade Federal de Santa Catarina/SENASP. Atuou na Polícia Militar do Estado de São Paulo/SP (Corpo de Bombeiros e Polícia Ambiental), na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Claro/ SP e no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Anteriormente, exerceu o cargo de Secretário-Executivo Adjunto no MTur.



JOSÉ MEDEIROS NICOLAU

Secretário-Executivo Adjunto

Tem 33 anos, é bacharel em Administração de Empresas pelo Centro Universitário Maurício de Nassau. Zezeco, como costuma ser chamado, foi Prefeito de Barra de São Miguel/AL de 2013 a 2020. Atuou como Diretor de Ordenamento, Parcerias e Concessões do Ministério do Turismo em 2021. Atualmente é o Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Turismo.



LUIZ CLÁUDIO BARBOSA CASTRO

Subsecretário de Gestão Estratégica

Tem 54 anos, é Engenheiro de Segurança do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, e pós-graduado em Gestão Estratégica pelo Centro de Estudos de Política, Estratégia e Doutrina/CBMDF e Universidade Católica de Brasília; e em Gestão de Saúde pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Conta com especialização em Gestão Estratégica Corporativa no CBMDF.

Atuou como Controlador-Geral, Subcomandante-Geral e Comandante-Geral no CBMDF.



FÁBIO ADRIANO VIEIRA

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Bacharel em Administração pela Faculdade Católica Jesus Maria José – FAJESU, pós-graduado em Gestão Pública pela AVM

Faculdade Integrada.

Foi Chefe de Divisão de Execução Financeira no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 2020 e Administrador Predial no Ministério da Infraestrutura (Minfra) em 2021, onde atuou como liderança no projeto de transição da Administração Predial do Bloco R, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) para o Minfra.



MOSAR RODRIGUES RABELO JUNIOR

Subsecretário de Tecnologia da Informação e Inovação

Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade de Brasília (UnB), possui MBA em Governança de Tecnologia da Informação pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (UNICEUB).

Atuou no Ministério do Meio Ambiente (MMA), na Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, como Chefe de Divisão de Segurança e Infraestrutura de Rede, de 2009 a 2012 e como Coordenador de Sistemas e Portais, de 2015 a 2019; no Serviço Florestal Brasileiro, como Gerente-Executivo de Tecnologia da Informação, de 2012 a 2015; e no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), como Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação, de 2019 a 2021.



IVANA MARCHED OLIVEIRA GUERREIRO

Subsecretária de Gestão de Fundos e Transferências

Formada em Ciências da Natureza com especialização em Direito Administrativo, atuou como Consultora no Banco Mundial e na Agência de Cooperação Técnica do Governo Alemão – GIZ, no Brasil. No serviço público exerceu o cargo de Secretária Municipal de Meio Ambiente de Cruzeiro do Sul, no Acre (AC); no Ministério do Meio Ambiente exerceu as funções de Coordenadora-Geral e de Gerente de Projetos da Secretaria de Clima e Relações Internacionais; e no Ministério do Turismo atuou anteriormente como Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos.

1.2.4 Estrutura de Governança

O modelo atual de governança pública abrange as premissas de governança, gestão de riscos e integridade na atuação das organizações, visando alcançar os objetivos institucionais, por meio da eficiência e do cumprimento de requisitos éticos e legais, com vistas a entregar resultados que geram valor público.

Nesse contexto, o Ministério do Turismo vem intensificando a adoção das boas práticas da governança pública desde 2016, quando o órgão instituiu, pela Portaria GM/MTur nº 183, de 29 de julho daquele ano, Comitê com o objetivo de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança. Em 12 de janeiro de 2018, o Ministério estabeleceu sua Política de Gestão de Riscos por meio da Portaria GM/MTur nº 14, de 12 de janeiro de 2018, que esteve vigente até o primeiro trimestre de 2022, com a publicação da Resolução CGRC/MTur nº 1, de 7 de março de 2022, que atualizou o texto do normativo.

Em 10 de novembro de 2020, a Portaria GM/MTur nº 753, modificada pela Portaria GM/MTur nº 27, de 23 de agosto de 2021, alterou a estrutura de governança do MTur, atualizando-a conforme a nova realidade organizacional, com a incorporação da SECULT, com foco na implementação mais efetiva da gestão de riscos e de controles.

O atual Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC) é presidido pelo Ministro de Estado do Turismo e conta com a participação de toda a alta administração deste órgão. Nesse contexto, foram criadas outras instâncias de supervisão e apoio, que tratam de governança, gestão de riscos, controles internos e integridade. Cumpre destacar que, no âmbito do MTur, a coordenação da gestão de riscos fica a cargo da Subsecretaria de Gestão Estratégica (SGE), da Secretaria Executiva (SE). Já a sua supervisão e monitoramento fica a cargo da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), do Gabinete do Ministro (GM). Não obstante, as demais unidades do MTur possuem outras competências salutaras relacionadas à gestão de riscos e governança do órgão.

A Figura 3, a seguir, apresenta o modelo de governança do MTur, contemplando suas instâncias.

Figura 3 O modelo de governança do MTur



Fonte: Ministério do Turismo, a partir da Portaria GM/MTur nº 753/2020.

Conforme o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, o qual dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal (APF) direta, autárquica e fundacional, os comitês internos de governança são instâncias que, no âmbito de suas competências, devem atuar fundamentados no princípio da integração da gestão de riscos ao processo de planejamento estratégico e aos seus desdobramentos, às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos em todos os níveis da organização, relevantes para a execução da estratégia e o alcance dos objetivos institucionais. Além disso, a Instrução Normativa (IN) ME nº 24, de

18 de março de 2020, que trata da elaboração, avaliação e revisão do PEI dos órgãos e das entidades da APF integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG), dispõe que os Comitês devem validar, monitorar e avaliar a estratégia dos órgãos.

Nesse contexto, o CGRC do MTur e suas instâncias internas, em 2021, envidaram esforços para consolidar os mecanismos de gestão de riscos e estratégia da governança pública. Desta forma, o Comitê, em sua 1ª Reunião Ordinária realizada em 26 de janeiro, validou o Plano de Ação para a Gestão de Riscos.

Com vistas à implementação da Gestão de Riscos no âmbito do MTur, em cumprimento às competências e em atendimento às recomendações oriundas dos órgãos de controle interno e externo, por meio de Plano de Ação, o órgão pactuou um cronograma de atividades específicas, objetivando promover o aperfeiçoamento da gestão e da governança organizacional.

Dentre as etapas previstas no Plano de Ação de Gestão de Riscos do Ministério, sobressaem-se as seguintes ações:

a) **Concluídas em 2021:**

- Revisão e atualização da composição e competências do CGRC do MTur;
- Atualização do texto da Política de Gestão de Riscos do MTur, aprovada pelo CGRC;
- Capacitação de gestores das unidades de gestão estratégica e do controle interno do MTur, para promover a gestão da governança, riscos e controles, coordenação, supervisionamento e monitoramento das atividades do Comitê;
- Desenvolvimento de metodologia de gerenciamento e monitoramento dos riscos; e
- Projeto-piloto para o mapeamento de riscos e implementação do gerenciamento e monitoramento em uma unidade organizacional do Ministério.

b) **Ações futuras:**

- Provisão de capacitação dos gestores de risco e controle, para mapear e gerenciar os riscos dos processos de trabalho;
- Proposição de Plano de Gestão de Riscos para todo o MTur, compatível com a política reformulada;
- Identificação e avaliação dos riscos inerentes às atividades sob responsabilidade dos Gestores de Riscos e Controles (GRC), de acordo com a metodologia aprovada pelo CGRC; e
- Implementação de controles e de monitoramento: a) dos riscos inerentes às atividades sob responsabilidade dos GRC, de acordo com a metodologia proposta; b) dos riscos que podem comprometer o alcance dos objetivos estratégicos.

Implementação da gestão de riscos no MTur

Com vistas a colocar a gestão de riscos em prática nas unidades organizacionais do MTur, foi elaborada uma metodologia para a sua implementação, prevista para ser aplicada inicialmente em uma unidade, por meio de projeto-piloto e, posteriormente, nas demais unidades da Pasta.

Como também era prevista a implantação do desdobramento da estratégia nas unidades do MTur em 2021, por meio da

elaboração dos planos táticos das unidades organizacionais finalísticas, o projeto-piloto referido lançou a integração dos dois processos no Ministério: gestão de riscos e planejamento estratégico. Assim, foram coordenados os trabalhos de desdobramento da estratégia e identificação e avaliação dos riscos no Ministério, envolvendo a realização de oficinas e etapas de registros.

Cumprir ressaltar que um dos principais componentes norteadores da estrutura de gestão de riscos é a fixação dos Objetivos Estratégicos (OEs) institucionais, constantes da conjuntura do PEI, os quais direcionam a atuação da gestão e da alta administração, repercutindo na busca pela maximização dos resultados almejados pelo órgão e na minimização da ocorrência de possíveis fatores de risco que comprometam o alcance dos objetivos pactuados.

Os projetos tiveram seu início em setembro de 2021 na Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões (SNAIC) e o resultado foi a construção das matrizes de risco da unidade e iniciou-se a elaboração do seu Plano Tático, o qual abarca ferramentas de planejamentos alinhadas ao PEI e o Plano de Ação 2022 da unidade organizacional participante. Pelos bons resultados apresentados, ainda em novembro do mesmo exercício, a SGE deu início aos trabalhos na Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo (SNDTur) e, a partir disso, há previsão de continuidade da implementação dos processos com a aplicação da metodologia definida nas demais Secretarias do órgão ao longo de 2022.

Assim, o Ministério avançará em 2022 para concluir o primeiro Plano de Gestão de Riscos do MTur, bem como fortalecerá a cultura de planejamento com a consecução dos Planos Táticos de suas unidades, contemplando o Objetivo Estratégico “Consolidar o Planejamento e a Gestão de Riscos” (OE 13).

Para estabelecer a metodologia de aplicação do processo de gestão de riscos no MTur, a SGE fez um levantamento das melhores práticas de governança do Executivo Federal, para propor a reformulação da Política de Gestão de Riscos institucional vigente, com o objetivo de construir um normativo personalizado frente às fragilidades detectadas, com definição de metodologia e de plano de execução coerentes com a nova realidade e estrutura do órgão.

Além do novo normativo elaborado em 2021, para auxiliar a implementação da gestão de riscos no órgão, destaca-se a conclusão também da Declaração de Apetite a Risco. A Declaração comunica o nível de risco que o órgão está disposto a aceitar e o tratamento mais adequado aos demais riscos identificados. Para o MTur, o apetite declarado foi o de nível “médio”.

Seguindo o processo de validação, o CGRC aprovou os referidos instrumentos na **3ª Reunião Ordinária**, ocorrida no dia 29 de novembro de 2021.

1.2.5 Modelo de Negócio

Tendo como propósito institucional a formulação e a execução de políticas públicas para o turismo e a cultura, o MTur gera valor público ao atingir a consecução de suas ações, tornadas reais graças ao seu conjunto de recursos humanos, orçamentários, financeiros e patrimoniais. Lideranças e servidores têm como base para suas ações os orientadores estratégicos do órgão (missão, visão e valores), buscando realizar seus objetivos estratégicos por meio do alcance de metas estabelecidas.

Ao incorporar a SECULT em sua estrutura, o MTur expandiu seu espaço de atuação, absorvendo os temas da área cultural, os quais foram integrados aos do turismo na revisão de seus instrumentos de gestão, a cadeia de valor e o mapa estratégico. Ambas as áreas, turismo e cultura, participaram da revisão, atualizando esses instrumentos.

Destacadamente, os macroprocessos da cultura foram incorporados à cadeia de valor do Ministério, a qual foi referendada pelo CGRC em sua 2ª Reunião Ordinária, ocorrida em 26 de maio de 2021.

Figura 4 Cadeia de valor do MTur.



Fonte: Planejamento Estratégico Institucional – PEI

O MTur, dessa forma, gera valor para a sociedade com a entrega de bens e serviços em temas explicitados em seus macroprocessos finalísticos. Para o eixo do turismo, destacam-se os macroprocessos de ordenamento turístico, estruturação territorial do turismo, promoção e apoio à comercialização do turismo. Já para o eixo da cultura, tem-se os macroprocessos de estruturação de políticas da cultura, fomento e incentivo à produção cultural, democratização do acesso à cultura e preservação e proteção do patrimônio, da memória e da diversidade cultural brasileira.

1.2.6 Ambiente Externo

Não obstante a condição de crise mundial já verificada em 2020, no exercício passado persistiram as incertezas

quanto ao funcionamento das atividades da sociedade como um todo, particularmente nos setores do turismo e da cultura, devido à continuidade da pandemia da Covid-19, por conta da propagação de novas cepas do vírus. Os setores seguiram entre os mais prejudicados pela pandemia.

Com a necessidade de isolamento social, atividades em museus, casas de espetáculos, teatros, cinemas e outros segmentos culturais foram suspensos, o que impactou diretamente a manutenção de postos de trabalhos e a garantia da renda para profissionais que atuam em todo o País.

Segundo informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)⁴, a evolução da Covid-19 trouxe uma rápida retração dos empregos do setor cultural. O setor, que registrava 5,5 milhões de pessoas empregadas em 2019, sofreu uma redução do nível de ocupação para 4,6 milhões de

4 Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/01/o-mercado-de-trabalho-no-setor-cultural-a-influencia-da-pandemia-de-Covid-19-nos-seus-fluxos-e-estoques/> > .

empregos. Porém, no segundo trimestre de 2021, voltou a crescer atingindo 5 milhões de pessoas.

Nesse contexto, medidas específicas do Governo Federal foram direcionadas aos setores de turismo e eventos, como a publicação da Medida Provisória nº 1.036, de 17 de março de 2021, convertida para a Lei nº 14.186, de 15 de julho de 2021, que prorrogou o prazo para remarcação, concessão de crédito ou devolução de valores referentes a atividades, reservas e eventos turísticos e culturais cancelados em 2020 e 2021 em razão da pandemia, e a publicação da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que criou o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC).

Em relação ao turismo, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o número de chegadas internacionais nos primeiros sete meses de 2021 estava 40% abaixo dos resultados de 2020 e 80% abaixo do registrado em 2019, no mesmo período. Essa realidade demonstrou a importância da construção de estratégias efetivas para a retomada do turismo também.

Nesse cenário, em 2021, o Governo Federal deu continuidade aos auxílios financeiros iniciados em 2020. A exemplo, cite-se a publicação do Decreto nº 10.751, de 22 de julho de 2021, que alterou a regulamentação da Lei Aldir Blanc e prorrogou o Auxílio Emergencial a trabalhadores da cultura, prorrogando, também, o prazo de utilização dos recursos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Além disso, os empreendimentos turísticos continuaram a contar com os benefícios concedidos pelo Fundo Geral do Turismo (Fungetur), sob o amparo da Lei nº 14.051, de 08 de setembro de 2020, que favoreceu crédito extraordinário aos empreendedores do setor durante os anos de 2020 e 2021, possibilitando o aumento de prazos de financiamentos, a extensão de linhas de crédito e o credenciamento de novos agentes financeiros.

Cumprindo as disposições da Portaria MTur nº 754, de 10 de novembro de 2020, que instituiu os eixos de atuação e os parâmetros para desenvolvimento de programas, projetos e ações para retomada do turismo no Brasil, no mês de novembro deu-se a entrega do relatório das ações desenvolvidas no âmbito da Portaria, e a divulgação do estudo Guia de Retomada Econômica do Turismo, elaborado pela consultoria internacional KPMG em cooperação com a Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade (SEPEC) do Ministério da Economia (ME).

O Guia de Retomada Econômica do Turismo, elaborado como subsídio para a definição de ações e a formulação de políticas públicas para a recuperação e transformação do setor foi produzido a partir de dados abertos de diagnóstico

e boas práticas em políticas públicas e privadas em turismo, bem como entrevistas e questionário efetuados com empresários e especialistas do setor privado no Brasil.

Segundo a análise do Guia, o cenário a partir da pandemia é caracterizado pela volta fortalecida do turismo, a consolidação do teletrabalho, a realização de viagens de negócios somente em casos essenciais, o cuidado e a seleção do consumidor, o consumo ético e sustentável, o aumento da digitalização, os serviços por assinatura e realidade virtual, a busca por mais saúde mental, a preocupação com a saúde e a higiene e a busca por novos destinos.

A partir desse cenário, as propostas para a retomada econômica incluem o acesso ao crédito, a simplificação regulatória, tributária e trabalhista, medidas e protocolos sanitários, a promoção de destinos, a reestruturação do negócio, a vacinação em massa e mais cooperação entre os atores e coordenação nacional da crise.

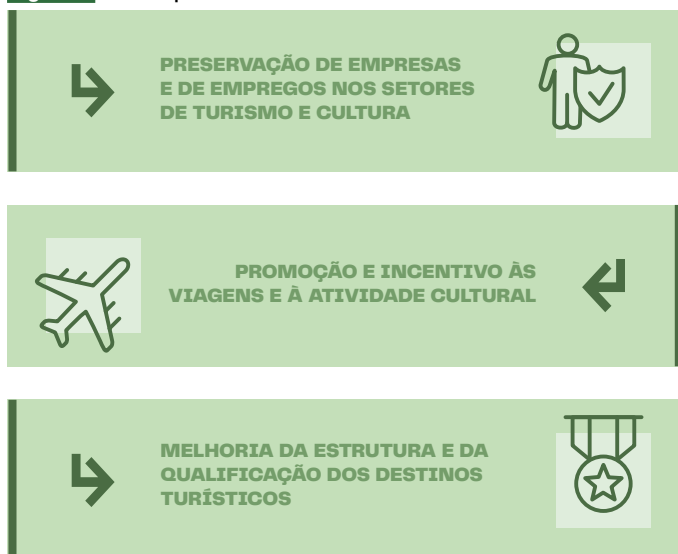
Por fim, ainda em novembro de 2021, iniciou-se a retomada da temporada brasileira de cruzeiros marítimos, seguindo todos os protocolos sanitários e recomendações das autoridades competentes, com a presença de 7 navios em 7 estados e 12 cidades durante a temporada de verão brasileiros. A temporada tinha a previsão de movimentar mais de 360 mil turistas, gerando cerca de 24 mil novos empregos e aproximadamente R\$ 1,7 bilhão para a nossa economia. Contudo, em razão do agravamento da pandemia da Covid-19 houve o anúncio da suspensão temporária da operação dos cruzeiros em 31 de dezembro de 2021.

1.2.7 Materialidade

O MTur tem como base direcionadora de suas políticas a Política Nacional de Turismo (Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008), o PNT 2018-2022 (Decreto nº 9.791, de 14 de maio de 2019), o PNC (Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010, alterada pela Lei nº 14.156, de 1º de junho de 2021), os objetivos e metas do PPA 2020-2023 (Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019) e do PEI 2020-2023.

O órgão tem em sua estratégia ações que podem afetar a capacidade institucional de gerar valor, no curto, médio e longo prazos. Para isso, são priorizados os temas urgentes e utilizados todos os recursos disponíveis, sejam eles humano, material e/ou orçamentários.

Em 2021, com uma dotação na ordem de R\$ 853,3 milhões voltada aos *programas finalísticos do PPA*, o Ministério do Turismo priorizou ações para uma retomada sustentável, em conformidade com sua estratégia institucional. A Figura 5 representa alguns temas priorizados frente aos programas PPA e objetivos estratégicos do órgão:

Figura 5 Temas priorizados em 2021.

Fonte: Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CGMAP), jan/2022, com base em Planejamento Estratégico Institucional – PEI e Balanço do MTur 2021.

1.2.8 Estratégia e Governança

Em 2021, o Ministério concluiu a revisão do PEI 2020-2023, seguindo diretrizes do Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020, que regulamenta o PPA 2020-2023, bem como disposições da IN ME nº 24, de 18 de março de 2020. O processo objetivou a atualização e a adequação da estratégia à nova estrutura regimental decorrente da incorporação da SECULT em 2020. O PEI e a sua revisão foram conduzidos em conjunto com consultoria contratada.

A validação da nova estratégia ocorreu em 26 de maio de 2021, na 2ª Reunião Ordinária do CGRC. A seguir, na Figura 6, tem-se o Mapa Estratégico do MTur, abarcando 17 objetivos estratégicos, os quais contribuem tanto para a realização da missão institucional quanto para o atingimento de sua visão de futuro.

Figura 6 Mapa Estratégico do MTur.

Fonte: Planejamento Estratégico Institucional – PEI

Nota-se, visualmente, que há uma interdependência entre as perspectivas e seus objetivos, demonstrando, assim, a integração do planejamento estratégico em todos os âmbitos do MTur. Em uma visão geral, os objetivos de cada perspectiva correspondem ao que se pretende gerar para

a sociedade, ao estabelecerem-se objetivos internos, de funcionamento do órgão, e finalísticos, aqueles a partir dos quais se produzem os bens e serviços objetos da área de atuação do órgão.

Importante notar que, à estratégia do PEI, devem corresponder outros instrumentos de planejamento, como visto nos parágrafos seguintes.

Os objetivos estabelecidos na perspectiva de **resultados para a sociedade** do Mapa Estratégico, contidos na Figura 6, apresentada acima, relacionam-se aos Programas do MTur no PPA 2020-2023, quais sejam:

▪ 2223–A HORA DO TURISMO

Objetivo 1216 – Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável do turismo brasileiro.

Meta 051C – Restabelecer os empregos formais no setor de turismo ao nível pré-pandemia.

Indicador 8681 – Empregos Formais no Setor de Turismo.

▪ 5025 – Cultura

Objetivo 1215 – Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural.

Meta 051D – Ampliar em 60,45% o número de projetos e ações culturais fomentados e incentivados.

Indicador 8732 – Número de projetos e ações culturais. Em relação a esses objetivos, apresentam-se os resultados em 2021 elencados na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 Objetivos estratégicos (OE 01 e 02)

| Objetivo Estratégico (OE) | Indicadores | METAS | |
|-------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|-----------|---------------|
| | | 2021 | Valor apurado |
| OE 01 - Geração de emprego e renda | Quantidade de empregos formais no setor de Turismo | 1.922.944 | 1.816.336 |
| OE 02 - Acesso a bens, produtos e serviços turísticos e culturais | Número de projetos e ações culturais | 6.600 | 4.942 |

Fonte: Elaborado por CGMAP, Fevereiro de 2022.

A meta referente ao OE 01 refere-se a empregos formais, cujos dados anuais são obtidos de duas fontes, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). O CAGED apresenta os dados mensais sobre o saldo de contratações e demissões no País, sendo disponibilizados em média com defasagem de 2 a 3 meses. A RAIS apresenta dados detalhados dos trabalhadores formais no País, a partir das declarações dos estabelecimentos com CNPJ constituídos rea-

lizadas anualmente. Enquanto a RAIS contém informações sobre o total de empregados no Brasil no ano, o CAGED contém informações sobre a movimentação geral desses empregados, por exemplo, se houve mais demissões do que contratações em um mês.

A RAIS é a base de dados referente ao mercado de trabalho formal no Brasil mais confiável que se tem disponível no momento, no entanto, os dados demoram para serem disponibilizados. Para o ano de 2020, por exemplo, os dados estatísticos foram disponibilizados somente em dezembro de 2021. Assim, para o monitoramento do PPA, utilizam-se os dados do CAGED.

Então, conforme apuração dos dados do CAGED, as ocupações formais no setor de turismo em 2020 totalizaram 1.667.561 pessoas empregadas. Como em 2021, o setor mais contratou do que demitiu, com saldo positivo de 148.775 admissões. A estimativa preliminar do total de empregos no turismo em 2021 é de 1.816.336. É importante destacar que os dados definitivos da ocupação formal no turismo só estarão disponíveis quando os dados da RAIS de 2021 forem divulgados em 2022.

Em referência à meta do OE 02, a prevalência do cenário de pandemia representou obstáculo às atividades do setor cultural de modo a impactar no resultado previsto. Contudo, salienta-se que algumas medidas mitigadoras, iniciadas em 2020, foram fortalecidas, tais como a adoção do mecanismo do incentivo fiscal da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que captou R\$ 1.912.049.151,66 destinados a 3.238 projetos incentivados nas áreas de artes cênicas, artes visuais, audiovisual, humanidades, museus e memória, música e patrimônio cultural, registrando aumento em relação ao ano de 2020, que obteve as marcas de R\$ 1.499.796.734,55 e 3.140 projetos. Além disso, 935 projetos foram incentivados ou fomentados no âmbito das atribuições da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), sendo 552 de fomento direto, por meio do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), e 383 decorrentes do incentivo fiscal específico do setor. Assim, embora abaixo da meta, o Ministério continua contribuindo decisivamente para consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável do País.

Em relação aos objetivos da perspectiva de **processos internos** destaca-se, ainda, que três deles representam os resultados intermediários⁵ do MTur, para monitoramento do Programa 2223 – A Hora do Turismo, em conformidade às disposições do Decreto nº 10.321/2020. Com metas definidas para o quadriênio 2020-2023, esses objetivos apresentaram os resultados em 2021 elencados na Tabela 2 a seguir:

⁵ Resultado Intermediário é um produto (bem ou serviço) ou um resultado da ação governamental, que contribui de forma relevante para o alcance do objetivo e meta do Programa do PPA, conforme definição do Manual Técnico do Plano Plurianual do Governo Federal 2020-2023.

Tabela 2 Resultado Intermediário do Programa 2223–A Hora do Turismo

| Objetivo Estratégico (OE) | Resultado Intermediário PPA | Indicadores | METAS | |
|--------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|-------|---------------------|
| | | | 2021 | Valor apurado |
| OE 08 - Estruturar o turismo e a cultura | 0183 - Realização de obras para estruturar o turismo no Brasil | Taxa de conclusão das obras em execução no período | 31 | 35,02 |
| OE10 - Promover os destinos turísticos e acesso à cultura | 0185 - Promoção dos destinos e qualificação dos serviços turísticos | Percentual de municípios prioritários promovidos | 40 | 23 |
| OE11 - Qualificar serviços e agentes do turismo e da cultura | 0184 - Qualificação de pessoas para setor de turismo | Quantidade de pessoas qualificadas | 8.000 | 34.864 ⁵ |

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP (Acesso em 3 de março de 2022).

O OE 10 apresentou um resultado abaixo do esperado, em decorrência das restrições relacionadas à pandemia da Covid-19, que impactou ações diversificadas de promoção de destinos, tais como as realizadas em eventos e feiras. O foco foi a realização de campanhas *on-line* de utilidade pública em todo o território nacional. Por outro lado, o OE 11 apresentou resultado muito acima do previsto para o exercício de 2021, em função da ampliação da oferta de cursos

gratuitos no formato EaD, por intermédio da realização de parcerias estratégicas com Institutos de Educação, selecionados por Editais de Chamada Pública.

Ainda na perspectiva dos **processos internos** do mapa estratégico do MTur, quatro objetivos representam os resultados intermediários para o Programa 5025 – Cultura no âmbito do PPA. Apresentam-se, na Tabela 3 a seguir, os seus resultados apurados em 2021.

Tabela 3 Resultados Intermediários do Programa 5025 – Cultura

| Objetivo Estratégico (OE) | Resultado Intermediário PPA | Indicadores | METAS | |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|---------------|
| | | | 2021 | Valor apurado |
| OE 05 - Fortalecimento da identidade cultural e da economia criativa | 0339 - Ampliar a quantidade de pontos e pontões de cultura certificados na Plataforma Rede Cultura Viva | Entidades privadas sem fins lucrativos e coletivos culturais certificados como pontos ou pontões de cultura na Plataforma Rede Cultura Viva | 4.500.00 | 4.292 |
| OE 08 - Estruturar o turismo e a cultura | 0292 - Implantar, recuperar ou modernizar equipamentos culturais de diversos tipos | Quantidade de equipamentos culturais implantados, recuperados ou modernizados | 175 | 141 |
| OE10 - Promover os destinos turísticos e acesso à cultura | 0338 - Ampliar o acesso do público à BNDigital da FBN culturais de diversos tipos | Número de acessos ao site http://bndigital.bn.gov.br | 102.118.900 | 89.385.221 |
| OE 12 -Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura | 0291 - Ampliar a quantidade de municípios com adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) | Percentual de municípios com Acordos de Cooperação Federativa publicados no DOU | 51 | 51 |

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP (Acesso em 03 de março de 2022).

Acerca da meta do OE 05, foram certificados 4.292 Pontos e Pontões de Cultura na Plataforma Rede Cultura Viva. O valor abaixo do previsto decorreu da paralização das atividades nas Pracinhas da Cultura, em virtude da pandemia e decorrentes de normativos de isolamento social de Estados e Municípios e, ainda, da redução orçamentária. Porém, em termos orçamentários, o MTur buscou a realização de parcerias com agentes externos, como o Fundo de Direitos Difusos (FDD) e também o remanejamento de dotações próprias.

Quanto à meta do OE 08, os efeitos da pandemia, que causaram a redução de R\$ 41,7 milhões do orçamento das despesas discricionárias do Programa 5025 em 2021, justificam o resultado abaixo do previsto. O IPHAN, principal entidade ligada às intervenções de estruturação da cultura, teve seu orçamento reduzido, por exemplo, para ações de preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas. De R\$ 171 milhões executados em 2019, diminuiu para cerca de R\$ 20 milhões em 2021. Para a superação da restrição, o MTur intensificou as atividades de orientação aos convenientes, de desbloqueio e remanejamentos orçamentários,

com especial atenção a obras relacionadas a equipamentos e bens culturais.

Embora aquém da meta, o OE 10, em relação ao indicador relacionado à cultura, manteve-se estável com a quantidade de acessos no mesmo nível do primeiro semestre, quando foram contabilizados pouco menos de 46 milhões de acessos. Esse número continua a demonstrar o interesse da população pelos conteúdos disponibilizados pela Biblioteca Nacional na internet, que possui mais de 2,1 milhões de documentos de livre acesso.

Em 2021, além dos indicadores vinculados ao PPA, o MTur consolidou novo painel de indicadores e metas, o qual foi aprimorado, tanto pelo apoio da consultoria contratada, quanto pelo desdobramento da estratégia, em nível tático, desenvolvido pela SGE/SE em duas unidades organizacionais da Pasta. Houve a inclusão de novos indicadores, o que contribuirá para o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho institucional. O rol de indicadores e metas estabelecidos são apresentados juntamente com os resultados relacionados ao longo deste Relatório.

Por fim, sobre a estratégia do MTur, destaca-se a iniciativa de desdobramento coordenada a partir da implementação de um projeto-piloto, que objetiva colocar a estratégia em execução no âmbito das unidades setoriais, por meio da consecução de Planos Táticos alinhados ao PEI vigente. Nesse intuito, a SGE/SE desenhou uma metodologia simplificada para auxiliar as unidades finalísticas no referido processo. Os trabalhos deverão ser concluídos no primeiro semestre de 2022, contribuindo para o OE 13: consolidar o Planejamento e a Gestão de Risco, o qual apresentou os resultados elencados na Tabela 4 a seguir.

Tabela 4 Objetivos estratégicos (OE 13)

| Objetivo Estratégico (OE) | Indicadores | METAS | |
|-------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|-------|---------------|
| | | 2021 | Valor Apurado |
| OE13 - Consolidar o Planejamento e a Gestão de Riscos | Número de unidades setoriais com gestão de riscos e planejamento implementado | 2 | 2 |
| | Número de unidades com planos táticos implementados | 2 | 2 |
| | Quantidade planos de gestão de riscos | 2 | 2 |
| | Quantidade de planos táticos finalizados | 2 | 2 |

Elaborado por CGMAP, Fevereiro de 2022.

Além disso, novas iniciativas foram propostas e houve a revisão do portfólio de projetos estratégicos que também serão objeto de monitoramento e avaliação. Pretende-se que os projetos ranqueados sejam validados pelo CGRC durante a primeira Reunião Ordinária de 2022.

Gestão de Riscos e Controles Internos

O MTur pactuou, em 26 de janeiro de 2021, o Plano de Ação de Gestão de Riscos, durante a 1ª Reunião Ordinária do CGRC. Com isso, o órgão avançou para a consolidação da gestão de riscos na cultura organizacional, por meio da adoção de ações relacionadas à revisão de normativos e capacitações na temática, dentre outras atividades relacionadas. Destaca-se, entre elas, a revisão e edição da nova Política de Gestão de Riscos do MTur aprovada pelo CGRC, durante sua 3ª Reunião Ordinária ocorrida em 29 de novembro do mesmo ano e publicada em 8 de março de 2022 (Resolução CGRC/MTur nº 1, de 7 de março de 2022).

A Política inclui em seu anexo, também, a Declaração de Appetite a Riscos do órgão. O instrumento estabelece elementos relacionados ao processo da gestão de riscos, à metodologia de gerenciamento de riscos e aos controles internos da gestão. O seu texto foi fundamentado, principalmente, no Referencial Básico de Gestão de Riscos do Tribunal de Contas da União (TCU), de abril de 2018, nas recomendações das melhores práticas internacionais que tratam da gestão de riscos corporativos (destacadamente, o Gerenciamento de Riscos Corporativos–Estrutura Integrada–COSO/ERM e na Norma ABNT NBR ISO 31000:2018 – Gestão de Riscos – Diretrizes) e na IN da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) da Controladoria-Geral da União (CGU) nº 03, de 09 de junho de 2017, que aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.

As iniciativas implementadas objetivam fomentar, de maneira contínua e permanente, a expansão da cultura da gestão de riscos nesta Pasta e, ainda, obter controles adequados e tratamentos de riscos identificados, em especial àqueles que comprometam o alcance dos objetivos institucionais. Além disso, busca-se garantir a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações e dos dados que suportam os objetivos estratégicos do Ministério, provendo-se segurança razoável no cumprimento da missão e no alcance desses.

Registra-se, ainda, que em agosto de 2021, foi ministrado curso de Gestão de Riscos para servidores integrantes da SGE/SE, da AECI/GM e dos Núcleos de Governança das unidades do MTur. E durante os meses de setembro e outubro desse ano, ocorreram oficinas do projeto-piloto para a implementação da gestão de riscos em uma unidade finalística–Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões (SNAIC), facilitadas pela SGE.

Espera-se, a partir das ações acima, o avanço na implementação da gestão de riscos no MTur, com base em definição de metodologia, identificação e tratamento de riscos, baseadas a partir da experiência do projeto-piloto.

Assim, em 2021, o tema Gestão de Riscos foi amplamente fomentado no âmbito do MTur e sua implementação vem ocorrendo de forma contínua e gradual.

No que se refere aos controles internos relacionados, dentre outros aspectos, à Gestão de Riscos e à Governança do órgão, o modelo de três linhas de defesa é, atualmente, o utilizado no âmbito do MTur, conforme modelagem apresentada na Figura 7, demonstrada a seguir:

Figura 7 Modelagem de Controles Internos – Linhas de Defesa, no MTur – Administração Direta

| | | |
|--------------------------------------|---------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Sistema de Controle Interno e Outros | 3ª LINHA DE DEFESA | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Controladoria-Geral da União - CGU; ▪ Tribunal de Contas da União - TCU; e ▪ Outros Entes (Ministério Público - MP, Departamento de Polícia Federal - DPf, Tribunais de Contas de Estados e Municípios, sociedade, e outros entes). |
| | 2ª LINHA DE DEFESA | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Comitê de Governança, Riscos e Controles - CGRC; ▪ Subcomitê de Governança e Gestão de Riscos - SGR; ▪ Núcleos de Governança - NG; ▪ Assessoria Especial de Controle Interno - AECl; ▪ Consultoria Jurídica - Conjur; e ▪ Unidade de Gestão de Integridade - UGI*. |
| | 1ª LINHA DE DEFESA | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestores de Riscos e Controles nas unidades (responsáveis pela identificação e pelo tratamento direto dos riscos em suas unidades de negócios): GM SE SNINFRA SNAIC SNTUR SECULT SECDEC SNAV SEDEC SEFIC SNDAP |

Fonte: Elaborado pela AECl/MTur, baseada no *Guidance on the 8th EU Company Law Directive article 41*; na IN SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017; e na Resolução da CGRC/MTur nº 1, de 7 de março de 2022, que trata Política de Gestão de Riscos do MTur.

*UGI: Ficou instituída no âmbito da AECl, desde novembro de 2020, com a participação e a integração de todas as unidades do MTur, principalmente da Corregedoria, da Ouvidoria e da Comissão de Ética do Ministério (CEMTur), e atua nos assuntos relacionados à integridade.

Na 1ª linha de defesa constam os gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio (controles primários). Na 2ª linha de defesa constam os responsáveis pelo apoio e pelo assessoramento na gestão de risco e em outros instrumentos de controle governamental. E, na 3ª linha, estão os entes competentes pela avaliação dos riscos e a auditoria independente que atuam, também, como parceiros deste MTur e colaboram na constante melhoria e aperfeiçoamento dos controles internos das 1ª e 2ª linhas de defesa.

Um dos principais desafios e ações para o exercício de 2022 e exercícios futuros, que se relacionam com a Gestão

de Riscos é a forma como serão realizados a supervisão e o monitoramento dos riscos identificados pelos gestores, tendo em vista a escassa quantidade de servidores públicos no órgão e a necessidade de desenvolvimento e de implementação de sistema informatizado para essa finalidade.

Integridade

A Unidade de Gestão de Integridade (UGI), foi alterada de forma significativa em 2020, por meio da Portaria GM/MTur nº 753, de 2020, alterada pela Portaria GM/MTur nº 27, de 2021, já referenciadas. Antes daquele normativo, essa Unidade era composta pelos principais núcleos internos de controle, quais sejam: AECl, Ouvidoria, Corregedoria e Comissão de Ética do MTur (CEMTur), bem como pela SPOA e pela SGE, sendo coordenada pela referida Assessoria. Atualmente, ela está estabelecida somente no âmbito da AECl, conforme orientações técnicas oriundas da CGU, contidas no Guia Prático das UGIs desse órgão, de junho de 2019.

Em que pese a UGI ser instituída no âmbito da AECl, as práticas de integridade devem ser exercidas e fomentadas constantemente por todos os setores do Ministério, principalmente pelos referidos núcleos de controle. Assim, durante o exercício de 2021, os esforços da UGI foram voltados para o desenvolvimento do “Mapeamento dos riscos de Integridade do MTur e os seus tratamentos”, e para as divulgações que abordam temas relacionados à integridade pública, os quais são parte da Campanha #INTEGRIDADE SOMOS TODOS NÓS, idealizada pela CGU.

No que tange a esse Mapeamento, informa-se que ele foi elaborado pela UGI, ao longo do exercício de 2021, contando com a colaboração de representantes de todas as unidades envolvidas nos riscos de integridade e seus tratamentos. O resultado foi o diagnóstico de dez principais riscos de integridade relacionados a: nepotismo e favorecimento pessoal; conflito de interesses e informações privilegiadas; e condutas profissionais e/ou éticas indevidas, bem como a previsão de diversos tratamentos a esses riscos de integridade, contemplando-se prazos e responsáveis.

Como um dos desdobramentos desse mapeamento, pode-se citar a edição da “Matriz de Riscos de Integridade – Probabilidade x Impacto” que evidenciou os dez riscos de integridade referenciados, em termos de probabilidade e impacto de ocorrência, no mapa de calor por meio do qual pode-se visualizar tais riscos frente a essas duas variáveis.

As aprovações desses documentos ocorreram no âmbito do Subcomitê de Governança e Gestão de Riscos (SGR), em reunião ocorrida em 09 de agosto de 2021 e, posteriormente, foi deliberada e aprovada pelo CGRC/MTur, em sua 3ª Reunião ordinária, ocorrida em 29 de novembro de 2021.

Ainda como ação implementada em 2021 e que consta como uma das respostas/tratamentos a um risco identificado no mapeamento, cita-se a edição de “Fluxo interno para quando da consulta sobre existência de conflito de interesses no SeCI/CGU”.

No que se refere às divulgações de materiais da Campanha #INTEGRIDADESOMOSTODOSNÓS, que fomentam o conhecimento às teorias e às práticas atreladas à integridade no âmbito do MTur, citam-se os principais assuntos abordados e divulgados internamente pela UGI, conforme demonstrado na Figura 8, apresentada adiante:

Figura 8 Principais assuntos das divulgações relacionadas à integridade concernente à Campanha #INTEGRIDADESOMOSTODOSNÓS, no MTur

| | |
|-----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| → INTEGRIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO Abril/2021 | → PROGRAMA DE INTEGRIDADE Maio/2021 |
| → ASSÉDIO MORAL E SEXUAL Junho/2021 | → RESPONSABILIZAÇÃO Julho/2021 |
| → CONFLITO DE INTERESSES Abril e Agosto/2021 | → PROTEÇÃO AO DENUNCIANTE Setembro/2021 |
| → VALORES DO SERVIÇO PÚBLICO Julho, Outubro e Novembro/2021 | → TRANSPARÊNCIA PÚBLICA Dezembro/2021 |

Fonte: Elaborado pela AECI/MTur, com base nos documentos acostados ao Processo nº 72031.011711/2020-13.

Adicionalmente, com o objetivo de garantir ampla transparência ativa sobre o tema Integridade Pública, criou-se seção específica no portal do MTur intitulada “Integridade”, a qual comporta conceitos bases de integridade, contextualizações e ações implementadas pela Pasta, e pode ser acessada por meio deste [link](#).

Ainda, nesse contexto, registra-se que o MTur está alinhado aos Valores do Serviço Público Federal—projeto coordenado pela CGU, em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por intermédio do qual os servidores de diversos órgãos e entidades da Administração Pública, inclusive do MTur, escolheram sete Valores do Serviço Público Brasileiro para orientar e balizar a cultura da Administração Pública, conforme detalhado na Figura 9, evidenciada a seguir. Tais valores foram amplamente divulgados nesta Pasta no decorrer do ano de 2021.

Figura 9 Valores do Serviço Público Federal.

| | | |
|-----------------------|-------------------------|----------------|
| GENTILEZA | VOCAÇÃO PÚBLICA | |
| INTEGRIDADE | ENGAJAMENTO | JUSTIÇA |
| IMPARCIALIDADE | PROFISSIONALISMO | |

Fonte: Elaborado pela AECI/MTur, com base nos Valores do Serviço Público Federal – CGU.

Por fim, apresentam-se, por meio da Figura 10, as principais ações e os desafios relacionados ao tema integridade, afetos ao MTur, a serem enfrentados durante o exercício de 2022 e exercícios futuros.

Figura 10 Principais ações e desafios relacionados à integridade, para o ano de 2022 e futuros.

| | |
|---|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| → | MONITORAMENTO E SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES E AÇÕES REFERENTES AO MAPEAMENTO DE GESTÃO DE RISCOS DE INTEGRIDADE DO MTUR, OBSERVANDO OS PRAZOS E RESPONSABILIDADES INSERIDOS NO REFERIDO MAPEAMENTO; |
| → | A PROMOÇÃO DE AÇÕES CONTÍNUAS E PERMANENTES PARA DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE GESTÃO DE INTEGRIDADE; |
| → | INSTITUIÇÃO DE PARCERIAS COM AS INSTÂNCIAS DE INTEGRIDADE DO MTUR E EXTERNAS A ESTE ÓRGÃO, DE MODO A FACILITAR AS AÇÕES DE FOMENTO À INTEGRIDADE; E |
| → | A REVISÃO E REESTRUTURAÇÃO DO ATUAL PLANO DE INTEGRIDADE (RELATIVO AO PERÍODO DE 2019 A 2022); E APROVAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM NOVO PLANO DE INTEGRIDADE (RELATIVO AO PERÍODO DE 2022 A 2024). |

Fonte: Elaborado pela AECI/MTur, em 11 de janeiro de 2022.

Por oportuno, informa-se que não houve dispêndio direto de recursos financeiros relacionados à implementação das ações de integridade durante o exercício de 2021.

Tratamento de demandas oriundas de Órgãos de Controle e de outros Órgãos Externos

Para o tratamento e o controle de demandas advindas dos órgãos de controle interno (CGU), de controle externo (TCU e outros Tribunais de Contas), de órgãos relacionados a mecanismos de defesa do Estado – Ministério Público da União (MPU) e Departamento de Polícia Federal (DPF) – e de outros órgãos externos, tal como o ME, o MTur utiliza a ferramenta tecnológica de apoio à gestão denominada de Sistema de Controle de Demandas Externas (SCDE). Esse

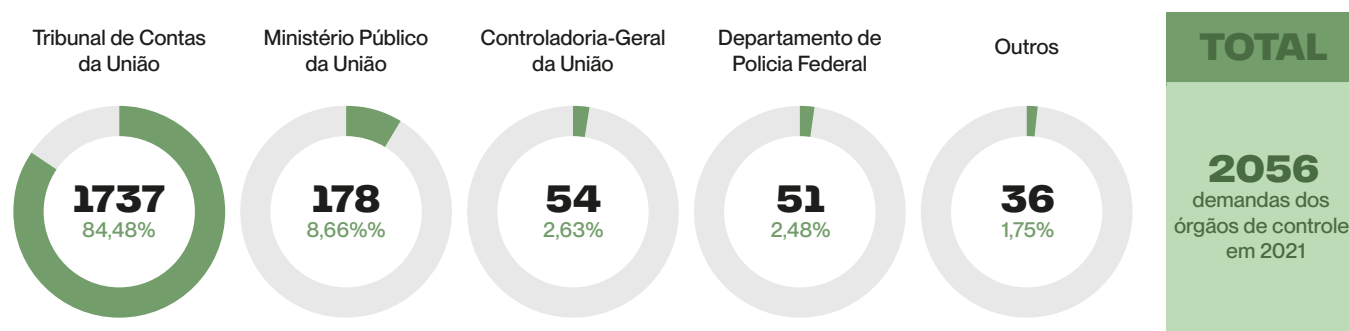
sistema facilita o tratamento e o monitoramento dessas demandas (que incluem comunicações, solicitações, determinações, recomendações e afins), de modo a serem atendidas no prazo estipulado. Possibilita, ainda, o acompanhamento das solicitações de dilação de prazo e de eventuais reiterações encaminhadas pelos órgãos demandantes.

Além do controle e do atendimento das demandas via SCDE, há o acompanhamento das recomendações emanadas pela CGU por meio do e-Aud (sistema de gestão da atividade de auditoria interna governamental), que é a ferramenta de comunicação da SFC/CGU com as unidades por ela auditadas.

Acerca das demandas provenientes do TCU, utiliza-se o Sistema Conecta, plataforma digital do próprio Tribunal, cujo acesso e operacionalização por parte desta setorial de controle interno viabiliza todas as comunicações realizadas com a Corte de Contas, abrangendo as funções turismo e cultura concomitantemente.

No tocante ao quantitativo total de demandas advindas da CGU, do TCU e de outros órgãos ao MTur, conforme controle efetuado pelo SCDE, segue a distribuição, por órgão demandante:

Gráfico 1 Distribuição das demandas provenientes de órgãos de controle direcionadas ao MTur em 2021, por órgão demandante, inseridas no SCDE



Fonte: Extração do SCDE, do MTur, via funcionalidade "relatório por período", efetuada em 3 de janeiro de 2022, pela equipe da AECI.

Tabela 5 Distribuição mensal das demandas provenientes de órgãos de controle e outros órgãos, direcionadas ao MTur em 2021, por órgão demandante, inseridas no SCDE, do MTur

| Demandante | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez | TOTAL | % |
|--------------|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|-------------|
| TCU | 37 | 77 | 4 | 193 | 177 | 120 | 192 | 209 | 166 | 96 | 154 | 162 | 1737 | 84,48% |
| MPU | 9 | 14 | 22 | 14 | 17 | 12 | 16 | 19 | 17 | 11 | 16 | 11 | 178 | 8,66% |
| CGU | 6 | 7 | 2 | 1 | 2 | 8 | 2 | 7 | 11 | 2 | 4 | 2 | 54 | 2,63% |
| DPE | 1 | 5 | 2 | 9 | 7 | 5 | 4 | 5 | 2 | 0 | 4 | 7 | 51 | 2,48% |
| OUTROS (TCE) | 2 | 1 | 2 | 3 | 11 | 3 | 4 | 1 | 2 | 5 | 1 | 1 | 36 | 1,75% |
| TOTAL | 55 | 104 | 182 | 220 | 214 | 148 | 218 | 241 | 198 | 114 | 179 | 183 | 2056 | 100% |

Fonte: Extração do SCDE, do MTur, via funcionalidade "relatório por período", efetuada em 3 de janeiro de 2022, pela equipe da AECI.

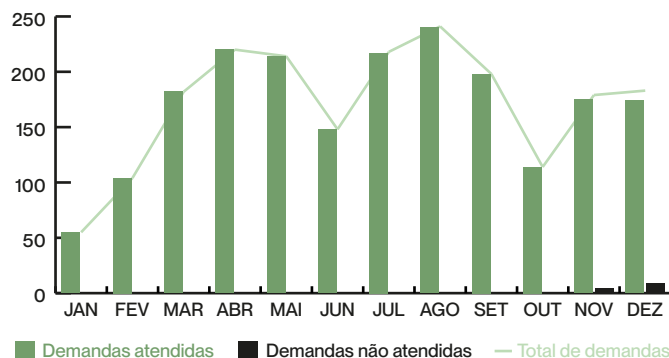
A partir dos dados apresentados no Gráfico 1, verifica-se que as ações provenientes do TCU respondem pelo maior percentual do total de demandas dos órgãos externos direcionadas ao MTur contendo, dentre outros assuntos, diligências, comunicações acerca do julgamento de processos de Tomada de Contas Especial (TCE), representações, monitoramento de determinações e recomendações de acórdãos, além de requisições para inscrição ou exclusão de responsáveis no Cadastro Informativo de Débitos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).

Já as demandas oriundas do MPU, o segundo maior percentual do total de demandas, decorrem de inquéritos instau-

rados para apurar denúncias recebidas pelo órgão ou indícios de irregularidades detectados de ofício, entre outros motivos. Da mesma forma, as demandas provenientes do DPF visam atender operações e investigações em curso. No caso da CGU, suas demandas referem-se essencialmente a encaminhamento de comunicações, de diligências e de resultados de trabalhos atinentes a ações de controle (fiscalizações e auditorias) direcionadas ao MTur.

No tocante ao tratamento e ao atendimento das demandas, o Gráfico 2, apresentado a seguir, detalha a sua distribuição ao longo do exercício de 2021:

Gráfico 2 Atendimento das demandas provenientes de Órgãos de Controle e outros Órgãos, direcionadas ao MTur em 2021, por mês.

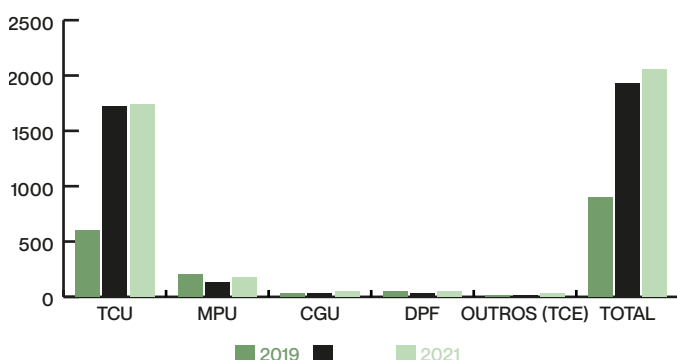


Fonte: Extração efetuada pela equipe da AECI, via funcionalidade "relatório por período", SCDE, do MTur, efetuada em 3 de janeiro de 2022, pela equipe da AECI.

Com os esforços empreendidos pelas unidades do MTur, houve, até o dia 3 de janeiro de 2022, o atendimento de 2.041 (duas mil e quarenta e uma) das 2.056 (duas mil e cinquenta e seis) demandas científicas à AECI durante o Exercício, no âmbito desta Pasta, correspondente a aproximadamente 99,27% do total.

Registra-se, ainda, que a partir de junho de 2020 (Decreto nº 10.359/20), a SECULT passou a compor efetivamente o MTur, o que ocasionou em um aumento significativo das demandas tratadas nesta seção. O Gráfico 3, apresentado a seguir, retrata o comparativo entre a quantidade de demandas recebidas pelo MTur durante os Exercícios de 2019 a 2021, por órgão demandante:

Gráfico 3 Atendimento das demandas provenientes de Órgãos de Controle e outros Órgãos, direcionadas ao MTur entre 2019 a 2021, por órgão



Fonte: Extração do SCDE, do MTur, via funcionalidade "relatório por período", efetuada em 3 de janeiro de 2022, efetuada pela equipe da AECI.

Constata-se, a partir do gráfico evidenciado, que houve incremento considerável do quantitativo total de demandas cadastradas no SCDE advindas dos Órgãos de Controle, direcionadas ao MTur, do ano de 2019 em comparação aos anos de 2020 e 2021. Esse incremento deve-se à realocação da SECULT a este órgão e ao aperfeiçoamento da metodologia de apuração de demandas, que passou a con-

tabilizar todas as demandas unitárias direcionadas ao MTur incluídas nesse Sistema.

Auditorias

Na seção intitulada Auditorias, da Plataforma Institucional do MTur são apresentados os documentos referentes aos processos de contas anuais do MTur, elencando-se: primeiramente, os seus Relatórios de Gestão anuais; e, em seguida, se for caso, os documentos (relatório, certificados e/ou pareceres de auditoria) emanados pela CGU, bem como os resultados dos julgamentos proferidos pelo TCU face aos exames realizados, todos por exercício de referência.

Já na seção nominada de Ações de órgãos de controle interno e externo, da aludida plataforma, são apresentados os principais relatórios, acórdãos, informes e afins relacionados ao MTur, por meio dos quais são emanadas recomendações, determinações ou outras orientações, advindas da CGU e do TCU, durante os exercícios de 2020 e 2021, bem como são divulgadas as providências adotadas pelos gestores deste órgão, no intuito de atender essas recomendações, determinações e/ou orientações.

Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

A estrutura do MTur abarca uma Corregedoria Seccional, vinculada diretamente à SE. Para o desenvolvimento das atividades correcionais, a Corregedoria conta com uma estrutura orgânica, possuindo servidores lotados no setor, bem como um Chefe da Corregedoria, obedecendo aos preceitos estabelecidos pelo Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

As principais ações de responsabilidade da Corregedoria são: planejar, supervisionar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério. Além disso, à unidade cabe realizar ações disciplinares também de caráter preventivo, mediante a realização de atividades voltadas à mitigação das causas que possam impactar a área correcional.

Releva ressaltar que, com a publicação da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a qual dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, a Corregedoria passou a ser responsável pelos processos previstos nessa Lei.

Desta forma, com a independência necessária, esse setor apura todas as denúncias submetidas à sua apreciação, possibilitando, além da instauração de procedimentos para a apuração das irregularidades, o encaminhamento aos seto-

res onde foram verificadas as fragilidades nos procedimentos, a fim de corrigi-las e evitar reincidências dessas falhas.

Por fim, em cumprimento à obrigação prevista no art. 5º, V, do Decreto nº 5.480, de 2005, no exercício de 2021, o MTur cumpriu a obrigação de registrar as informações relativas a processos disciplinares no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) no prazo de 30 dias, em atendimento aos preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

Relatório de instância ou área de correição

Trata-se de Relatório Anual da Corregedoria do Ministério do Turismo atinente aos Procedimentos Administrativos Disciplinares, tendo como referência o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

As tabelas a seguir visam demonstrar os processos segregados por assuntos que motivaram as apurações, conforme dados registrados no CGU-PAD.

Da execução das atividades de correição

As atividades de correição podem ser enquadradas nos seguintes tipos: apuração de denúncias; instauração de investigações preliminares; supervisão, coordenação e apoio técnico às comissões disciplinares instauradas; além da apuração de responsabilidade de pessoa jurídica.

Neste sentido, evidencia-se a seguinte tabela relativa à situação quantitativa dos processos disciplinares no âmbito do MTur:

Tabela 6 Situação dos processos disciplinares do MTur.

| SITUAÇÃO | Quantidade |
|--------------|------------|
| INSTAURADOS | 12 |
| CONCLUÍDOS | 11 |
| EM ANDAMENTO | 38 |

Fonte: Sistema CGU-PAD (data de referência 31 de Dezembro de 2021).

De forma qualitativa, a Tabela 7, a seguir, apresenta o resumo geral da condução dos processos administrativos disciplinares instaurados no exercício de 2021, segregados por assuntos que motivaram as suas instaurações, ressaltando que um mesmo processo pode ser relacionado a mais de um assunto:

Tabela 7 Resumo–Processos disciplinares instaurados no exercício de 2021

| Assunto da instauração do processo | Quantidade |
|-------------------------------------------------------------|------------|
| a) Apuração de dano ao erário. | 1 |
| b) Assédio moral ou sexual. | 1 |
| c) Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos. | 3 |
| d) Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos. | 9 |
| TOTAL | 14 |

Fonte: Sistema CGU-PAD (data de referência 31 de Dezembro de 2021).

Denúncias

No exercício de 2021, foram concluídas 32 análises de admissibilidade, visando verificar denúncias remetidas à Corregedoria por cidadãos ou servidores públicos, com o intuito de municiar os processos dos elementos de autoria e materialidade.

Neste sentido, foram instaurados 12 processos apuratórios restando, ao final de 2021, 11 análises de admissibilidade.

Análises críticas

1. A elevada quantidade de processos em andamento em 2021, 38 processos.

Em relação aos processos oriundos do MTur, as comissões processantes foram designadas no exercício de 2016 para apurar irregularidades verificadas no período de 2011 a 2016. No caso dos processos oriundos da SECULT, as sucessivas interrupções institucionais levaram ao reinício de trabalhos de diversas comissões, ocasionado pela extinção/recriação do Ministério da Cultura (MinC) em 2016 – Medidas Provisórias nº 726, de 12 de maio de 2016 e nº 728, de 23 de maio de 2016 – seguida pela extinção definitiva em 2018 e pelas transferências ao Ministério da Cidadania em 2019 e ao MTur em 2020.

2. O longo prazo de instrução dos processos em andamento.

Isso deve-se ao fato de muitos dos investigados não possuírem mais vínculo com a Administração Pública e de não residirem em Brasília/DF, necessitando de procedimentos adicionais para a localização visando possibilitar a notificação desses agentes, além das sucessivas necessidades de reinício dos trabalhos por diferentes membros e, muitas vezes, colegiados inteiros, ocasionados pela situação recorrente de falta de pessoal dedicado aos trabalhos correicionais, com necessidade de se solicitar apoio de servidores das demais áreas do Ministério.

3. Entraves para a instauração de processos punitivos.

Com a criação de um setor específico para tratar de procedimentos disciplinares, possibilitou-se a implementação de procedimentos preliminares à instauração do procedimento propriamente dito, tais como: análise de admissibilidade, investigações preliminares e sindicâncias investigatórias. Esses procedimentos possibilitam apurar todos os fatos submetidos à apreciação, mas somente ensejando a instauração de processos punitivos se estiverem presentes os elementos fundamentais de materialidade e autoria.

4. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), por parte da CGU.

Além disso, com a introdução do instrumento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), por parte da CGU, tem sido possível abarcar eventuais irregularidades funcionais de menor potencial ofensivo e sem a ocorrência de danos irreparáveis ao erário nessa modalidade de compromisso funcional por parte dos servidores investigados, evitando a realização de novos procedimentos sancionadores, muitas vezes de caráter mais demorado e dispendiosos, do ponto de vista funcional, obedecendo aos princípios da eficácia, eficiência e economicidade.

Relacionamento com a sociedade

Ouvidoria

Visando o cumprimento de suas competências institucionais, o Ministério do Turismo tem envidado esforços no sentido de garantir a transparência e a participação social no processo de aperfeiçoamento da gestão pública e, consequentemente, na melhoria dos serviços geridos pela Pasta.

Nesse sentido, a Ouvidoria do MTur, órgão que integra o Sistema de Ouvidoria do Governo Federal da CGU, figura como responsável por estabelecer a comunicação entre o Ministério e o cidadão.

Tendo como função precípua dar tratamento às demandas de simplificação de serviços públicos, reclamações, sugestões, denúncias, elogios e demais pronunciamentos de usuários externos (público em geral) e internos (servidores e colaboradores), o órgão atua ainda na coordenação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) de forma a contribuir com a correta aplicação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI).

Dessa forma, considerando as atribuições da Ouvidoria, em 2021 foram recepcionadas 1.918 manifestações de Ouvidoria e 500 requerimentos de acesso à informação tratados pelo SIC.

Ouvidoria em números

A Figura 11, abaixo, representa a relação das manifestações cadastradas, respondidas, arquivadas e as que se encontram em tratamento pela unidade.

Figura 11 Total de manifestações por status

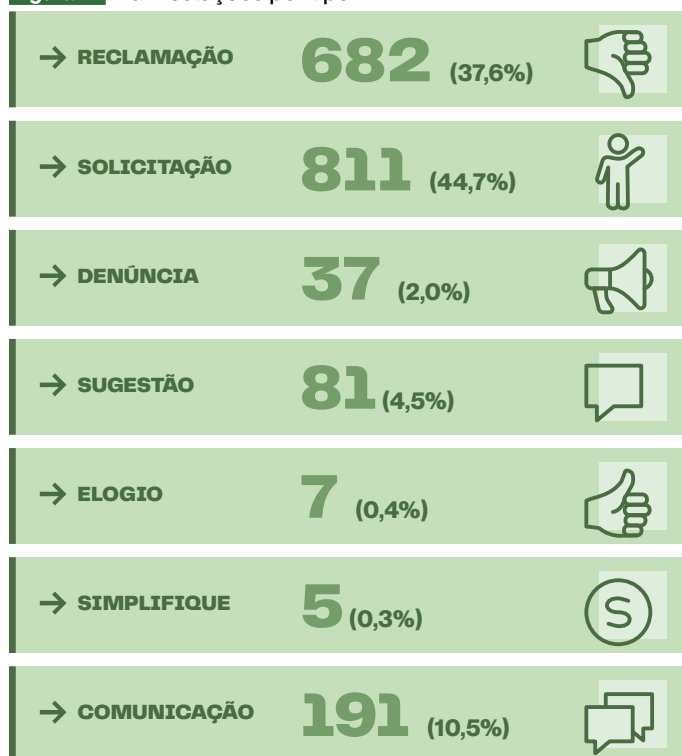


Fonte: Painel Resolveu? Consultado em 13 de Janeiro de 2022

É necessário destacar que o prazo legal instituído para atendimento das demandas é de 30 dias, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, por igual período. Dessa forma, observa-se no detalhamento das manifestações que em 13 de janeiro de 2022, do total de manifestações tratadas no exercício de 2021, 15 encontram-se pendentes de resposta pela unidade técnica.

Manifestações por tipo

Das manifestações recebidas pelo MTur em 2021, constam reclamações, solicitações de providências, denúncias, comunicações, sugestões, elogios e pedidos de simplificação de serviços públicos. Quanto às denúncias e comunicações apresentadas, cabe esclarecer que grande parte se referia a casos de descumprimento do Código de Defesa do Consumidor (CDC) ocorrido na relação de consumo com agências de turismo, companhias aéreas, entre outras entidades privadas.

Figura 12 Manifestações por tipo

*Consideradas apenas as manifestações Respondidas e Em Tratamento

Fonte: Painel Resolveu? Consultado em 13 de janeiro de 2022

A Figura acima demonstra apenas as manifestações respondidas e em tratamento, não refletindo as arquivadas ou as encaminhadas para outros órgãos.

Canais de comunicação

Para o recebimento e o tratamento das manifestações, a Ouvidoria utiliza-se da Plataforma Integrada de Ouvidoria e do Acesso à Informação – Fala.BR, disponibilizada pela CGU.

Além do acesso informatizado, o cidadão pode acessar a ouvidoria por correspondência física, e-mail, telefone ou presencialmente, sem a necessidade de agendamento prévio.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Para o recebimento e o tratamento de pedidos de acesso à informação formulados nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o MTur utiliza-se da Plataforma Integrada de Ouvidoria e do Acesso à Informação – Fala.BR.

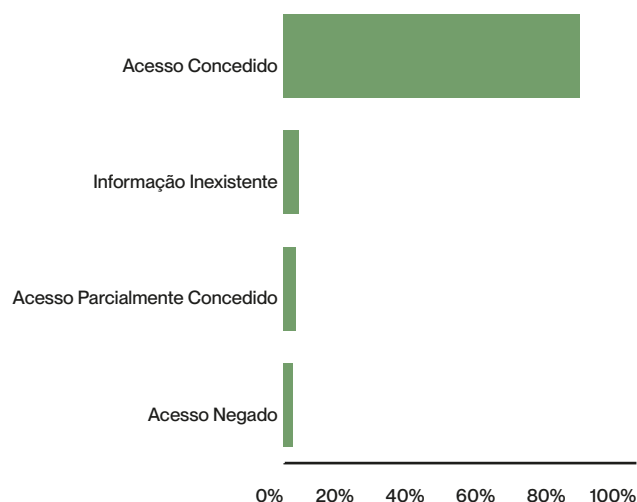
A partir dos dados obtidos por meio do Painel de Acesso à Informação, disponível em <http://paineis.cgu.gov.br/>, foram extraídos os seguintes dados relativos aos pedidos de acesso à informação formulados ao MTur, demonstrados na Figura 13, relativos ao exercício 2021:

Figura 13 Dados Gerais SIC.

Fonte: Painel de Acesso à Informação
Consultado em 13 de Janeiro de 2021

Tipos de Decisão e Negativas de Acesso

Apresenta-se, no Gráfico 4, a resposta aos requerimentos recebidos por tipo de atendimento determinado.

Gráfico 4 Tipos de resposta SIC

Fonte: Painel de Acesso à Informação
Consultado em 13 de Janeiro de 2022

Acerca dos requerimentos que ensejaram em negativa de acesso à informação, as unidades apresentaram as seguintes justificativas, considerando os termos da LAI e dos demais normativos da CGU:

Gráfico 5 Tipos de respostas SIC

Fonte: Painel de Acesso à Informação Consultado em 13 de Janeiro de 2022

Recursos frente às respostas das manifestações recebidas

No que diz respeito aos recursos apresentados no ano de 2021 ao MTur, foram decididos em 1ª, 2ª e 3ª instância, conforme os resultados demonstrados no gráfico abaixo:

Gráfico 6 Recursos SIC

Fonte: Painel de Acesso à Informação Consultado em 13 de janeiro de 2022

1.2.9 Dados e Informações

O cenário de pandemia mostrou a importância da obtenção de informações fidedignas para a construção de estratégias efetivas para a Retomada do Turismo, vigorosamente afetado pela pandemia. Nesse contexto de reestruturação, o MTur atua em parceria com instituições de renome, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Departamento de Polícia Federal/Ministério da Justiça e Segurança Pública (DPF/MJSP), dentre demais parcei-

ros, com o objetivo de obter informações de forma estruturada e que ofereçam suporte à tomada de decisão e ao monitoramento de resultados, tanto do setor quanto das políticas do órgão.

Nessa perspectiva, continuou-se com a realização de entregas que contribuem para formulação, implementação e avaliações de políticas do Ministério, além da produção de informação de qualidade e apresentá-las em uma linguagem humanizada à população.

Um dos produtos voltados para o novo paradigma proposto é a publicação da Revista Dados & Informações, com duas edições eletrônicas já publicadas e que em sua segunda edição discutiu o impacto da pandemia da Covid-19 nos setores de Turismo e Cultura.

Observatório Nacional do Turismo

Um dos resultados logrados em 2021 foi o lançamento do Observatório Nacional do Turismo, projeto que integra o portfólio de projetos do PEI. O Observatório Nacional do Turismo é uma plataforma que engloba diversos dados estatísticos relacionados ao setor de turismo ou correlatos. O conteúdo apresentado na plataforma é a adequação do material apresentado no sítio “Dados e Informações” para o novo padrão “gov.br”, estabelecido pelo Governo Federal.

Os dados disponibilizados no Observatório Nacional do Turismo são apresentados de forma estruturada e visam oferecer suporte à tomada de decisão e ao monitoramento de resultados, tanto do setor quanto das políticas da Pasta. Ao acessar a plataforma, tem-se a oportunidade de

conhecer trabalhos produzidos pelo MTur, como o Anuário Estatístico e a Revista Dados e Informações, além de dados estatísticos e informações sobre o turismo no Brasil e no mundo, dentre demais conteúdos correlatos.

No ensejo do escopo das atualizações, como primeiro passo, deu-se início ao trabalho de revisão dos painéis disponíveis na Plataforma **DataTur**, cujo resultado foi o diagnóstico das necessidades para a implementação de ações que promovessem a consolidação das mudanças desejadas. O segundo foi o levantamento de fontes e bancos de dados que seriam a base formal das informações apresentadas pelo Observatório. O terceiro foi a produção dos *Dashboards* – painéis, mapas e dados estruturados na plataforma do DataTur. Como resultado foi possível entregar, no exercício de 2021, o sítio “Dados e Fatos”, reestruturado conforme o escopo do projeto inicial acordado com a alta

gestão da Pasta. Também foi trabalhado todo o escopo para a implementação da versão *mobile* do Observatório.

Para o próximo ano, prevê-se o desenvolvimento de novos módulos do Observatório para consolidar a ferramenta como expoente no tocante à utilização de dados e informações pelo corpo diretivo do Ministério, pela sociedade e por gestores públicos nos níveis estaduais e municipais, bem como pela iniciativa privada. É importante destacar que o projeto estratégico do Observatório Nacional de Turismo não envolve recursos do Ministério do Turismo.

Outro importante objetivo para o exercício de 2022 é o desenvolvimento do Índice de Competitividade do Turismo, projeto estratégico que também compõe o portfólio de projetos para contribuir com a priorização de investimentos no âmbito do MTur.

1.3 Riscos, oportunidades e perspectivas

A eventual permanência de um estado de alerta quanto à pandemia da Covid-19, cujo comportamento desde o seu surgimento foi de incerteza, em vista do desconhecimento da sua propagação por meio de diversas variantes não previstas, pode se caracterizar como um risco aos trabalhos desenvolvidos durante o ano de 2021 pelo Ministério, principalmente no que se refere ao vislumbre da retomada das atividades turísticas e culturais.

Também, a incorporação – no MTur como um todo – dos temas *gestão de riscos* e *planejamento estratégico*, ainda em fase inicial, apresenta o desafio da inovação, que traz consigo barreiras à fluidez no processo de implementação fazendo com que os processos relacionados sejam construídos em passos pequenos.

Além disso, restrições orçamentárias e mudanças político-estruturais, recorrentes em toda a APF, a qualquer momento, trazem permanentes dificuldades para a execução do que é planejado.

Não obstante os desafios postos, o órgão segue com o seu planejamento até 2023, referendados pelos seus instrumentos de planejamento e ações decorrentes deles.

Considerando os avanços na estruturação da governança no aprimoramento dos processos de planejamento e gestão em 2021, no que se refere às ações relatadas neste capítulo, o MTur fortaleceu sua atuação buscando, assim, iniciar um processo de redução do impacto de ameaças à consecução dos seus objetivos institucionais.

A partir da construção de uma estratégia alinhada ao PPA e suas políticas setoriais, potencializou-se não apenas os resultados institucionais, mas também a geração de valor para a sociedade. Uma futura institucionalização de mecanismos de gerenciamento de riscos permitirá lançar bases para a consolidação de controles mais efetivos e eficientes, o que permitirá a atuação mais segura em relação aos riscos que se relacionam à execução de políticas para os setores do turismo e da cultura.

Nesse contexto, ainda, o MTur integra suas políticas por meio da gestão voltada para a inovação, desburocratização, aperfeiçoamento da comunicação interna e externa, uso estratégico dos recursos tecnológicos para uma maior transparência das suas ações e dados em seu sítio eletrônico. Com a apresentação da **Transparência Ativa** no sítio do MTur para a prestação de contas anual, as atividades do órgão se apresentam com mais visibilidade para a sociedade e para os órgãos de controle.

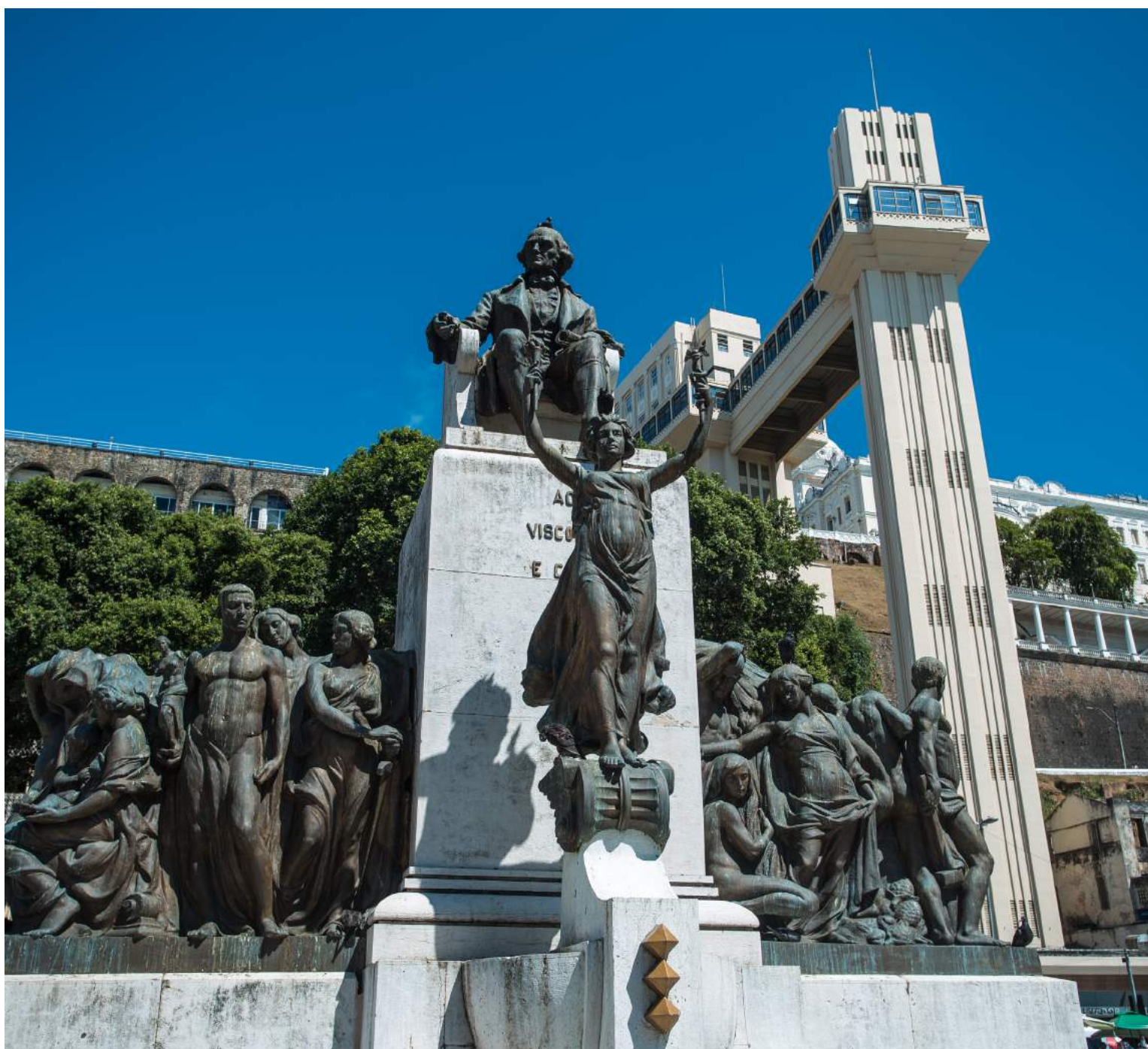
Para o exercício de 2022, o MTur projeta a continuidade de ações para recuperar e dinamizar o *trade* turístico no cenário pós-pandemia, mediante ações estratégicas para a Retomada do Turismo, com a concomitante cooperação de parcerias público-privadas pautadas no viés de desenvolvimento econômico decorrente de melhorias na infraestrutura turística do País, oportunizando a implementação de Destinos Turísticos Inteligentes e o aumento da competitividade dos serviços turísticos, com repercussão na geração de empregos e renda.

No que se refere à temática da cultura, dar-se-á continuidade a iniciativas que alcancem objetivos estratégicos da área para a Pasta. Cumpre destacar a prorrogação da vigência do PNC até 2022, possibilitando a construção do novo Plano, o qual norteará as políticas culturais para os próximos anos.

Da mesma forma como aconteceu em 2021, pretende-se a retomada do turismo e da cultura apesar da propagação das novas variantes da Covid-19, que impactam na recuperação econômica do País, comprometendo a situação de normalidade. Nesse sentido, é salutar a atuação orquestrada dos diversos atores envolvidos (sociedade, União, estados, DF e municípios) para maior efetividade e exequibilidade de uma agenda de inovação, com vistas à suplantação dos desafios impostos nos últimos dois anos.

Capítulo 2

Resultados da Gestão



Carta da Secretaria Executiva

A Secretaria Executiva do Ministério do Turismo – SE/MTur, estruturalmente, é a instância de supervisão e orientação das atividades de organização, modernização administrativa, articulação e coordenação do Ministério e de suas entidades vinculadas, desempenhando um papel de gestão importante para o processo de consolidação da retomada do turismo no período pós-pandêmico.

Neste contexto, a Secretaria Executiva, através de seu Gabinete e suas subsecretarias, em parceria com as secretarias finalísticas, implementou por meio de esforços conjuntos e coordenados um processo de reorganização dos processos e fluxos administrativos do Ministério, o qual se apresentou como um grande desafio. Todo esse trabalho culminou na aprovação do planejamento estratégico institucional, permitindo estabelecer objetivos claros para a gestão estratégica, orçamentária, financeira, de pessoal, tecnologias de informação e inovação, além de viabilizar a continuidade dos serviços essenciais a consecução das metas e objetivos da instituição.

Foram implementadas importantes ações para modernizar os processos de desburocratização, descentralização de recursos, soluções de tecnologias de informação, automação de processos, análise de prestações de contas e instauração de Tomada de Contas Especial. Visando propor uma solução adequada e efetiva para pleno atendimento às determinações da Corte de Contas (TCU), empregamos sinergia em ações tempestivas, de forma a evitar a geração de passivos e reduzir significativamente o estoque de prestações de contas pendentes de análises. Além disso, em atendimento ao Acórdão nº 2.058/2021-TCU-Plenário. TC 040.832/2018-O, foi elaborado o Plano de Ação para análise das prestações de contas das funções turismo, por meio do qual, buscou-se tratar o estoque em referência às instruções e aos cortes temporais apresentados pelo Tribunal de Contas da União.

No tratamento da informação e gestão documental do órgão, houve a contratação de empresa especializada para a digitalização do passivo documental, tornando possível a utilização de uma interface amigável, além de práticas inovadoras de trabalho para manuseio e guarda desses documentos. Medidas que visam promover a eficiência administrativa e modernização todo processo.

Ademais, foram realizadas ações voltadas para adequação dos demonstrativos deste Ministério às “Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público”, implantação do “Sistema de Informação de Custos” e elaboração de manuais de procedimentos para as mais diversas atividades realizadas.

No estudo de cenário para modelagem da reestruturação pós-pandemia, trabalhamos em parceria com instituições de renome, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Departamento de Polícia Federal (DPF/MJSP), dentre outros, buscando informações estruturadas e confiáveis para subsidiar o processo de tomada de decisão, implantando o “Observatório Nacional de Turismo”, projeto que integra o “Portfólio de Projetos do Planejamento Estratégico MTur 2020-2023”, visando monitoramento e acompanhamento dos resultados do setor e das políticas públicas da pasta.

Outras iniciativas exitosas foram realizadas, dentre elas, o webinar “O Turismo Conta: o desafio brasileiro para a implantação da Conta Satélite de Turismo”, fruto de uma bem-sucedida parceria entre o MTur e o IBGE que trouxe a possibilidade de apresentar aos espectadores estudos relevantes e debates qualificados sobre as políticas públicas do setor, assim como casos de sucesso em outros países.

Assim sendo, no período, a Secretaria Executiva trabalhou intensamente na melhoria da tecnologia da informação, processos, transformação digital e desburocratização, unificando e padronizando seus serviços digitais a Plataforma do Governo Federal, tudo com o objetivo final de melhor atender o público interno e os cidadãos usuários dos serviços do Ministério do Turismo.

Diante do exposto, declaro o cumprimento satisfatório das metas e os objetivos estratégicos de gestão pública previstos para o exercício de 2021, em consonância com o plano estratégico institucional e os mecanismos de planejamento. Sendo assim, apresento o Relatório de Gestão do Ministério do Turismo, referente ao ano de 2021, contendo os principais resultados que contribuíram para a consecução das metas e objetivos estabelecidos.

Introdução

O MTur prioriza a realização de um conjunto de iniciativas que promovam resultados contínuos e valor para a sociedade, alinhados a seus objetivos estratégicos consubstanciados no mapa estratégico apresentado no **item 1** deste Relatório. O órgão busca, a partir de todo o esforço enviado, a efetividade das ações desenvolvidas em relação à política nacional de desenvolvimento do turismo e política nacional de cultura.

Ressalta-se, também, que em continuidade ao compromisso de reduzir a burocracia no país e garantir segurança jurídica a empresários e investidores, o Ministério do Turismo revogou 449 atos normativos da Pasta no ano de 2021, de um total de 857 atos normativos que estavam vigentes em 2020.

As normas revogadas inicialmente foram aquelas obsoletas, confusas, sobrepostas ou com efeitos já exauridos no tempo. O objetivo é possibilitar mais clareza em relação aos conteúdos vigentes e processos.

A ação atende ao Decreto nº 10.139 de 2019 que trata da revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto editados por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

As mudanças poderão ser sentidas pelas Unidades da Federação e os municípios, beneficiários diretos das políticas e orientações da Pasta, além dos setores do turismo e da cultura, entidades privadas sem fins lucrativos e serviços sociais autônomos que atuam nos respectivos setores.

Nesse contexto, a seguir, apresentam-se os resultados alcançados no exercício de 2021, conforme o planejamento institucional preconizado no PPA e PEI, ambos referentes ao período 2020-2023. Os principais resultados de 2021 foram apurados por indicadores e metas estabelecidos por ocasião da revisão do Planejamento Estratégico ocorrida no exercício, os quais decorreram de um trabalho específico de aprimoramento da medição do desempenho do Ministério.

2.1 Resultados Institucionais do MTur

Referem-se aos objetivos consolidados na perspectiva resultados institucionais do mapa estratégico do MTur. Representam as entregas mais diretas à sociedade, as quais derivam, especificamente, das competências precípua do

órgão. Para esses objetivos, elencados na Tabela 8, foram definidas metas para o exercício de 2021 e 2022 sendo que, para os indicadores novos, as apurações relacionadas definem a linha de base para metas definidas para 2022.

Tabela 8 Objetivos Estratégicos (OE 03, 04 e 05)

| Objetivo Estratégico (OE) | Indicadores | METAS | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|---------------|
| | | 2021 | Valor Apurado |
| OE 03 - Fortalecimento do turismo doméstico e internacional | Somatório do público presente em eventos institucionais | * | |
| OE 04 - Consolidação do Turismo e da Cultura como eixos estratégicos de desenvolvimento social e econômico | Número de operações de crédito realizadas | * | 4.826 |
| | Empregos gerados /mantidos | * | 36.647 |
| OE 05 - Fortalecimento da identidade cultural e da economia criativa | Entidades privadas sem fins lucrativos e coletivos culturais certificados como pontos ou pontões de cultura na Plataforma Rede Cultura Viva | 4.500 | 4.292 |
| | Média anual de pessoas qualificadas | 1.082 | 1.531 |

Fonte: Elaborado por CGMAP, fevereiro de 2022.

OE 03–Fortalecimento do turismo doméstico e internacional

O MTur buscou fortalecer a imagem do Brasil como destino turístico qualificado, diversificado e sustentável, estimulando o fluxo turístico doméstico. Além disso, empenhou esforços para fomentar novos produtos e serviços de interesse para desenvolver o turismo e ampliar o fluxo de turistas. Somado a isso, empenhou-se em divulgar a diversidade cultural brasileira, identificando as especificidades das culturas locais e regionais como vetor turístico. Dessa forma, o MTur destinou o valor de R\$ 4.539.937,11 para patrocínios e participação em feiras e eventos, nos quais divulgou as suas ações e políticas voltadas para o turismo. O montante representa 19,8% dos R\$ 22.919.386,00 empenhados na Ação 20Y3 – Promoção e *Marketing* do Turismo no Mercado Nacional, do Programa 2223 – Turismo.

Também alinhada a este objetivo estratégico está a atuação da Embratur na promoção do turismo brasileiro no exterior, trabalhando no fortalecimento da imagem do País frente os mercados estrangeiros. Atualmente conforme Contrato de Gestão nº 001/2020 celebrado em dezembro de 2020 (Lei nº 14.002/2020), tem a execução de suas ações e o seu desempenho acompanhados pelo Ministério.

Em 2021, as ações da Embratur foram diretamente impactadas pela pandemia da Covid-19. Assim, a Agência enfrentou diversos desafios quanto às atividades internacionais planejadas e precisou se adaptar a dois cenários na elaboração de seu Plano de Ação para o referido ano, quais sejam: cenário A, orientado para o mercado doméstico devido à pandemia (conforme dispõe o §3, do art. 34, da Lei nº 14.002/2020); e cenário B, voltado ao mercado externo, a fim de cumprir sua missão institucional de promoção internacional do turismo.

Quanto aos resultados apresentados em 2021, foi possível observar uma progressão geral nos dados informados e o seu alinhamento aos parâmetros do PEI 2020-2023 do MTur. Nesse contexto, o desempenho da Agência tem sido avaliado de forma satisfatória pelo Ministério. Destaca-se que a Embratur consolidou, no exercício de 2021, seu planejamento estratégico e caderno de indicadores e metas, os quais possibilitarão um monitoramento e avaliação mais efetivos por parte do MTur.

OE 04–Consolidação do turismo e da cultura como eixos estratégicos de desenvolvimento social e econômico

Figura 14 Campanha Fungetur



Fonte: MTur.

O Ministério promoveu as atividades do turismo e da cultura como vetores econômicos de desenvolvimento inclusivos e geradores de renda, bem como incentivou parcerias público-privadas de forma a ampliar a oferta qualificada do turismo e da cultura, otimizando os recursos públicos e estimulando a melhoria da gestão e uso dos ativos turísticos e culturais com ganhos econômicos reais.

No ano de 2021, o MTur contratou, por meio dos agentes financeiros credenciados, o total de 4.826 operações de crédito, disponibilizando o montante de R\$ 1.303.885.722,14 em financiamento com recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur). Outro dado importante para o setor e para o País, referiu-se ao número de empregos mantidos ou gerados por meio do financiamento de projetos turísticos com os recursos desse fundo. Em 2021, esse número alcançou a marca de 36.747 empregos.

Fortalecimento da identidade cultural e da economia criativa

O MTur dedicou-se ao reconhecimento e à valorização da identidade cultural brasileira e ao estímulo da dimensão econômica das atividades culturais e criativas, procurando evidenciar e aprofundar as contribuições do setor para o desenvolvimento sustentável do País.

Para esse objetivo, em 2021, estabeleceu-se como meta o alcance do total de 4.500 entidades privadas sem fins lucrativos e coletivos culturais certificados como Pontos ou Pontões de Cultura na Plataforma Rede Cultura Viva, a qual se refere ao Resultado Intermediário 0339–Ampliar a quantidade de Pontos e Pontões de Cultura certificados na Plataforma Rede Cultura Viva, do Programa 5025 – Cultura, PPA 2020-2023.

Quanto aos Pontos e Pontões de Cultura, os quais visam à implementação da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), o Ministério atuou na internalização do Termo de Compromisso Cultural (TCC) na Plataforma+Brasil, com a

descentralização de créditos para o Ministério da Economia, no valor total de R\$ 800 mil, na Ação 215G – Implementação da PNCV, do Programa 5025, com vistas a proporcionar maior transparência e eficiência à aplicação dos recursos destinados a essas entidades culturais.

Frise-se que o Ponto de Cultura é uma entidade cultural, com personalidade jurídica, ou um coletivo cultural, que desenvolve e realiza suas ações culturais continuadas em uma determinada comunidade ou território. Já o Pontão de Cultura é definido como uma entidade cultural, ou instituição pública de ensino, que articula um conjunto de outros pontos ou iniciativas culturais, desenvolvendo ações de mobilização, formação, mediação e articulação de uma determinada rede de pontos de cultura e demais iniciativas culturais, seja em âmbito territorial ou em um recorte temático/identitário.

A emissão de Certificação Simplificada a Pontos e Pontões de Cultura, que reconhece atividades culturais desenvolvidas em suas comunidades, conforme definido na Lei Cultura Viva nº 13.018/2014, ocorre por meio do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura operacionalizado na Plataforma Rede Cultura Viva (<http://culturaviva.gov.br/>).

Verifica-se que, em 2021, foram emitidos 164 certificados digitais de Pontos e Pontões de Cultura, alcançando o total de 4.292 unidades certificadas na Plataforma Rede Cultura Viva. O aumento das certificações impactou na quantidade de solicitações do auxílio emergencial proporcionado pela Lei nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc), em prol da manutenção da Diversidade Cultural Brasileira e da Rede Cultura Viva.

No contexto da PNCV destaca-se, ainda, a iniciativa intergovernamental de fortalecimento das políticas culturais de base comunitária dos países ibero-americanos, no âmbito do Programa IberCultura Viva (PICV), que contou com a atuação do MTur na análise, seleção e apoio de candidaturas brasileiras para as seguintes ações:

Tabela 9 Análise, seleção e apoio de candidaturas brasileiras para as seguintes ações:

| AÇÃO |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1) <u>Bolsa para Pós-graduação em Políticas Culturais de Base Comunitária da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO-Argentina)</u> , com 17 candidaturas brasileiras selecionadas; |
| 2) <u>Edital de Apoio a Redes e Projetos de Trabalho Colaborativo/2021</u> – intercâmbio, com quatro candidaturas brasileiras selecionadas; |
| 3) <u>Cooperação com outros Programas e/ou Instituições Multilaterais</u> – concurso realizado com Ibercocinas e Iber-Rutas, com duas candidaturas brasileiras selecionadas; |
| 4) <u>Concurso de Curtas Audiovisuais</u> , com uma candidatura brasileira selecionada; |
| 5) <u>Concurso de Logotipo para a Rede IberCultura Viva de Cidades e Governos Locais</u> , com uma candidatura brasileira selecionada; |
| 6) <u>Seleção de Grupo de Trabalho para a Sistematização e Difusão de Práticas e Metodologias das Políticas Culturais de Base Comunitária (GT Sistematização)</u> , com 17 candidaturas brasileiras selecionadas; |
| 7) <u>Bolsas para o Seminário Intensivo Virtual Memórias Vivas. Arquivos e Museus Comunitários, realizado em parceria com o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)</u> , com sete candidaturas brasileiras selecionadas |
| 8) <u>Articulação do Plano de Ação da Rede IberCultura Viva de Cidades e Governos Locais</u> , com duas candidaturas brasileiras selecionadas. |

Além de todo o exposto, destaca-se a qualificação como instrumento de fortalecimento da identidade cultural e da economia criativa. Dessa forma, o MTur estabeleceu como meta para o ano de 2021 o total de 1.082 pessoas qualificadas por meio de cursos, oficinas, fóruns e seminários, cujos conteúdos relacionam-se à gestão cultural, linguagens artísticas, bem como às demais áreas da cultura. Como resultado obteve-se o quantitativo de 1.531 pessoas qualificadas, o que representa a superação da meta em 41%.

2.2 Resultados finalísticos

A seguir são apresentados os principais resultados *da perspectiva processos internos* do mapa estratégico, os quais decorreram do fomento de planos, programas, projetos e ações relacionados, principalmente, a temas priorizados no exercício de 2021 impactado pela pandemia persistente nos últimos dois anos, como a preservação de empresas e empregos nos setores de turismo e cultura, a promoção e incentivo às viagens e atividade cultural e a melhoria da estrutura e da qualificação dos destinos turísticos.

O desempenho institucional frente aos desafios postos em 2021, a partir da revisão do PEI, foi medido prioritariamente pelos indicadores que medem os Resultados Intermediários do PPA 2020-2023, destacados no painel relacionado aos objetivos estratégicos das unidades finalísticas do Ministério, conforme tabela 10. Acrescenta-se, contudo, que novos indicadores foram definidos e as apurações destes consolidam o exercício como o ano base para as metas definidas para 2022.

Tabela 10 Objetivos Estratégicos (OE 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 14)

| Objetivo Estratégico (OE) | Indicadores | METAS | |
|--------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|---------------|
| | | 2021 | Valor Apurado |
| OE 06 - Fomentar turismo em natureza | Número de estudos de viabilidade de ativos naturais concluídos | 3 | 3 |
| | Número de produtos turísticos em áreas naturais | 50 | 60 |
| OE 07 - Aprimorar o ordenamento turístico e cultural | Percentual de Entidades de Gestão coletiva monitoradas | * | 100 |
| | Percentual de manifestações técnicas em direitos autorais emitidas | * | 100 |
| | Números de planos e estudos para municípios desenvolvidos | * | 3 |
| OE 08 - Estruturar o turismo e a cultura | Quantidade de equipamentos culturais implantados , recuperados ou modernizados | 175 | 141 |
| | Taxa de conclusão das obras em execução no período | 31 | 35,02 |
| | Número de empregos gerados no exercício | 10.000 | 7.502 |
| OE 09 - Estimular a inclusão e a acessibilidade | Percentual de salas de exibição com acessibilidade audiovisual | 50 | 44,3 |
| | Quantidade de produtos, serviços e equipamentos turísticos acessíveis mapeados e divulgados para o mercado e turistas | 50 | 70 |
| OE10 - Promover os destinos turísticos e acesso à cultura | Número de acessos ao site http://bndigital.bn.gov.br | 102.118.900 | 89.385.221 |
| | Somatório de campanhas realizadas de Nível II, conforme o Manual de Procedimento das Ações de Publicidade | * | |
| | Percentual de municípios prioritários promovidos | 40 | |
| | Número de downloads e inscrições para participações em promoções dentro do aplicativo “Fomenta Cultura Brasil” com recursos de acessibilidade - libras, audiodescrição, etc. e traduções | * | |
| OE11 - Qualificar serviços e agentes do turismo e da cultura | Quantidade de pessoas qualificadas | 8.000 | 34.864 |
| OE 12 - Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura | Percentual de municípios com acordos de cooperação federativa publicados no DOU | 51 | 51 |
| OE 14 - Fomentar investimentos e novos negócios | Número de investidores mapeados | * | 59 |
| | Percentual do portfólio de projetos ampliado | * | 100 |

Obs: no indicador “Percentual do portfólio de projetos ampliado”, o valor apurado de 100% se refere a 68 projetos aprovados, a partir de uma linha de base 0.

Fonte: Elaborado por CGMAP, fevereiro de 2022.

2.2.1 Atração de investimentos, parcerias e concessões

Fomento a investimentos e novos negócios

(OE 14–Fomentar investimentos e novos negócios)

As ações de fomento aos projetos turísticos da iniciativa privada concentraram-se na execução de políticas de estímulo aos investimentos nacionais, internacionais e ao desenvolvimento e adequação de linhas de crédito voltadas ao financiamento das empresas prestadoras de serviços turísticos. O crédito e, principalmente, os investimentos privados para o turismo são fundamentais para alavancar o setor, fazen-

do com que o Brasil se destaque como uma das maiores reservas de mercado turístico do mundo. Consiste em um dos principais propósitos do MTur, atrair investimentos privados por meio da melhoria do ambiente de negócios, com foco na segurança jurídica e nas parcerias público-privadas, envolvendo concessões e autorizações.

Atração de investimentos

Com o intuito de fomentar investimentos e novos negócios para o setor turístico brasileiro, o MTur lançou em junho de 2021 o [Portal de Investimentos](#) em turismo, disponível nas versões português, inglês e espanhol, sendo parte de uma estratégia digital para reunir projetos e apro-

ximar investidores, empreendedores e o poder público. O custo para o desenvolvimento do Portal no montante de R\$ 288.052,50, da Ação 2000–Administração da Unidade do Programa 2223 do PPA.

A partir da divulgação de potenciais projetos, o Ministério espera facilitar a atração e a captação de investimentos para o turismo brasileiro, de forma competitiva, transparente e sustentável, estimulando novos negócios e parcerias público-privadas. Em 2021, foram cadastrados 84 projetos, entre públicos e privados, dos quais, 68 já se encontram aprovados e disponibilizados para investidores interessados em investir no Brasil. Com esses projetos, a expectativa de investimentos para o setor, nos próximos anos é no valor total de aproximadamente R\$ 30 bilhões, estimando-se cerca de 119.431 empregos diretos e indiretos.

Para subsidiar investidores e empreendedores, bem como atrair novos investimentos para o País, o Ministério lançou dois Boletins de Inteligência, no primeiro e segundo semestres de 2021, os quais foram elaborados com informações da ferramenta *fDi Market* e *fDi Benchmark*¹, disponíveis para download no link <https://investimento.turismo.gov.br/dados-e-informacoes>. Os documentos possuem dados e insumos relacionados a investimentos no setor do turismo no Brasil, ambiente de negócios, empregabilidade e economia nacionais.

Outra ação visando à promoção do País e à apresentação das oportunidades de investimentos foi a participação do Brasil, nos dias 15 e 16 de novembro de 2021, no *Invest in Brazil Forum* (Dubai). Na ocasião, o MTur, em parceria com a Embratur, ressaltou o ambiente de negócios do turismo brasileiro e apresentou potenciais projetos para investidores árabes.

As iniciativas referentes à atração de investimentos vinculam-se à Ação 2C01 – Promoção de Investimentos Privados e Financiamento no Setor de Turismo, do PPA 2020-2023.

Crédito para o Turismo

Quanto às ações de fortalecimento ao crédito, o Governo Federal atuou em parceria com as instituições financeiras públicas, promovendo a criação e o aperfeiçoamento de

produtos e serviços financeiros destinados ao turista consumidor e às empresas prestadoras de serviços turísticos.

A oferta de crédito é fundamental para estimular investimentos no setor do turismo, uma vez que os efeitos causados pela pandemia da Covid-19 ainda podem ser sentidos em todo o País, sendo ainda necessária a adoção de providências pelos empresários do ramo, para adaptar seus negócios e manter empregos, mesmo em um fluxo turístico menor.

O **Fundo Geral de Turismo (Fungetur)** é um fundo especial do Ministério que tem como objetivo: proporcionar crédito competitivo para os empresários do ramo de turismo; apoiar a infraestrutura turística básica; aumentar a oferta de empregos diretos e indiretos; proporcionar o desenvolvimento do turismo. Nos últimos dois anos, o Fundo serviu também como atenuante dos impactos da pandemia, por meio da oferta de crédito.

O Fungetur está vinculado à Ação 0454 – Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional, do PPA 2020-2023. A linha de crédito com recursos provenientes do Fundo é responsável por ditar as normas regulamentares de contratações e tem por finalidade renovar o aparelhamento da infraestrutura turística existente, mediante processos de reforma, modernização, ampliação de empreendimentos turísticos, capital de giro e aquisição de bens. A partir deste mote, foi editada a **Lei nº 14.051, de 8 de setembro de 2020**, a qual abriu crédito extraordinário em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 5 bilhões. Em 2021, foi determinado ao MTur – órgão gestor do Fungetur – por meio do Acórdão 2283/2020-TCU-Plenário, de 26 de agosto de 2020, que fossem observados os preceitos para os quais a lei supracitada foi editada, de modo que esses recursos sejam destinados somente a obras civis para implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos turísticos que decorram da necessidade de adaptação da infraestrutura turística às novas exigências do mercado e das autoridades públicas em consequência da pandemia causada pela Covid-19 e/ou sejam destinados a atender a retomada de obras paralisadas, referentes a empreendimentos privados, que, devido à pandemia, não puderam ser concluídas.

Em 2021, foi finalizado o processo de credenciamento de novos agentes financeiros que permite operar os recursos do Fungetur, por meio do **Edital de Credenciamento nº**

¹ A solução abrange duas plataformas online. A primeira é **ofDi Markets**, serviço de assinatura de base de dados de informações econômicas referentes a Investimento Estrangeiro Direto (IED) em mais de 37 setores, inclusive os de Hotéis e Turismo, Lazer e entretenimento, Construção e Serviços. Os dados são disponibilizados nos níveis geográficos que contemplam desde o país (de destino ou origem) até o município ou distrito. Além disso, pode-se especificar a pesquisa nos níveis entre cluster, setor, subsetor e atividade. A plataforma é acessível via internet, com conteúdo de dados macroeconômicos, estatísticas setoriais e séries históricas, como projetos de investimento realizados nos países nos últimos 5 anos (incluindo o Brasil), dados sobre a empresa investidora, país de origem e destino do investimento (incluindo o Brasil), capital investido (CAPEX), eventual anúncio de investimento por parte de empresas do segmento turístico (sinal de investimento ou recurso similar) e impacto do projeto na geração de empregos. A atualização dos dados se dá em tempo real aos anúncios (ou sinais) de investimentos.

A segunda solução, **fDi Benchmark**, oferece também base de dados que permite análise comparativa entre destinos turísticos concorrentes (análise de *benchmark*) ou de dados específicos de um único destino (*data analysis*). Ao todo, são 1160 indicadores dos mais diversos setores, inclusive do turismo. A ferramenta possui informações sobre o país e sobre estados e municípios específicos, não abrangendo todos eles.

001/2020. O número de instituições credenciadas passou de 17 para 30, das quais atualmente 25 encontram-se ofertando os recursos do Fundo, consolidando a abrangência nacional da linha de crédito.

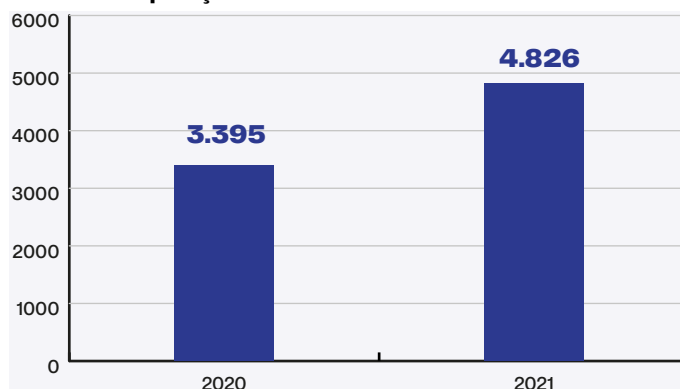
Entre os agentes credenciados, aptos a executarem os recursos do Fundo, estão os bancos privados, agências de fomento e cooperativas de crédito. O crédito pode ser contratado por pessoa jurídica de direito privado, preferencialmente micro, pequenas e médias empresas em todo o País, legalmente constituídas e estabelecidas no setor turístico, nas atividades elencadas no art. 21 da Lei nº 11.771/2018, e cadastradas no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos do MTur (Cadastur), com certificado válido.

No ano de 2021 foram 4.826 operações contratadas, totalizando o valor de R\$ 1.303.885.722,14 em financiamento com recursos do Fungetur. Outro dado importante para o setor e para o País refere-se ao número de empregos mantidos ou gerados por meio do financiamento de projetos turísticos com os recursos do Fundo. Destaca-se que, somente em 2021, o número de empregos diretos foi de 36.747. Os relatórios estatísticos e demais conteúdos relacionados à aludida linha de crédito encontram-se no endereço <https://www.gov.br/turismo/Fungetur>.

Comparando os anos 2020 e 2021, houve um crescimento de 42,1% no total de operações contratadas por meio do Fungetur, de 3.395 em 2020 para 4.826 em 2021. Com relação ao montante do financiamento, houve um aumento de 78,4%, corroborando que o crédito foi fundamental para a sobrevivência das micro, pequenas e médias empresas, em mais um ano impactado pela pandemia da Covid-19.

No que se refere ao número de empregos (gerados/mantidos), foi menor comparado a 2020, justificando-se que 91,2% das operações contratadas foi para capital de giro (para manutenção da empresa).

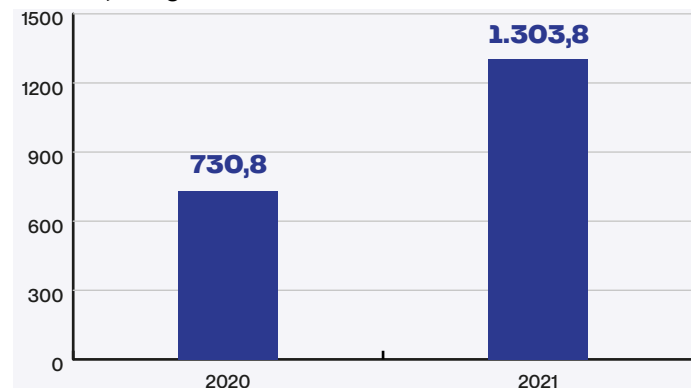
Gráfico 7 Comparativo 2020/2021– Número de operações contratadas.



Fonte: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/fungetur/transparencia/2401RelatorioEstatstico.pdf>

Consultado em 28 de Janeiro de 2022

Gráfico 8 Comparativo 2020/2021–Valor contratado, em reais, via agentes credenciados.



Fonte: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/fungetur/transparencia/2401RelatorioEstatstico.pdf>

Consultado em 28 de Janeiro de 2022

Tabela 11 Comparativo 2020/2021 Número de contratos por finalidade, via Fungetur.

| FINALIDADE | ANO 2020 | ANO 2021 |
|---------------------|--------------|--------------|
| Bem | 437 | 35 |
| Bem/Capital de giro | 5 | 7 |
| Bem/obra | 15 | 43 |
| Capital de Giro | 2.910 | 4.710 |
| Obra | 28 | 31 |
| TOTAL | 3.395 | 4.826 |

Fonte: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/fungetur/transparencia/2401RelatorioEstatstico.pdf>

Consultado em 28 de Janeiro de 2022

Somente em 2020 e 2021, o MTur disponibilizou a quantia total de R\$ 5.087.891.191,00 em crédito do Fungetur aos empresários do setor. Do montante, R\$ 5 bilhões corresponderam ao crédito extraordinário, aberto pela Lei nº 14.051, de 2020, destinados a socorrer o setor do turismo, um dos mais afetados pela pandemia. Por meio dos agentes financeiros credenciados foram realizadas, no mesmo período (2020/2021), 8.221 operações, somando-se um valor de R\$ 2.034.687.265,00, conforme tabela 12 abaixo.

Deste universo, 99,7% dos recursos foram destinados a microempreendedores individuais (MEI), micro, pequenas e médias empresas.

Para 2022, o MTur dispõe de um saldo de R\$ 2.863.415.184,66, destinado para empresários do setor cadastrados no Cadastur/MTur que cumpram os critérios exigidos pelo agente financeiro.

Tabela 12 Escoamento de recursos do Fungetur, por valor contratado e por instituição credenciada.

| | INSTITUIÇÃO FINANCEIRA | VALOR CONTRATADO EM 2020 (EM R\$) | VALOR CONTRATADO EM 2021 (EM R\$) |
|----|----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| 1 | Agência de Fomento do Amapá (AFAP) | 0,00 | 2.206.600,00 |
| 2 | Agência de Empreendedorismo de Pernambuco (AGE) | 0,00 | 595.731,00 |
| 3 | Agência Estadual de Fomento do Rio de Janeiro (AGERIO) | 24.060.900,00 | 48.238.365,18 |
| 4 | Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN) | 1.111.760,62 | 3.152.252,95 |
| 5 | Agência de Fomento de Santa Catarina (BADESC) | 15.865.301,18 | 107.384.854,20 |
| 6 | Desenvolvimento – Agência de Fomento do Rio Grande do Sul (BADESUL) | 49.509.805,00 | 22.846.000,00 |
| 7 | Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) | 10.310.986,23 | 2.981.624,00 |
| 8 | Banco do Estado de Sergipe (BANESE) | 5.440.000,00 | 17.609.500,00 |
| 9 | Banco do Estado do Pará (BANPARÁ) | 0,00 | 216.036,33 |
| 10 | Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) | 75.993.764,00 | 14.475.653,00 |
| 11 | Banco do Nordeste (BNB) | 0,00 | 18.078.196,40 |
| 12 | Banco de Brasília (BRB) | 0,00 | 18.885.494,76 |
| 13 | Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) | 162.132.876,75 | 287.247.024,02 |
| 14 | Caixa Econômica Federal (CEF) | 0,00 | 522.435.310,10 |
| 15 | Central Cresol Sicoper | 0,00 | 49.736.373,49 |
| 16 | Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA) | 2.800.000,00 | 4.303.585,66 |
| 17 | Agência de Fomento de Alagoas (DESENVOLVE AL) | 440.300,00 | 7.840.500,00 |
| 18 | Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso (DESENVOLVE MT) | 5.732.430,82 | 2.353.739,04 |
| 19 | Agência de Desenvolvimento Paulista (DESENVOLVE SP) | 335.660.846,89 | 120.675.278,44 |
| 20 | Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí (FOMENTO PI) | 11.632.767,65 | 11.185.868,21 |
| 21 | Agência de Fomento do Paraná (FOMENTO PR) | 17.582.887,03 | 22.298.442,00 |
| 22 | Agência de Fomento do Estado do Tocantins (FOMENTO TO) | 2.592.182,64 | 2.557.485,09 |
| 23 | Agência de Fomento de Goiás (GOIÁS FOMENTO) | 9.935.098,57 | 16.581.808,27 |
| | TOTAL: | R\$ 730.801.907,38 | R\$ 1.303.885.722,14 |

Fonte: Escoamento recursos do Fundo Geral de Turismo. Valores contratados, por instituição financeira, anos 2020 e 2021. Fonte: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/fungetur/transparencia/2401RelatRioEstatstico.pdf>

Consultado em 28 de Janeiro 2022

Estruturação e Ordenamento Turístico

(OE 07–Aprimorar o Ordenamento Turístico e Cultural e OE 08–Estruturar o turismo e a cultura)

Figura 15 Chapada dos Guimarães.



Fonte: MTur.

O MTur tem como desafio integrar as diversas políticas públicas aos órgãos, fóruns, conselhos e entidades articuladoras do setor nos âmbitos regional, estadual, distrital e municipal, como forma de implementar estratégias de ordenamento e desenvolvimento territorial por meio do turismo, tendo como foco a estruturação dos destinos turísticos; o estabelecimento de critérios e parâmetros para categorizar os municípios das regiões turísticas brasileiras, as rotas e áreas turísticas estratégicas, de modo a orientar a implementação de políticas públicas de turismo.

Concomitantemente, o MTur acompanha a elaboração e a execução de diagnósticos, planos e ações para o ordenamento turístico nos entes federativos, regiões, rotas e áreas turísticas estratégicas, visando o aproveitamento turístico de ativos de domínio público, natural e cultural e a realização de parcerias e concessões para o desenvolvimento da atividade turística, de acordo com os princípios da sustentabilidade.

Além disso, a estruturação do turismo busca a melhoria da mobilidade e da conectividade turística, com a integração dos modos de transporte, oportunizando um ambiente capaz de gerar o aumento dos investimentos no setor.

Aproveitamento turístico de ativos naturais e culturais

Em 2021, foi instituído o Comitê Interministerial do Programa Revive Brasil, por meio da Portaria MTUR nº 1, de 21 de janeiro de 2021, para desenvolver as ações do Programa Revive Brasil.

Figura 16 Fortaleza de Santa Catarina /PB.



Fonte: MTur.

Dentre as ações do colegiado, foi desenvolvido um plano de trabalho desse Programa e enviado para validação e aprovação pelo Governo de Portugal para, após a validação, dar prosseguimento às atividades de implementação do Programa no Brasil.

No ano de 2021, foi assinado o Termo Aditivo nº 01 ao Acordo de Cooperação Técnica nºD-121.2.0003.21 para apoio ao desenvolvimento e estruturação dos destinos turísticos brasileiros, celebrado entre o MTur, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) e a Secretaria Especial de Parcerias de Programas de Investimentos do Ministério da Economia (SEPPI/ME). O aditivo é o instrumento que formaliza a contratação de estudos de viabilidade dos projetos-piloto do Revive Brasil, por meio do Fundo de Estruturação de Projetos (FEP) do BNDES, referentes a cinco ativos imobiliários, selecionados e qualificados no âmbito do Programa de Parceria de Investimentos (PPI). Informa-se, ademais, que não houve dispêndio até a data base de 31 de dezembro de 2021, por parte do MTur.

O referido programa viabiliza os projetos a serem tratados como empreendimentos de interesse estratégico e a terem prioridade nacional junto a todos os agentes públicos nas esferas administrativas e controladoras da União, dos estados, do DF e dos municípios, nos termos do artigo 5º da Lei nº 13.334/2016, sendo eles: Forte Orange/PE; Fortaleza de Santa Catarina/PB; Fazenda Pau D'Alho/SP; Antiga Estação Ferroviária de Diamantina/MG; e Palacete Carvalho Mota/CE.

As informações obtidas nos estudos, com previsão de conclusão para junho de 2022, conforme Plano de Trabalho do Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica (ACT) nºD-121.2.0003.21, fornecerão subsídios para a tomada de decisão quanto, por exemplo, às atividades passíveis de serem exploradas no ativo, sem prejuízo das obrigações legais e de preservação dos valores culturais dos patrimônios.

Em continuidade às ações referentes aos editais para seleção e contratação de consultoria especializada para a realização de estudos técnicos, no âmbito do Projeto de

Cooperação Técnica Internacional MTur/Unesco Brasil, em 2021, foi realizada a contratação dos estudos de viabilidade técnica e econômica dos Parques Nacionais da Serra da Bodoquena/MS (CLT00480/2021, no valor de R\$ 248 mil), dos Lençóis Maranhenses/MA (CLT00446/2021, no valor de R\$ 270 mil), de Jericoacoara/CE (CLT00447/2021, no valor de R\$ 270 mil); e da Chapada dos Guimarães (CLT00663/2021, no valor de R\$ 502.993,00), sendo que este último tem previsão de entrega para janeiro de 2022. As referidas ações foram alocadas na Ação 21AM – Articulação, Cooperação e Atuação Integrada para o Desenvolvimento do Turismo, do PPA 2020-2023, e trata-se de orçamento do ano de 2019.

Figura 17 Jericoacoara/CE.



Fonte: MTur

Figura 18 Lençóis Maranhenses/MA.



Fonte: MTur.

Objetivou-se, com a contratação dos referidos estudos, subsidiar potenciais parcerias com a iniciativa privada para exploração de atividades de visitação turística voltadas à

educação ambiental e à conservação do meio ambiente, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza.

Outra ação considerada relevante no exercício, realizada com o objetivo de alavancar o turismo em águas, foi a proposta de criação de recifes artificiais na costa brasileira. Para tanto, foi firmado o Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 002/2021 com a Marinha do Brasil, no valor de R\$ 215.737,56, vinculado à Ação 20Y4 – Articulação e Ordenamento Turístico, do PPA 2020-2023. O objeto é o transporte e o afundamento de bens (equipamentos militares), visando o desenvolvimento de atividades de mergulho contemplativo para potencializar as atrações ecoturísticas relacionadas às atividades subaquáticas de mergulho no Rio de Janeiro/RJ.

Também em 2021, foi realizada a contratação de capacitação de profissionais aquaviários para atuarem como condutores de turismo náutico. Para isso, foi firmado o TED nº 001/2021, com a Universidade Federal Fluminense (UFF), no valor de R\$ 299.144,00. A ação está vinculada à Ação 21AM – Articulação, Cooperação e Atuação Integrada para o Desenvolvimento do Turismo e à Ação 20Y4 – Articulação e Ordenamento Turístico, do PPA 2020-2023.

Regionalização do Turismo

Um dos principais objetivos da regionalização é fortalecer as governanças regionais², a gestão descentralizada e o Sistema Nacional de Turismo³, contribuindo para o crescimento sustentável e inclusivo, indutor da redução das desigualdades regionais, por meio da geração de emprego e renda para o País.

Construído para estabelecer relacionamentos entre os seus participantes e promover a convergência de ações necessárias ao desenvolvimento das regiões turísticas, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) propõe encontros para o fortalecimento da Rede de Regionalização, a fim de articular e promover a integração e a ampliação de conhecimento entre os estados, regiões e municípios. No exercício de 2021 foram realizados 59 atendimentos aos gestores regionais por meio do PRT+Integrado, em cumprimento ao estabelecido no PPA 2020-2023.

2 Instância de Governança Regional (IGR): organização que possa tomar decisões e orientar o desenvolvimento turístico de uma região, de forma sustentável. É um ente organizacional com participação do poder público e dos atores privados dos principais componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa em âmbito regional, que podem ter vários formatos: Fórum, Circuito, Conselho, Associação, Agência de Desenvolvimento etc. Finalidade: constituir e integrar uma rede de gestão descentralizada e compartilhada para pensar estrategicamente em ações para o desenvolvimento do turismo de uma região turística.

3 O Sistema Nacional de Turismo tem por objetivo promover o desenvolvimento das atividades turísticas, de forma sustentável, pela coordenação e integração das iniciativas oficiais com as do setor produtivo. Conforme Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. O Sistema Nacional de Turismo é composto pelos seguintes órgãos e entidades: I-Ministério do Turismo; II-EMBRATUR-Instituto Brasileiro de Turismo; III-Conselho Nacional de Turismo; e IV-Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo. Poderão ainda integrar o Sistema: I-os fóruns e conselhos estaduais de turismo; II-os órgãos estaduais de turismo; e III-as instâncias de governança macrorregionais, regionais e municipais.

O Mapa do Turismo Brasileiro é instrumento instituído no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo que orienta a atuação do MTur no desenvolvimento das políticas públicas. É o Mapa que define a área que deve ser trabalhada prioritariamente pelo Ministério.

Para participar, os municípios devem observar os critérios, as orientações, os compromissos, os procedimentos e os prazos estabelecidos na Portaria MTur nº 41, de 24 de novembro de 2021. Os municípios que o compõem são indicados pelos órgãos estaduais de turismo, em consonância com as Instâncias de Governança Regionais, a partir de critérios construídos com o MTur. Atualmente estão cadastrados no Mapa 2.694 municípios e 333 regiões turísticas.

Importar destacar que, a partir da publicação da Portaria MTur nº 41, de 2021, o mapa que antes era atualizado a cada dois anos, poderá ser atualizado a qualquer tempo. Para que isso aconteça, os gestores municipais poderão cadastrar seus municípios e incluir os documentos necessários a qualquer tempo desde que atendidos os critérios, as orientações, os compromissos e os procedimentos disposto em portaria, por meio da plataforma disponibilizada pelo Ministério do Turismo. Os estados e DF, por meio de seus órgãos oficiais de turismo terão 30 dias para homologar o cadastro do muni-

cípio no Sistema do Mapa e enviar para aprovação do MTur, que terá 15 dias para realizar a aprovação e incluir no Mapa. As mudanças realizadas no Mapa do Turismo Brasileiro têm como objetivo aumentar a representatividade dos municípios brasileiros, em especial nesse momento de retomada das atividades turísticas, onde mais do que nunca as políticas públicas deverão ser precisas para contribuir para a recuperação econômica de nosso país.

No que se refere aos Planos Estratégicos para o Desenvolvimento Territorial do Turismo e Formação e Fortalecimento das Instâncias de Governança Regionais, estados e municípios recebem apoio do Ministério, visando à promoção da estruturação dos destinos, a melhoria da capacidade de gestão e o desenvolvimento turístico local.

Dos 21 convênios firmados, 16 continuam em execução, conforme tabela apresentada no Relatório de Gestão Integrado de 2020, páginas 69 e 70, havendo desembolso de R\$ 896.142,43 referente a esses convênios em execução. Ainda há um saldo a ser desembolsado de R\$ 862.500,00. Destaca-se que, em 2021, três produtos foram aprovados e dois convênios foram cancelados: Secretaria de Estado de Turismo/ES e Município de Gaspar/SC. A seguir, a tabela **síntese**:

Tabela 13 Produto aprovado por conveniente.

| UF | Nº DO CONVÊNIO/ANO | CONVENIENTE | PRODUTO APROVADO |
|----|--------------------|----------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| SC | 865307/2018 | Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense | Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo da Área Turística Serra Catarinense |
| SC | 880074/2018 | Município de Nova Trento | Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo do Município de Nova Trento (SC) |
| SC | 852744/2017 | Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte | Formação e fortalecimento das Instâncias de Governança Regionais–(IGR's) do Estado do Turismo de Santa Catarina |

Fonte: Elaborado por SNAIC/MTur.

Mobilidade e conectividade turística

Com vistas a proporcionar um ambiente capaz de gerar aumento de oportunidades de novos negócios e investimentos no setor de mobilidade e conectividade turística, além de apoiar a qualificação de infraestruturas já existentes, o Ministério realizou, em 2020, cooperação técnica com o Laboratório de Transportes e Logística (Labtrans), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em 2021, destaca-se a identificação e a avaliação de legislações e normatizações ligadas aos modos de transporte e à mobilidade urbana que proporcionaram um avanço nas proposições relacionadas à melhoria do setor e ao fortalecimento das interfaces entre as políticas nacionais de transportes e turismo. Além disso, em 2021, o Labtrans realizou um diagnóstico das infraestruturas de transportes das 30 rotas turísticas estratégicas, obtendo e consolidando informações

dos subsistemas rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário sob o ponto de vista do desenvolvimento do turismo.

Além disso, o MTur, por meio do Fórum de Mobilidade e Conectividade Turística (Fórum MOB-Tur), proporcionou significativos avanços em iniciativas e propostas relacionadas à melhoria do setor de transporte turístico tendo como temas o turismo rodoviário, trens turísticos e preservação da memória ferroviária, conectividade aeroportuária, turismo náutico e mobilidade urbana. As ações e deliberações do Fórum MOB-Tur se destinaram ao fortalecimento das interfaces entre as políticas nacionais de transportes e turismo, alinhando entendimentos entre as diversas entidades públicas e privadas competentes e interessadas na melhoria da mobilidade e da conectividade turística.

Para o ano de 2022, estão previstas a apresentação de proposições e diretrizes relacionadas ao planejamento da mobi-

lidade e conectividade turística e a elaboração de um Plano Diretor de Mobilidade e Conectividade Turística.

Em dezembro de 2021, foi firmado o **TED 003/2021** com a Labtrans/UFSC, no valor de R\$ 2.700.300,00, cujo objeto é a elaboração de estudos e projetos voltados à melhoria da infraestrutura do turismo náutico no Brasil, diagnosticando a atual situação do setor, evidenciando potencialidades turísticas e necessidades de investimentos.

Com isso e ações de *benchmarking*, serão desenvolvidos projetos conceituais para tipologias definidas e, posteriormente, elaborados anteprojetos de estruturas e instalações de apoio náutico destinadas ao turismo náutico de recreio e esporte em localidades selecionadas. Para tanto, o escopo dessas iniciativas também contempla visitas técnicas *in loco*, envolvendo entrevistas com entidades locais e realização de levantamentos de campo, previstas para 2022. O valor destinado a este projeto foi de R\$ 2.780.300,00, vinculado à Ação 20Y4 – Articulação e Ordenamento Turístico e à Ação 2C01 – Promoção de Investimentos Privados e Financiamento no Setor de Turismo, do PPA 2020-2023.

Fórum de Mobilidade e Conectividade

Figura 19 Fórum de Mobilidade e Conectividade Turística.



Fonte: Elaborado por SNAIC/MTur.

Em outubro de 2021 foi realizada a 2ª Reunião Extraordinária do Fórum de Mobilidade e Conectividade Turística (Fórum MOB-Tur), instituído pela Portaria nº 632, de 14 de setembro de 2020. Com a participação dos Ministérios da Infraestrutura (MINFRA), Economia (ME) e Relações

Exteriores (MRE); Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur); Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR) e todas as Secretarias de Turismo da Região Norte, a equipe do MTur mediu discussões a respeito da melhoria do transporte aeroviário para a Região Norte.

Dentre os assuntos abordados: projetos, desafios, tendências e oportunidades para a exploração sustentável; atração de investimentos em turismo e mobilidade na Amazônia brasileira; os destinos e atrativos turísticos da Amazônia brasileira: as Rotas Amazônicas Integradas (RAI), proposta do estado de Roraima, que funcionará inicialmente com o desenvolvimento de um trabalho de promoção integrada envolvendo os produtos de pesca esportiva de todos os estados da Região Norte do País.

Cabe destacar que não houve dispêndio com o referido Fórum, posto que se trata de um ambiente que objetiva debates de temáticas voltadas para o turismo entre variados órgãos e atores.

2.2.2 Infraestrutura Turística

(OE 08–Estruturar o Turismo e a Cultura)

A implantação da infraestrutura turística é um dos importantes instrumentos para o desenvolvimento do turismo nos municípios brasileiros. Essa ação está alinhada ao objetivo estratégico de Estruturar o turismo e a cultura no Brasil (OE 08), uma vez que a iniciativa permite a expansão da atividade turística e a melhoria dos produtos para o turista nas diversas regiões do País.

Por meio de recursos próprios e de emendas ao orçamento, o MTur promove a celebração de contratos de repasse com estados, municípios, o Distrito Federal e consórcios públicos, sendo a Caixa Econômica Federal (CEF) a sua mandatária.

Em 2021, o MTur recebeu 590 propostas de trabalho na Plataforma +Brasil, que se subdividem em:

Tabela 14 Resumo da Quantidade de Propostas de Trabalho - MTur 2021.

| RESULTADO PRIMÁRIO | AÇÃO DE GOVERNO | QUANTIDADE DE PROPOSTAS ANALISADAS | QUANTIDADE DE PROPOSTAS EMPENHADAS |
|---------------------------|-----------------------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|
| 2 PRIMARIO DISCRICIONARIO | 10V0 – APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURISTICA | 384 | 43 |
| 6 EMENDA INDIVIDUAL | 10V0 – APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURISTICA | 199 | 193 |
| 7 EMENDA DE BANCADA | 10V0 – APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURISTICA | 7 | 7 |
| TOTAL | | 590 | 243 |

Fonte: DIETU/SNINFRA/MTur. (Dados do dia 10 de Janeiro de 2022, extraídos da Plataforma mais Brasil).

Nesse cenário, após a análise técnica conclusiva, 243 novos projetos foram apoiados dentro da Ação 10V0 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, totalizando R\$ 221.546.751,00, o que representou a execução de 100% do limite orçamentário disponibilizado, resultando em 41,19% de índice de sucesso no apoio dos pleitos analisados.

Entre os projetos apoiados mais relevantes, encontram-se os seguintes:

Tabela 15 Relação de projetos apoiados (mais relevantes).

| PROJETOS | VALOR (EM R\$) |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| Construção de Centro de Comercialização de Produtos Associados ao Turismo no Município Campo Grande/MS | 15.056.778,00 |
| Pavimentação na Rota Turística Gramado–Santa Maria do Herval–região turística do Vale Germânico–no Estado do Rio Grande do Sul/RS | 9.652.043,00 |
| Construção do Centro de Convenções no município de Itabaiana/SE | 6.433.550,00 |
| | 4.785.919,00 |
| Construção de infraestrutura no Parque Águas do Catolé, do município de Itapetinga/BA | |
| Construção de Infraestrutura na Orla da Monsuaba, no Município de Angra dos Reis/RJ | 5.253.452,00 |
| TOTAL | 41.181.742,00 |

Fonte: Consultado em 22 de Fevereiro de 2022, SNINFRA/MTur.

No ano de 2021 foram gerenciados mais de 1.500 contratos de repasse, sendo que 501 obras foram identificadas como paralisadas, as quais já haviam recebido repasses no valor total de R\$ 465 milhões.

Os motivos mais frequentes para paralisação das obras são as alterações nos escopos dos objetos contratados e a rescisão contratual com a empresa vencedora do certame licitatório, ocasionando a necessidade de reprogramação do escopo licitado e a realização de novo processo licitatório. Apesar de R\$ 249 milhões desse montante terem sido investidos para a melhoria da infraestrutura turística nacional, verificou-se a necessidade de retomada e conclusão das obras paradas. Assim, foram diligenciadas solicitações de justificativas aos tomadores, com o intuito de identificar os problemas e resolvê-los em conjunto com a CEF, responsável pela operacionalização dos contratos.

Ao término do exercício de 2021, 794 obras foram finalizadas em todo o País, com investimento superior ao montante de R\$ 760 milhões. Em relação às obras em andamento, foram desembolsados mais de R\$ 714 milhões relacionados a todas as fases de execução (do início à conclusão).

No ano de 2021, foram concluídas obras de grande porte, como as destacadas a seguir:

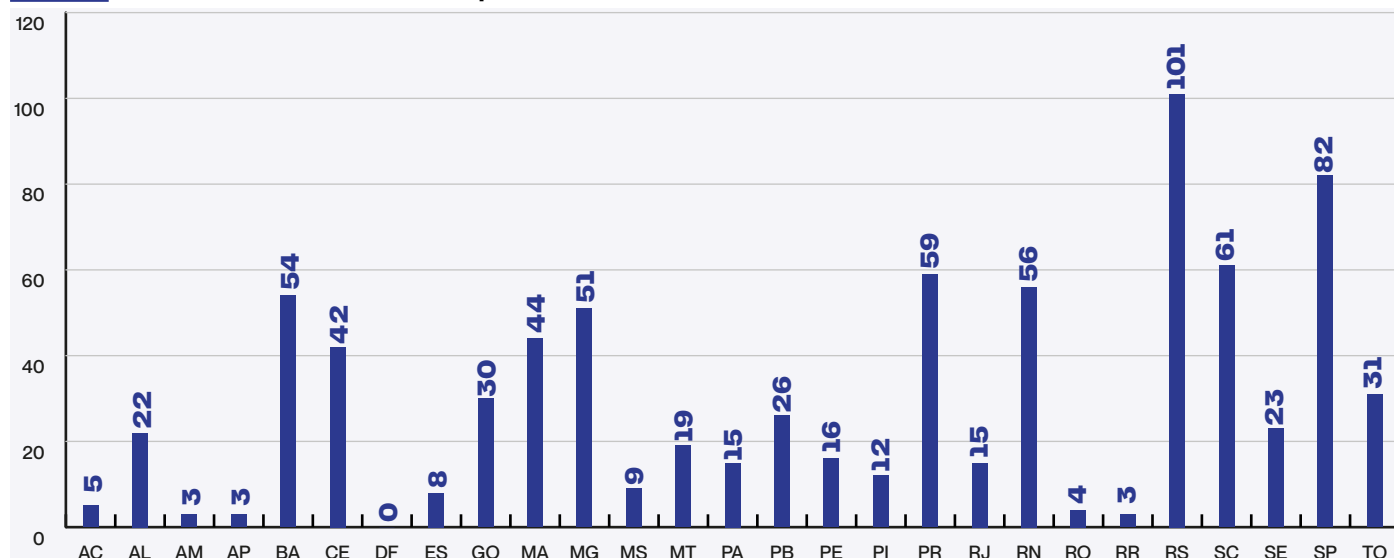
Tabela 16 Relação de obras de grande porte concluídas.

| OBRA | VALOR (EM R\$) |
|--------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| Adequação e implantação de infraestrutura do autódromo Jose Carlos Pace (Interlagos) | 160.000.000,00 |
| Apoio para Requalificação da Orla Rio Branco-Bacia Caxangá | 59.926.400,00 |
| Centro de Convenções do Amazonas | 40.000.000,00 |
| TOTAL: | 25.92.400,00 |

Fonte: Dados de 22 de Fevereiro de 2022, SNINFRA/MTur.

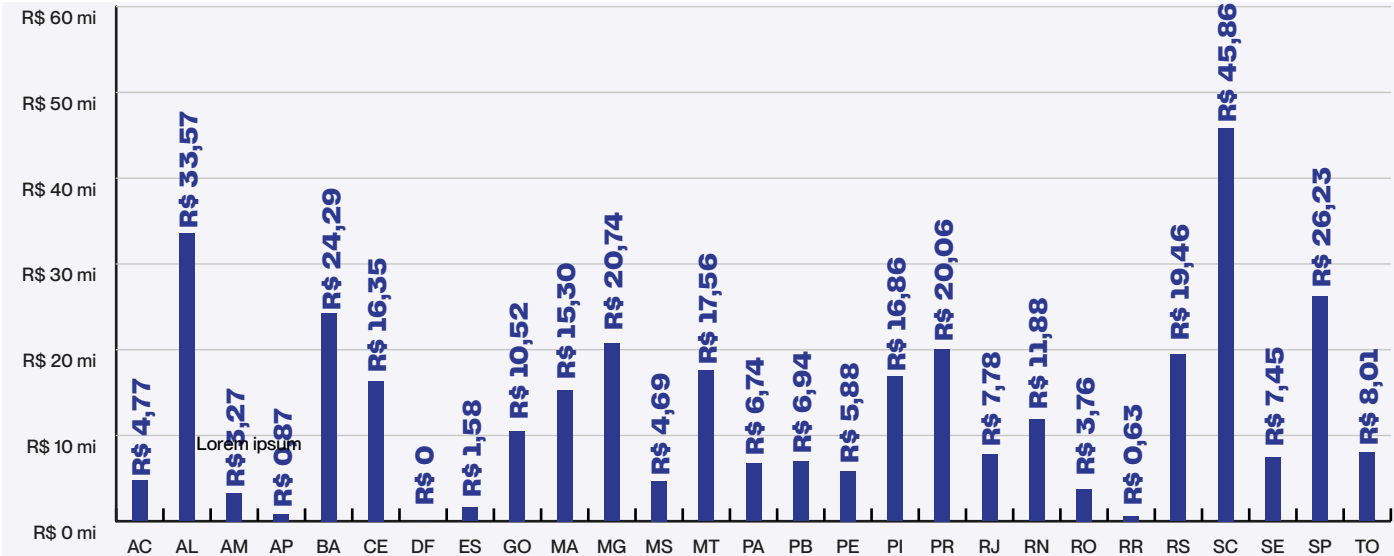
No estado do Rio Grande do Sul/RS, registrou-se o maior número de obras concluídas em 2021, ou seja, 101 obras, conforme indicado no gráfico abaixo:

Gráfico 9 Quantitativo de obras concluídas por estado em 2021.



Fonte: DIETU/SNINFRA/MTur. (Dados do dia 10 de Janeiro de 2022, extraídos do SIURB–Sistema de Acompanhamento de Obras, mantido pela CEF).

Gráfico 10 Desembolsos em R\$, por estado em 2021–todas fases de execução



Fonte: DIETU/SNINFRA/MTur. (Dados do dia 10/01/2022, extraídos do SIURB–Sistema de Acompanhamento de Obras, mantido pela CEF).

Ainda, no ano de 2021, foram gerenciados cinco convênios, conforme demonstrado na Tabela 17, apresentada abaixo.

Tabela 17 Relação de Convênios em Execução por Município.

| CONVENENTE | CONVÊNIO (Nº/ANO) | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | VALOR DE REPASSE (EM R\$) |
|-------------------------------------------------------------|-------------------|----|---------------------|---------------------------------------------------------------------|---------------------------|
| Prefeitura de Barra de São Miguel – AL | 730528/2009 | AL | Barra de São Miguel | Sistema de Esgotamento Sanitário de Barra de São Miguel – 2ª etapa. | 7.999.000,00 |
| Prefeitura de Barra de São Miguel – AL | 744690/2010 | AL | Barra de São Miguel | Sistema de Esgotamento Sanitário de Barra de São Miguel – 3ª etapa. | 8.500.000,00 |
| Secretaria Municipal de Infraestrutura de Fortaleza – SEINF | 728549/2009 | CE | Fortaleza | Urbanização da encosta do Conjunto do Morro Santa Terezinha | 10.000.000,00 |
| Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Norte | 740418/2010 | RN | Natal | Reabilitação urbana do centro histórico de Natal – RN | 2.005.200,00 |
| Prefeitura de Embu das Artes/SP | 736404/2010 | SP | Embu das Artes | Parque Da Várzea Do Rio Embu- Mirim – 1º Etapa | 8.000.000,00 |
| TOTAL | | | | | 36.504.200,00 |

Fonte: DIETU/SNINFRA/MTur. (Dados do dia 10 de Janeiro de 2022, extraídos do SIAFI–Sistema Integrado de Administração Financeira, mantido pelo Governo Federal).

Além disso, em 2021, foi realizada a gestão de quatro TEDs, que somam um valor total de R\$ 16.991.538,00, conforme detalhado na Tabela 18 abaixo:

Tabela 18 Relação de Termos de Execução Descentralização em execução

| PARTÍCIPE | TED (Nº/ANO DE REALIZAÇÃO) | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | VALOR DE REPASSE (EM R\$) |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|-------|------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|
| Companhia de Desenvolvimento das Bacias dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF | 002/2018 (SIAFI 694362) | MG | Diversos Municípios | Execução de obras de estruturação turística. | 7.120.000,00 |
| Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) | 81/2020 (SIAFI 904429) | TO | Pindorama do Tocantins | Pavimentação e recapeamento de ruas e avenidas. | 5.743.773,00 |
| Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) | 87/2020 (SIAFI 904428) | TO | Pindorama do Tocantins | Recuperação de infraestrutura de estradas e rodovias | 3.828.065,00 |
| Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC | TED 81/ 2021 MTUR-UFSC (SIAFI 1AAGPB) | TODOS | Diversos | Elaboração de projetos tipos de Unidades Verde e Amarelo e Portais Turísticos | 299.700,00 |
| TOTAL | | | | | 16.991.538,00 |

Fonte: DIETU/SNINFRA/MTur. (Dados do dia 10 de Janeiro de 2022, extraídos do SIAFI, mantido pelo Governo Federal).

O MTur utiliza os Coeficientes de Emprego e Renda da Construção, disponibilizados pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) para calcular o impacto das obras de infraestrutura turística na geração de empregos, diretos e indiretos. O cálculo considera que, para cada R\$ 1 milhão de investimentos em obras, são gerados 14 postos de trabalho nas construtoras e outros 8 empregos na indústria de materiais de construção, nos serviços e no comércio de materiais, totalizando 22 novas ocupações. Assim, pelo desembolso financeiro realizado no exercício de 2021, o MTur estima que foram criados 7.502 empregos. Apesar de não ser possível mensurar os empregos gerados em toda a cadeia do setor, outras oportunidades são geradas após a conclusão das obras.

2.2.3 Desenvolvimento e Competitividade do Turismo

Os principais resultados relacionados ao desenvolvimento e competitividade do turismo referem-se: à estruturação de estudos voltados para estimular o mercado do turismo, de forma a garantir um posicionamento de produtos turísticos; à gestão de destinos inteligentes e criativos, de forma a garantir um crescimento do turismo de forma responsável; e à formalização e fiscalização de prestadores de serviços turísticos, permitindo, dessa forma, a construção de diversos cursos e produtos focados para a qualificação dos prestadores.

Ademais, o MTur realizou ações de promoção vinculadas à coordenação de eventos geradores de fluxos turísticos e à publicidade e propaganda dos produtos e projetos desenvolvidos no âmbito do Ministério, bem como de

coordenação de eventos institucionais e à concessão de patrocínio a eventos.

E com a continuidade da pandemia da Covid-19, houve a necessidade de alterar a Lei nº 14.046, de 24 de agosto de 2020 para prorrogar os prazos para remarcações, emissão de créditos e restituição de valores, em relação a serviços turísticos, reservas e eventos cancelados em razão da pandemia de Covid-19, nos setores de Turismo e Cultura, por meio da edição da Medida Provisória nº 1.036, de 2021. A MP nº 1.036, de 2021, elaborada pelo Ministério do Turismo, em conjunto com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, alterou a Lei nº 14.046, de 24 de agosto de 2020, foram prorrogados os prazos para remarcações (antes era até 30 de junho de 2022), emissão de créditos e restituição de valores (antes era até 31 de dezembro de 2021), em relação a serviços turísticos, reservas e eventos cancelados em razão da pandemia da **Covid-19**.

Com a mudança, os consumidores terão até 31 de dezembro de 2022 para remarcar pacotes turísticos, ingressos, reservas em meios de hospedagens, entre outros; ou utilizar o crédito para uso ou abatimento na compra de outras atrações disponíveis nas respectivas empresas. As remarcações e as emissões de créditos deverão ser realizadas sem custo adicional para os consumidores, desde que realizadas no prazo de 120 dias, contado da comunicação do adiamento ou do cancelamento dos serviços, ou 30 dias antes da realização do evento, o que ocorrer antes.

O prestador de serviço, nos casos que estiver impossibilitado de remarcar o serviço/evento ou emitir o crédito, deverá restituir os valores pagos pelo consumidor também até 31 de dezembro de 2022.

Os consumidores que já emitiram seu crédito (voucher) no ano passado ou no início deste ano não precisam acionar

novamente o prestador de serviços para prorrogar a data limite para a sua utilização. O crédito que passa a valer automaticamente para utilização até 31 de dezembro de 2022.

A Medida também desobriga, por mais um ano, artistas, palestrantes e outros profissionais contratados até 31 de dezembro de 2021 para eventos cancelados ou adiados em razão da pandemia da Covid-19, como shows, rodeios, espetáculos musicais e de artes cênicas, de reembolsar imediatamente os valores já recebidos em relação a seus serviços ou cachês, desde que o evento seja remarcado para até 31 de dezembro de 2022. Caso não haja remarcação ou a pres-

tação de serviço, o mesmo deve restituir o valor pago pelo contratante, atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial–IPCA-E.

Qualificação do Turismo

(OE 11–Estimular a inclusão e a acessibilidade e OE 11–Qualificar serviços e agentes do turismo e da cultura)

No ano de 2021 foram realizados os seguintes projetos e ações de qualificação profissional:

Tabela 19 Relação de Projetos e Ações de Qualificação Profissional:

| AÇÕES | RESULTADOS | VALOR AUTORIZADO (R\$) | VALOR GASTO (EM R\$) |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| Implementação da Política Nacional de Qualificação no Turismo (PNQT)–8 cursos pilotos referentes à 1ª Fase das Rotas Turísticas Estratégicas, abrangendo 55 municípios. | 152 alunos qualificados. | 3.164.450,00 | 3.138.792,78 |
| Implementação da Política Nacional de Qualificação no Turismo (PNQT)–23 cursos pilotos referentes à 2ª Fase das Rotas Turísticas Estratégicas, envolvendo 117 municípios. | 832 alunos qualificados. | | |
| Implementação da Política Nacional de Qualificação no Turismo (PNQT)–Seminário Nacional de Validação do Plano de Qualificação em Turismo de Base Territorial, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) | 588 pessoas certificadas. | | |
| Curso de Preparação às Pessoas da Linha de Frente do Turismo para Atender Bem o Turista – Brasil Braços Abertos (BBA) | 882 alunos qualificados | Não se aplica, uma vez que a parceria foi firmada em 2016 | Não se aplica, uma vez que a parceria foi firmada em 2016 |
| Curso Gestor de Turismo (CGT) | 613 alunos qualificados | Não se aplica, uma vez que a parceria foi firmada em 2016 | Não se aplica, uma vez que a parceria foi firmada em 2016 |
| Formação Inicial Continuada (FIC)–11 cursos | 2.970 alunos qualificados | 1.007.100,00 | 826.240,40 |
| Parcerias Voluntárias–Editais de Chamada Pública – 40 cursos | 28.438 alunos qualificados | 0 | 0 |
| Especialização em Atrativos Turísticos Culturais e Naturais para Guias de Turismo Regionais – Oferta de 10 cursos | 389 alunos qualificados | 5.065.979,40 | 2.589.957,30 |
| TOTAL: | 34.864 pessoas | R\$ 9.237.529,40 | R\$ 6.554.990,48 |

Fonte: Elaborado por SNDTur.

Conforme acima discriminado, o resultado global, de janeiro a dezembro de 2021, foi contabilizado em **34.864** pessoas qualificadas.

Ademais, encontram-se em execução as seguintes ações:

Tabela 20 Relação de ações em execução.

| AÇÕES EM EXECUÇÃO | OBJETIVO | CARGA HORÁRIA | MODALIDADE | STATUS EM DEZEMBRO DE 2021 | VALORES (EM R\$) |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|
| Elaboração de conteúdo– Gestão de Políticas Públicas em Turismo | Contratação de serviços de elaboração de conteúdo didático-pedagógico em consonância com a proposta do designer do 3º Nível da metodologia de “Desenvolvimento de Atores Institucionais no Planejamento e Gestão de Políticas Públicas em Turismo”, englobando conteúdos que requerem a formação mínima de ensino médio ou formação técnica. | 80h | EaD | Em fase de desenvolvimento | VALOR AUTORIZADO 1.005.341,10 VALOR GASTO: 255.601,81 |
| Curso de Idiomas, de inglês e espanhol | Qualificação de condutores e guias de turismo, estudantes de turismo e profissionais que atuam na cadeia produtiva em língua inglesa e espanhola. | 200 horas | EaD – Semipresencial | Em execução | VALOR AUTORIZADO 3.818.868,00 VALOR GASTO: 3.465.363,47 |
| Curso de Atendimento à Pessoa com Deficiência | Desenvolvimento e oferta de cursos de capacitação/qualificação e conteúdos informativos, para pessoas que atuam na linha de frente do turismo, sobre como atender assertivamente a pessoa com deficiência, de forma adequada, nas seguintes categorias: física, auditiva, visual, mental e múltipla, bem como pessoa com mobilidade reduzida, pessoa com idade igual ou superior a 60 anos. | 300h | EaD | Em fase de desenvolvimento com a previsão de entrega dos cursos em 2022 | VALOR AUTORIZADO 1.584.670 VALOR GASTO: 1.584.670 |
| Curso <i>WOULD YOU LIKE</i> | Método de Capacitação para Língua Inglesa doado ao MTur, que permite que indivíduos de baixa escolaridade (em média até o quarto ano do ensino fundamental), se comuniquem na língua Inglesa dentro de até seis meses, se praticado diariamente. | Pílulas de aprendizagem compostas por 20 vídeos, perfazendo um total de 1h40min | EaD | Em fase de desenvolvimento | VALOR AUTORIZADO 138.100,00 VALOR GASTO: 138.100,00 |
| Curso Turismo Náutico | Destinado a profissionais habilitados pela Marinha do Brasil, preferencialmente, Marinheiros Auxiliar de Convés (MAC), profissionais Especializados em Segurança de Embarcações de Passageiros (ESEP), e Marinheiro Auxiliar Fluvial de Convés e Máquinas, aptos a atuarem no mar e em águas interiores | 12 horas | EaD (assíncrono e autoinstrucional para o exercício das atividades de condutor de turismo) | Em fase de desenvolvimento | VALOR AUTORIZADO 299.144,00 VALOR GASTO: 299.144,00 |
| Desenvolvimento de um ecossistema de informação e capacitação em Turismo. Trata-se de uma plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e de <i>Serious Games</i> . | Ecossistema em versão web, com design responsivo, aplicativo em versão mobile, de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e de <i>Serious Games</i> de Situações de acessibilidade, customizados para o MTur, com hospedagem por 36 meses em ambiente computacional em nuvem. | 300h | EaD | Em fase de desenvolvimento com a previsão de entrega dos cursos em 2022. | VALOR AUTORIZADO 1.206.800,00 VALOR GASTO: 1.206.800,00 |

Fonte: Planilha de monitoramento interna (SNDTur).

Formalização e Fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos

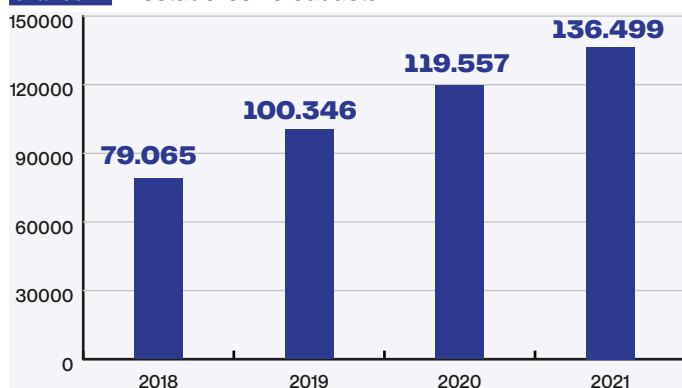
O MTur busca incrementar o número de prestadores formalizados nos próximos anos para aproximá-los das ações do Ministério. Também objetiva compartilhar os dados do Cadastur para embasamento de políticas públicas mais adequadas ao setor, assim como tratá-los para gerar informações de mercado. Para tanto, são necessárias melhorias no processo de cadastramento e atendimento ao cidadão. A exemplo, cita-se a necessidade de reformulação da ficha nacional de registro de hóspedes para tornar o procedimento de *check-in* mais eficiente e armazenar os dados de forma mais segura.

O Cadastur, exigido pela Lei nº 11.771, de 2008, é vetor de formalização de prestadores de serviços turísticos, e continua sendo insumo essencial para embasar ações da retomada do turismo, especificamente no que concerne aos desafios enfrentados pelas empresas e profissionais turísticos durante a pandemia da Covid-19.

Para tanto, durante o ano de 2021, o MTur imprimiu esforços para atendimento às dúvidas do cidadão e dos órgãos delegados, seja para operacionalização do cadastrado, seja sobre questões normativas relacionadas aos prestadores de serviços turísticos. Foram realizados cerca de 15 mil atendimentos. Ressalta-se que a partir de dezembro de 2020 foi encerrado o contrato com a central de atendimento do MTur (0800, *Chat Online*), atividades que estão sendo realizadas pelos servidores do Ministério.

No exercício, houve um aumento de 16.942 cadastros, crescimento de 11% comparado ao final de 2020. Nesse período também foram empregados esforços para digitalização do crachá de Guia de Turismo, visando facilitar o acesso ao documento durante a pandemia. No que concerne aos crachás físicos, foram impressos 4.352 documentos no período, totalizando o custo de R\$ 14.840,32.

Gráfico 11 Prestadores no Cadastur



Fonte: Cadastur/MTur

O sistema do Cadastur também passou por um aperfeiçoamento para a adequação ao *login* do GOV.BR, o qual possibilitará o acesso unificado e padrão aos serviços digitais

do Governo Federal. Para tanto, o MTur trabalhou em materiais de comunicação para esclarecer os usuários do serviço, além de realizar testes e elaborar regras de sistema.

Outro ponto relevante foi a integração do Cadastur com os Portais do Empreendedor e do MEI (Microempreendedores Individuais). Os empreendedores do turismo agora encontram, de forma acessível, todas as informações necessárias para formalizar sua empresa em um só lugar. Isso porque essas plataformas do Governo Federal reúnem todos os procedimentos e licenças para a criação de empresas no Brasil: o Portal do Empreendedor—direcionado a MEI—e o Portal Redesim—voltado a pessoas jurídicas. É uma iniciativa para desburocratizar e facilitar a vida de quem quer empreender.

Foram também empregados esforços para o compartilhamento dos dados do Cadastur com estados interessados (Rio de Janeiro/RJ, Mato Grosso/MT, Manaus/AM), facilitando o acesso a esta base para a implantação de políticas públicas baseadas em dados. Nesse sentido, o Cadastur foi inserido na ferramenta de compartilhamento de dados do Governo Federal (ConectaGov) e foram estudados os devidos procedimentos a serem seguidos observando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Em relação à Ficha Nacional de Registro de Hóspedes, disponível no link <https://hospedagem.turismo.gov.br/>, o MTur elaborou, junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o intuito de compartilhar os dados pessoais do Sistema. As informações constantes da Ficha são relevantes para fins de segurança pública e, no âmbito do MTur, para a proposição de políticas voltadas ao setor de Turismo. O documento foi assinado pelo MJSP e aguarda a assinatura por parte do MTur.

Ainda com o MJSP foi celebrado, em março de 2021, outro ACT objetivando ações conjuntas para o fortalecimento da proteção do consumidor no âmbito do Turismo. Dessa forma, o MTur lançou o informativo Consumidor Turista, destinado a prestar informações sobre serviços relacionados ao turismo, bem como relatório trimestral com dados estatísticos do desempenho dos 30 prestadores de serviços turísticos que já aderiram à plataforma Consumidor.gov.br e que servirão para o monitoramento do desempenho das empresas de turismo em relação à resolução de conflitos consumeristas.

Figura 20 Campanha Consumidor.gov

Fonte: SNDTur/MTur.

No que concerne às ações de fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, nos meses de janeiro a dezembro de 2021, por ocasião da pandemia, foi dada continuidade à fiscalização de forma remota por meio de *e-mail* e telefone, com o intuito de disseminar os programas e projetos do MTur, e como forma de incentivar a retomada do turismo no País. Essa estratégia resultou em uma sensibilização de 6.734 prestadores de serviços turísticos, a exemplo de meios de hospedagem, acampamentos turísticos e outros, o que contribuiu consideravelmente para o aumento de cadastros em todo País.

Além disso, no mesmo período, foram realizadas fiscalizações oriundas de 103 denúncias apresentadas ao Ministério, sempre procurando orientar e esclarecer o setor quanto aos seus deveres junto aos turistas, bem como as vantagens proporcionadas pelo Governo Federal aos empreendimentos legalizados.

Esta estratégia de sensibilização, aliada ao reforço da disseminação das informações relativas aos programas e iniciativas sociais e econômicas proporcionadas pelo MTur, contribuiu no ano de 2021 para o aumento no número de empreendimentos legalizados. No mesmo contexto, foi providenciada a atualização do material digital, que dissemina e divulga os principais projetos do MTur, auxiliando a divulgação de forma contínua junto aos prestadores de serviços turísticos pelos agentes fiscais, durante as sensibilizações remotas realizadas. O objetivo dessas ações é conscientizar o prestador de serviço turístico da importância da formalização de sua atividade e promover a divulgação dos projetos e benefícios proporcionados pelo Governo Federal, visando incentivar a retomada do crescimento econômico e turístico do setor.

Complementarmente, tendo em vista a gradual retomada do turismo e a necessidade de continuidade dos serviços, no ano de 2021, foram encerrados 204 processos administrativos de fiscalização, 522 notificados e autuados, bem como aplicadas 25 advertências.

Por fim, quanto ao projeto de fortalecimento do relacionamento com as Secretarias Estaduais de Turismo, encontra-se em discussão as tratativas para descentralização da fiscalização com os municípios do estado do Rio de Janeiro/RJ, a exemplo de Armação de Búzios. Pretende-se capacitar servidores nesses municípios e em alguns estados, a fim de

ampliar a área de atuação do MTur em locais que demandem a regularização do setor mediante ações de sensibilização/fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

2.2.4 Inteligência Mercadológica do Turismo

(OE 10–Promover os destinos turísticos e acesso à cultura)

Produtos Turísticos

Visando aproximar os fornecedores de produtos turísticos brasileiros com os principais *players* do setor privado, o Ministério promoveu ações de apoio à comercialização e posicionamento de mercado para segmentos turísticos estratégicos estabelecidos pela sua gestão, durante a realização da WTM *Latin America* 2021, da 48ª edição da ABAV EXPO & COLLAB 2021 e do Festival de Turismo de Gramado (Festuris-2021), conforme detalhado abaixo.

- O MTur incentivou mais de 50 agentes de viagens a comercializarem trilhas de longo curso, em treinamento virtual ofertado no dia 6 de agosto de 2021, durante a programação da WTM *Latin America*. O treinamento contou com a presença de representantes de três trilhas de longo curso brasileiras: Caminhos da Fé (MG/SP), Caminho de Cora Coralina/GO e Trilha Transcarioca/RJ.

- **Investimento bruto:**
R\$ 43.700 (incluindo outros serviços)

- Na 48ª edição da ABAV EXPO & COLLAB 2021 que ocorreu de 6 a 8 de outubro de 2021, em Fortaleza/CE, as trilhas de longo curso estiveram presentes, representadas pela Associação Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso–RedeTrilhas e os Caminhos das Ararunas, da Paraíba. No estande do “caminho” foram realizados 123 atendimentos e contatos. O MTur também viabilizou a participação do Caminho dos Jesuítas, principal corredor turístico da América do Sul, visando reforçar a exposição do produto turístico no mercado nacional e divulgar os roteiros inseridos no recém-lançado Portal www.caminodelosjesuistas.com. Durante a feira, no estande do Caminho dos Jesuítas, foram realizados 300 atendimentos e contatos.

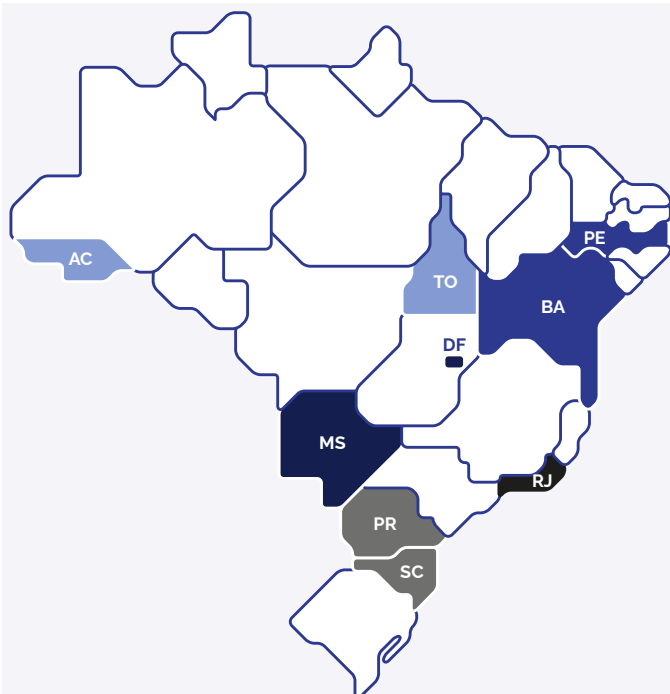
- **Investimento:**
R\$ 1.567,06 (diárias) / R\$ 3.221,58 (passagens)
- **Investimento bruto:**
R\$ 523.810,00

- Já no Festival de Turismo de Gramado (Festuris 2021), para impulsionar ainda mais o segmento de Turismo de Natureza, o Ministério apresentou três trilhas de longo curso do estado do Rio Grande do Sul (RS), quais sejam: Travessia Cassino-Barra do Chuí; Caminho das Araucárias; e Caminho do Corredor Ecológico da Quarta Colônia; além do Caminho dos Jesuítas.

- **Investimento bruto:** R\$ 450 mil

Destinos Turísticos Inteligentes

O Ministério tem desenvolvido, desde o início de 2021, as etapas necessárias para implementar uma metodologia para o desenvolvimento de Destinos Turísticos Inteligentes (DTI) no Brasil, que está sendo aplicada em 10 destinos-piloto, com o objetivo principal de melhorar a competitividade dos destinos turísticos brasileiros. O investimento total na ação foi de R\$ 803 mil. São duas cidades por região brasileira, a saber:



- **NORTE:** Rio Branco (AC) e Palmas (TO)
- **NORDESTE:** Recife (PE) e Salvador (BA)
- **CENTRO-OESTE:** Brasília (DF) e Campo Grande (MS)
- **SUL:** Florianópolis (SC) e Curitiba (PR)
- **SUDESTE:** Rio de Janeiro (RJ) e Angra dos Reis (RJ)

Fonte: SNDTur.

O período inicial contou com a realização de treinamento de servidores públicos federais e oficinas com cada destino para melhor compreensão do projeto, além da construção metodológica. Em junho de 2021 foi realizado o lançamento do projeto, com a assinatura da carta de compromisso por parte dos prefeitos dos municípios escolhidos e do governador do Distrito Federal/DF.

Logo após, iniciou-se a análise diagnóstica de cada um dos 10 destinos-piloto, momento em que foi possível estabelecer em que posição cada destino estava situado. Essa fase durou de julho ao início de outubro de 2021, quando teve início o trabalho de elaboração dos Planos de Transformação por parte dos destinos, com o apoio do MTur e do Instituto *Ciudades del Futuro* (Argentina). Esta última etapa culminará, no início de 2022, na finalização do modelo metodológico (referencial técnico) e na validação dos destinos-piloto como Destinos Turísticos Inteligentes em Transformação, podendo transformarem-se, em breve, em Destinos Turísticos Inteligentes (DTIs) de fato. Cabe destacar que, ao longo de todo o período, foi realizada intensa mobilização em nível federal para a construção dos eixos norteadores do Modelo DTI Brasil: governança; inovação; tecnologia; acessibilidade; sustentabilidade; mobilidade e transporte; promoção e *marketing*; segurança; e criatividade.

Um dos resultados deste projeto-piloto foi a elaboração e publicação da cartilha digital “DTI Brasil”, material promocional e informativo sobre o “Modelo de Destinos Turísticos Inteligentes (DTI) no Brasil” com vistas a auxiliar prefeitos, parlamentares e gestores turísticos na tomada de decisões.

Ainda em 2021 foi realizada a 1ª Reunião Ordinária da Câmara do Turismo 4.0, criada por meio do Acordo de Cooperação Técnica assinado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e o MTur. O referido Acordo possui por objetivo a construção de Planos de Ação conjuntos para promover o desenvolvimento tecnológico, impulsionar a inovação em destinos turísticos nas rotas priorizadas e auxiliar na transformação de destinos em destinos turísticos inteligentes. No ano também foram realizadas a 2ª e 3ª Reuniões Ordinárias da Câmara, ambas com discussões e apresentações referentes ao desafio *Turistech*, a Estratégia Nacional de Inovação em Turismo e ao Catálogo de Soluções Tecnológicas para DTIs.

Em outra frente, o MTur coordena a Rede de Inteligência de Mercado no Turismo – RIMT, um ambiente para análise de informações e compartilhamento permanente de experiências, de modo a orientar a promoção dos destinos conforme as expectativas e tendências dos mercados. A RIMT objetiva gerar um processo de sinergia e inteligência, que permita ampliar a profissionalização do *marketing* turístico nos destinos brasileiros. A rede é coordenada por MTur, Embratur e Sebrae Nacional, tendo como membros representantes dos órgãos oficiais de turismo das Unidades Federativas (UFs) e dos representantes do Sebrae nos estados. Outras entida-

des do *trade* turístico, bem como membros de instituições de ensino superior, podem participar como colaboradores da rede. Além disso, qualquer pessoa pode se inscrever para receber as comunicações da RIMT. Em 2021, foram realizados o 12º e 13º Encontros Nacionais RIMT, focado em sistemas de inteligência turística, inovação e tendências para os próximos anos.

Ainda, no ano de 2021, o MTur avançou para a consolidação da Rede Brasileira de Cidades Criativas (RBCC), uma rede nacional de cidades criativas voltada para o desenvolvimento e a valorização do turismo e da economia criativa, tendo como base a articulação intersetorial e interinstitucional, além da promoção da criatividade e da diversidade, o que contribui para o alcance de uma maior diversificação da oferta turística no Brasil.

Com esse objetivo, por meio de Cooperação Técnica com a Unesco, o MTur concluiu as seguintes etapas do referido projeto: estudo comparativo das redes de cidades criativas existentes; documento técnico contendo subsídios para a definição de critérios para apoio a eventos e ocupações criativas nas cidades que comporão a RBCC; resumo para a criação de marca e estratégia de ativação da Rede para fins de lançamento; e insumos para estabelecer o marco referencial para a criação e modelo de gestão da RBCC. Tal marco contempla: conceito, missão, valores, diretrizes, estratégia de participação na Rede e modelo de funcionamento da RBCC (incluindo instituição da governança, processo de candidatura, entre outros). A partir disso, o Ministério prevê o lançamento da Rede Brasileira para o primeiro semestre de 2022.

Outro projeto relevante em desenvolvimento pelo MTur, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), foi a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso (Rede Trilhas), cujo objetivo é ampliar e diversificar a oferta turística brasileira, de modo a estimular o turismo em áreas naturais. (<http://www.redetrilhas.org.br/w3/>).

Em 2021, dos 5.500 km já implementados no Brasil em trilhas de longo curso, quase 2.000 km já aderiram à Rede: Trilha Transcarioca; Caminhos Cora Coralina; Trilha Sucupira; Caminhos da Serra do Mar, Trilha Transmantiqueira e Trilha dos Canyons. É importante ressaltar que a ação não demandou recursos financeiros.

2.2.5 Desenvolvimento Sustentável e Responsável do Turismo

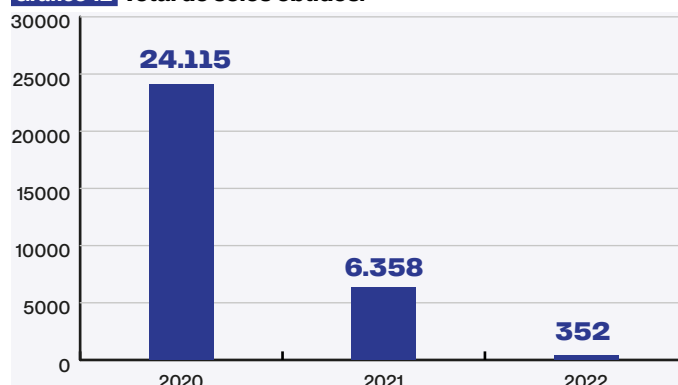
(OE 11–Qualificar Serviços e Agentes do Turismo e da Cultura e OE 10–Promover os Destinos Turísticos e Acesso à Cultura)

Turismo Responsável

O MTur lançou, em 2020, o **Selo Turismo Responsável**, um programa que estabelece boas práticas de higienização para cada segmento do setor. O selo é um incentivo para que os consumidores se sintam seguros ao viajar, posicionando o Brasil como um destino protegido e responsável.

O Programa possui cerca de 30 mil adesões, entre agências de turismo, meios de hospedagens, transportadoras turísticas, organizadoras de eventos, parques temáticos, e outros prestadores, comprometidos com a ação. As informações sobre o Programa podem ser conferidas por meio do painel interativo no endereço eletrônico <http://turismo.gov.br/paineis/acompanhamentoseselos/>.

Gráfico 12 Total de selos obtidos.



Fonte: Selo Turismo Responsável/SNDTur/MTur.

Abaixo, insere-se, para conhecimento, a figura que norteou a Campanha Selo Turismo Responsável.

Figura 21 Campanha Selo Turismo Responsável.



Fonte: MTur.

Aliado a isso, o Ministério divulgou curso para capacitação sobre os protocolos, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Por meio dessa ação, qualquer pessoa pode tornar-se apta a aprender os protocolos de biossegurança contra a Covid-19 e obter certificado para cada uma das 15 atividades turísticas.

cas. Para conhecer os protocolos de biossegurança e obter o certificado para as 15 atividades turísticas, os interessados podem acessar o link <https://www.turismo.gov.br/seloresponsavel/>.

Outra ação relevante do MTur refere-se à temática de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, desenvolvida no Ministério por meio do Código de Conduta Brasil. A iniciativa convida estabelecimentos e prestadores de serviços turísticos de todo o País a assumirem os compromissos do Código, adotando uma posição explícita de repúdio à exploração sexual contra crianças e adolescentes em sua política interna, além de promoverem ações de disseminação de informação e capacitação.

| Produção associada ao Turismo

No que se refere à valorização da produção associada ao turismo, o MTur proporciona apoio técnico e estímulo financeiro a projetos. Algumas ações encontram-se em fase de estruturação, tais como o estabelecimento de parcerias estratégicas para fortalecer a atuação do Ministério referente à produção associada ao turismo e ao turismo de base local.

Nesse sentido, encontra-se em execução um novo Acordo de Cooperação Técnica, assinado no dia 29 de setembro de 2020 com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que visa “Promover o fortalecimento da agricultura familiar no turismo por meio do incentivo à promoção e comercialização de produtos e serviços da agricultura familiar”, com ações previstas e relacionadas à gastronomia, no intuito de consolidar o turismo gastronômico no Brasil.

Ainda, em 2021, foram realizadas Lives dos seminários virtuais “Visões de Mercado”, os quais foram promovidos por meio do Projeto Experiências do Brasil Rural, com o intuito de evidenciar benefícios da qualificação profissional para alavancar empreendimento do campo e favorecer a geração de emprego e renda no País, a partir da associação entre agricultura familiar e turismo. No mesmo período, aconteceram as gravações de oito vídeos de “Cozinha Show” itinerante, gravados *in loco* nos oito roteiros.

Ademais, as ações voltadas para o desenvolvimento sustentável do turismo Gastronômico em 2021 contribuíram para o alcance do objetivo estratégico, conforme destacado:

- Mapeamento das políticas, programas e projetos de turismo gastronômico já existentes no Brasil;
- Levantamento dos principais eventos gastronômicos nacionais, roteiros gastronômicos e produtos turísticos brasileiros ligados à gastronomia, como componente da economia criativa no contexto do turismo cultural;

- Mapeamento dos principais produtos agroalimentares brasileiros, considerando indicação geográfica, aspectos culturais, técnicas tradicionais de produção e outras características relevantes para o turismo gastronômico; e
- Levantamento e sistematização de informações relacionadas à gastronomia que contribuam para a construção de indicadores do setor para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

| Turismo Acessível

(OE 09–Estimular a inclusão e a acessibilidade)

Promoção da sustentabilidade e da acessibilidade dos destinos, produtos e serviços turísticos:

Com foco na sustentabilidade e na gestão responsável das orlas do País, o MTur desenvolve, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o TED MTur/SNDTur nº 02/2019, cujo objeto é a execução do projeto “Brasil, essa é nossa praia!”. O valor global é de R\$ 4.224.811,11, com vigência de 5 de dezembro de 2019 a 30 de abril de 2023, e o objetivo principal é orientar destinos turísticos quanto à implementação de ações de gestão responsável, incentivando a adoção de boas práticas em sustentabilidade por gestores públicos, comunidade local e turistas.

O projeto começará em 2022 e, dentre as ações específicas, está a prestação de assessoria técnica na revisão e/ou elaboração de Planos de Gestão Integrada da Orla (PGIs) nos destinos turísticos selecionados, criando condições para que mais destinos turísticos de praia façam a adesão à política nacional do Projeto Orla. O edital de Chamamento Público para a escolha dos nove destinos que serão contemplados pelo Projeto Orla foi publicado no mês de outubro de 2021. A ação selecionou os municípios de São Sebastião/SP, Barreirinhas/MA, Salvador/BA, Natal/RN, Cruz/CE, Cabo Frio/RJ, Vila Velha/ES, Paraty/RJ e Imbé/RS.

Foram aceitas inscrições de municípios classificados nas categorias A, B ou C no Mapa do Turismo Brasileiro, com orlas federais de interesse turístico, sejam elas marítimas, lacustres, fluviais ou estuarinas. Além dos nove municípios, também será contemplado o destino Angra dos Reis/RJ, que já teve o seu processo de PGI iniciado pelo MTur em parceria com a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU/ME). Iniciada em 2020 e interrompida devido à pandemia, a iniciativa será continuada pela equipe do projeto da Universidade e tem o objetivo de harmonizar as políticas ambiental, urbana, patrimonial e de turismo no cuidado com os espaços litorâneos, de forma a garantir o cumprimento da função socioambiental e econômica dos locais.

Ainda no âmbito do Projeto Orla, no 1º semestre de 2022, será firmado entre o MTur, a Secretaria do Patrimônio da União/ME e o Ministério do Desenvolvimento Regional, Acordo de Cooperação Técnica que prevê a institucionalização da Coordenação Nacional do Projeto Orla, com o objetivo de racionalizar a atuação do Estado Brasileiro na orla marítima, levando em consideração as perspectivas ambiental, patrimonial, turística e urbanística. Ressaltam-se as tratativas com o BNDES para que também sejam parceiros do Programa Orla, considerando a afinidade entre as políticas públicas e os programas de apoio disponibilizados pela instituição.

Em 2021 foi lançada a atualização do Programa Turismo Acessível. O Programa conta ainda com o Guia Turismo Acessível, disponível por meio de uma plataforma colaborativa. A plataforma permite ao usuário avaliar e consultar a acessibilidade de pontos turísticos, hotéis, restaurantes e atrações diversas. A ferramenta permite ao cidadão avaliar novos estabelecimentos ou atrações, ajudando as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a viajarem pelo Brasil com mais autonomia e segurança.

2.2.6 Marketing e Eventos

(OE 10–Promover os Destinos Turísticos e Acesso à Cultura)

Campanhas Publicitárias:

O MTur realizou campanhas publicitárias de utilidade pública, as quais se encontram discriminadas a seguir:

| Ações para a Retomada do Turismo:

Figura 22 Campanha Retomada do Turismo I.



Fonte: MTur / veiculação em novembro de 2021.

O cenário imposto pela pandemia acarretou, de forma geral e global, grandes desafios. Fazendo um recorte para o turismo nacional, não seria diferente, foram registradas perdas nunca vistas no setor. Ainda em 2020, o MTur coordenou o movimento “Retomada do Turismo”, que se tornou um ato normativo que instituiu eixos de atuação e parâmetros para

o desenvolvimento de projetos, programas e ações para retomada. Foi criada uma aliança nacional que reúne poder público, iniciativa privada, terceiro setor e Sistema S, com o propósito de mitigar os efeitos negativos causados no setor, em decorrência da Covid-19. A partir disso, várias medidas foram tomadas para proteger o turismo brasileiro e seu capital humano, dentre elas, ações de publicidade mostrando as possibilidades de turismo em natureza que o País oferece, dentre outras ações.

Figura 23 Campanha Retomada do Turismo II.



Fonte: MTur / veiculação em dezembro de 2021

Assim, com a aproximação do período de férias de verão (dezembro–janeiro) e para que as pessoas se sintam mais seguras e confortáveis a voltarem a viajar, o MTur projetou campanha, de forma clara e objetiva, para comunicar os benefícios de se viajar num país preparado para receber o turista, incentivar viagens seguras e responsáveis.

Custo Autorizado: R\$ 15.334.261,75.

| Não Cancele, Remarque – Fase II:

Figura 24 Campanha Não Cancele, Remarque.



Fonte: MTur.

Em decorrência do prolongamento da pandemia da Covid-19, o Poder Executivo editou a Medida Provisória nº 1.036, de 17 de março de 2021, que prorrogou a vigência das regras instituídas pela Lei nº 14.046, de 24 de agosto de 2020, para os cancelamentos e remarcação de eventos nas áreas de Turismo e de Cultura prejudicados pela pandemia. Com isso, o MTur executou a campanha Não Cancele, Remarque – Fase II.

Custo Autorizado: R\$ 298.578,72.

O Portal de Investimentos do MTur é resultado da estratégia de transformação digital do Governo Federal, assim como veículo ideal de consecução da missão ministerial. Em um único *hub* virtual estão disponíveis um portfólio digital de projetos no setor de turismo e um *marketplace*⁴ que permite aproximar investidor, empreendedor e poder público. Nesse sentido, foi executada uma campanha com o objetivo de alcance, para que tanto investidores quanto pessoas com possíveis projetos de turismo que necessitem de investimentos tivessem conhecimento da plataforma.

Custo Autorizado: R\$ 999.440,82.

Turismo em Natureza:

Figura 25 Campanha Turismo em Natureza.



Fonte: MTur / veiculação em outubro e dezembro de 2021

Algumas projeções sobre a Retomada do Turismo demonstram o crescimento do turismo doméstico e o aumento da busca por destinos de natureza e por atividades ao ar livre. Assim, dando continuidade à Campanha de Retomada do Turismo, iniciada em dezembro de 2020, a Campanha de Divulgação das Opções de Turismo em Natureza foi executada pelo MTur no segundo semestre de 2021.

Custo Autorizado: R\$ 6.691.163,51.

Com a pandemia e a redução do turismo internacional, o turismo interno possui meios para se fortalecer. A criatividade estimula o turismo de uma nova forma e com um novo olhar para as cidades brasileiras. Nasceu, então, um novo produto nacional, com as chancelas do MTur e da Unesco:

as Rotas Criativas do Brasil (10 cidades criativas divididas em 5 categorias).

Após a criação de dois vídeos em 2020 sobre duas Cidades Criativas no Brasil na categoria Gastronomia, Belém/PA e Belo Horizonte/MG, entendeu-se o potencial turístico de divulgação e retorno da ação para as economias locais daqueles destinos. O Brasil possuía, à época da campanha, 10 cidades na parte da Rede Unesco de Cidades Criativas. Em vista do potencial turístico, de divulgação e de retorno para as economias locais, decidiu-se por contemplar as outras 8 cidades criativas brasileiras para a produção de filmes e campanha de divulgação. Os filmes foram produzidos em 2021 e estão sendo lançados aos poucos no canal do Youtube do MTur-Playlist Rotas Criativas do Brasil, sendo que os da categoria Gastronomia já se encontram publicados.

Figura 26 Cidades Criativas do Brasil.



Fonte: SNDTur.

Essas cidades têm seus respectivos destaques em função de suas características mais conhecidas: Gastronomia (Florianópolis/SC e Paraty/RJ); Design (Curitiba/PR, Brasília/DF e Fortaleza/CE); Cinema (Santos/SP); Música (Salvador/BA); e Artesanato e Artes Populares (João Pessoa/PB).

Custo Autorizado: R\$ 3.262.126,47.

Retomada do Turismo 2º Flight – veiculação em dezembro de 2021

Como reforço da Campanha de Retomada do Turismo, iniciada no fim de 2020, o MTur investiu em um novo *flight*, visando o fortalecimento da mensagem de viajar com responsabilidade, atentando-se para os protocolos de saúde.

Custo Autorizado: R\$ 1.441.175,11.

Cabe ressaltar que os valores efetivamente pagos das campanhas publicitárias listadas acima são sempre iguais

⁴ O *marketplace* é uma vitrine online, um site ou plataforma onde diversas empresas podem divulgar e vender seus produtos, como se fosse uma vitrine em um shopping. De forma 100% virtual, esses portais oferecem toda a estrutura necessária para receber os compradores, desde a disposição dos produtos, o cadastro dos mesmos, fotos e descrições (fonte: <https://canaltech.com.br/>)

ou menores que o custo autorizado para sua execução. Isso ocorre devido a eventuais falhas como, por exemplo, a não inserção em determinado dia em rádio, ou entregas de impressões a menos no meio internet, o que reflete em valores devidamente abatidos na execução dos pagamentos. Nesse sentido, os dados atualizados com os valores efetivamente pagos podem ser consultados no [Portal da Transparência](#) utilizando os seguintes filtros:

- Período: 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.
- Favorecidos: 61.704.482/0001-55–Agência Nacional de Propaganda LTDA e 05.428.409/0003-99–PROPEG Comunicação S/A
- Ação Orçamentária: 20Y3 – Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional

Todas as veiculações em campanhas publicitárias do MTur podem ser consultadas com os dados atualiza-

dos na página do [Planejamento de mídia do SICOM](#), do Ministério das Comunicações (MCom), preenchendo-se os campos com os seguintes dados: “Ano da Ação” (2021) e “Órgão” (Ministério do Turismo) para a pesquisa que se objetiva realizar.

Participação em Feiras e Eventos de Turismo e Patrocínio:

Durante o ano de 2021, o MTur patrocinou três eventos e esteve presente institucionalmente em 10, divulgando suas ações e políticas, respeitando as medidas sanitárias locais vigentes de enfrentamento à pandemia da Covid-19.

A Tabela 21 apresenta as informações das participações do MTur em eventos, sendo informada sua modalidade de participação.

Tabela 21 Participação em Feiras e Eventos de Turismo e Patrocínio.

| EVENTO | DATA DE REALIZAÇÃO | MODALIDADE | VALOR (R\$) |
|--------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------------|-------------------------|
| 34ª Edição do Rally Piocera | 26 a 30/01/2021 | Patrocínio | 175.000,00 |
| Seminário Virtual – Turismo Internacional da China: Potencial do Mercado | 15/04/2021 | Participação em evento | 17.339,50 |
| Gramado Summit | 05 a 10/05/2021 | Participação em evento | 320.000,00 |
| WTM Latin America | 10 a 12/08/2021 | Participação em evento | 72.260,00 |
| ABAV Expo | 06 a 08/10/2021 | Participação em evento | 523.810,00 |
| Agrinordeste | 06 a 08/10/2021 | Participação em evento | 173.414,77 |
| FESTURIS | 04 a 07/11/2021 | Participação em evento | 450.000,00 |
| Nordeste Arretado | 22 a 28/11/2021 | Participação em evento | 1.100.000,00 |
| | 19 a 8/11/2021 | Patrocínio | 700.000,00 |
| 9ª Feira Internacional de Turismo na Amazônia (FITA) | 25 a 28/11/2021 | Participação em evento | 139.000,00 |
| Festival das Cataratas | 01 a 03/12/2021 | Participação em evento | 409.112,84 |
| TOTAL | | | R\$ 4.079.937,11 |

Fonte: SNDTur.

2.2.7 Infraestrutura Cultural

(OE 08–Estruturar o turismo e a cultura)

Ao MTur compete a defesa e a promoção do acesso da população à produção cultural local e regional, inclusive por meio da associação das atividades culturais a outras atividades econômicas. Além da formulação de diretrizes, metas, planejamento, execução e ações de infraestrutura cultural.

Para o desenvolvimento da infraestrutura, o MTur formalizou 31 instrumentos, por meio de emendas parlamentares, com volume operacional no montante de R\$ 30,7 milhões,

os quais representam, aproximadamente, 40% do volume financeiro destinados à SECULT. Considerado o volume total, incluindo as entidades vinculadas, esse percentual passa para, aproximadamente, 30% do total de emendas parlamentares destinadas ao MTur. As emendas parlamentares corresponderam a 93,33% da execução relacionada à infraestrutura cultural, em 2021, e 6,67% foram executados pelo orçamento discricionário.

Ressalta-se que na execução das emendas de 2021, tendo em vista o princípio da eficiência, o MTur realizou o esforço adicional para otimização desses recursos recebidos,

cujo processo da execução e gestão considerou exitosa a experiência de uma gestão ativa das emendas parlamentares, principalmente em relação às junções e incorporações de propostas e articulação entre os proponentes e parlamentares. O valor de cada emenda deve ser acima de R\$ 250 mil e, necessariamente, prever, pelo menos, uma meta de obra/reforma. A aquisição de equipamentos é possível desde que atrelada a outras metas de obra/reforma de espaços culturais.

Por meio do Contrato nº 10/2018, de prestação de serviços operacionais com a Mandatária da União, CEF, foi pago a quantia de R\$ 572.711,52, concernente a tarifas relativas a análises, execução e prestação de contas dos contratos de repasse firmados pelo MTur cujos objetos referem-se a infraestrutura cultural. Em relação aos pagamentos das operações em execução, houve o desembolso no valor total de R\$ 19.341.589, correspondente a 71 das operações do Programa Pracinhas da Cultura, relacionados aos convênios, contratos de repasse, termos de fomento de demais instrumentos congêneres executados pelo MTur. Em 2021, foi executado 100% do orçamento discricionário, com o apoio a três empreendimentos via contrato de repasse.

A experiência de articulação, a gestão ativa das propostas advindas de emendas parlamentares e o direcionamento estratégico para contratos de repasse (com entes públicos), cujos objetos sejam atrelados à infraestrutura cultural, podem proporcionar os seguintes benefícios:

- Aumento da execução das emendas parlamentares;
- “Desafogamento” do departamento responsável pela com a formalização, a execução e a prestação de contas de convênios e Termos de Fomento, no âmbito da infraestrutura cultural;
- Liberação das secretarias finalísticas para atuarem especificamente em sua atividade fim;
- Incentivo às políticas de infraestrutura cultural (equipamento permanente para sociedade).

O MTur, por meio da SECULT, obteve uma taxa de execução de 97% de todo recurso recebido, tendo sido analisado 100% das propostas apresentadas em relação à temática sob exame.

Tabela 22 Propostas de Emendas Parlamentares Recebidas, em 2021, relacionadas à infraestrutura cultural

| status proposta | quant. | %quant. | investimento (R\$) | %investimento | valor_emenda (R\$) | %valor_emenda |
|-------------------------------|-----------|---------------|----------------------|---------------|----------------------|---------------|
| emenda | 42 | 93,33% | 32.156.342,00 | 97,23% | 29.980.890,00 | 96,91% |
| proposta incorporada em outra | 1 | 2,22% | – | 0% | – | 0% |
| redistribuída | 5 | 11,11% | 410.755,20 | 1,24% | 600.000,00 | 1,94% |
| cancelada | 3 | 6,67% | 585.500,00 | 1,77% | 585.500,00 | 1,89% |
| empenhado | 28 | 62,22% | 29.734.545,24 | 89,90% | 27.795.390,00 | 89,85% |
| impedimento tecnico | 5 | 11,11% | 1.428.241,56 | 4,32% | 1.000.000,00 | 3,23% |
| voluntario | 3 | 6,67% | 914.668,18 | 2,77% | 954.440,00 | 3,09% |
| empenhado | 3 | 6,67% | 914.668,18 | 2,77% | 954.440,00 | 3,09% |
| TOTA GERAL | 45 | 100% | 33.071.010,18 | 100% | 30.935.330,00 | 100% |
| status proposta | quant. | %quant. | investimento (R\$) | %investimento | valor_emenda (R\$) | %valor_emenda |
| emenda | 33 | 91,67% | 31.160.086,80 | 97,40% | 28.795.390,00 | 96,79% |
| empenhado | 28 | 77,78% | 29.731.845,24 | 92,93% | 27.795.390,00 | 93,43% |
| impedimento tecnico | 5 | 13,89% | 1.428.241,56 | 4,46% | 1.000.000,00 | 3,36% |
| voluntario | 3 | 8,33% | 914.668,18 | 2,60% | 954.440,00 | 3,21% |
| empenhado | 3 | 8,33% | 914.668,18 | 2,60% | 954.440,00 | 3,21% |
| TOTAL GERAL | 36 | 100% | 32.074.754,98 | 100% | 29.749.830,00 | 100% |

Fonte: CGMOT/SEDEC/SECULT/MTur, dados extraídos da Plataforma +Brasil em 01 de Fevereiro de 2022 e compilados.

Pracinhas da Cultura

O Ministério é responsável pela implantação das **Pracinhas da Cultura** (nomenclatura dada pela **Portaria MTur nº 15, de 10 de maio de 2021**). Trata-se de um programa do governo federal que integra, em um mesmo espaço, programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital, para promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

Os projetos arquitetônicos de referência das Pracinhas da Cultura foram desenvolvidos por uma equipe multidisciplinar e interministerial que concebeu três modelos do equipamento. Para terrenos com dimensões mínimas de 700

m², 3.000 m² e 7.000m², as Praças contam com biblioteca, cineteatro (48, 60 ou 125 lugares), laboratório multimídia, salas de oficinas, espaços multiuso, Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), além de pista de skate. As Pracinhas da Cultura maiores (3.000 e 7.000 mil m²) também contam com quadra de eventos coberta, *playground* e pista de caminhada.

Em 2021, 14 empreendimentos foram concluídos e/ou inaugurados, que totalizaram, aproximadamente, R\$ 36,6 milhões, referentes a valor de investimento, e R\$ 31,3 milhões, referentes a valor de repasse, conforme demonstrado na Tabela 23, disponibilizada adiante. São 257 unidades entregues em todas as regiões do País, desde o início do programa, restando 53 empreendimentos em implantação, cujas finalizações estão estimadas até o final de 2023.

Tabela 23 Pracinhas entregues em 2021, pelo MTur.

| # | CONTRATO | UF | MUNICÍPIO | MODELO | VALOR DE REPASSE | CONTRAPARTIDA | INVESTIMENTO TOTAL |
|--------------|----------|----|---------------------------|----------|-------------------------|------------------------|-------------------------|
| 1 | 36327363 | BA | SERRINHA | 3.000 m² | R\$1.988.668,20 | R\$29.633,15 | R\$2.018.301,35 |
| 2 | 36328610 | CE | FORTALEZA | 7.000 m² | RS 3.080.724,51 | R\$1.105.162,45 | R\$4.185.886,96 |
| 3 | 36330767 | ES | VILA VELHA | 7.000 m² | RS 3.500.000,00 | R\$1.105.033,38 | R\$4.605.033,38 |
| 4 | 36332693 | MA | BURITICUPU | 3.000 m² | RS 2.020.000,00 | RS 0,00 | R\$2.020.000,00 |
| 5 | 36336352 | MG | RIBEIRÃO DAS NEVES | 3.000 m² | RS 2.020.000,00 | R\$950.269,80 | R\$2.970.269,80 |
| 6 | 36336571 | MG | SABARÁ | 700 m² | RS 2.710.000,00 | R\$221.549,54 | R\$2.931.549,54 |
| 7 | 36340771 | PB | JOÃO PESSOA | 3.000 m² | R\$1.918.958,89 | R\$114.116,55 | R\$2.033.075,44 |
| 8 | 36340885 | PB | JOÃO PESSOA | 3.000 m² | R\$1.978.474,57 | R\$93.988,28 | R\$2.072.462,85 |
| 9 | 36341130 | PE | ABREU E LIMA | 3.000 m² | RS 2.020.000,00 | RS 217.654,51 | R\$2.237.654,51 |
| 10 | 36341463 | PE | CARUARU | 3.000 m² | R\$1.945.266,89 | R\$164.886,07 | R\$2.110.152,96 |
| 11 | 36350786 | RS | SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA | 3.000 m² | RS 2.020.000,00 | RS 373.600,30 | R\$2.393.600,30 |
| 12 | 36352725 | SE | ARACAJU | 3.000 m² | RS 2.020.000,00 | R\$137.407,31 | R\$2.157.407,31 |
| 13 | 36355575 | SP | FERNANDÓPOLIS | 3.000 m² | R\$2.020.000,00 | RS 460.886,65 | R\$2.480.886,65 |
| 14 | 36355793 | SP | FRANCA | 3.000 m² | RS 2.020.000,00 | RS 363.139,00 | R\$2.383.139,00 |
| TOTAL | | | | | RS 31.262.093,06 | R\$5.337.326,99 | R\$36.599.420,05 |

Fonte: CGMOT/SEDEC/SECULT/MTur.

Projetos de novos modelos do Programa Pracinhas da Cultura

▪ Modelo de 800m²

No final do ano de 2020, o MTur celebrou Contrato de Repasse com o Município de Jataí/GO, cujo número de convênio é **908661/2020**, para a construção do novo modelo de 800m² da Estação Cidadania Cultura, atualmente denominado de Pracinha da Cultura, com uma meta preliminar de

elaboração de projetos executivos de arquitetura e engenharia atrelada à cláusula suspensiva do contrato. Esses projetos são elaborados de acordo com o estudo preliminar e arquitetônico feitos pela equipe da SECULT e se referem à construção de uma edificação de uso cultural, com cine-teatro, biblioteca, sala multiuso, área de exposição, áreas externas, dentre outros elementos, a serem instalados em um terreno de, ao menos, 800m² (20x40m). Atualmente, esse projeto encontra-se em fase de análise e aprovação pela CEF. Após a conclusão, o município cederá os projetos

executivos ao MTur para a disponibilização a outros municípios que busquem participar do Programa Pracinhas da Cultura, assegurando a continuidade e a renovação das ações no âmbito do programa.

▪ Modelo de 3.000m2

No âmbito do Programa, prevê-se o lançamento de projeto do modelo de 3.000m². Para tanto, deverá celebrar contrato de repasse com município a ser selecionado, no qual constem metas de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, além da obra propriamente dita. Ao término, o município também cederá os projetos para o MTur, de modo que este possa construir novas Pracinhas da Cultura em outros municípios.

Além das Pracinhas, o MTur possui, atualmente, 279 instrumentos de repasse, de programas e obras de infraestrutura cultural ativos (221 Contratos de Repasse, 54 Convênios e 04 Termos de Fomento), que totalizam R\$ 206,2 milhões, referentes a valor de investimento, e R\$ 183,8 milhões, referentes a valor de repasse. Todos esses instrumentos foram monitorados por meio de cruzamento de dados de diversas plataformas (Plataforma Mais Brasil, SIAFI e Banco de Dados da CEF). Foram analisadas as necessidades financeiras, bem como as principais demandas e solicitações da mandatária da União e dos convenientes, para o bom andamento dos empreendimentos de responsabilidade do órgão.

Em 2021 foram formalizados 31 instrumentos, totalizando R\$ 30,7 milhões, referentes a valor de investimento, e R\$ 28,7 milhões, referentes a valor de repasse. Os recursos majoritariamente foram oriundos de emendas parlamentares, sendo que, destes instrumentos, três foram oriundos de recursos discricionários (correspondentes ao montante de R\$ 954,4 mil, de repasse).

No âmbito do Fundo Nacional da Cultura (FNC), 19 projetos foram submetidos para análise da SECULT, totalizando a quantia total de mais de R\$ 8,5 milhões. Entretanto, esses projetos não foram formalizados devido a restrições financeiras e orçamentárias do órgão.

2.2.8 Direitos Autorais e Propriedade Intelectual

(OE 07–Aprimorar o ordenamento turístico e cultural)

O MTur contribui, a partir das diversas atividades desenvolvidas, para o aprimoramento do ordenamento do setor da cultura, por meio da formulação e gestão da política brasileira sobre bens intelectuais no que diz respeito a direitos autorais e conexos. Além disso, atua na fiscalização, no monitoramento e no aperfeiçoamento da gestão de direitos autorais, bem como no registro de obras intelectualmente protegidas

e de combate à pirataria e aos demais usos ilegais de obras intelectualmente protegidas.

Ademais, as associações de gestão coletiva e o ente arrecadador precisam ser habilitados pelo Ministério, por intermédio da SECULT e, anualmente, apresentar documentos que permitam a verificação da regularidade do exercício das suas atividades, de forma a garantir uma administração transparente e eficaz, visto que as referidas associações arrecadam e repassam proveitos econômicos aos titulares de direitos autorais.

O MTur supervisiona, ainda, as entidades de gestão coletiva, ação que é desempenhada por meio do processo administrativo sancionador, no qual se insere a representação que consiste em denúncia sobre violação às normas de gestão coletiva podendo, inclusive, agir de ofício, caso tenha conhecimento de qualquer irregularidade sobre a atividades das associações de gestão coletiva, do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) ou de usuários de direitos autorais.

Destaca-se que, em atenção ao indicador de desempenho “Entidades de Gestão Coletiva Monitoradas”, o Ministério alcançou a meta de 100% no exercício de 2021, ou seja, todas as 13 entidades de gestão coletivas habilitadas foram monitoradas.

Essa supervisão ocorre no âmbito da **Comissão Permanente de Aperfeiçoamento da Gestão Coletiva (CPAGC)**, órgão colegiado de assessoramento, destacadamente, por meio de dois grupos de trabalho temáticos que tratam:

a) Dos regulamentos de cobrança e de distribuição das associações de gestão coletiva e do ECAD;

b) Do exercício da atividade de cobrança realizada pelas entidades de gestão coletiva no ambiente digital, e que resultaram na criação de um foro permanente para discussão e aperfeiçoamento; e dos Regulamentos de Arrecadação e Distribuição do ECAD, com o objetivo de promover o debate com a sociedade acerca do uso de obras e outros bens intelectuais protegidos por direitos autorais no ambiente digital, com o intuito de subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas sobre o tema.

As atividades, anteriormente descritas nos itens “a” e “b”, desenvolvidas pelos grupos de trabalho temáticos não envolveram dispêndio de recursos financeiros.

Quanto à sua atuação na **mediação e arbitragem**, destaca-se que o processo, para ter início, necessita do requerimento de uma das partes e aceite da outra. Dito isso, foram recebidas, durante o exercício de 2021, cerca de cinco solicitações, das quais uma foi aceita e, atualmente, está em curso. Informa-se que foram realizadas, aproximadamente, duas sessões sobre litígios que dizem respeito a direitos autorais, no ano calendário 2021 do qual trata este relatório.

O MTur dispõe, ainda, do **Canal de Denúncias** (direito.autoral@turismo.gov.br), com o objetivo de facilitar o acesso da sociedade e dar mais transparência e eficiência ao trabalho do órgão no exercício de suas atribuições legais.

Em outra frente relacionada aos direitos autorais, o MTur atua no **combate à pirataria**, compondo o Conselho Nacional de Combate à Pirataria–CNCP (<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/combate-a-pirataria>) como membro titular. No conselho supra referido, o MTur integrou, dentre outras, a Comissão Especial de Acompanhamento dos Guias de Boas Práticas voltados para as empresas de *e-commerce* e de meios de pagamento. Contribuiu, ademais, para a elaboração do questionário de levantamento de informações sobre a percepção das empresas e marcas sobre os prejuízos causados pela pirataria, bem como colaborou com a construção do Plano

Nacional de combate à pirataria, ao contrabando (<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/combate-a-pirataria/estrategia-de-atuacao/>), à sonegação fiscal delas decorrentes e aos delitos contra a propriedade intelectual, o qual conta com metas de curto, médio e longo prazo a serem desenvolvidas de 2022 a 2025.

O MTur, também, é competente por elaborar e definir políticas regulatórias sobre direitos autorais, conhecimentos tradicionais e expressões culturais relacionadas com a propriedade intelectual, além de acompanhar as negociações e a tramitação de acordos, de tratados e de convenções internacionais sobre direitos autorais, bem como promover ações de difusão e capacitação sobre a matéria.

A seguir, são apresentados os principais resultados relacionados à Agenda Regulatória do Ministério:

Tabela 24 Principais resultados relacionados à Agenda Regulatória do Ministério:

| Ação | Descritivo |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Reforma da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direitos Autorais) | Elaboração de proposta de Anteprojeto de Lei para reforma da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direitos Autorais), de modo a aprimorá-la e atualizá-la frente às novas formas de distribuição e consumo de obras intelectuais no contexto digital. A proposta foi elaborada após avaliação de contribuições recebidas no âmbito de consulta pública, cujo relatório preliminar encontra-se disponível no link: https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/direitos-autorais/consultas-pulicas/consulta-publica-sobre-a-reforma-da-lei-de-direitos-autorais-lei-no-9-610-de-1998-1 |
| Implementação do Tratado de Marraqueche | Encaminhamento, em 18 de novembro de 2021, à Casa Civil da Presidência da República do Anteprojeto de Lei para compatibilização da Lei de Direitos Autorais com o Tratado de Marraqueche e de Minuta de Decreto de regulamentação do tema. Posteriormente, houve a publicação do Decreto nº 10.882, de 3 de dezembro de 2021, que regulamenta o Tratado de Marraqueche (https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.882-de-3-de-dezembro-de-2021-364679801) e o encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a facilitação do acesso, em formatos acessíveis, a obras publicadas às pessoas com deficiência ou dificuldade para perceber, manusear ou ler textos, conforme o referido Tratado (https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/despachos-do-presidente-da-republica-364679067 |
| Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI) | Adesão à Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI), com a inserção das “Etapas” e “Entregas” para o primeiro Plano de Ação. Em 2021, foram definidas as metas globais e as ações estratégicas, mapeados os principais problemas relacionados a direitos autorais e alinhados às ações da ENPI. O MTur contribuiu, também, com as metas aspiracionais relacionadas ao 1º Plano de Ação , que entrou em vigor em agosto de 2021, conforme aprovação do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI). |
| Proposta de alteração do Marco Civil da Internet. | Foi elaborada a Medida Provisória nº 1.068, de 6 de setembro de 2021, com o objetivo de alterar a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 , conhecida como “Marco Civil da Internet”, de maneira a explicitar direitos e garantias dos usuários de redes sociais. Posteriormente, foi apresentado, também, o Projeto de Lei nº 3.227/2021 com o intuito de regulamentar o Marco Civil da Internet e alterar a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, Lei de Direitos Autorais. |

Fonte: SNDAPI/MTur.

Ações de difusão da cultura de proteção aos direitos autorais:

Ao MTur incumbe a promoção de ações de difusão da cultura a respeito dos direitos autorais, o que é realizado por meio das seguintes ações:

Tabela 25 Promoção de ações de difusão da cultura a respeito dos direitos autorais

| Ação | Descritivo |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Promoção e apoio a eventos | Em 2021 o MTur organizou, em conjunto com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI), Ministério da Economia (ME) e Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI), o evento “Dia da Propriedade Intelectual”, com o tema “Propriedade Intelectual (PI) e pequenas e médias empresas (PMEs): Levar suas ideias para o Mercado”. O evento discutiu o papel que os direitos de PI desempenham em relação ao estímulo da inovação e da criatividade e é importante ação com vistas à difusão da cultura de respeito aos direitos autorais, competência atribuída à Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual pelo art. 38, III do Decreto 10.359, de 20 de maio de 2020. |
| Produção e difusão de materiais informacionais | Publicação da página “ Direitos Autorais ”: sobre os serviços ao público oferecidos pelo MTur; Cartilha “ Mediação e arbitragem ”: cartilha didática para que os atores previstos na legislação (art. 100-B, da Lei nº 9.610/1998) possam solicitar junto ao MTur, o serviço de mediação e arbitragem, para solucionar eventuais conflitos relativos à cobrança, distribuição, oferecimento de repertório e falta de pagamento; Guia “ Entenda o Tratado de Marraqueche ”: para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou outras dificuldades para ascender ao texto impresso. A cartilha será convertida/transcrita para versão digital acessível EPUB 3.2 e Tinta-braille, sem ônus financeiro para a Administração Pública, por doação do serviço da Instituição Ateliê da Escrita. Os itens doados não terão qualquer identificação de logomarca ou logotipo das empresas. |
| Produção e difusão de materiais informacionais | Cartilha “ Gestão Coletiva de Direitos Autorais ”: para orientar os interessados e os associados de entidades responsáveis pela atividade de cobrança de direitos patrimoniais provenientes de execuções públicas musicais. |
| Interlocução com a sociedade civil | Respostas à sociedade com vistas à orientação e ao saneamento de dúvidas quanto aos direitos autorais através do e-mail institucional direito.autoral@turismo.gov.br . Em 2021, foram recebidas, tratadas e atendidas 110 demandas recebidas por esse canal oficial. |
| Interlocução com outros órgãos, com vistas à difusão conjunta da cultura de proteção aos direitos autorais | Com o objetivo de construir política pública direcionada à Propriedade Intelectual (PI) como fator de investimento, competitividade e geração de emprego, bem como de demonstrar como a PI pode ser fator relevante para a inovação e o incentivo à criatividade, o MTur iniciou ações para integrar-se à ENPI, coordenada pelo ME. Encontram-se atualmente em vigor o <u>1º Plano de Trabalho</u> , cuja vigência é bianual (2021-2023), com as ações atribuídas ao MTur, sob coordenação da Secretaria Executiva do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI). Por meio da SECULT, o Ministério já concluiu as seguintes ações: (a) definição das metas globais da ENPI; (b) mapeamento da árvore de problemas relacionados a direitos autorais; (c) definição das ações sobre direitos autorais, de acordo com os eixos estratégicos da ENPI; (d) alinhamento entre as ações desempenhadas na ENPI com as ações desempenhadas pela SNDAPI. O MTur também contribuiu com o alinhamento de suas metas aspiracionais relacionadas à suas ações presentes no <u>1º Plano de Ação</u> , que entrou em vigor em agosto de 2021, conforme aprovação do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI). |

Fonte: SNDAPI/MTur.

2.2.9 Audiovisual

(OE 09–Estimular a inclusão e a acessibilidade)

O MTur possui a missão de ampliar e democratizar o acesso da população ao produto audiovisual, bem como promover a sua valorização dentro e fora do País. Dentre as principais ações desenvolvidas pelo Ministério em 2021, destacam-se:

Cinemateca Brasileira

A Cinemateca Brasileira (CB), localizada na cidade de São Paulo/SP, é a instituição responsável pela preserva-

ção e difusão da produção audiovisual brasileira. Possui o maior acervo da América do Sul, formado por cerca de 250 mil rolos de filmes e mais de um milhão de documentos relacionados ao cinema como fotos, roteiros, cartazes e livros, entre outros.

Com o advento do Decreto nº 10.548, de 20 de novembro de 2020, a CB foi reintegrada à estrutura do MTur, em caráter temporário, até outubro de 2021. O Decreto nº 10.830, de 5 de outubro de 2021, no entanto, prorrogou o prazo dessa estrutura até 5 de julho de 2022. Nesse sentido, foram priorizadas em 2021 as contratações essenciais para o funcionamento da unidade durante a gestão temporária do MTur, a saber:

Tabela 26 Contratos celebrados na Cinemateca Gestão Temporária

| Contrato (nº/ano) | Valor empenhado (R\$) | Valor pago (R\$) | Contratada | Objeto |
|-------------------------------|-----------------------|---------------------|--------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| Contrato 07/2020 | 244.933,15 | 244.933,15 | GR–GARANTIA REAL SEGURANÇA LTDA. | Contrato emergencial–vigilância |
| Contrato 05/2020 | 53.790,00 | 53.790,00 | S. NOCCE SERVICOS DE APOIO A EDIFICIOS E EMPRESAS LTDA | Contrato emergencial–brigadistas |
| Contrato 06/2020 | 17.112,00 | 17.112,00 | ANA KAROLINE ORMENI GASPAR | Contrato emergencial–climatização |
| Contrato 08/2020 | 770,00 | 770,00 | TERMITEK–Engenharia e Consultoria em Controle de Pragas Ltda | Contrato emergencial–controle de pragas |
| Contratos 08/2021 e 09/2021 | 201.132,72 | 188.403,99 | COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP | Contrato emergencial–fornecimento de água e captação de esgoto |
| Contratos 19/2021 e 20/2021 | 2.080.393,08 | 1.298.458,58 | ENEL–ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO AS | Eletricidade |
| Dispensa de Licitação 04/2021 | 10.198,72 | 7.393,52 | TERMITEK–Engenharia e Consultoria em Controle de Pragas Ltda | Controle de pragas |
| Contrato 24/2021 | 245.112,07 | 153.791,33 | PRODUTIVA SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI | Manutenção predial |
| Contrato 03/2021 | 987.157,28 | 923.017,59 | LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA | Brigadista |
| Contrato 11/2021 | 711.570,24 | 698.746,20 | MORIAH EMPREENDIMENTOS LTDA | Limpeza |
| Contrato 02/2021 | 2.153.021,80 | 2.111.428,10 | PARTNER SECURITY SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA | Vigilância |
| Dispensa de Licitação 05/2021 | 17.600,00 | 17.600,00 | NOBRE CONSTRUÇÕES MANUTENÇÃO E SOLUÇÕES PREDIAIS–EIRELI | Laudo técnico de climatização |
| Dispensa de Licitação 06/2021 | 17.300,00 | 17.300,00 | NOBRE CONSTRUÇÕES MANUTENÇÃO E SOLUÇÕES PREDIAIS–EIRELI | Reparos no sistema de climatização da unidade da Vila Clementino |
| Contrato 04/2021 | 102.788,00 | 102.788,00 | LABFINDER ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA | Avaliação ambiental |
| Contrato 22/2021 | 2.390.216,91 | 2.166.925,08 | NOBRE CONSTRUÇÕES MANUTENÇÃO E SOLUÇÕES PREDIAIS–EIRELI | Serviços de manutenção do sistema de climatização |
| Dispensa de Licitação 18/2021 | 5.593,30 | 5.493,30 | ENGEFOGO ASSESSORIA COMERCIO E SERVICOS DE COMBATE A INCENDIO LTDA | Manutenção e recarga de extintores |
| Dispensa de Licitação 19/2021 | 7.900,00 | 3.950,00 | MARIA ANGELA DE MORAES | Gêneros alimentícios: fornecimento de água potável |
| Dispensa de Licitação 25/2021 | 3.596,00 | 1.798,00 | CAFÉ CANADA | Gêneros alimentícios: café |
| Dispensa de Licitação 15/2021 | 1.197,00 | 1.197,00 | BPV COMERCIAL LTDA | Gêneros alimentícios: açúcar |
| Contrato 42/2021 | 4.509,70 | 4.509,70 | PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS | Seguro veículos oficiais |
| TOTAL | 9.255.891,97 | 8.019.405,54 | | |

Fonte: SNAV/MTur.

Assim, o montante empenhado em 2021 para custeio dos serviços de manutenção da unidade foi de R\$ 9.255.891,97. Em novembro foi firmado o Contrato de Doação nº 01/2021, entre a Sociedade Amigos da Cinemateca e o MTur por intermédio da SECULT, para a doação de serviços de documentação, preservação e difusão audiovisual na CB. Ademais, foi realizado o Editais de Chamamento Público nº 01/2021 para selecionar pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, já qualificada ou apta a se qualificar como Organização Social (OS), nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 e do Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017.

Nesse contexto, foi celebrado, em 29 de dezembro de 2021, o contrato de gestão entre o MTur, por intermédio da SECULT, e a entidade selecionada, Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC), para a execução de atividades de guarda, preservação, documentação e difusão do acervo audiovisual da produção nacional por meio da gestão,

operação e manutenção da CB. O referido contrato, com vigência de 5 anos, prevê o repasse da quantia de R\$ 7 milhões, no ato de assinatura do instrumento, e de R\$ 14 milhões, nos anos subsequentes, perfazendo o total de R\$ 77 milhões. Os recursos para o contrato são oriundos da Ação Orçamentária 212H–Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998).

Centro Técnico Audiovisual (CTAv)

O Centro Técnico Audiovisual (CTAv), unidade do MTur localizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, é responsável pelo apoio à produção, preservação e pesquisa do audiovisual brasileiro.

Em 2021, a unidade passou por reformulação nas contratações relacionadas à sua manutenção, destacando os seguintes certames:

| CONTRATO | CONTRATADA | OBJETO | VALOR CONTRATADO (R\$) |
|----------|---------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|
| 04/2021 | PARANALIMP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI | Contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado de apoio técnico operacional administrativo (apoio nas áreas de administração, finanças e logística; fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços). | 1.691.009,50 |
| 03/2021 | Mnemosine Serviços Audiovisuais Ltda.–ME | Contratação de empresa especializada no apoio técnico especializado para preservação do acervo audiovisual, movimentação, higienização, armazenagem, embalagem do acervo e apoio ao armazenamento de traslado de materiais, equipamentos e mobiliários, bem como para monitoramento climatológico das áreas de guarda do acervo da sede da unidade administrativa do CTAv. | 2.485.512,52 |
| 06/2021 | IBS ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI | Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, higienização, desinfecção e conservação de bens móveis e imóveis, serviços sob demanda para limpeza de vidros e fachadas externas. | 1.088.607,34 |
| 01/2021 | NOBRE CONSTRUÇÕES MANUTENÇÃO E SOLUÇÕES PREDIAIS- EIRELI | Contratação de empresa prestadora de serviços em manutenção preventiva (rotina de vistorias e socorro 24 horas) e corretiva (por demanda), mais corretiva inicial, a ser executada de imediato, incluindo o Grupo Motor Gerador de energia marca STEMAC potência 500KVA–englobando o fornecimento de mão de obra, materiais, ferramentas e utensílios –para os sistemas de climatização, refrigeração, supervisão e controles nos prédios Sede e de Reserva Técnica do CTAv | 1.466.600,00 |
| 07/2021 | CONSTRUTORA MARINHO BEZERRA LTDA | Contratação de serviço comum de engenharia para manutenção preventiva, corretiva, conservação predial e arquitetônica, com o fornecimento de materiais nos ambientes do CTAv. | 2.719.453,44 |

Fonte: SNAV/MTur. <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos-1/2021>

Os recursos para os contratos em comento são oriundos das ações orçamentárias 2000 – Administração da Unidade e 211F–Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais.

Além das contratações, a unidade realizou diversas ações de apoio técnico e formação, bem como de apoio à produ-

ção independente. Foram apoiadas, pelo CTAv, 14 mostras e festivais com entrega de 20 prêmios. Foram realizados, ainda, 523 serviços técnicos em mídias analógicas e digitais em atendimento a 96 ordens de serviço internas e externas. Dentre os serviços realizados, destacam-se as capturas de títulos e trechos, que são processos fundamentais para que haja disponibilização de conteúdo *on-line*, atendimento

a pesquisadores e subsídio a outras produções que trabalham com conteúdo de arquivo.

Ademais, foram realizadas ações voltadas para a preservação do acervo audiovisual do CTAv, como elaboração de documentos sobre o assunto, levantamento detalhado do acervo, transferência de filmes, rolos de películas e estojos para o Prédio de Acervo Audiovisual, digitalização e restauração do som de filmes, entre outros.

| Editais de obras audiovisuais

Destaca-se, ademais, que o Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual (CGFSA) aprovou o montante de R\$ 64,8 milhões para editais de obras audiovisuais a serem geridos pelo MTur, por meio da SECULT. Nesse sentido, foi iniciada a elaboração do programa de editais que serão lançados no presente exercício–2022.

| Aprovação de projetos audiovisuais

Em 2021, no tocante à admissibilidade de projetos audiovisuais, 493 projetos foram autorizados a captar recursos por meio de patrocínio, no âmbito da Lei de Incentivo à Cultura.

Quanto aos projetos de transferências voluntárias oriundos de recursos de emendas parlamentares, foram celebrados 49 instrumentos (1 TED, 3 convênios e 45 Termos de Fomento), os quais totalizam o montante de R\$ 15.047.552,88. Os recursos para tais projetos foram provenientes das ações 20ZF–Promoção e Fomento à Cultura Brasileira e 14U2–Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais.

| Rede de Núcleos de Produção Digital (NPDs)

A partir de parcerias com instituições de ensino e órgãos públicos gestores de cultura, o Programa Rede de Núcleos de Produção Digital (Rede de NPDs) é uma iniciativa de fortalecimento da infraestrutura audiovisual que disponibiliza cursos de capacitação, empréstimos de equipamentos a título não oneroso para produtores locais e difusão das obras audiovisuais produzidas. Em 2021, persistiram as limitações para o cumprimento dos planos de trabalho dos NPDs, face às restrições de atividades presenciais devido à pandemia da Covid-19. Assim, parcerias tiveram que ser prorrogadas de modo a viabilizar sua execução em 2022.

Pelo mesmo motivo, parte dos recursos disponíveis em 2021 atendeu projeto com previsão de início das atividades em 2022. Houve a pactuação de um TED para atualização de equipamentos, firmado com a seguinte entidade:

- Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN): Ação 218A–Inovação, Difusão e Ampliação do Acesso à Produção Audiovisual Brasileira (Administração Direta), no valor de R\$ 156.991,65.

Programa de Capacitação da Rede de NPDs (pactuados nos exercícios de 2019 e 2020 com execução das atividades de capacitação em 2021):

- NPD do Instituto Federal da Bahia (IFBA): 480 vagas ofertadas em cursos de formação continuada em *EaD* para editor de vídeo e desenhista de produtos gráficos *web*, com 160 horas/aula cada, e cursos livres de *marketing digital*, videografismo para produção de vídeo e produção audiovisual a partir de dispositivos móveis. Como resultado, obteve-se o quantitativo de 419 alunos capacitados, com o custo de R\$ 171.516,00 (valor executado).
- NPD da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA): 290 vagas ofertadas em oficinas *on-line* de produção de conteúdo para *youtube*, roteiro cinematográfico, produção audiovisual, conteúdo audiovisual com celular, edição *adobe premiere*, criação de lives, criação de vídeo aulas, criação edição e publicação de *podcast*, elaboração de projetos culturais audiovisuais e introdução à fotografia. Como resultado, obteve-se o quantitativo de 217 alunos capacitados, com o custo de R\$ 114.774,00 (valor executado).
- NPD da Universidade Federal do Tocantins (UFT): 175 vagas ofertadas em oficinas de roteiro e direção, iluminação, captação de áudio, captação e vídeo e de edição. Como resultado, obteve-se o quantitativo de 175 alunos capacitados, com o custo de R\$ 150.000,00 (valor executado).

Acompanhamento de Acordos de Cooperação Técnica firmados em 2017 e 2018–cessão de uso não onerosa de equipamentos audiovisuais aos seguintes NPDs:

No intuito de modernizar e ampliar a Rede de NPDs, por intermédio do extinto Ministério da Cultura foram celebrados, nos exercícios de 2017 e 2018, Acordos de Cooperação Técnica com entidades das esferas municipal, estadual e federal, por meio dos quais cedeu, a partir de Termos de Cessão de Uso de Equipamentos Audiovisuais, a título não oneroso, kits de equipamentos adquiridos pelo CTAv para implantação ou atualização da Rede.

Ao final da vigência desses instrumentos, os equipamentos audiovisuais cedidos poderão ser doados aos NPDs que comprovarem a manutenção das atividades precípuas da Rede (formação, apoio à produção e difusão). Outrossim, os referidos instrumentos foram prorrogados para que se possibilite a conclusão da doação dos equipamentos.

Tabela 27 Relação de NPDs por entidade parceira.

| NPD | Objeto/Entidade parceira | Nº do Instrumento |
|----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| Núcleos de Produção Digital–NPD Amapá/ AP | Implantação–Secretaria de Estado da Cultura do Amapá | ACT nº 16/2017 |
| Núcleos de Produção Digital–NPD Aracaju/ SE | Atualização–Prefeitura Municipal de Aracaju | ACT Nº 19/2017 |
| Núcleos de Produção Digital–PD Engenheiro Paulo de Frontin/ RJ | Implantação–Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | ACT Nº 17/2017 |
| Núcleos de Produção Digital–NPD Tapajós/ PA | Implantação–Universidade Federal do Oeste do Pará | ACT Nº 21/2017 |
| Núcleos de Produção Digital–NPD Gramado/RS | Implantação–Prefeitura Municipal de Gramado | ACT Nº 22/2017 |
| Núcleos de Produção Digital–NPD Niterói/RJ | Atualização–Prefeitura Municipal de Niterói | ACT Nº 31/2017 |
| Núcleos de Produção Digital–NPD Londrina/PR | Implantação–Prefeitura Municipal de Londrina | ACT Nº 27/2017 |
| Núcleos de Produção Digital–NPD Curitiba/PR | Atualização–Fundação Cultural de Curitiba | ACT Nº 30/2017 |
| Núcleos de Produção Digital–NPD Palmas/TO | Implantação–Universidade Federal do Tocantins | ACT Nº 29/2017 |
| Núcleos de Produção Digital–NPD Maceió/AL | Atualização–Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas | ACT Nº 37/2017 |
| Núcleos de Produção Digital–NPD João Pessoa/PB | Atualização–Universidade Federal da Paraíba | ACT Nº 34/2017 |
| Núcleos de Produção Digital–NPD São Luis/MA | Implantação–Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão | ACT Nº 38/2017 |
| Núcleos de Produção Digital–NPD Campo Grande/MS | Implantação–Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul | ACT nº 47/2017 |
| Núcleos de Produção Digital–NPD Recanto das Emas/ DF | Implantação–Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília | ACT nº 18/2017 |
| Núcleos de Produção Digital–NPD Natal/RN | Atualização–Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte | ACT nº 04/2018 |

Fonte: SNAV/MTur.

Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercosul (RECAM)

A Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercosul (RECAM) caracteriza-se como um fórum permanente, integrado pelas autoridades governamentais do setor audiovisual dos países membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), ao qual compete facilitar o desenvolvimento e a integração de mecanismos de produção, distribuição e promoção de bens, serviços e obras audiovisuais, bem como o intercâmbio de pessoal técnico e artístico relacionado à indústria audiovisual e cinematográfica, visando à harmonização das políticas públicas da região.

No primeiro semestre de 2021, a RECAM esteve sob a Presidência *Pro Tempore* da Argentina, com destaque para as seguintes ações:

- Ações comemorativas aos 30 anos do Mercosul: Mesas “Reflexões sobre a integração a partir do audiovisual”; Ciclo de curtas “Mercosul 30 anos” na plataforma Retina Latina; Exibição especial na Plataforma CineAr/INCAA;

Ciclo “O Cinema Regional e seus públicos”, no portal Rede de Salas Digitais da RECAM.

- III Prêmio Boas Práticas da Sociedade Civil em Acessibilidade Audiovisual: o prêmio consiste em U\$1 mil e divulgação da iniciativa na página da RECAM (recam.org).
- Guia de Mulheres Diretoras do Mercosul Audiovisual: o Guia, uma iniciativa do INCAA (Argentina) trazida pela Presidência *Pro Tempore* Argentina, consiste em um trabalho conjunto dos órgãos governamentais que participam da RECAM. O recorte utilizado foi o de mulheres diretoras que realizaram longas metragens entre 2010 e 2019. No Brasil, a pesquisa baseou-se em dados do Observatório do Cinema e do Audiovisual Brasileiro (OCA) e da ANCINE, tendo sido identificadas 214 diretoras.
- Criação de Grupo Técnico para atualização da Rede de Salas Digitais do Mercosul.

No segundo semestre de 2021, com a Presidência *Pro Tempore* do **Brasil**, destacam-se as seguintes ações:

- Repasse brasileiro à RECAM relativo à contribuição de 2021 no valor de U\$ 24 mil;

- Amortização da contribuição devida dos exercícios de 2019 e 2020, em 3 parcelas: 1ª parcela de U\$27.497,43; 2ª parcela de U\$17.507,00, e 3ª parcela de U\$17.661,60, totalizando o montante de U\$ 62.666,03.
- Prêmio RECAM no Florianópolis Audiovisual Mercosul (FAM), entregue em setembro de 2021 ao melhor curta-metragem. O referido prêmio consiste em U\$ 250,00, bem como em produção de cópia acessível para cegos e surdos da obra premiada, com a opção de integrar o catálogo da Rede de Salas Digitais do Mercosul;
- IV Prêmio Boas Práticas da Sociedade Civil em Acessibilidade Audiovisual: o prêmio consiste em U\$ 1.000,00 à melhor iniciativa, bem como sua divulgação na página da RECAM (recam.org);
- Mostra Dia Mundial do Patrimônio Audiovisual – Cinema e Futebol, disponível de 27 de outubro (Dia do Patrimônio) a 5 de novembro de 2021 (Dia Nacional da Cultura), no canal do YouTube do CTA/Av/SNA/Av, com oito títulos. Cada país membro da RECAM foi convidado a indicar conteúdo, priorizando obras restauradas ou cuja abordagem estivesse em consonância com o contexto da data;
- Prêmio RECAM Festival Internacional de Cinema *Mar del Plata* (18 a 28 de novembro de 2021): o prêmio, entregue ao melhor curta-metragem do Mercosul nas competições oficiais, consiste no custeio de legendas espanhol/português, cópia acessível para pessoas cegas e surdas e a possibilidade de integrar o catálogo da Rede de Salas Digitais; e
- Apoio a inclusão de legenda no festival *Ventana Sur*: concedido o apoio na quantia de U\$ 500,00 a dois curtas selecionados.

Todos os recursos repassados à RECAM foram custeados pelas Ações 000Q–Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica e 218A–Inovação, Difusão e Ampliação do Acesso à Produção Audiovisual Brasileira.

2.2.10 Economia Criativa e Diversidade Cultural

(OE 05–Fortalecimento da identidade cultural e da economia criativa)

O MTur atua para o fortalecimento da dimensão econômica da cultura brasileira e, para isso, desenvolve ações de fomento ao empreendedorismo e de promoção da diversidade cultural, bem como de apoio à qualificação de profissionais e de empreendimentos dos setores produtivos

da cultura. Destacam-se, a seguir, os principais resultados alcançados em 2021.

Mercado das Indústrias Criativas do Brasil (MICBR)

O MTur, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), realizou a segunda edição do Mercado das Indústrias Criativas do Brasil (MICBR) 2021, na modalidade virtual, por meio do site <https://www.micbr.com.br/>, tendo em vista a pandemia decretada em razão da Covid-19.

O MICBR é um evento que reúne empreendedores culturais para participação em atividades de negócios, voltado ao empreendedorismo criativo. Assim, reuniu empresas, criadores e empreendedores dos setores culturais e criativos do Brasil, além de convidados de outros países. Além de fomentar e impulsionar o crescimento dos setores criativos e facilitar a circulação de seus bens e serviços culturais, o evento objetiva promover a profissionalização dos agentes culturais brasileiros e estimular a internacionalização da produção cultural nacional.

A parceria entre a MTur e a OEI foi estabelecida por meio de um Memorando de Entendimento, firmado entre os participantes em 2021. Para execução do MICBR, o Ministério lançou o Edital de Seleção Pública SECDEC/SECULT/MTur nº 01/2021, por meio da plataforma <http://mapas.cultura.gov.br/oportunidade/1878/>, com vistas a compor a delegação de empreendedores que participaram das atividades de negócios do evento (rodadas de negócios e *pitchings*⁵). Ao final, foram selecionados 115 empreendedores de todo o País, representando os nove setores criativos abrangidos pelo evento. Essa delegação foi complementada com a seleção de empresas nacionais e estrangeiras, que participaram na qualidade de compradores convidados.

A programação da segunda edição do MICBR foi composta por:

- Mais de 700 rodadas de negócios realizadas entre empreendedores selecionados via edital e compradores nacionais e internacionais;
- Espaços para a troca de contatos profissionais (*networking*) realizados na plataforma do evento via *spacial chat*;
- Oportunidades de apresentação de produtos e serviços (*pitchings*) pelos empreendedores selecionados;
- Atividades de capacitação para empreendedores: *workshops*;
- Atividades abertas ao público em geral: palestras e conferências magistrais; e

⁵ *Pitching* é um discurso de venda, uma técnica de exposição clara, rápida e convincente de um projeto a ser vendido, feito entre atores de todos os setores criativos

- Participação de 1016 inscritos nas atividades desenvolvidas ao longo de três dias de evento on-line.

Em números, o evento resultou em: 120 compradores especializados; 30 palestrantes; 235 *Pitchings* Cruzados e 3 Palestras Magistrais. Além da realização do Edital de seleção e condução de todo o processo relativo ao evento em si, o MTur firmou um TED com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com vistas a acompanhar a efetividade dos resultados das atividades realizadas durante o MICBR 2021, analisando os processos de implementação e os resultados obtidos pelos empreendedores brasileiros a partir de sua participação no evento. A avaliação dos resultados do MICBR 2021 representará não apenas ação de *accountability*, mas também iniciativa para difusão e consolidação das atividades culturais como vetor para o desenvolvimento econômico.

Programa Incubadoras Criativas

O Programa Incubadoras Criativas foi lançado em 2012 por meio do Projeto “Criativa Birô”, com objetivo de criar um espaço de convergência e geração de conteúdos e de oportunidades aos artistas brasileiros. Consiste na implementação de sede física e virtual, apresentando como estratégia de articulação regional para a economia do estado. Ao produzir bens culturais em seus territórios, os empreendimentos criativos necessitam de política pública para visibilizar e dar sustentabilidade aos negócios, bem como à cadeia produtiva, informações do mercado de trabalho, circulação/distribuição de suas produções, acesso às linhas de fomento e qualificação técnica voltadas para o empreendedorismo.

No ano de 2021, foram aditivados no valor de R\$ 250 mil os convênios com as incubadoras dos estados do Mato Grosso/MT (Processo SEI nº [01400.030264/2012-90](#) (doc. 1321088), Pará/PA (Processo SEI nº [01400.030263/2012-45](#) (doc. 1319786), Paraná/PR (Processo SEI nº [01400.030126/2012-19](#) (doc. 1320057) e Rio Grande do Sul/RS (Processo SEI nº [01400.041340/2011-10](#) (doc. 1323086)). Ao todo foram investidos o montante de R\$ 1 milhão para fortalecimento dos convênios vigentes com o foco na continuidade das atividades, aproximação com os Pontos de Cultura e a política da Cultura Viva, bem como em atividades de capacitação para os empreendedores culturais.

Qualificação de profissionais

A temática da economia criativa tem estado no foco das discussões de organismos e comunidades internacionais nos últimos anos, destacando-se como estratégica para o crescimento e o desenvolvimento econômico e social. Essa nova economia tem potencial para assumir um papel significativo

na geração de oportunidades para novos empreendimentos e negócios capazes de integrar tecnologias digitais e sociais a conteúdos de base cultural, a partir de processos inovadores, gerando emprego e renda.

Nesse sentido, o MTur buscou formular, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), um programa de capacitação em economia criativa, de modo a difundir conteúdos de interesse, tanto para gestores públicos que atuam neste campo, quanto para o público de empreendedores e profissionais do setor cultural como um todo. O Programa é composto por quatro módulos/cursos sequenciais sobre a temática. Os cursos propostos poderão ser realizados separadamente e quando o aluno completar esses módulos/cursos receberá o certificado do Programa. Os temas propostos foram:

- Conceitos básicos da Economia Criativa;
- Economia Criativa, empreendedorismo e inovação;
- Implementação de Políticas em Economia Criativa; e
- Avaliação de Políticas em Economia Criativa.

Considerando a existência de competência institucional e a viabilidade de execução, a Enap sinalizou positivamente à proposta de parceria, demonstrando convergência de interesse. A proposta de parceria foi desenvolvida e, a partir dela, realizada a estimativa das características de entrega dos cursos à distância e os respectivos custos. Após concluídos, contemplarão o catálogo de cursos da Escola Virtual Gov (EV.G) e serão disponibilizados na modalidade MOOC (*massive open on-line course*), portanto, sem limite de vagas e ofertados de maneira aberta e gratuita.

Cadastro Unificado da Cultura

Iniciou-se o desenvolvimento do sistema do Cadastro Unificado da Cultura (CADUNC), para registro de trabalhadores do setor cultural, a fim de centralizar dados dos trabalhadores da cultura, a nível federal; levantar informação útil aos gestores públicos, em todos os níveis federais e setores público e privado; e a proporcionar aos trabalhadores da cultura uma identificação validada pelo Governo Federal que os qualifique enquanto trabalhadores da cultura. O projeto está em fase de conclusão do primeiro protótipo, um aplicativo de celular a ser lançado em abril de 2022.

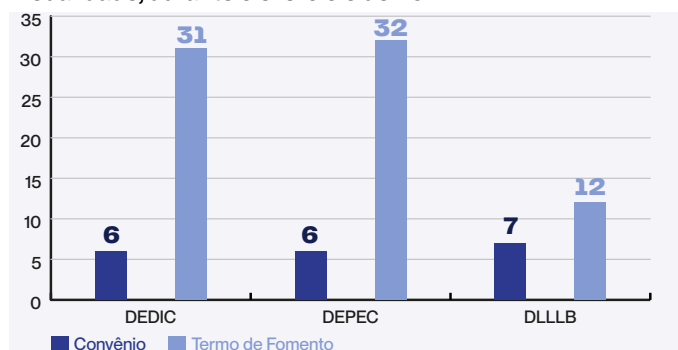
Análise de processos de emendas parlamentares impositivas.

No ano de 2021, o MTur, no âmbito da economia criativa e diversidade, recebeu para análise 115 propostas com um montante de aproximadamente R\$ 30,5 milhões, sendo 94 propostas formalizadas (em execução) no valor de R\$ 26.5

milhões e 21 reprovadas por impedimento técnico no valor de R\$ 4 milhões.

A seguir, apresenta-se gráfico contendo informações sobre as modalidades das propostas formalizadas, tanto por meio de termos de fomentos firmados com Organizações da Sociedade Civil (OSC), quanto por meio de convênios com entes públicos, no âmbito da economia criativa e diversidade cultural.

Gráfico 13 Quantidade de propostas formalizadas por unidade da SECULT, segundo sua modalidade, durante o exercício de 2021



Fonte: Plataforma +Brasil⁶ Elaboração: SECDEC/MTur. Posição em 31 de Dezembro de 2021

2.2.11 Livro, Leitura, Literatura E Bibliotecas

(OE 09–Promover os destinos turísticos e acesso à cultura)

Fomento ao Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas no ano de 2021

O MTur tem o grande desafio de democratizar o acesso aos livros, à leitura e à literatura, combater o baixo índice de

alfabetização e de consumo de livros no País, assim como mitigar a exclusão digital da população brasileira. Para isso, busca fomentar o hábito da leitura, aumentar o número de leitores e de bibliotecas públicas, promover a modernização desses equipamentos existentes em todo o território nacional, estimular a formação de mediadores de leitura, promover e difundir o livro, bem como incentivar a criação literária nacional.

No contexto da pandemia, em 2021, as feiras e as ações literárias apoiadas pelo MTur adaptaram-se à realidade e às orientações sanitárias dos seus municípios, sendo realizadas em sua maioria no formato híbrido (mantendo os cuidados necessários, mas já retomando as atividades presenciais possíveis). O foco dessas iniciativas foi o aumento de público desses eventos, em meio ao cenário pandêmico, e o fortalecimento do circuito de feiras nacionais e das cadeias criativa, produtiva e mediadoras do livro, bem como do mercado editorial, de vendas de livros em meio físico e digital. Além disso, o formato *on-line* possibilitou maior interação entre países—com a participação em atividades promovidas por organizações internacionais—transpondo as limitações geográficas. Assim, tanto o Brasil quanto a língua portuguesa ganharam maior destaque no cenário exterior.

No referido ano, foi investida a quantia de R\$ 3.816.848,84, advinda de recursos de emendas parlamentares. Estes recursos foram destinados à execução de 19 projetos de realização de feiras e ações literárias diversas; capacitações; oficinas; palestras; catalogação; digitalização e disponibilização de acervos; publicação e distribuição de obras literárias; modernização de bibliotecas a partir da aquisição de equipamentos em geral e implantação de espaços de criação e manutenção de atividades.

Figura 27 Feira do Livro de Porto Alegre 2021, Marco Cena



Fonte: SECDEC/SECULT/MTur.

6 Disponível em: <https://portal.plataformamaibrasil.gov.br/maisbrasil-portal-frontend/>

A Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE)

Com vistas a elaborar o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) (Lei nº 13.696/2018), em 2021, o MTur, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), lançou o Edital de Chamamento Público nº 01/2021 para habilitar organizações da sociedade civil representativas de autores, de editores, de bibliotecas públicas e de especialistas em leitura e em acessibilidade. O objetivo do Edital é compor o novo Conselho Diretivo do PNLL. Esse Conselho tem por competência estabelecer metas, ações e estratégias para a elaboração e a execução do citado Plano, definir seu modelo de gestão, além do processo de revisão periódica.

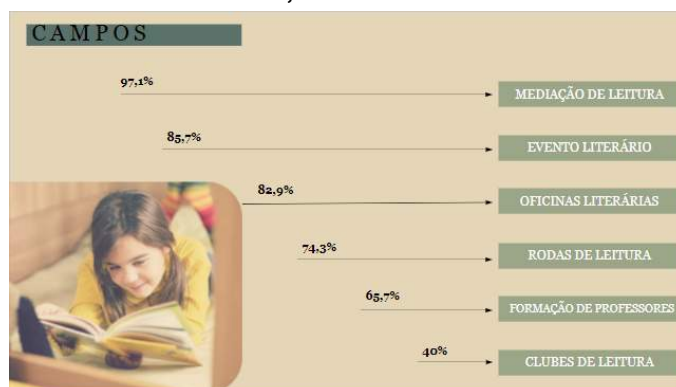
Quanto ao Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), que tem como objetivo promover o interesse pelo hábito da leitura e estruturar uma rede de projetos capaz de consolidar práticas leitoras e criar condições de acesso ao livro, em 2021, o MTur desenvolveu um trabalho de realinhamento, buscando resgatar o histórico documental e a relação com os Comitês PROLER, visando diagnosticar a situação atual desses, além de anseios e expectativas. Para tanto, foi elaborada pesquisa com os referidos comitês, cujo resultado apontou qual o público-alvo das ações de cada respondente, bem como o campo de atuação de cada um desses colegiados, conforme pode ser analisado nas figuras a seguir.

Figura 28 Resultado da pesquisa realizada com os Comitês PROLER, em 2021.



Fonte: SECDEC/SECULT/MTur.

Figura 29 Resultado da pesquisa realizada com os Comitês PROLER, em 2021



Fonte: SECDEC/SECULT/MTur.

Os dados são importantes para a continuidade do Programa e, com brevidade, pretende-se formalizar parcerias por meio de Acordos de Cooperação Técnica com os comitês já existentes e incentivar a criação de novos, no intuito de promover ações de valorização social da leitura nas comunidades e municípios e a disseminação como instrumento de inserção e inclusão social.

Preservação de acervo literário e capacitação de agentes do setor do livro

Também em 2021, em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), foi entregue a digitalização do acervo da Academia Brasileira de Literatura de Cordel (ABLC). O projeto, no valor de R\$ 100 mil, nasceu da necessidade de preservar a memória e a história da literatura de cordel e permite a conservação e a preservação do cordel enquanto patrimônio cultural imaterial no Brasil.

Figura 30 Acervo da UFRRJ



Fonte: SECDEC/SECULT/MTur.

No mesmo ano, foram lançados cinco vídeos e quatro cartilhas *on-line* que abordam, de forma didática e criativa, as dimensões simbólica, cidadã e econômica que envolvem o setor de livro e leitura. Foi investido o montante de R\$ 152.700,00 para a elaboração desse material, resultado de parceria entre o MTur, a Unesco e Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O material é destinado a responsáveis políticos, gestores públicos, profissionais de bibliotecas, educadores e profissionais dos diversos segmentos relacionados ao livro e à literatura. Nele são abordados os seguintes temas: legislações; planejamento estratégico; elaboração de planos, parcerias com a sociedade civil; potencial econômico do setor; biodiversidade; planos de *marketing*; formação de leitores e de mediadores de leitura. Com essa ação, o Ministério objetiva estender o conhecimento a todos os agentes envolvidos no setor; ter maior capilaridade e, ao mesmo tempo, dar maior autonomia à sociedade nas ações de fomento ao livro e leitura. Com mais agentes capacitados, o MTur poderá executar novas ações de fomento e estas resultarão em avanços mais significativos na área.

Figura 31 Divulgação da Cartilha de Gestão Estratégica na área de Livro e Leitura.



Fonte: SECDEC/SECULT/MTur.

Em relação às bibliotecas (uma rede de quase 6 mil unidades que integram o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas–SNBP), o Ministério, em 2021, fomentou amplamente ações de capacitação por meio de *webinários*, rodas de conversa, fóruns e oficinas virtuais. Com isso, as bibliotecas continuaram a oferecer, de forma virtual, contação de histórias, filmes, disputas de poesias, hora do conto, encontros com autores e artistas em geral. Adicionalmente, foram implementados serviços de atendimento por telefone e por rádio, além de serviços de entrega de livros (*delivery*). Com o retorno gradual das atividades, algumas bibliotecas voltaram a contar com o atendimento presencial, seguindo os protocolos de segurança de cada unidade da Federação.

Figura 32 Divulgação do Congresso do Ano Ibero-Americano das Bibliotecas



Fonte: SECDEC/SECULT/MTur.

Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP)

Outro instrumento que contribui para o fortalecimento da cultura é o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), no qual destacam-se como principais resultados alcançados em 2021 os seguintes:

- Celebração de quatro Acordos de Cooperação Federativa com os estados de Sergipe/SE, Alagoas/AL, São Paulo/SP e da Paraíba/PB. Os Acordos objetivaram estabelecer ações conjuntas entre o SNBP e os respectivos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas, para a construção de planos e de programas voltados para a institucionalização, a implantação e a modernização de bibliotecas públicas; bem como para a formação dos profissionais dessa área;
- Realização do Encontro Nacional do SNBP, em formato virtual, com caráter formativo, informativo e deliberativo;
- Participação no Programa Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas (IBERBIBLIOTECAS), que tem como missão apoiar as bibliotecas públicas e comunitárias e os profissionais que nelas trabalham, por meio de editais de apoio a projetos para essas bibliotecas; de capacitação e formação de profissionais; estágios internacionais, intercâmbio e de assistência técnica.

Em 2021, foi realizado o 9º Concurso de Ajudas Iberoibibliotecas—editado de apoio a projetos para bibliotecas públicas e comunitárias, finalizado com três projetos brasileiros contemplados (preiação no valor de até US\$ 10.000,00/cada) e um projeto em parceria com o Uruguai que receberá a quantia de até US\$ 20.000,00.

O SNBP recebeu uma assistência técnica do IBERIBIBLIOTECAS com o objetivo de difundir a metodologia de estudo de valor das bibliotecas utilizada pela Rede de Bibliotecas Públicas de Barcelona, Espanha. A assessoria técnica conta com a participação de pelo menos dois representantes de cada um dos sistemas estaduais e distrital de bibliotecas públicas, além do próprio SNBP.

Destaca-se, também, que o Brasil participou do planejamento e da execução das atividades do Ano Ibero-Americano das Bibliotecas, desenvolvidas ao longo de 2021. Nesse ano, foram realizados repasses do saldo remanescente da cota de 2020, no valor de US\$ 20.711,55, e US\$ 90.000,00, da cota de 2021.

- Celebração de Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica com a MVB Brasil LTDA., objetivando o licenciamento gratuito da plataforma *Metabooks* para todas as Bibliotecas Públicas que compõem o SNBP, por mais 36 meses.

A plataforma tem por objetivo ofertar às bibliotecas públicas do SNBP informações atualizadas diariamente sobre os títulos do mercado editorial brasileiro, seja para pesquisa sobre especificações técnicas, disponibilidade ou lançamentos de títulos, seja para consultas segmentadas sobre a produção editorial brasileira para subsidiar decisões de compra de acervo.

Em 2021 foram realizadas quatro oficinas *on-line*, voltadas aos profissionais que atuam diretamente nas bibliotecas públicas do País. As oficinas foram realizadas por unidade da Federação e os primeiros contemplados com a ação foram os estados de Sergipe, Alagoas, São Paulo e da Paraíba, totalizando 34 profissionais capacitados e com acesso a base de dados editoriais, nos estados que já celebraram os Acordos de Cooperação Federativa.

- Celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre o MTur e o Grupo Mulheres do Brasil—Núcleo Brasília/DF.

Visando estabelecer o desenvolvimento de ações conjuntas, o MTur, por intermédio da SECULT e o Grupo Mulheres do Brasil—Núcleo Brasília/DF, celebrou Acordo de Cooperação Técnica para a realização de ações de incentivo à leitura nas bibliotecas públicas e comunitárias; fortalecimento e divulgação das políticas de incentivo à cultura; apoio às bibliotecas públicas e comunitárias integrantes do SNBP—especialmente em sua biblioteca referencial—

Biblioteca Demonstrativa do Brasil Maria da Conceição Moreira Salles (BDB).

Figura 33 Divulgação do Acordo de Cooperação para licenciamento da plataforma Metabooks.



Fonte: SECDEC/SECULT/MTur.

Biblioteca Demonstrativa do Brasil (BDB)

Figura 34 Atividades híbridas realizadas durante o ano de 2021 na Biblioteca Demonstrativa do Brasil (Fotografia de Lucas Rezende-VOAR)



Fonte: SECDEC/SECULT/MTur.

A BDB é uma estrutura de experimentação, de normatização e de difusão de boas práticas para o setor da cultura. Reaberta em 2020 com atividades virtuais, em função da pandemia da Covid-19, a BDB voltou a cumprir com o seu papel de ser referência no SNBP. Em 2021, vários esforços foram empreendidos pelo MTur direcionados a esta Biblioteca, dentre os quais destacam-se:

- Edital Programação Cultural: foi celebrado Termo Aditivo para ampliação da programação cultural na BDB, realizada em parceria com a organização Voar Arte para Infância e Juventude, para a realização de eventos cul-

turais, *workshops*, palestras, e cursos variados (nas dependências da BDB; e nas cidades satélites do DF ou por meio dos canais de mídias digitais: *Youtube*, *Instagram*, *Facebook*, para o Brasil e o mundo). O projeto recebeu aporte adicional de R\$ 323.826,00, totalizando R\$ 1.451.996,00 (sendo R\$ 1.403.246,00, relativos a repasse ministerial, e R\$ 48.750,00, relativos à contrapartida em bens e serviços da entidade parceira).

- O processo de desenvolvimento de coleções é umas das etapas do planejamento e da administração da BDB. É necessário haver uma ligação entre os objetivos estratégicos da coleção e os dos usuários. É através do processo decisório que se selecionará o que pode ou não compor o acervo. Trata-se de uma atividade que não acontece de forma aleatória mas, sim, através de seis etapas interdependentes: estudo das necessidades dos usuários através dos mecanismos de busca e sugestões; política de desenvolvimento de coleções; seleção; aquisição; desbastamento e avaliação. Estas etapas serão formalizadas em documento, para as futuras observações e alterações necessárias—em períodos determinados pelo profissional bibliotecário.

Desde o início da pandemia, a BDB mantém alguns funcionários executando essa atividade rotineiramente na manutenção do acervo. Aqueles livros que não se encaixarem nos critérios estabelecidos na política de desenvolvimento de coleções passarão pelo processo de desbastamento e serão doados para instituições previamente cadastradas.

2.2.12 Sistema Nacional de Cultura

(OE 12–Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura)

O MTur objetiva fortalecer a adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) com vistas a contribuir para o Objetivo 1215 – Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural, do PPA 2020-2023. Dada a importância deste desafio, a meta relacionada ao fortalecimento do SNC foi selecionada para monitorar o desempenho e alinhamento da estratégia do órgão ao Plano Plurianual.

Dessa forma, tem-se os resultados intermediários da SECULT, que medem a quantidade de municípios com adesão ao SNC. Para 2021, a meta prevista era alcançar

51% dos municípios brasileiros e o apurado no exercício foi de 51% (2.862 municípios), demonstrando o êxito das ações desenvolvidas pelo MTur neste sentido. Em 2021, houve a celebração de 151 instrumentos de adesão (Acordos de Cooperação Federativa) ao referido Sistema.

O principal desafio enfrentado no SNC é a ausência da sua lei regulamentadora. Essa ausência dificulta a regulamentação das transferências de recursos por meio de fundo de cultura. Para isso, considerando a necessidade de complementar o arcabouço normativo que dá moldura institucional ao SNC foi proposto um Projeto de Lei (PL) que visa a regulamentar o referido Sistema (Processo SEI nº 72031.006532/2021-37, doc. 1348475). Atualmente, este PL encontra-se em análise institucional da SECULT.

Ressalta-se que um dos objetivos para alcançar a referida meta do PPA, que também é meta do Plano Nacional de Cultura, é estimular e viabilizar a integração dos entes federativos ao SNC, além de capacitá-los para o efetivo funcionamento dos componentes do Sistema (órgão gestor, conselho de política cultural, plano, fundo e conferência de cultura).

Dessa forma, apresenta-se a seguir a integração dos municípios quanto à adesão e à institucionalização dos seus sistemas de cultura, conforme preconiza o Acordo de Cooperação Federativa firmado entre a União e o município integrante.

Tabela 28 Demonstrativo de adesões e institucionalização dos municípios ao SNC, em 2021

| Situação dos municípios com adesão e institucionalização | Quantidade de municípios com adesão e institucionalização |
|---------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| Adesão | 2.862 |
| Institucionalização por meio de leis do Sistema Municipal de Cultura | 730 |
| Institucionalização por meio de leis do Plano Municipal de Cultura | 315 |
| Institucionalização por meio de leis do Fundo Municipal de Cultura | 544 |
| Institucionalização por meio de leis do Conselho Municipal de Política Cultural | 583 |

Obs.: Os dados apresentados não se referem ao somatório dos componentes do sistema de cultura.

Fonte: Plataforma do Sistema Nacional de Cultura – SECULT/MTur. Posição: 31 de Dezembro de 2021.

Tabela 29 Demonstrativo de adesões municipais ao SNC, por região, em relação ao número de habitantes, em 2021.

| região | nº total de municípios | nº de municípios que efetuaram adesão ao snc | % de municípios que efetuaram adesão ao snc em relação ao total de municípios | quantidade de habitantes no município |
|--------------|------------------------|----------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|
| Sul | 1.191 | 666 | 55,9% | 25.539.289 |
| Sudeste | 1.668 | 754 | 45,2% | 74.786.201 |
| Centro Oeste | 466 | 251 | 53,9% | 13.980.353 |
| Nordeste | 1.794 | 984 | 54,8% | 43.615.549 |
| Norte | 450 | 207 | 46,0% | 14.035.086 |
| TOTAL | 5.569* | 2.862 | 51,4% | 171.956.478 |

*Para fins de cálculo, o DF não foi contabilizado. Ressalta-se que este Ente possui adesão ao SNC, bem como institucionalizou os seus componentes.

Fonte: Plataforma do Sistema Nacional de Cultura – SECULT/MTur. Posição: 31 de Dezembro de 2021. Plataforma do IBGE.

Outra ferramenta muito importante para o alcance do objetivo em questão é o Plano Nacional de Cultura (PNC)⁷. Ele foi instituído por meio da Lei nº 12.343/2010, que determinou sua vigência até 2020. No entanto, com a publicação da Lei nº 14.156/2021 (conversão da Medida Provisória nº 1.012, de 1º de dezembro de 2020, proposta pelo Governo Federal), o PNC teve sua vigência prorrogada por mais dois anos. Atualmente, ele é composto por 53 metas que são monitoradas anualmente. Para subsidiar a revisão do PNC, foi firmada parceria com a Enap para elaboração de avaliação quantitativa do referido Plano.

Existe, também, o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)⁸—instrumento indispensável à afirmação dos direitos culturais no Brasil, que possui composição abrangendo as diversas áreas setoriais e buscando abranger a complexidade e diversidade da cultura brasileira. A qualificação e o aperfeiçoamento da gestão cultural no Brasil passam pelo fortalecimento de instâncias, como o CNPC, que permitem ao Estado brasileiro desenvolver suas estratégias públicas com base no diálogo, na transparência e no fortalecimento da cidadania. Nesse sentido, em 2021, foram realizadas três reuniões ordinárias do Plenário do CNPC, que tiveram como objetivo deliberar sobre a realização da IV Conferência Nacional de Cultura, prevista para ocorrer em 2022.

Também houve o funcionamento de duas Câmaras Temáticas, orientadas por meio do art. 8º, do Decreto nº 9.891, de 27 de junho de 2019 (que dispõe sobre o Conselho mencionado), com o intuito de acompanhar a definição das diretrizes do PNC e orientar quanto à realização da IV Conferência Nacional de Cultura. No que tange à Conferência, houve a definição do seu temário, bem como dos meses que serão realizadas as etapas municipais,

estaduais e nacional e do quantitativo de participantes do evento, que será realizado na modalidade virtual.

Ressalta-se que a realização das atividades desempenhadas no âmbito das temáticas – SNC, PNC e CNPC, vinculam-se à Ação 20ZG—Formulação e Gestão da Política Cultural – Estruturação e Implementação do Sistema Nacional de Cultura, do PPA 2020-2023.

2.2.13 Fomento e Incentivo à Cultura

(OE 10—Promover os destinos turísticos e acesso à cultura)

O MTur desenvolve o Programa de Cultura do Trabalhador, instituído pela Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, bem como o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), de que trata a Lei Federal de Incentivo à Cultura, Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. O PRONAC elenca dois mecanismos ativos de apoio e incentivo à cultura, quais sejam: o Incentivo a Projetos Culturais (ou Renúncia Fiscal/Mecenato) e o Fundo Nacional da Cultura (FNC).

Incentivo Fiscal

O Incentivo Fiscal, disciplinado pela Lei nº 8.313, de 1991 (Lei Rouanet), é um mecanismo em que a União faculta às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios, no apoio direto a projetos culturais ou em contribuições FNC.

No ano de 2021, o MTur, por meio da SECULT, inscreveu o total de 2.145 propostas de projetos culturais no Sistema

⁷ Mais informações sobre o Plano podem ser obtidas em: <http://pnc.cultura.gov.br/>.

⁸ Mais informações sobre o Conselho podem ser obtidas em: <http://cnpc.cultura.gov.br/>.

de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SALIC). Somando com propostas inscritas no final do ano de 2020, 2.603 propostas foram admitidas como projetos culturais aptos a captar recursos por meio do mecanismo de incentivo fiscal do PRONAC.

Foram 151 projetos da região Centro-Oeste, 248 do Nordeste, 44 do Norte, 1.557 do Sudeste e 1.500 da região Sul, conforme consulta em <<http://aplicacoes.cultura.gov.br/comparar/salicnet/>>. Esses projetos estão distribuídos nas áreas culturais de artes cênicas, artes visuais, humanidades, museu e memória, música e patrimônio cultural, conforme Tabela 30:

Tabela 30 Quantidade de Projetos incentivados por área inscritos no SALIC em 2021.

| Área Cultural | Projetos Culturais (Quantidade) |
|---------------------|---------------------------------|
| Artes Cênicas | 1087 |
| Artes Visuais | 318 |
| Audiovisual | 291 |
| Humanidades | 511 |
| Museu e Memória | 103 |
| Música | 783 |
| Patrimônio Cultural | 149 |
| TOTAL | 3242 |

Fonte: SEFIC/SECULT/MTur. Dados de 3/7/2022

Dada a atipicidade dos anos de 2020 e 2021, nos quais o mundo inteiro foi acometido pela Covid-19, foi procedida mais uma prorrogação excepcional dos prazos de captação e execução para os projetos culturais, com base no art. 13, da Lei nº 14.150/2021 (Lei Aldir Blanc), <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.150-de-12-de-maio-de-2021-319572366>>. Dessa forma, os prazos de captação, execução e prestação de contas dos projetos financiados por meio do mecanismo incentivo a projetos culturais do PRONAC foram prorrogados por mais um ano. Apesar da pandemia, o mecanismo do incentivo fiscal teve acréscimo no valor captado no ano de 2021 em relação ao ano anterior. Em 2020, foram captados recursos na ordem de R\$ 1.499.796.314.364,87, já em 2021, foram captados recursos na ordem de R\$ 1.931.329.703,84.

Registra-se, historicamente, que o mês de dezembro é o melhor mês de captação de recursos, que eleva os patamares de captação próximo aos valores da renúncia fiscal para o ano vigente. A título de conhecimento a captação em dezembro de 2020 alcançou o teto de R\$ 1.036.909.026,16, e no mês de dezembro de 2021, foram captados o montante de R\$ 1.327.935.991,16.⁹

Para melhor entendimento, apresentam-se, a seguir, tabelas contendo informações sobre a captação de recursos incentivados durante o exercício de 2021:

Tabela 31 Captação, mês a mês, durante o exercício de 2021

| Mês | Valor Captado (R\$) |
|--------------|-------------------------|
| Janeiro | 12.174.845,07 |
| Fevereiro | 7.038.497,62 |
| Março | 72.736.630,80 |
| Abril | 21.700.574,38 |
| Maio | 32.618.132,87 |
| Junho | 108.809.075,43 |
| Julho | 34.931.687,51 |
| Agosto | 41.719.245,19 |
| Setembro | 127.111.056,61 |
| Outubro | 67.995.372,10 |
| Novembro | 78.241.707,89 |
| Dezembro | 1.384.375.153,45 |
| TOTAL | 1.989.451.978,92 |

Fonte: Salic Gerencial <<http://sistemas.cultura.gov.br/gerencial/Gerencial/Gerencial.php>> menu Execução / submenu: Captação / submenu: captação mensal. Consultado em 26 de Janeiro de 2022. Dados de 7/3/2022

Tabela 32 Captação dos Financiadores da Cultura, durante o exercício de 2021.

| Tipo de pessoa | Quantidade | Valor Captado (R\$) |
|-----------------|---------------|-------------------------|
| Pessoa Física | 10.040 | 40.088.662,84 |
| Pessoa Jurídica | 3.569 | 1.948.050.667,39 |
| TOTAL | 13.609 | 1.988.139.330,23 |

Fonte: Salic. Comparar <<http://sistemas.cultura.gov.br/comparar/Salicnet/Salicnet.php>> menu interessados/submenu incentivador/submenu incentivador por ano, tipo de pessoa e tipo de apoio. Consultado em 26 de Janeiro de 2022. Dados de 7/3/2022

Tabela 33 Quantitativo de projetos incentivados e seus respectivos valores, por Região, de janeiro a meados de novembro de 2021.

| Região / UF | Quantitativo | Valor Captado (R\$) |
|--------------|--------------|---------------------|
| Centro-Oeste | 79 | 56.369.193,47 |
| Nordeste | 243 | 84.517.276,42 |
| Norte | 33 | 16.006.174,10 |
| Sudeste | 1.910 | 1.566.627.098,03 |

⁹ Dados extraídos do Salic Comparar <<http://sistemas.cultura.gov.br/comparar/salicnet/salicnet.php>> menu: comparativos / submenu: captação de recursos / submenu: mês. Acesso em 26/01/2022.

| Região / UF | Quantitativo | Valor Captado (R\$) |
|--------------|--------------|----------------------|
| Sul | 1.062 | 264.929.639,92 |
| TOTAL | 3.327 | 1.988.449.382 |

Fonte: Salic. Comparar < <http://sistemas.cultura.gov.br/comparar/Salicnet/Salicnet.php> > menu comparativos/submenu/captação de recursos/submenu por ano, região e unidade da federação. Consultado em 26 de Janeiro de 2022.

Dados de 7/3/2022

Tabela 34 Valor captado, por Áreas Culturais, durante o exercício de 2021.

| Área / Segmento | Valor Captado (R\$) |
|---------------------|-------------------------|
| Artes Cênicas | 445.986.522,67 |
| Artes Visuais | 286.905.303,00 |
| Audiovisual | 155.312.012,00 |
| Humanidades | 133.308.047,52 |
| Museus e Memória | 316.432.783,82 |
| Música | 408.307.058,17 |
| Patrimônio Cultural | 256.179.365,53 |
| TOTAL | 2.002.431.092,71 |

Fonte: Salic. Comparar < <http://sistemas.cultura.gov.br/comparar/Salicnet/Salicnet.php> > menu comparativos/submenu/captação de recursos/submenu por área cultural. Consultado em 26 de Janeiro de 2022.

Dados de 7/3/2022

Relevante mencionar a celebração em 2021, do Acordo de Cooperação Técnica entre o MTur e Banco do Brasil S.A, que tem por objetivo a prestação dos serviços bancários de abertura de contas específicas e repasse de recursos captados ao amparo da Lei nº 8.313/1991 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm>. Cabe mencionar que essa celebração visa dar continuidade ao Acordo existente com o extinto MinC e que teve o prazo vencido.

Fomento Direto

Além das ações de fomento indireto, realizadas por meio do Incentivo Fiscal à Cultura – Lei Rouanet, o MTur, por intermédio da SECULT, realiza ações de Fomento Direto, a partir de dotações orçamentárias consignadas à Lei Orçamentária Anual, tendo em vista os limites orçamentários disponíveis para as Ações Orçamentárias da Administração Direta e do Fundo Nacional da Cultura (FNC), através dos instrumentos de transferências voluntárias, como convênio, termos de fomento e termos de execução descentralizada com entidades governamentais dos demais entes da Federação, para transferência de recursos financeiros a serem utilizados na execução de um objetivo comum.

É mister ressaltar que a execução orçamentária de tais dotações, que caracterizam o ciclo da despesa, a saber, empenho, liquidação e pagamento, considera os contingenciamentos, cortes e ajustes orçamentários durante o ano fiscal.

Em 2021, a gestão do Fomento Direto foi responsável pela condução das atividades relacionadas às transferências voluntárias vinculadas ao fomento e incentivo à cultura. Na área de formalização de novas parcerias foram celebradas 46 parcerias (convênios e termos de fomento) oriundos de emendas parlamentares, as quais possuem execução impositiva. Estas emendas totalizaram o montante de R\$ 9.440.366,34, conforme detalhado no quadro a seguir:

| EMENDAS CELEBRADAS EM 2021 | | |
|----------------------------|------------|--------------------------------|
| Região | Quantidade | Montante Valor (Repasse SEFIC) |
| Sul | 3 | R\$ 409.795,30 |
| Sudeste | 24 | R\$ 4.030.810,24 |
| Centro Oeste | 8 | R\$ 2.957.500,00 |
| Norte | 3 | R\$ 681.024,00 |
| Nordeste | 8 | R\$ 1.361.236,80 |
| TOTAL | 46 | R\$ 9.440.366,34 |

As propostas de emendas parlamentares recepcionadas apresentaram os seguintes objetos:

Objetos específicos das Emendas Celebradas 2021

| | |
|----------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 Realização de festivais de cultura local em formato virtual | Realização de festivais com o intuito de fomentar a cultura local, que não se confundam com eventos populares do calendário local e regional com potencial de captação por outras fontes |
| 2 Formação e capacitação cultural | Ações de formação e capacitação cultural, visando a promoção da arte e da cultura |
| 3 Aquisição de equipamentos | Aquisição de equipamentos de infraestrutura para realização de festivais de cultura local, formação e capacitação cultural. |

Além das emendas parlamentares, previstas na Lei Orçamentária Anual como despesas de caráter impositivo, salvo por impedimento técnico, há, no âmbito da SEFIC/SECULT, a recepção e a celebração de parcerias dentro da perspectiva de seu orçamento discricionário, bem como do FNC, as quais denominam-se de Demandas Voluntárias, dos quais fazem partes editais, convênios, ajustes e afins, além de destaques e descentralizações orçamentárias para execução de programações por outra(s) Unidade Orçamentária(s).

- No ano de 2021 foram recepcionados novos projetos, dentre os quais destacam-se:
- Projeto Cultura Digital – Casinha Games R\$ 4.395.825,00 (Quatro milhões trezentos e noventa e cinco mil, oitocentos e vinte e cinco reais): o qual ocor-

rerá em três localidades distintas, Salvador/BA, Rio de Janeiro/RJ e Distrito Federal/DF. A parceria com os entes federados ocorreu no final do exercício de 2021, porém as ações direcionadas ao público-alvo ocorrerão no 1º semestre de 2022; e

- Projeto Nossa Memória no montante de R\$ 1.534.610,00 (um milhão quinhentos e trinta e quatro mil e seiscentos e dez reais): aquisição no ano de 2021, de leitores digitais ou e-reader (kindles) para distribuição, antes do início do 1º semestre letivo de 2022 em bibliotecas de escolas municipais de 35 cidades das cinco regiões do País, considerando, fundamentalmente, baixos níveis de IDH.
- Projeto Filarmônica de Mansidão/BA no montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais): Projeto sociocultural com oferta gratuita de cursos de música instrumental e musicalização, para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no município de Mansidão/BA, bem como aquisição de instrumentos musicais para a filarmônica do referido município.
- Projeto Apoio a Comunidade da Congregação das Pequenas Missionárias de Maria Rosa Mística, no

Gama/DF no montante de R\$ 112.850,00 (cento e doze mil, oitocentos e cinquenta e mil reais): Projeto sociocultural visando contemplar a localidade do Núcleo Rural Ponte Alta, que é uma comunidade carente e que possui pouco acesso a mecanismos culturais, com o objetivo de realizar, em parceria com o GDF, oficinas culturais—música e artesanato, de modo a fomentar a realização dessas atividades junto à população local, bem como a aquisição de instrumentos musicais e insumos para as referidas oficinas.

- Ainda no que tange ao Fundo Nacional da Cultura, é preciso considerar alguns aspectos de sua composição orçamentária, para que se possa compreender o resultado indicado na sua execução orçamentária.
- Primeiro, é importante destacar que o FNC se divide em despesas discricionárias (sujeitas ao teto de gasto e que impactam no resultado primário) e financeiras (livre do teto de gastos e sem impacto no resultado primário). Fazendo esse recorte, o panorama do FNC em 2021, é o seguinte:

| Resultado Primário | Tipo de Despesa | Dotação Atualizada | Despesas Empenhadas | % Execução |
|--------------------|------------------------------------------------------------------|--------------------|---------------------|------------|
| 0 | Financeira (Concessão de empréstimos a empreendedores culturais) | 405.888.709,00 | 0,00 | 0,0% |
| 2 | Discricionária | 3.180.657,00 | 3.097.237,30 | 97,4% |
| 6 | Discricionária decorrente de emenda parlamentar individual | 37.388.641,00 | 34.603.869,80 | 92,6% |
| 7 | Discricionária decorrente de emenda de bancada | 17.865.404,00 | 17.865.404,00 | 100% |

Assim, nota-se que a dotação atualizada da despesa discricionária foi de R\$ 58.434.702,00, enquanto as despesas discricionárias empenhadas somaram R\$ 55.566.511,10, representando uma execução de 95%.

Por outro lado, as despesas financeiras destinadas a concessão de empréstimos a empreendedores culturais não foram empenhadas tendo em vista que o **Programa de Crédito Brasil Criativo** ainda está em fase de implementação. Vale ressaltar que esse mecanismo de concessão de empréstimos estava em desuso há bastante tempo e que a atual gestão vem trabalhando para reativá-lo.

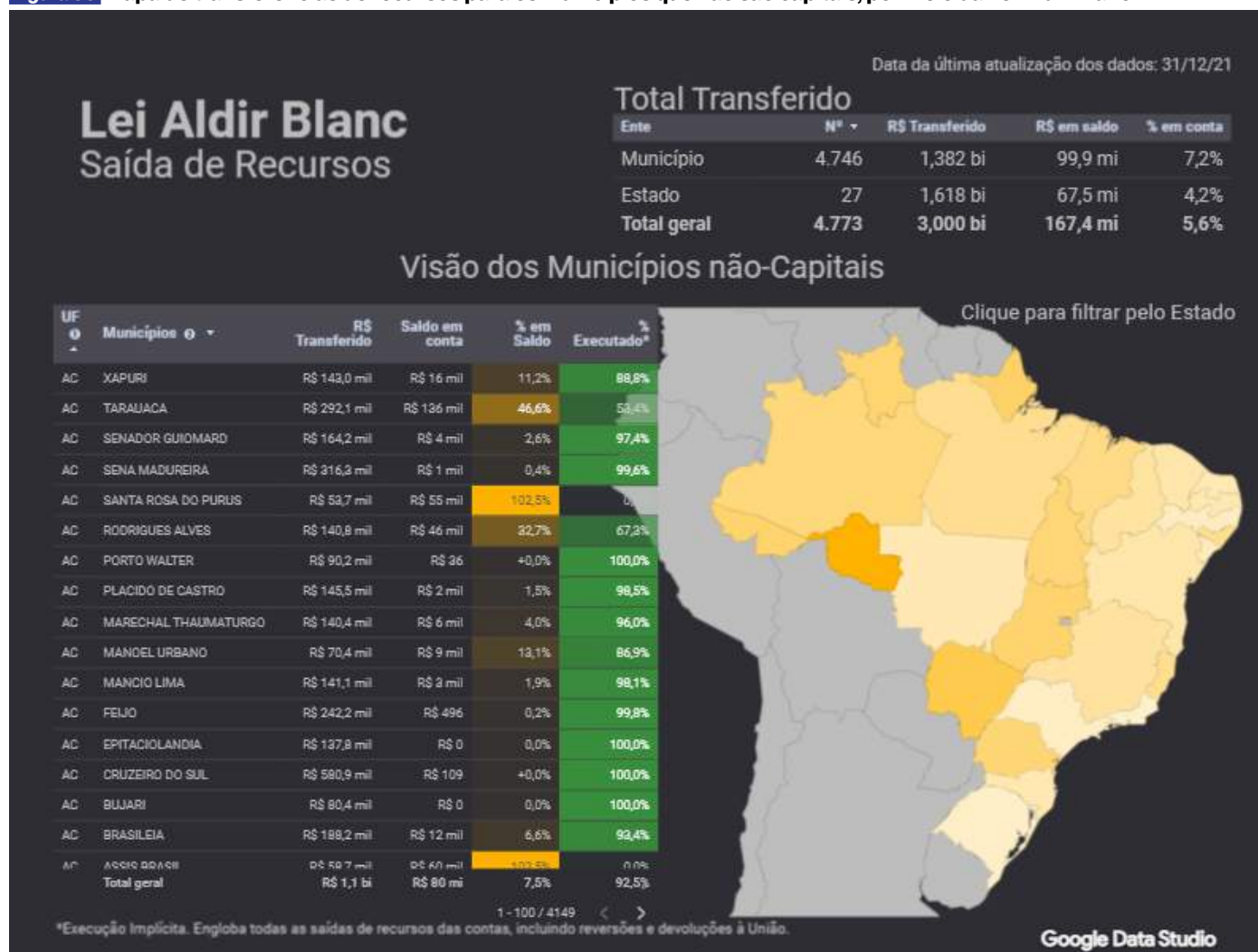
Lei Aldir Blanc

A Lei Aldir Blanc, Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, objetivou a instituição de ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Em conformidade com o art. 2º da referida Lei, foram entregues aos estados, DF e muni-

cípios, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R\$ 3 bilhões. Para o ano de 2022, será iniciado o processo de prestação de contas por parte dos entes federados que receberam o recurso.

Até o mês de fevereiro de 2022, com a medida emergencial, foram beneficiados os 26 estados, o DF e 4.746 municípios, que representam 85% do total do Brasil, sendo executados R\$ 2,8 bilhões, bem como lançados cerca de 8 mil editais, cadastrados 25 mil espaços culturais e atendidos mais de 700 mil profissionais de cultura. O Mtur tem o papel de disponibilizar informações quanto ao acompanhamento da execução.

Dados sobre o acompanhamento e transparência ativa da execução da Lei Aldir Blanc estão dispostos em um mapa interativo, acessado em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/indicadorescultura/>.

Figura 35 Mapa de transferências de recursos para os municípios que não são capitais, por meio da Lei Aldir Blanc.

Fonte: Produção relatório interno SECDEC/SECULT/MTur.

Programa de Cultura do Trabalhador (Lei nº 12.761/2012 – Vale Cultura)

O MTur, com o objetivo de promover o acesso à cultura e incentivar a participação da população em atividades culturais desenvolvidas no Brasil, coordena a concessão do benefício aos trabalhadores que recebem até cinco salários-mínimos, por meio do Programa de Cultura do Trabalhador (Vale-Cultura), instituído pela Lei nº 12.761, de 2012, e regulamentado pelo Decreto nº 8.084, de 26 de agosto de 2013. O trabalhador recebe a quantia de R\$ 50,00 mensais, para o consumo de bens e serviços culturais, por meio do seu cartão Vale-Cultura, fornecido pelo empregador que tenha aderido ao Programa.

Capítulo 3

Conformidade
e Eficiência da Gestão



As principais áreas e ações devem ter seu desempenho, em termo de produção e conformidade, apresentados em itens compatíveis, e devem tratar de temas que abordem os seguintes aspectos:

- Perfil de gastos da UPC e estimativa de custos
- Desempenho frente ao planejamento
- Explicações sobre variações do resultado
- Avaliação da força de trabalho
- Estratégias para alavancar o desempenho e eficiência
- Resumo dos valores de contratações mais relevantes
- Investimento de capital (infraestrutura e equipamentos)
- Modelo de governança de TI
- Montante de recursos aplicados em TI
- Segurança da informação
- Sustentabilidade ambiental

São as atividades meio que dão sustentação à estrutura de um órgão e seu funcionamento.

Para alcançar seus resultados finalísticos, no ano de 2021, o MTur aprimorou as atividades de gestão por meio da revisão de normativos internos, de fluxos processuais, de contratos administrativos e da instauração de procedimentos licitatórios visando diminuir entraves e a otimizar os recursos necessários às boas práticas de gestão.

Novamente, os esforços na área meio do MTur voltaram-se para efetivar os princípios de desburocratização, economicidade e estratégia de ação, em consonância com os preceitos universais de atuação do serviço público e, também, indo ao encontro das diretrizes de eficiência pública do governo federal.

3.1 Gestão Orçamentária e Financeira

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021 consignou ao Ministério, incluindo os valores destinados ao Fungetur, uma dotação inicial de R\$ 892 milhões. Os dados analisados excluem os valores da reserva de contingência, os recursos recebidos de outros órgãos, bem como das unidades vinculadas ao MTur (as Autarquias e Fundações).

Execução Orçamentária

Em 2021, da dotação orçamentária final no valor de R\$ 1,132 bilhões, foram empenhados R\$ 702 milhões, representando um percentual de execução orçamentária equivalente a aproximadamente 62,06% do total geral, sendo que o MTur empenhou 96,01%, o Fungetur 100% e o FNC apenas 15,68% da dotação atualizada, conforme Tabela.

Tabela 35 Execução por Unidade Orçamentária do MTur–2021 (em mil R\$)

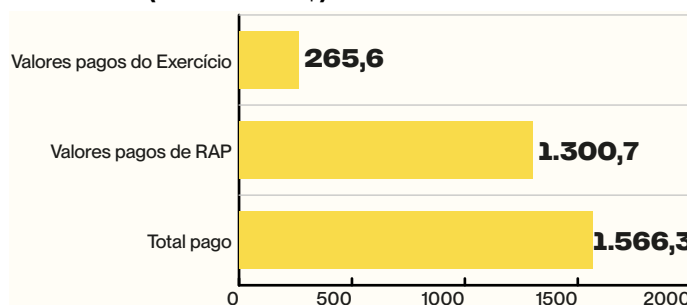
| Unidade Orçamentária–UO | | Dotacao Atualizada | Despesas Empenhadas | % Emp |
|-------------------------|-----------------------------------------------|--------------------|---------------------|---------------|
| 54101 | ministerio do turismo | 595.629 | 571.853 | 96,01% |
| 74908 | recursos sob supervisao do fungetur/mtur | 55.579 | 55.579 | 100% |
| 74912 | recursos sob superv. do fundo nac. de cultura | 481.389 | 75.500 | 15,68% |
| Total | | 1.132.597 | 702.933 | 62,06% |

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

Execução Financeira

O valor pago em 2021 totalizou o montante de R\$ 1,5 bilhão, sendo R\$ 265,6 milhões de despesas pagas do exercício e R\$ 1,3 bilhão correspondentes a Restos a Pagar (RAP) de exercícios anteriores, conforme demonstrado no gráfico.

Gráfico 14 Execução Financeira do MTur–2021–(em milhões R\$)



Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022)

Destaca-se o pagamento, dentre as obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores, referente ao pagamento de contratos de repasse junto à CEF e às obras de infraestrutura turística, no valor total de R\$ 608 milhões.

3.1.1 Perfil do Gasto – Finalidade dos Recursos

A LOA 2021 fixou ao MTur dotação para o atendimento de despesas cujas finalidades podem ser assim sintetizadas:

- Gastos relacionados ao pagamento de pessoal e encargos sociais, ativos, inativos e pensionistas, benefícios aos servidores e dependentes, classificados como despesas obrigatórias, gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral e outros), assistência médica e odontológica, indenizações e ajudas de custo para o auxílio moradia;
- Gastos em custeio, destinados ao pagamento de despesas referentes à manutenção e ao funcionamento do órgão, bem como ao atendimento a ações finalísticas, relacionadas ao apoio, à participação e à realização de eventos, à veiculação de campanhas publicitárias para a divulgação do turismo nacional, ao atendimento aos editais de chamamento público relacionados ao apoio à projetos turísticos e culturais, voltados à implementação das políticas públicas do órgão, às ações de qualificação de profissionais do setor cultural e do turismo, bem como à realização de estudos e pesquisas, voltadas para o setor de cultura e turismo;
- Gastos em investimento, relacionados ao apoio a projetos de infraestrutura turística, por meio da formalização de contratos de repasse firmados junto à CEF, por estados e municípios, com recursos do MTur, bem como à

implantação, à instalação e à modernização de espaços e equipamentos culturais; e

- Inversões financeiras, dotações destinadas ao atendimento de gastos relacionados ao financiamento da infraestrutura turística nacional, por meio da concessão de empréstimos com taxas de juros acessíveis e prazos longos, contratados junto às instituições financeiras credenciadas pelo Fungetur, para a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos turísticos, bem como a aquisição de máquinas e equipamentos turísticos e capital de giro, além de recursos disponibilizados pelo FNC para o financiamento ao setor audiovisual e aos empreendedores culturais.

Tanto as despesas de custeio, como as de investimento, abrangem gastos com o funcionamento das chamadas atividades:

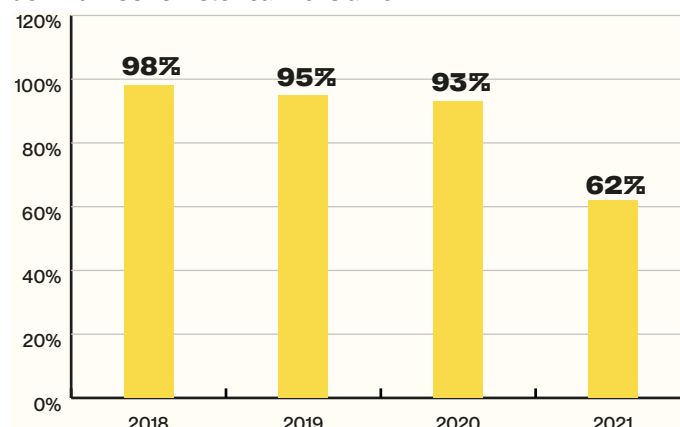
Finalísticas: financiamento e promoção de investimentos, marketing, governança e planejamento dos destinos, infraestrutura, qualificação profissional, regulação e fiscalização, turismo responsável, ações voltadas para o fortalecimento do setor cultural, dentre outras; e

Administrativas: serviço de funcionamento do órgão, serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e apoio às atividades finalísticas.

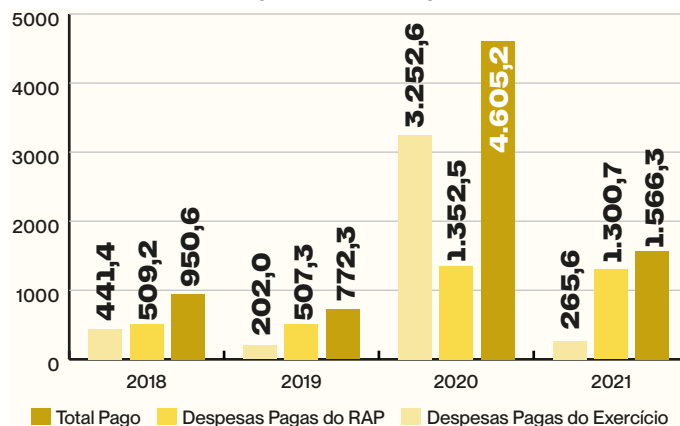
3.1.2 Evolução da Execução Orçamentária e Financeira dos últimos anos

Mesmo diante da pandemia da Covid-19 em 2021, com forte impacto nos setores de turismo e de cultura e na suspensão das atividades não essenciais, observados em todo mundo, o MTur conseguiu executar ações impactantes dentro de sua missão institucional. Como mostra os Gráficos 11 e 12 abaixo:

Gráfico 15 Percentual de Execução Orçamentária do MTur–Série histórica–2018 a 2021



Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

Gráfico 16 Execução financeira do MTur – Série histórica–2018 a 2021 (em milhões R\$)

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

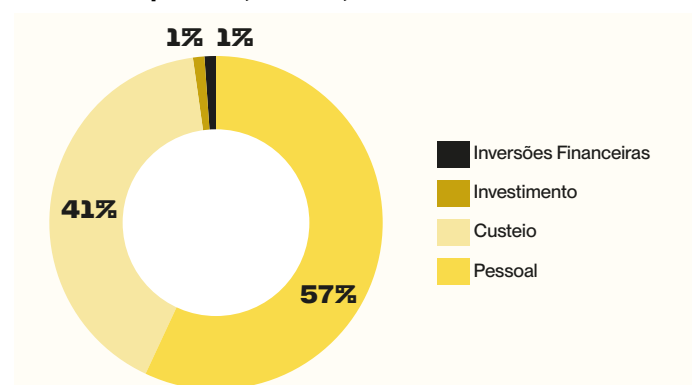
3.1.3 Despesas do Ministério do Turismo

Execução por Grupo e Elemento de Despesa

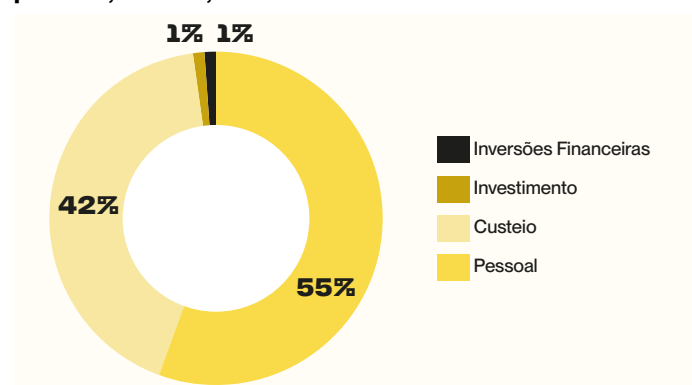
Grupo de Natureza de Despesa (GND)

Diante das variações observadas nas execuções orçamentária e financeira do exercício de 2021 em relação ao exercício de 2020 no órgão, levando em consideração o detalhamento por grupos de natureza de despesa, destaca-se a variação constatada no GND 1 – Pessoal e Encargos Sociais, ocasionada pela incorporação da estrutura da SECULT.

Cabe destacar, ainda, o fato de os pagamentos das despesas do GND 4 – Investimento, apresentarem valores expressivos de despesas pagas em RAP, devido às obras de infraestrutura turística, geridas pela CEF, por meio de contratos de repasse.

Gráfico 17 Percentual de execução orçamentária no exercício por GND, no MTur, em 2021

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

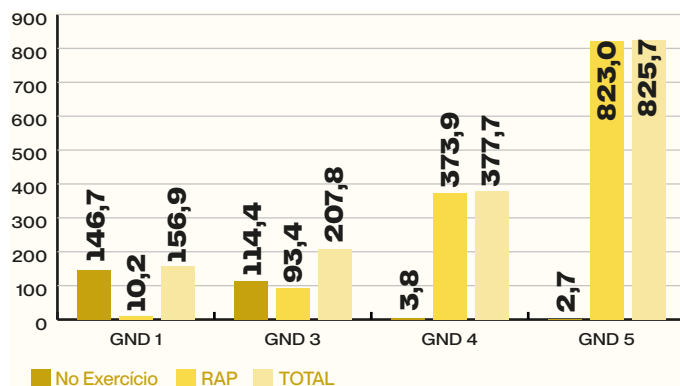
Gráfico 18 Percentual pago no exercício por GND, no MTur, em 2021

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

Tabela 36 Execução por Grupo de Despesa (em milhões R\$)

| GRUPO DE DESPESA | 2020 | | | | | 2021 | | | | |
|-----------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------|--------------|--------------|----------------|
| | dotação atual | empenhado | liquidado | pago | rap pago | dotação atual | empenhado | liquidado | pago | rap pago |
| PESSOAL | 117,6 | 107,9 | 107,8 | 97,6 | 4,3 | 169,6 | 157,0 | 156,9 | 146,7 | 10,2 |
| DESPESAS CORRENTES | 225,7 | 191,5 | 77,0 | 73,5 | 64,3 | 190,6 | 180,7 | 114,0 | 112,4 | 93,4 |
| INVESTIMENTO | 803,1 | 801,4 | 4,1 | 4,1 | 1.045,6 | 235,8 | 234,5 | 3,8 | 3,8 | 373,9 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 5.555,1 | 5.129,6 | 5.032,3 | 3.077,3 | 238,1 | 536,4 | 130,5 | 2,7 | 2,7 | 823,0 |
| TOTAL | 6.701,5 | 6.230,4 | 5.221,2 | 3.252,5 | 1.352,3 | 1.132,4 | 702,7 | 277,4 | 265,6 | 1.300,5 |

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

Gráfico 19 Valores pagos, por GND, no MTur, em 2021– Exercício/RAP (em milhões R\$)

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

Elemento de despesa:

Em 2021, o pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais, à conta de dotações originárias da LOA, totalizou o montante de R\$ 156,9 milhões, o qual inclui as despesas com pagamento de vencimentos e vantagens fixas dos servidores, o ressarcimento de pessoal requisitado, as contribuições previdenciárias e as obrigações patronais, conforme tabela 37.

Tabela 37 Valores pagos com pessoal e encargos sociais por elemento de despesa, no MTur, em 2021.

| Grupo de despesa | Elemento de despesa | Valor pago (em R\$) exercício + RAP |
|---------------------------|--------------------------------------------------|-------------------------------------|
| GRUPO 1 pessoal | 11 vencimentos e vantagens fixas–pessoal civil | 81.466.934 |
| | 01 aposentadorias, reserva remunerada e reformas | 44.751.165 |
| | 13 obrigacoes patronais | 14.698.840 |
| | 03 pensoes | 13.744.665 |
| | demaiss elementos | 2.283.412 |
| TOTAL | | 156.945.017 |

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

Os pagamentos das despesas de custeio, à conta de dotações originárias da LOA, totalizaram o montante de R\$ 205,9 milhões, os quais incluem as despesas com atividades finalísticas, manutenção institucional e outros gastos de custeio, bem como os gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral e outros), os benefícios, as assistências médica e odontológica, conforme tabela 38.

Tabela 38 Pagamento das despesas de custeio por elemento de despesa, no MTur, em 2021.

| Grupo de despesa | Elemento de despesa | Valor pago (em R\$) exercício + RAP |
|---------------------------|----------------------------------------------------------|-------------------------------------|
| GRUPO 3 custeio | 39 outros servicos de terceiros pj | 95.411.560 |
| | 41 contribuicoes | 32.389.825 |
| | 37 locacao de mao-de-obra | 30.958.474 |
| | 40 servicos de tecnologia da informacao e comunicacao–pj | 18.138.621 |
| | demaiss elementos | 29.010.306 |
| TOTAL | | 205.908.786 |

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

No que tange ao pagamento das despesas de investimento, à conta de dotações originárias da LOA, totalizou-se o montante de R\$ 377,7 milhões, o qual inclui as despesas com serviços de tecnologia da informação e comunicação, equipamentos e material permanente, contribuições e apoio às obras e aos projetos de infraestrutura turística, além da implantação, instalação e modernização de espaços e equipamentos culturais, conforme tabela 39.

Tabela 39 Pagamento das despesas de investimento por elemento de despesa, no MTur, em 2021.

| Grupo de despesa | Elemento de despesa | Valor pago (em R\$) exercício + RAP |
|---------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|
| GRUPO 4 investimentos | 39 outros servicos de terceiros pj | 14.482.124 |
| | 41 contribuicoes | 342.281.737 |
| | 92 despesas de exercicios anteriores | 14.997.779 |
| | demaiss elementos | 5.974.492 |
| TOTAL | | 377.736.132 |

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

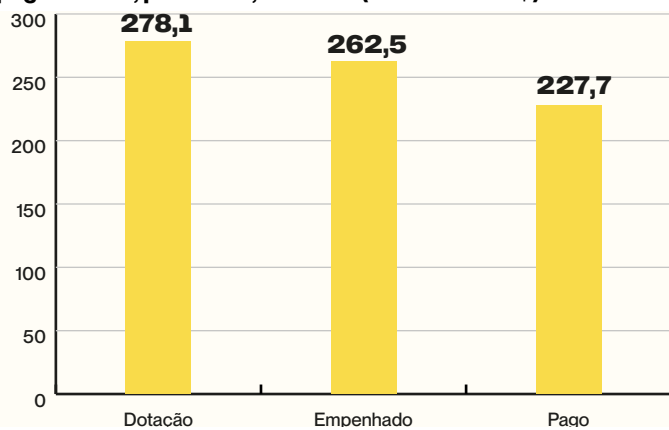
3.1.4 Execução Orçamentária dos principais Programas e Ações Orçamentárias

No que tange à execução orçamentária por Programas, o órgão utilizou três programas principais, sendo um de gestão e outros dois temáticos, especificados a seguir:

Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo – 0032

No Programa de Gestão do órgão foram executadas despesas de pessoal e encargos sociais, benefícios obrigatórios aos servidores públicos, assistências médica e odontológica, ajuda de custo para auxílio moradia, despesas de custeio para manutenção e funcionamento do órgão, além de despesas de capital para aquisição de materiais permanentes, desenvolvimento de sistemas de TIC, entre outras, conforme Gráfico 16.

Gráfico 20 Valores relativos à Dotação, empenhos e pagamentos, pelo MTur, em 2021 (em milhões R\$).

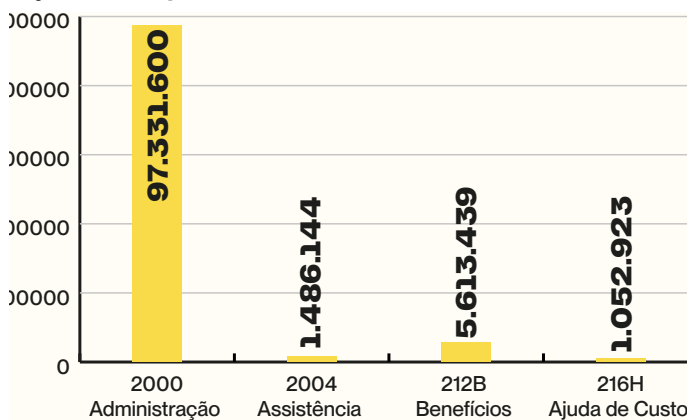


Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

Ações Orçamentárias do Programa de Gestão

No Programa 0032–Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo, o destaque maior foi para a Ação Orçamentária 2000 – Administração da Unidade, por intermédio da qual ocorreram as despesas essenciais para o funcionamento e a manutenção do órgão, conforme Gráfico 21.

Gráfico 21 Valores Empenhados por ação orçamentária, pelo MTur, em 2021 (em R\$)



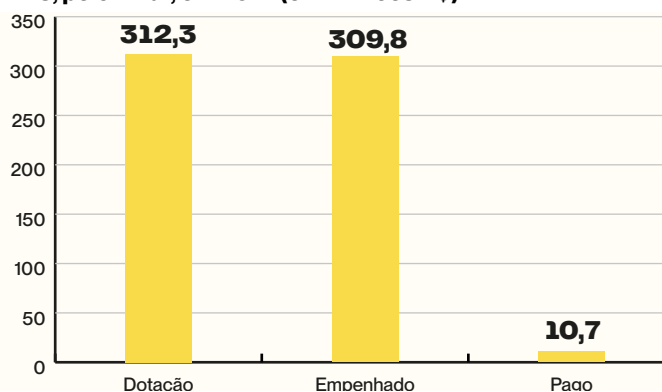
Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

Programas Temáticos

Programa Temático 2223 – A Hora do Turismo

No Programa Temático 2223 – A Hora do Turismo, foram executadas despesas destinadas à melhoria da infraestrutura turística nacional e à realização de campanhas publicitárias voltadas para a promoção e divulgação do turismo interno. Foram destinados, ainda, por meio desse programa orçamentário, recursos para atender despesas com ações de apoio aos destinos turísticos voltadas para a melhoria da gestão, articulação, formalização e cooperação, de modo a garantir uma atuação integrada voltada para o desenvolvimento do turismo nacional, além de despesas com qualificação de profissionais do setor, realização de estudos e pesquisas, promoção de investimentos privados no setor e disponibilização de linhas de crédito para o financiamento de empresas e empreendimentos turísticos por meio do Fungetur, conforme Gráfico 16.

Gráfico 22 Valor executado no Programa Temático 2223, pelo MTur, em 2021 (em milhões R\$).



Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

Ações Orçamentárias do Programa Temático

No Programa Temático 2223 – A Hora do Turismo, observou-se uma execução mais expressiva em Investimento na Ação Orçamentária 10V0–Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, por intermédio da qual o órgão destinou recursos para o atendimento de obras de infraestrutura turística, que são geridas pela CEF, por meio de contratos de repasse firmados junto aos estados e municípios brasileiros, sendo que o maior volume do crédito executado foi proveniente de emendas parlamentares que foram alocadas no orçamento anual do órgão. Valores estes empenhados no exercício na Ação 10V0 de R\$ 221,5 mil e na Ação 0454–Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional de R\$ 55,5 mil.

Em relação às despesas de custeio dentre as ações orçamentárias, a Ação 20Y3–Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional apresentou execução (empenhos) para a realização de campanhas publicitárias voltadas para a divulgação e a promoção dos destinos turísticos no mercado nacional, bem como para o apoio e a participação do

órgão na realização de eventos geradores de fluxo turístico, conforme Tabela 40.

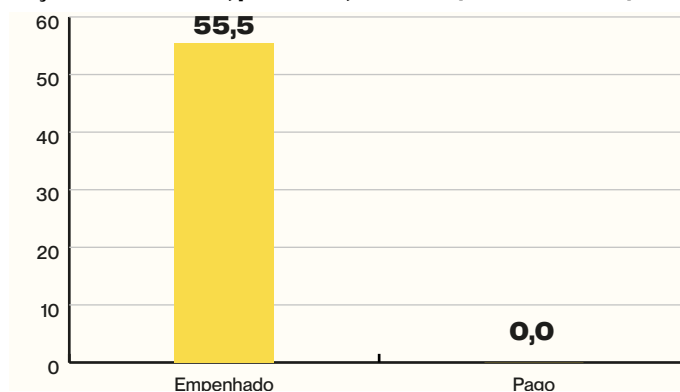
Tabela 40 Valores Empenhados por Ação Orçamentária, pelo MTur, em 2021 (em R\$).

| AÇÃO ORÇAMENTÁRIA | EMPENHADO (R\$) |
|-------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| 0454 financiamento da infraestrutura turística nacional | 55.579.424 |
| 10V0 apoio a projetos de infraestrutura turística | 221.546.751 |
| 20Y3 promoção e marketing do turismo no mercado nacional | 22.919.386 |
| 20Y4 articulação e ordenamento turístico | 999.960 |
| 218G gestão, inovação e inteligência competitiva do turismo | 651.472 |
| 218H sustentabilidade, formalização, posicionamento e apoio a com | 3.293.365 |
| 21AM articulação, cooperação e atuação integrada para o desenvolvimento | 166.143 |
| 2C01 promoção de investimentos privados, financiamento, parcerias | 2.327.137 |
| 4590 qualificação e certificação no turismo | 2.382.576 |
| TOTAL | 309.866.215 |

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

Por último, destaca-se o montante executado em Inversões Financeiras, na Ação Orçamentária 0454–Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional, por meio da qual houve a concessão de empréstimos e de financiamentos destinados à infraestrutura turística nacional, conforme Gráfico 23.

Gráfico 23 Valores Empenhados e Pagos na Ação Orçamentária 0454, pelo MTur, em 2021 (em milhões R\$).

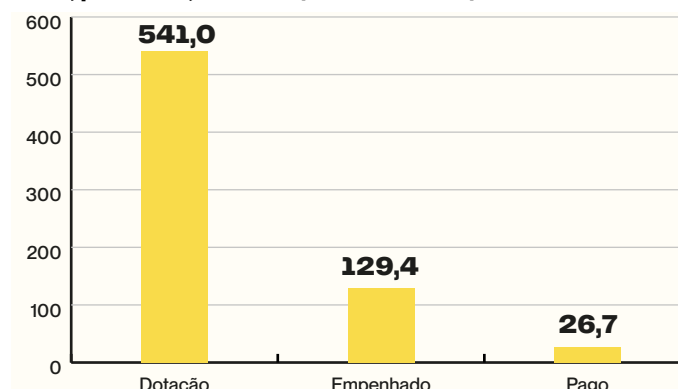


Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

Programa Temático 5025–Cultura

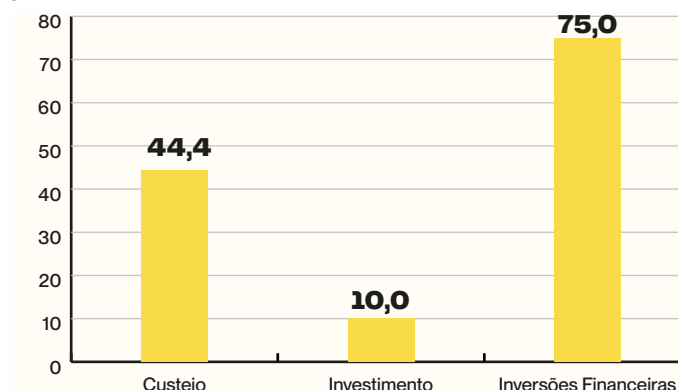
No Programa Temático 5025–Cultura, foram destinados recursos para atender despesas voltadas para a melhoria, a valorização e a divulgação das manifestações culturais do País, por meio da promoção e do fomento à cultura brasileira. Foram destinados, ainda, recursos para a implantação, a instalação e a modernização de espaços e de equipamentos culturais, visando a adequação das instalações dos locais destinados às expressões culturais do povo brasileiro, dentre outros, conforme Gráficos 24 e 25.

Gráfico 24 Valores Empenhados no Programa Temático 5025, pelo MTur, em 2021 (em milhões R\$).



Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

Gráfico 25 Valores empenhados por GND, pelo MTur, em 2021 (em milhões R\$).



Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

Ações Orçamentárias do Programa Temático 5025–Cultura:

Em relação ao Programa Temático 5025, cabe destacar a execução observada na Ação Orçamentária 20ZF–Promoção e Fomento à Cultura Brasileira, bastante expressiva no programa, por meio da qual também foi observado um aporte significativo de emendas parlamentares para o atendimento de despesas voltadas para a valorização, a divulgação e o fomento da cultura nacional nas mais distintas regiões e localidades do País, conforme detalhamento nas tabelas 41, 42 e 43, de custeio, investimento e inversões financeiras respectivamente.

Tabela 41 Valores Empenhados, por Ação Orçamentária, no Programa Temático 5025 – pelo MTur, em 2021 – CUSTEIO.

| AÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | EMPENHADO (R\$) |
|-------------------|----------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| 14U2 | implantacao, instalacao e modernizacao de espacos e equipamentos culturais | 45.000 |
| 20ZF | promocao e fomento a cultura brasileira | 27.033.655 |
| 20ZG | formulacao e gestao da política cultural | 1.998.011 |
| 20ZK | administracao dos investimentos, financiamentos e atividades | 500.000 |
| 211F | funcionamento de espacos e equipamentos culturais | 4.522.758 |
| 212H | manutencao de contrato de gestao com organizacoes sociais | 7.000.000 |
| 218A | inovacao, difusao e ampliacao do acesso a producao audiovisual brasileira | 0 |
| 219S | desenvolvimento e fortalecimento da economia criativa | 3.305.520 |
| TOTAL | | 44.404.944 |

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

Tabela 42 Valores Empenhados por Ação Orçamentária, no Programa Temático 5025 – pelo MTur, em 2021 – INVESTIMENTO.

| AÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | EMPENHADO (R\$) |
|-------------------|----------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| 14U2 | implantacao, instalacao e modernizacao de espacos e equipamentos culturais | 5.654.526 |
| 20ZF | promocao e fomento a cultura brasileira | 4.262.946 |
| 218A | inovacao, difusao e ampliacao do acesso a producao audiovisual brasileira | 174.182 |
| TOTAL | | 10.091.654 |

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

Tabela 43 Valores Empenhados por Ação Orçamentária, no Programa Temático 5025 – pelo MTur, em 2021 – INVERSÕES FINANCEIRAS.

| AÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | EMPENHADO (R\$) |
|-------------------|--------------------------------------------------------------------|-------------------|
| 006C | financiamento ao setor audiovisual – fundo setorial do audiovisual | 75.000.000 |
| TOTAL | | 75.000.000 |

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

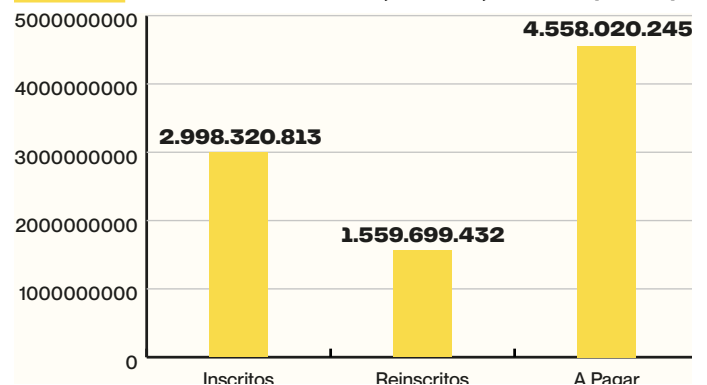
3.1.5 Análise conjuntural do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado

Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – Execução dos Restos a Pagar

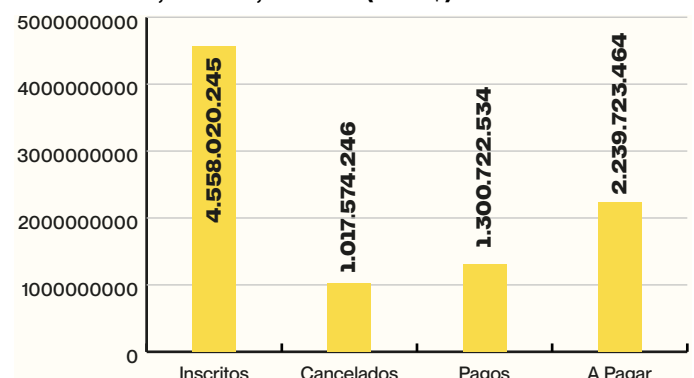
A execução dos RAP, no exercício de 2021, teve uma atenção especial por parte do órgão, no sentido de dar continuidade ao trabalho de redução dos mesmos, iniciado no exercício de 2020, com base no princípio da eficiência da administração pública e da razoabilidade.

Apesar dos esforços observados em todas as áreas do Ministério, os RAP do órgão ainda se mantêm elevados, devido ao volume de empenhos inscritos em RAP, geridos pela CEF em favor das obras de infraestrutura turística.

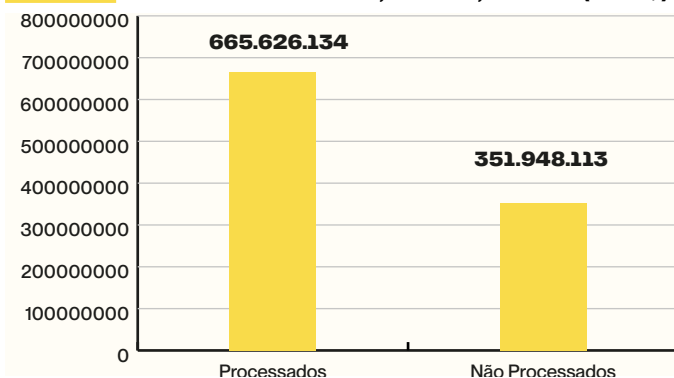
Contudo, o cancelamento de RAP foi no montante de R\$ 1,017 bilhão, sendo processados a quantia de R\$ 665 milhões, e não processados a quantia de R\$ 351 milhões. Considerando o saldo de exercícios anteriores a pagar ao final de 2020 mais o valor inscrito em 2021, o MTur apresenta o montante de R\$ 4,558 bilhões de RAP, conforme Gráficos 23, 24, 25 e 26.

Gráfico 26 Detalhamento dos RAP, no MTur, em 2021 (em R\$).

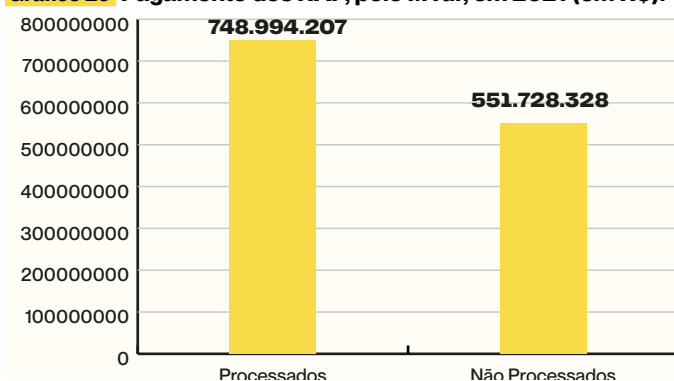
Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

Gráfico 27 Execução dos RAP Processados e Não Processados, no MTur, em 2021 (em R\$).

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

Gráfico 28 Cancelamento dos RAP, no MTur, em 2021(em R\$).

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022)

Gráfico 29 Pagamento dos RAP, pelo MTur, em 2021 (em R\$).

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022).

3.1.6 Principais desafios e ações futuras

No exercício de 2021, as cadeias do turismo e da cultura ainda foram bastante impactadas com as restrições impostas pelo combate à pandemia da Covid-19, mesmo diante das dificuldades enfrentadas no exercício, o órgão implementou políticas de ajuda e recuperação da atividade turística e cultural brasileira.

Para os exercícios financeiros à frente, merecem destaque os principais desafios e ações do MTur, quais sejam:

Desafios

- Manter as metas já alcançadas para o funcionamento da estrutura do Ministério, observando o cumprimento das obrigações firmadas, a despeito do cenário econômico desfavorável e das restrições financeiras; e
- Buscar a redução dos valores Reescritos em RAP, conforme gráfico 29.

Metas não alcançadas

Considerando o volume de RAP de 2020, na totalização de R\$ 3,129 bilhões (inscritos: R\$ 1,931 bilhão e reinscritos: R\$ 1,197 bilhão), ao final do exercício de 2021, alcançou-se o montante de R\$ 4,558 bilhões (inscritos: R\$ 2,998 bilhões e reinscritos: R\$ 1,559 bilhão). Elevando-se o montante em 45,65%, o que comprometeu significativamente a meta de redução deste indicador.

Ações

- Acompanhamento dos restos a pagar inscritos e reinscritos, no intuito de intensificar a proposta de redução do volume do RAP de exercícios anteriores, em especial dos contratos de repasse junto à CEF;
- Reuniões de sensibilização ante a necessidade de racionalização das despesas correntes do MTur;
- Elaboração de relatórios gerenciais encaminhados aos gestores periodicamente, contendo informações quanto à evolução das execuções orçamentária e financeira da Pasta, bem como controle dos limites para empenho e pagamento; e
- Orientação na sistematização de controles, a fim de gerir com mais qualidade as informações, em busca constante pela melhoria dos processos de contratação de bens e serviços.

3.2 Gestão de Custos

As tratativas iniciais sobre a necessidade da implantação do Sistema de Informação de Custos – SIC, iniciaram em 2019, mas sem evolução significativa, devido ao quadro de servidores ser insuficiente para iniciar os trabalhos necessários. Em 2021, foram alocados 2 servidores para este fim na Coordenação de Contabilidade e Custos (CCONT) iniciando assim o planejamento efetivo para a referida implantação, assim como a implantação efetiva na UG piloto, a 540004 (Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração–SPOA). A previsão de término de implantação do SIC no âmbito do MTur consta para o ano de 2023.

3.2.1 Principais desafios e ações futuras

No exercício de 2020, com a criação da CCONT e a chegada dos servidores oriundos da SECULT, passada a fase

crítica da unificação sistêmica de ambos os órgãos, iniciaram-se análises das principais contas contábeis, de forma mais detalhada e crítica, comparado ao exercício anterior. Dessas análises, foram identificadas muitas inconsistências, que foram sanadas, através desta ação da setorial. No entanto, esta análise analítica ainda não abrange todas as contas contábeis que necessitam desta atenção especial. Sendo assim, os desafios para 2022 são:

- Continuidade da análise analítica das principais contas contábeis em todas as unidades gestoras do MTur;
- Reforço do quadro de servidores lotados na CCONT;
- Implantação do Sistema de Informação de Custos na UG piloto 540004;
- Elaboração de manuais de procedimentos para as atividades realizadas na CCONT; e
- Elaboração das Notas Explicativas de forma trimestral e envio à STN pelo SIAFI Web.

3.3 Gestão de Licitações e Contratos

3.3.1 Conformidade legal

Para assegurar a conformidade com as legislações aplicáveis a licitações e contratos vigentes, o MTur observa os normativos que regem, de forma geral, os procedimentos licitatórios e as contratações públicas, bem como as diretrizes estabelecidas pelo TCU, pela AGU e por outros órgãos referenciais.

A fim de promover a conformidade das licitações e das contratações, além da observância ao arcabouço legal e exigências normativas, os processos administrativos são submetidos à Consultoria Jurídica do órgão, responsável por assessorar nas ações e nos assuntos relacionados às licitações e aos contratos.

As atividades de Gestão de Licitações e Contratos do MTur são norteadas pelos princípios e pelas principais normas que regem os procedimentos licitatórios, a saber:

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013;

IN SEGES nº 05, de 26 de maio de 2017;

IN SEGES nº 01 de 04 de abril de 2019;

IN SEGES nº 73, de 5 de agosto de 2020.

3.3.2 Resumo dos valores de contratações classificadas pelos principais tipos de serviço ou bens adquiridos pelo MTur.

Na tabela abaixo foram considerados os principais tipos de serviços contratados pelo órgão para o funcionamento administrativo, durante o exercício de 2021, perfazendo o montante de R\$ R\$ 31.778.267,71 (trinta e um milhões, setecentos e setenta e oito mil, duzentos e sessenta e sete reais e setenta e um centavos).

Tabela 44 Resumo dos valores de contratações, pelo MTur, em 2021.

| Resumo dos valores de contratações classificadas pelos principais tipos de serviço ou bens adquiridos pelo MTur. | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Despesa | Valor (R\$) |
| Limpeza e conservação | 916.208,41 |
| Manutenção Predial | 604.593,00 |
| Vigilância Patrimonial | 1.370.538,72 |
| Copeiragem e garçom | 1.999.900,00 |
| Transporte rodoviário de cargas | 495.000,00 |
| Ampliação e manutenção de módulos de arquivamento | 8.051.210,28 |
| Aquisição de veículo de representação | 123.500,00 |
| Vacinação | 57.305,95 |
| Aquisição de materiais permanentes e de consumo | 123.935,81 |
| Locação de veículos | 1.806.901,95 |
| Outsourcing de impressão | 2.462.232,96 |
| Carregadores e montadores | 537.878,55 |

Resumo dos valores de contratações classificadas pelos principais tipos de serviço ou bens adquiridos pelo MTur.

| Despesa | Valor (R\$) |
|---------------------------------------------|----------------------|
| Tratamento arquivístico | 7.208.630,97 |
| Energia elétrica e água | 2.391.159,89 |
| Sistemas de climatização | 2.287.470,00 |
| Tecnologia da Informação (Infovia Brasília) | 580.615,68 |
| Sala-cofre | 761.185,54 |
| TOTAL | 31.778.267,71 |

Fonte: Planilha de acompanhamento de Contratos–CGLC

3.3.3 Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações.

As principais contratações/prorrogações que contribuem diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos da Pasta, considerando o contido no Mapa Estratégico do MTur, podem ser sintetizadas na seguinte na Tabela 45 abaixo:

Tabela 45 Principais Contratações/prorrogações estratégicas do MTur em 2021.

| PROCESSO (Nº) | CÓDIGO UG (Nº) | UNIDADE GESTORA | CONTRATO (Nº/ANO) |
|----------------------|---------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| 72031.011393/2021-63 | 540004 (Sub-rogado para 540022) | Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura–SEFIC/SECULT | 19/2021 |
| 72031.010487/2021-15 | 540023 | Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural–SEDEC | 01/2021 |
| 01400.015974/2017-02 | 540022 | Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura–SEFIC/SECULT | 02/2021 |
| 72031.015729/2020-86 | 540004 | Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural–SECDEC | 02/2021 |
| 72031.015269/2021-77 | 540006 | Coordenação de Eventos Institucionais e Patrocínio–CEIP/CGMK/DME/SNDTUR | 12/2021 |
| 72031.003672/2017-77 | 5400022 | ASCOM/GM | 03/2017 |
| 72031.000387/2017-02 | 5400004 | SNDTUR/DME | 003/2017 |
| 72031.000387/2017-02 | 5400004 | SNDTUR/DME | 003/2017 |

Fonte: Planilha de acompanhamento de Contratos–CGLC

3.3.4 Contratações Diretas: Participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização.

Em 2021, foram realizados 63 processos de contratação direta, que envolveram contratos administrativos formalizados ou emissão de notas de empenho, sendo 35 processos realizados por dispensa de licitação e 28 por inexigibilidade de licitação, com fundamento nos Art. 24 e 25, respectivamente, ambos da Lei nº 8.666/1993. Os principais tipos de contratações diretas e respectivas justificativas estão relacionados na Tabela 46 abaixo:

Tabela 46 Principais contratações diretas pelo MTur em 2021

| Contratação | Valor (R\$) | Justificativa |
|----------------------------------------------------------------------------------------|--------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Realização de eventos institucionais | 4.962.597,61 | No que se refere à realização de eventos institucionais, realizadas mediante locação de espaço e montagem de estandes, curadoria, entre outros, alguns serviços são comercializados com exclusividade, não havendo possibilidade de competição, considerando que algumas feiras comerciais ocorrem em local específico, por período definido de tempo, e comumente idealizado por uma empresa promotora do evento, a qual possui os direitos de comercialização ou os delega a fornecedores exclusivos. Outros são inerentes à singularidade do objeto em conjunto com a expertise da contratada na realização desses eventos, conforme justificativas inseridas nos autos dos processos de contratação. |
| Contratações emergenciais para apoio operacional à Cinemateca Brasileira | 2.699.258,00 | Para a Cinemateca Brasileira foram realizadas duas contratações emergenciais. A primeira, para a contratação de serviços de execução dos estudos de Avaliação Ambiental Preliminar e Confirmatória, após notificação da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, em função da existência de áreas contaminadas em terrenos vizinhos a uma das unidades da Cinemateca. A segunda, relativa à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização, refrigeração, supervisão e controles da Cinemateca Brasileira, visando garantir o perfeito funcionamento do sistema de climatização, em razão do término da vigência do Contrato nº 6/2020, até a conclusão do processo licitatório para a contratação dos serviços. |
| Contratações emergenciais para apoio operacional ao Centro Técnico do Audiovisual–CTAv | 309.000,00 | O Centro Técnico Audiovisual – CTAv, órgão de apoio técnico à produção e preservação de obras audiovisuais nacionais, prescinde de contratação do serviço terceirizado, para operação, manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de mão de obra e de peças, dos sistemas de ar-condicionado e exaustão mecânica, instalados nos prédios Sede e de Reserva Técnica do Centro Técnico Audiovisual, considerando que não são inerentes às atribuições dos cargos do quadro de funcionários daquele órgão. Diante do iminente término da vigência do Contrato nº 002/2015 e do fato de o planejamento para nova contratação ainda não ter sido concluído, a contratação dos serviços é fundamental, devido à necessidade de se manter funcionando todos os componentes mecânicos, elétricos e hidráulicos dos sistemas de climatização, uma vez que a ausência de manutenção no sistema de climatização coloca em risco o acervo audiovisual depositado. |
| Cursos de capacitação | 166.546,18 | Quanto aos cursos de capacitação, por se tratar de contratação de curso de treinamento e de aperfeiçoamento de pessoal, optou-se pela contratação via inexigibilidade, pela singularidade e notória especialização do serviço, com fulcro no artigo 25, inciso II combinado com artigo 13, inciso VI da Lei nº 8.666/1993, conforme justificativas inseridas nos processos de contratação. |
| Dispensas com fundamentação na Lei nº 8.666/93–Art. 24, II | 202.354,83 | As dispensas de licitação nas contratações de baixo valor se baseiam no artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/1993. |

| Contratação | Valor (R\$) | Justificativa |
|-------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Gestão operacional para execução dos contratos de repasse | 4.180.000,00 | Realização das atividades de gestão operacional para execução dos contratos de repasse firmados no âmbito dos programas e ações geridos pela Secretaria Nacional de Infraestrutura Turística–SNINFRA e pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural–SEDEC. A celebração de Contratos de Repasse foi expressamente prevista no art. § 1º, inciso 1º do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que definiu o referido instrumento administrativo como sendo o acordo de interesse recíproco, por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatária da União. Em decorrência da Instrução Normativa nº 2, de 24 de janeiro de 2018, do extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, foi disciplinado todo o processo de contratação de instituições financeiras oficiais federais, no qual restou habilitada a Caixa Econômica Federal, única instituição credenciada para a prestação dos serviços de Mandatária da União até o momento. |
| Serviços de sustentação e operação do Sistema Auxílio Emergencial do Setor Cultural | 1.173.593,24 | Necessidade de contratação dos serviços de sustentação da plataforma tecnológica junto a EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV, com o objetivo de manter a recepção, a análise de dados e a devolução de informações estratégicas para apoiar o processo de reconhecimento de direitos ao auxílio emergencial do setor da cultura, em consonância com as diretrizes estabelecidas no art. 2º, inc. I, II e III da Lei Federal n. 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), conforme previsto na Medida Provisória nº 1.019/2020, iniciada por meio do Processo 72031.006544/2020-81. |
| TOTAL | R\$ 13.693.349,86 | |

Fonte: Planilha de acompanhamento de Contratos–CGLC

3.3.5 Principais desafios e dificuldades

- A principal meta não alcançada pelo MTur na área de Gestão de Licitações e Contratos em 2021 foi a recomposição laboral da equipe responsável pelas licitações e contratos, que atualmente conta com um quadro reduzido de servidores, levando-se em conta o número de demandas.

- O principal desafio a este próximo exercício será criar mecanismos para que a área possa aperfeiçoar o planejamento e as rotinas de trabalho, e não atuar apenas como executora das demandas recebidas.

O detalhamento das contratações e prorrogações realizadas no âmbito do Mtur podem ser acessadas no Portal da Transparência através do link <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos>.

3.4 Gestão de Infraestrutura e Patrimonial

Em razão da recente fusão do Mtur com a SECULT, as setoriais responsáveis pelas atividades meio, que dão sustentação à estrutura e ao funcionamento do órgão, têm atuado na revisão de atos normativos internos, elaboração de novos fluxos processuais, com a implantação do Sistema de Gestão de Demandas, por meio do CITsmart, visando maior controle das solicitações de serviços e mais celeridade nos atendimentos, análises para rearranjo das acomodações, bem como na implementação de estudos para melhoria do gerenciamento das demandas.

3.4.1 Conformidade legal

Na Gestão de Infraestrutura Patrimonial é primordial a observação sistemática das orientações dos Órgãos centrais e de controle, com destaque aos dispositivos contidos nas seguintes normas e orientações:

- Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, alterado pelo Decreto nº 10.340, de 6 de maio de 2020;
- Portaria nº 179, de 22 de abril de 2019;
- Lei nº 8.666/1993; e
- Manual de Desfazimento de Material da CGU.

3.4.2 Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos.

Foi realizada a aquisição de veículo do tipo SEDAN, CAO A CHERY ARRIZO 06, no valor R\$ 123.500,00, para suprir a necessidade de atendimento à autoridade máxima do MTur. Aliado à inovação tecnológica, a aquisição observou também os critérios de sustentabilidade, que, por vários motivos, tem uma importância substancial nas políticas públicas deste órgão e veículos novos estão mais alinhados e aderentes às políticas de preservação da qualidade ambiental.

3.4.3 Desfazimento de ativos

Em 10 de maio de 2021, houve a doação de dois veículos para o IBRAM, conforme Termo de Transferência Externa, do Processo SEI nº 72031.000450/2021-89.

Ocorreu também a doação de mobiliário em geral para instituições, conforme descrito abaixo:

- Funarte, conforme Termo de Baixa, do Processo SEI nº 72031.001618/2021-73;
- Associação Profissionalizante de Reeducação e Inclusão Social e Cultural (Aprisco), conforme Termo de Doação, do Processo SEI nº 72031.004645/2021-06; e
- Exército Brasileiro – Batalhão da Guarda Presidencial, conforme Termo de Transferência Externa, do Processo SEI nº 72031.004515/2021-65.

3.4.4 Locações de imóveis e equipamentos

No ano de 2021 não foram locados imóveis ou equipamentos no âmbito do MTur, permanecendo vigente no âmbito desta Pasta o Contrato nº 23/2019, firmado com a empresa AR Empreendimentos, Participações e Serviços Ltda,

cujo objeto é a locação do espaço localizado no edifício Venâncio 2000 para acomodar bens e parte da força de trabalho do Ministério.

Entretanto, no referido exercício, foi iniciada a contratação de locação de um galpão para abrigar todos os acervos documentais e patrimoniais do MTur (Turismo, Cultura e extinto Embratur), que hoje encontram-se distribuídos em áreas diversas, o que otimizará a gestão e organização desses bens por parte das setoriais responsáveis.

3.4.5 Mudanças e desmobilizações relevantes

Neste exercício foi realizada a desocupação total do Ed. Parque Cidade Corporate – Setor Comercial Sul Quadra 9 – Asa Sul, Brasília/DF, que armazenava bens pertencentes ao patrimônio da SECULT.

Ocorreu também a desocupação do imóvel (galpão), situado no SCIA Quadra 14, Conjunto 03, Lote 01, Cidade do Automóvel – Brasília/DF, que armazenava bens pertencentes ao patrimônio do extinto Embratur.

3.4.6 Principais desafios e ações futuras da Gestão Patrimonial

1. Otimização das ocupações prediais com aproveitamento compartilhado dos espaços pelos servidores;
2. Implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) que contribuirá para o registro total de todos os bens, por meio da implantação automatizada, e a depreciação dos bens da Cultura e do Turismo;
3. Elaboração de fluxo interno para a melhoria da movimentação de bens;
4. Comissão, projetos e ações para redução de energia;
5. Otimização dos bens patrimoniais em desuso em espaço único; e
6. Levantamento, avaliação e classificação dos bens patrimoniais inservíveis, com a finalidade de desfazimento, a ser realizado por Comissão Especial.

3.5 Sustentabilidade Ambiental

3.5.1 Critérios de Sustentabilidade nas contratações e aquisições

Dentre as políticas de contratação do MTur é assegurado que nos processos licitatórios de contratações de obras, fornecimentos e serviços, inclusive de engenharia, são utilizados critérios de sustentabilidade ambiental, em atendimento ao art. 144. da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como são observados, dentre outros princípios constitucionais, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, como preconiza o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Ademais, os processos de contratações do órgão encontram-se em sintonia ao que dispõe a Constituição Federal de 1988, por intermédio do art. 225, que impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as gerações presentes e futuras, assim como, ao disposto na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que definiu o meio ambiente como sendo um patrimônio público a ser

necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista seu uso coletivo.

Não menos importante, é o teor, também, do que está contido na IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do antigo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), a qual dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública federal.

Todos estes normativos e outros eventualmente não expressamente citados são direcionadores da adoção de práticas sustentáveis de aquisição de bens e serviços, que permeiam todas as suas fases, desde o planejamento às soluções finais de contratação executadas por esta Pasta. Neste sentido, o MTur vem adotando, de forma prioritária, o pregão na forma eletrônica, que é por definição um tipo de licitação sustentável, que traz economia no processo de divulgação e tramitação do certame, nos termos da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002.

3.6 Gestão de Pessoas

3.6.1 Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o MTur observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e pelos órgãos de controle. O MTur verifica e aplica as normas e os regulamentos editados pelos órgãos competentes, de forma a melhor orientar as unidades de gestão de pessoas e os servidores.

A) MECANISMOS DE CONTROLE ADOTADOS NA GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO:

I. Homologação da folha de pagamento

É realizado um acompanhamento do processo de homologação da folha de pagamento visando a análise e correção de inconsistências na folha.

II. Apuração do líquido negativo

Trata-se de contracheques com saldo negativo, quando há, por exemplo, férias, faltas ou consignações que ultrapassam os valores recebidos pelos servidores, ficando assim, um saldo negativo. Acompanhamento mensal visando à diminuição de líquidos negativos na folha de pagamento.

III. Trilhas de auditorias

Acompanhamento sistemático das demandas dos órgãos de controle relacionadas à gestão de pessoas.

IV. Acompanhamento e monitoramento da Despesa de Exercícios Anteriores (DEA)

Análise de conformidade dos processos de Exercícios Anteriores, conforme disposto na Portaria Conjunta nº 02, de 30/11/2012.

B) Normas Internas:

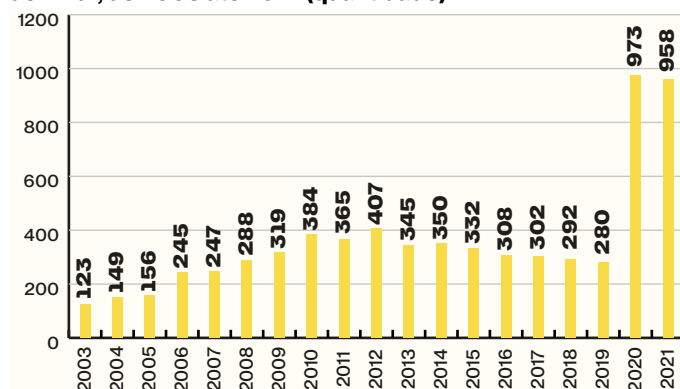
Informa-se que esta pasta não possui normas internas aplicadas a gestão da folha, seguindo as orientações dos órgãos superiores e a legislação vigente quanta a matéria.

3.6.2 Avaliação da Força de Trabalho

No comparativo com o ano de 2020 (973 servidores), ocorreu diminuição de 1,55% (958 servidores em 2021) do quantitativo de servidores.

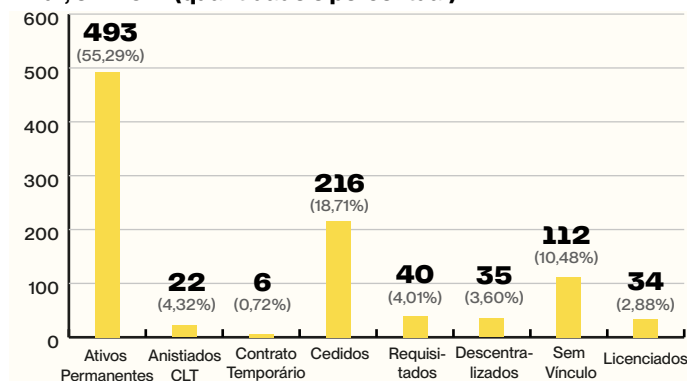
Do quadro geral, 22,56% dos servidores estavam cedidos/movimentados para outros órgãos/entidades, 3,55% estavam licenciados e 3,4% declararam possuir algum tipo de deficiência.

Gráfico 30 Evolução do quadro de servidores do MTur, de 2003 até 2021 (quantidade).



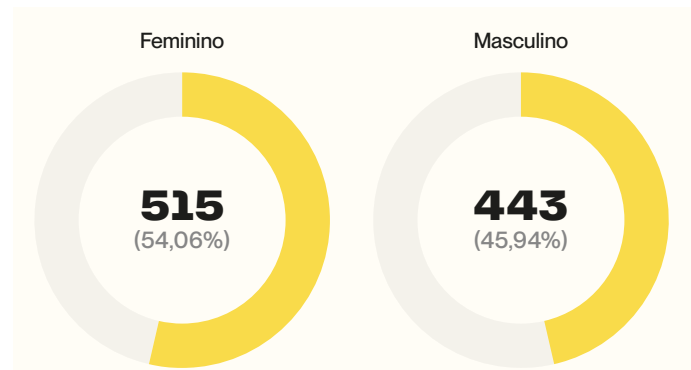
Fonte: SIAPE/SIAPENET e planilhas de controle interno COGEP, extraído em 31/12/2021.

Gráfico 31 Situação funcional dos servidores no MTur, em 2021 (quantidade e percentual)



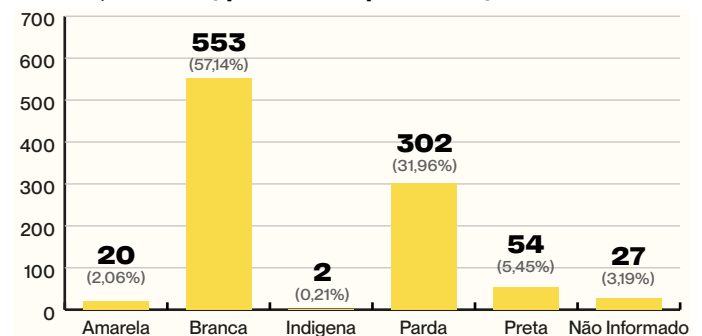
Fonte: SIAPE/SIAPENET e planilhas de controle interno COGEP, extraído em 31/12/2021.

Gráfico 32 Distribuição de gênero dos servidores no MTur, em 2021 (quantidade e percentual).



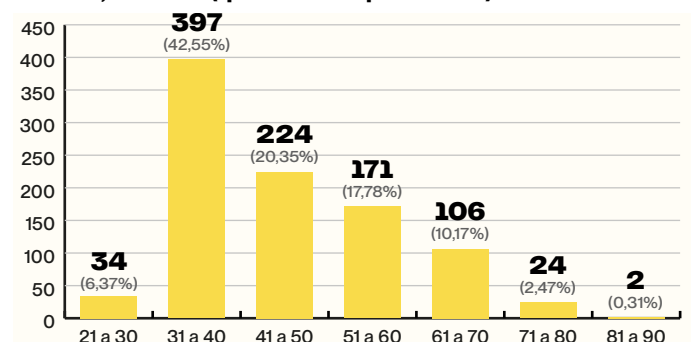
Fonte: SIAPE/SIAPENET e planilhas de controle interno COGEP, extraído em 31/12/2021.

Gráfico 33 Distribuição de cor/etnia dos servidores no MTur, em 2021 (quantidade e percentual)



Fonte: SIAPE/SIAPENET e planilhas de controle interno COGEP, extraído em 31/12/2021.

Gráfico 34 Distribuição de faixa etária dos servidores no MTur, em 2021 (quantidade e percentual)



Fonte: SIAPE/SIAPENET e planilhas de controle interno COGEP, extraído em 31/12/2021.

Tabela 47 Distribuição da força de trabalho no MTur, em 2021 (quantidade).

| DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO | | | | | | | |
|-----------------------------------|--------------------|-----------|---------------------|-------------|-----------------|-------------|-------|
| unidade | ativos permanentes | anistiado | contrato temporário | requisitado | descentralizado | sem vínculo | total |
| GM | 34 | - | - | 4 | 14 | 24 | 76 |
| SE | 206 | 5 | 1 | 12 | 11 | 17 | 252 |
| SNINFRA | 10 | - | - | 3 | - | 7 | 20 |
| SNAIC | 13 | - | - | 2 | 2 | 14 | 31 |

DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

| unidade | ativos permanentes | anistiado | contrato temporário | requisitado | descentralizado | sem vínculo | total |
|--------------|--------------------|-----------|---------------------|-------------|-----------------|-------------|------------|
| SNDTUR | 42 | - | - | 3 | 1 | 18 | 64 |
| SECULT | 18 | 1 | - | - | 1 | 6 | 26 |
| SNAV | 42 | 13 | 2 | 6 | 1 | 6 | 70 |
| SECDEC | 51 | 3 | - | 4 | - | 10 | 68 |
| SEFIC | 53 | - | 3 | 2 | - | 5 | 63 |
| SEDEC | 3 | - | - | 2 | 2 | 2 | 9 |
| SNDAPI | 21 | - | - | 2 | 3 | 3 | 29 |
| TOTAL | 493 | 22 | 6 | 40 | 3 | 112 | 708 |

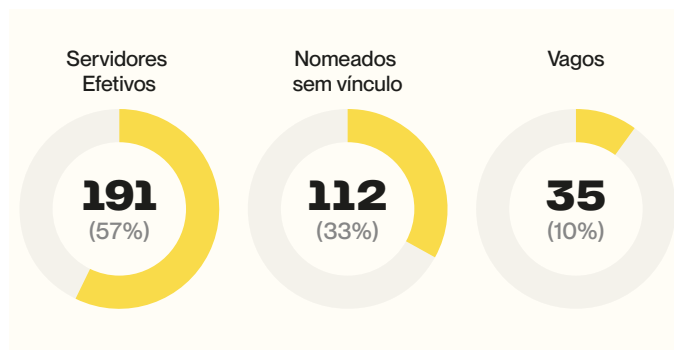
* Não estão incluídos nos quantitativos da força de trabalho os servidores licenciados, cedidos ou movimentados.

Fonte: SIAPE/SIAPENET e planilhas de controle interno COGEP, extraído em 31/12/2021.

Dos 338 cargos/funções comissionadas (DAS/FCPE/CCE), 57% são ocupados por servidores efetivos e 33% por servidores sem vínculo, estando 10% vagos. Além dos cargos e funções comissionadas, o MTur tem 55 Funções Gratificadas (FG) e 15 Funções Comissionadas Técnicas (FCT), ocupadas apenas por servidores efetivos.

O MTur conta com 94 Gratificações Temporárias (GSISTE/GSISP), ocupadas por 9,3% de servidores da força de trabalho total (servidores efetivos), estando 5 gratificações vagas.

Gráfico 35 Distribuição de cargos e funções comissionadas no MTur, em 2021 (quantidade e percentual).



Fonte: SIAPE/SIAPENET e planilhas de controle interno COGEP, extraído em 31/12/2021.

3.6.3 Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas, situação de servidores com condições de aposentadoria

A carreira dos servidores efetivos do MTur – compreendida pela Gratificação de Desempenho do Plano Geral de

Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), pela Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos (GDACE), pela Gratificação de Desempenho de Atividade da Embratur (GDATUR) e pela Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural (GDAC) – tem se demonstrado frágil em relação às carreiras de outros órgãos e poderes. Em que pese a entrada de servidores, os últimos em 2014 (concurso de 2013), tal fato não foi suficiente para suprir a necessidade de pessoal no órgão, principalmente nas unidades que têm por responsabilidade a análise e prestação de contas de convênios e instrumentos congêneres, a pesquisa em turismo, a fiscalização de obras, as atividades de contabilidade, dentre outras áreas que desenvolvem atividades finalísticas do Ministério.

Com a recente reestruturação da Pasta pelo Decreto nº 10.359, de 2020 e a recepção da estrutura da SECULT, está, ainda, mensurando-se a exata nova necessidade de pessoal do órgão, por meio de Dimensionamento da Força de Trabalho, em parceria com o ME e a UNB.

Ações estão sendo envidadas no sentido de diminuir o impacto da redução do quadro de servidores, como a realização dos processos seletivos para vinda de novos servidores para percepção de gratificações, funções gratificadas, cargos comissionados. Em 2021, o MTur divulgou 23 editais de seleção.

Em 2021, foram feitas 29 solicitações de cessão e 38 pedidos de requisição de servidores do MTur. Desses, 33 pedidos de requisição foram atendidos, com 2 desistências; e 17 pedidos de cessão foram atendidos, com 3 desistências.

Atualmente, há 81 servidores recebendo abono de permanência e, portanto, com expectativa para aposentadoria.

Estágio Probatório

Não há mais servidores em estágio probatório no órgão.

Progressão Funcional

Com relação à GDATUR, a progressão funcional foi realizada normalmente, em outubro de 2021, de forma manual no sistema SIAPE, conforme regulamento da carreira (Lei 11.356/2006 e Lei 14.001/2020). Todos os servidores que não estavam com licença sem remuneração e que não se encontravam no topo da carreira, foram devidamente progredidos.

Quanto à Gratificação de Desempenho de Atividades em Políticas Sociais, da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais (GDAPS), a progressão foi realizada de acordo com a Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009 e o Decreto nº 8.435, de 22 de abril de 2015, em março de 2021, porém com efeito financeiro a partir de 18/01/2021

Finalmente, com referência à GDPGPE, GDACE e GDAC, a progressão funcional foi realizada em 2 fases: uma em

março de 2021 e outra em setembro do mesmo ano. O processo contou com a participação de servidores ativos que não se encontravam no topo da carreira e que cumpriam todos os requisitos exigidos no Decreto nº 84.669, de 29 de abril de 1980 e no Manual de Progressão Funcional. Este processo foi realizado de forma automática no sistema SIAPE.

Capacitação: estratégia e números

Com o advento do Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, os Programas de Incentivo à pós-graduação e ao estudo de língua estrangeira tiveram de ser cancelados, uma vez que, conforme o art. 30, não seria mais possível a utilização de reembolso como forma de promover o benefício.

Foram realizadas 8 ações de capacitação promovidas diretamente pelo setor, entre cursos e treinamentos, com um total de 207 servidores treinados e 44 ações de desenvolvimento atendidas pelo Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) do órgão, contemplando as áreas abaixo descritas:

| Curso | Áreas Contempladas | Total de Participantes |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|
| Principais Regularizações Contábeis | CEOF e CCONT | 13 |
| Progressão Funcional no SIAP | CDQV/COGEP | 4 |
| Formação em Gestão de Pessoas (PFGP) – 2ª edição | COGEP | 1 |
| “Plataforma +Brasil (Transferências Voluntárias)” | CGEIN/SECULT–COAPET–CGAAV – CGQT–DLLLLB–CGDTUR/DOPC–DLLLLB–COAPET–SECDEC–COOF– COAPET–CGLEL/DLLLLB/SECDEC/SECULT–SNDTUR/DME/CFCC– Coordenação-Geral de Leitura, Literatura e Economia do Livro–CAFTC–CGDTUR/DOPC/ SNAIC–COPCV–COAPET–CGLEL–CAFTC –/DLLLLB/SECDEC/SECULT–CGMON – SECDEC | 23 |
| “Treinamento–LGPDEDU–LGPD Educacional–Profissionalizante– Encarregado de Dados Pessoais” | Coordenação de Documentação–CDOC | 5 |

| Curso | Áreas Contempladas | Total de Participantes |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|
| Apresentações Criativas | CDQV CCONT CAFMU Coordenação de Manutenção e Qualidade de Software–COMAN DIETU SPOA Secretaria da Economia Criativa e Diversidade Cultural Departamento de Registro, Acompanhamento e Fiscalização Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo a Cultura–SEFIC Coordenação-Geral do Programa de Cultura do Trabalhador–CGPCT COAPET Coordenação de Gestão Documental–CDOC Departamento de Infraestrutura Turística–DIETU Coordenação Geral de Dados e Informações SEDEC CLIC Secretaria Especial de Cultura (SECULT) Secretaria Nacional de Direito Autoral e Propriedade Intelectual–SNDAP Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação–CGAAV CTAv–Centro Técnico Audiovisual Coordenação de Contabilidade e Custos–CCONT GSNDTUR SNDTur COORD. DE CONTABILIDADE / ANCINE Secretaria de Infraestrutura Turística SNINFRA Divisão de Contabilidade–DCON/DPGI Assessoria Especial de Controle Interno Coordenação Técnica de gabinete da Secretaria Nacional do Audiovisual Coordenação-Geral de Apoio ao Crédito–CGCRED CGCRED – Coordenação-Geral de Apoio ao Crédito | 17 |
| Certificação Internacional CP³P | GAB/SECULT | 1 |
| Demonstrações Contábeis–com enfoque na Conformidade e na Elaboração das Notas Explicativas | CDQV CCONT CAFMU Coordenação de Manutenção e Qualidade de Software–COMAN DIETU SPOA Secretaria da Economia Criativa e Diversidade Cultural Departamento de Registro, Acompanhamento e Fiscalização Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura–SEFIC Coordenação-Geral do Programa de Cultura do Trabalhador–CGPCT COAPET Coordenação de Gestão Documental–CDOC Departamento de Infraestrutura Turística–DIETU Coordenação Geral de Dados e Informações SEDEC CLIC Secretaria Especial de Cultura (SECULT) Secretaria Nacional de Direito Autoral e Propriedade Intelectual–SNDAP Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação–CGAAV SNDAP CTAv–Centro Técnico Audiovisual GSNDTUR SNDTur COORD. DE CONTABILIDADE / ANCINE Secretaria de Infraestrutura Turística SNINFRA Divisão de Contabilidade–DCON/DPGI Assessoria Especial de Controle Interno Coordenação Técnica de gabinete da Secretaria Nacional do Audiovisual Coordenação-Geral de Apoio ao Crédito–CGCRED | 41 |

| Curso | Áreas Contempladas | Total de Participantes |
|-----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|
| Língua Portuguesa e Redação Oficial | SNINFRA/DIETU CEIP/CGMK/DME Subsecretaria de Gestão Estratégica COADM/GAB/SECULT CGAH/SEFIC/SECULT COAPET DIETU SE/MTUR Coordenação de Tomada de Contas Especial–SGFT. Gabinete da Secretaria-Executiva do Ministério do Turismo COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS–CGRL Gabinete da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo CGDI CDQV CGGT/SGFT COAP/COGEP SNDAP SPOA/CGRL/CSG Coordenação-Geral de Prestação de Contas CGOFC/SPOA CGGT/SGFT SAV Corregedoria | 23 |
| Planilha de Custos, Revisão, Reajuste e Repactuação dos Contratos Administrativos | Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, Centro Técnico Audiovisual–CTAV | 15 |
| Retenção na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais | Coordenação de Serviços Gerais CEOF Divisão de Serviços Administrativos Terceirizados/Coordenação de Serviços Gerais CGAAV/SGFT | 11 |
| Formação para DPO–Data Protection Officer | COSEG/CGINF | 2 |
| Curso Siafi Operacional–Exec. Orçamentaria e Financeira no Siafi | CDOC Centro Técnico Audiovisual-CTAV CGCRED CEOF/CGOFC/SPOA/SE/MTUR CCDP SGFT/CGAAV CLIC–CGLC COGEP/CEFP CEFP/COGEP CCDP CGOFC Departamento de Atração de Investimentos/SNDTur CGTR/DIMEC/SNDTur CGFET/DME/SNDTur Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação–CGAAV CCONT COAPET Fungetur/CGCRED SECDEC/DLLLB/CGSNBP/BDB CFCC CGOFC/SPOA | 31 |
| Gestão de Riscos–Elaboração de indicadores | CGDI COEP COIE/CGDI CAPP/CGMAP COGER/CGMAP SGE COGEP CGDI | 20 |
| Total | | 207 |

Fonte: COGEP/SGE/MTur

Além disso, incentivou-se a participação de servidores em cursos ofertados por escolas de governo. No total, foram apresentados 20 certificados de cursos de curta, longa e média duração.

Esse total de 207 servidores capacitados superou a meta de 200 servidores referente ao indicador “Número de servidores participantes”, relacionado ao objetivo estratégico “Desenvolver a gestão por competências, motivar e cuidar da qualidade de vida dos servidores”. (OE 15)

Nas ações de capacitação, 36,36% dos servidores ficaram “satisfeitos”, e 63,64% sentiram-se “muito satisfeitos” com os resultados dos eventos. Uma vez que não houve servidores insatisfeitos, também foi superada a meta de 80% referente ao indicador “Percentual de participantes satisfeitos ou muito satisfeitos”, relacionada ao mesmo objetivo estratégico acima.

3.6.4 Detalhamento da despesa de pessoal

Tabela 48 Detalhamento da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista), do MTur, por ano–2017-2021 (em milhões).

| Ano | Valores Gastos com Servidores Ativos (R\$) | Valores Gastos com Servidores Inativos (R\$) | Valores Gastos com Pensionistas (R\$) |
|------|--------------------------------------------|----------------------------------------------|---------------------------------------|
| 2021 | 102,1 | 48,6 | 14,4 |
| 2020 | 70,3 | 33,6 | 9,7 |
| 2019 | 31,2 | 0,00 | 0,00 |
| 2018 | 32,0 | 0,00 | 0,00 |
| 2017 | 33,2 | 0,00 | 0,00 |

Fonte: Siafi – Tesouro Gerencial

Os valores referentes à despesa de pessoal incluem: as ações orçamentárias para o custeio da remuneração, as contribuições da União para o custeio do regime de previdência, os benefícios obrigatórios e as verbas indenizatórias de caráter pessoal.

O aumento exponencial com a despesa de pessoal em 2020 é decorrente da redistribuição dos servidores do extinto Embratur promovido pela Medida Provisória nº 907, de 26 de novembro de 2019, para esta Pasta, na folha de pagamento de janeiro de 2020, bem como da transferência, na folha de pagamento de julho de 2020, do quadro de servidores da SECULT do MC para o MTur, Decreto nº 10.107, de 06 de novembro de 2019.

Tabela 49 Detalhamento de remuneração por faixa salarial dos servidores do MTur, em 2021.

| Faixa Salarial | Quantidade | Percentual |
|--------------------------------|------------|------------|
| Até R\$ 3.500,00 | 52 | 6% |
| De R\$ 3.500,00 a R\$ 6.500,00 | 317 | 33% |
| De R\$ 6.501,00 a R\$ 8.500,00 | 263 | 28% |
| Acima de R\$ 8.501,00 | 313 | 33% |

Fonte: SiapaDW.

Tabela 50 Média remuneratória por planos de cargos do MTur, em 2021.

| Faixa Salarial por Plano de Cargos | Nível Superior | Nível Intermediário |
|--------------------------------------------------------|----------------|---------------------|
| Plano Geral de Cargos do Poder Executivo–PGPE | R\$ 7.188,91 | R\$ 4.160,39 |
| Plano Especial de Cargos da Cultura–PECC | R\$ 7.188,91 | R\$ 4.160,39 |
| Plano Especial de Cargos da Embratur | R\$ 7.410,43 | R\$ 4.492,73 |
| Estrutura Remuneratória Especial de cargos específicos | R\$ 9.789,69 | — |

*Foi utilizada como parâmetro de cálculo a média aritmética simples entre o intervalo da remuneração dos níveis de classe/padrão de cada carreira.

Fonte: Legislação Federal.

3.6.5 Estratégia de valorização

Foram promovidas 17 ações/eventos com abordagens informativas, preventivas, sociais e comemorativas. Dentre elas, 11 palestras *online* abordando os temas sobre: equilíbrio das emoções, inclusão (janeiro branco), meditação *mindfulness*, respiração consciente, a mulher no cinema brasileiro, assédio sexual, assédio moral, preparação para a aposentadoria, paternidade, transtornos mentais (setembro amarelo) e câncer de mama (outubro rosa); Mural Mulheres MTur e uma série de matérias sobre as mulheres do MTur como forma de homenagear as servidoras e colaboradoras do MTur pelo seu trabalho e contribuição com o cumprimento da missão institucional; realização de 2 saraus culturais virtuais no decorrer do ano, como forma de estimular a integração entre os servidores e colaboradores do MTur (parceria com o Ministério da Cidadania e o Ministério do Meio Ambiente); elaboração de 3 cartilhas, contendo informações sobre os procedimentos para solicitação de ações de capacitação e desenvolvimento, retorno gradual ao trabalho presencial e guia para o trabalho remoto.

Foi realizada 1 ação social: na campanha do Dia das Mães. O MTur escolheu a Escola Maria Teixeira, uma escola sus-

tentável e instituição beneficente voltada para a educação inclusiva, localizada na área rural de Luziânia/GO, para receber auxílio financeiro por meio da compra de pães de queijo congelados produzidos pela própria escola.

Na área de saúde, o MTur iniciou uma parceria com a GEAP Saúde (Fundação de assistência ao servidor público) para atendimentos presenciais com a nutricionista, uma vez ao mês, nas 3 unidades ocupadas pelo Ministério. Em julho, foi realizada a campanha de vacinação contra a gripe Influenza junto aos servidores e colaboradores do MTur.

Em ações continuadas, o MTur iniciou o grupo semanal de meditação *online*, a ginástica laboral *online* (em parceria com o Ministério da Saúde) e o Clube de leitura *online* (em parceria com o Ministério do Meio Ambiente).

3.6.6 Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios

Metas não alcançadas:

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP) alcançou todas as metas pactuadas em 2021, no âmbito do PEI.

Principais desafios e ações e perspectivas

Para os próximos exercícios, intenciona-se o seguinte:

- Realização do 1º Processo Seletivo de Estagiários;
- Implementação do Programa de Gestão (PGD) após aprovação do piloto;
- Finalização do Mapeamento de Competências, iniciado em 2021;
- Implementação de Portal de Serviços da COGEP via sistema;
- Conclusão do Dimensionamento da Força de Trabalho do MTur, pela metodologia do ME;
- Realização de pesquisa de clima organizacional; e
- Descentralização de todos os aposentados e pensionistas para órgão específico do ME.

3.7 Gestão de Tecnologia da Informação

3.7.1 Conformidade Legal

A conformidade legal das ações relativas à Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do MTur baseia-se na aplicação das diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Governo Digital (SGD), órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia

da Informação (SISP), nos normativos do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) quanto à Segurança da Informação (SI), e nas determinações e recomendações exaradas pelos órgãos de controle, conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela 51 Legislação relacionada à Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação.

| Documento | Descrição |
|----------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lei 13.844, de 18 de junho de 2019 | Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios |
| Lei 12.737, de 30 de novembro de 2012. | Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; |
| Lei Nº 12.965, de 23 de abril de 2014 | Esta Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria. |

| Documento | Descrição |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <u>Lei Nº 13.709</u> , de 14 de agosto de 2018 | Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. (LGPD) |
| <u>Decreto nº 10.332</u> , de 28 de abril de 2020 | Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional |
| <u>Decreto nº 8.936</u> , de 19.12.2016 | Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. |
| <u>Decreto nº 7.579</u> , de 11.10.2011 | Dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação–SISP, do Poder Executivo federal |
| <u>Decreto nº 10.024</u> , de 20 de setembro de 2019 | Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. |
| <u>Decreto nº 9.756</u> , de 11 de abril de 2019 | Institui o portal único “gov.br” e dispõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do Governo federal |
| <u>Decreto nº 9.319</u> , de 21 de março de 2018 | Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital. |
| <u>Decreto nº 9.203</u> , de 22 de novembro de 2017. | Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. |
| <u>Decreto nº 8.777</u> , de 11 de maio de 2016 | Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. |
| <u>Decreto nº 10.534</u> de 28 de Outubro de 2020 | Institui a Política Nacional de Inovação e dispõe sobre a sua governança. |
| <u>Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01</u> , de 19 de janeiro de 2010 | Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional |
| <u>Instrução Normativa SEGES/ME Nº 1</u> , de 10 de janeiro de 2019 | Dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações |
| <u>Instrução Normativa SEGES/ME nº 73</u> , de 5 de agosto de 2020 | Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. |
| <u>Instrução Normativa SGD/ME Nº 1</u> , de 4 de abril de 2019 | Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação–TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação–SISP do Poder Executivo Federal. |
| <u>Instrução normativa nº 1</u> , de 27 de maio de 2020 (Revogada)Instrução Normativa GSI/PR nº 01/2008 | Disciplina a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta |
| <u>Instrução Normativa GSI Nº 1-27</u> de maio de 2020. | Dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal. |
| <u>Instrução Normativa GSI Nº 3- 28</u> de maio de 2021 | Dispõe sobre os processos relacionados à gestão de segurança da informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal. |
| <u>Instrução Normativa GSI Nº 4 -26</u> de março de 2020 | Dispõe sobre os requisitos mínimos de Segurança Cibernética que devem ser adotados no estabelecimento das redes 5G. |
| <u>Instrução Normativa GSI Nº 5- 31</u> de agosto de 2021 | Dispõe sobre os requisitos mínimos de segurança da informação para utilização de soluções de computação em nuvem pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal. |
| <u>Instrução Normativa ME Nº 40- 22</u> de maio de 2020 | Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares–ETP–para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital. |
| <u>Portaria SLTI/MP nº 20</u> , de 14.06.2016 | Dispõe sobre orientações para contratação de soluções de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e 15 fundacional e dá outras providências. |

| Documento | Descrição |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <u>Portaria MTur Nº 359</u> , de 17 de junho de 2020 | Institui o Comitê de Governança Digital no âmbito do Ministério de Turismo e dá outras providências. |
| <u>Portaria MTur SPOA Nº 22</u> , de 20 abril de 2020 | Disciplina regras para contratações e fiscalizações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação–TIC, em complemento às normas vigentes do Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação–SISP. |
| <u>Portaria SPOA Nº 03</u> , de 14 de janeiro de 2020 | Dispõe sobre a Metodologia de Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação–MGP-TI e o Escritório de Gerenciamento de Projetos de TI, estabelecidos no âmbito do Ministério do Turismo. |
| <u>Portaria SGD/ME Nº 778</u> , de 4 de abril de 2019 | Dispõe sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal–SISP. |
| <u>Portaria nº 41</u> , de 3 de setembro de 2019 (Substituída) Portaria Normativa SLTI Nº 03 de 07 de maio de 2007 | Institucionaliza o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – e-MAG no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISP |
| <u>Portaria nº 41</u> , de 3 de setembro de 2019 (Substituída) Portaria Normativa SLTI Nº 05 de 14 de julho de 2005 | Institucionaliza os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico–e-PING, no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISP, cria sua Coordenação, definindo a competência de seus integrantes e a forma de atualização das versões do documento. |
| Resolução MTur nº 07, de 28 de maio de 2020 | Aprova o Planejamento Estratégico 2020-2023 do Ministério do Turismo, o qual estabelece a estratégia institucional para o período. |
| Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal 2020- 2022 | Princípios, objetivos e iniciativas para nortear a transformação do governo por meio do uso de tecnologias digitais. |

Fonte: Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação

3.7.2 Modelo de Governança de TI

O modelo de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do MTur tem como principal referência a instituição do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2021-2022, aprovado pelo Comitê de Governança Digital do MTUR – instituído pela Portaria nº 359/2020, publicada no DOU, de 18 de junho de 2020, e designado pela Portaria nº 308, de 11 de junho de 2021, publicada no DOU, de 14 de junho de 2021.

O PDTIC é o principal instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de TIC de um órgão. Sua publicação é obrigatória, sendo requisito necessário para a realização das contratações de tecnologia dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal, conforme dispõe a Instrução Normativa SGD nº 01, de 4 de abril de 2019.

Nesse sentido, o MTur apresentou seu PDTIC 2021–2022 com o objetivo de nortear a estratégia de TIC para o biênio, bem como organizar e formalizar sua atuação nos níveis tático e operacional. Por meio do planejamento, almeja-se, aprimorar a gestão e potencializar a utilização das ferramentas de TIC para que a Pasta atinja seus objetivos institucionais e atue sempre com agilidade, flexibilidade, efetividade

e inovação, sem perder o foco na geração de valor público e nas entregas para a sociedade.

Dentro da Estratégia de Governo Digital do Governo Federal – Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, estão previstos três instrumentos de planejamento (PDTIC, Plano de Transformação Digital e Plano de Dados Abertos), além da formalização do Comitê de Governança Digital para cada órgão ou entidade da administração pública federal, conforme ilustra o diagrama abaixo. O Comitê de Governança Digital é o responsável pela aprovação dos instrumentos citados, dentre outras atribuições, conforme detalhar-se-á no próximo tópico.

Figura 36 Diagrama–Estratégia de Governo Digital do Governo Federal



Fonte: Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação

No âmbito do MTur, o Plano de Transformação Digital foi pactuado em 04 de setembro de 2019 junto ao ME e à Presidência da República. Na oportunidade, foram elencadas ações relativas aos três eixos – “transformação digital de serviços”, “interoperabilidade de sistemas” e “unificação de canais digitais” – definidos papéis e responsabilidades, elencadas as estratégias de monitoramento, identificados riscos e necessidade de recursos humanos para a consecução do plano, que tem foco na ampliação e na qualificação da oferta de serviços digitais ao cidadão.

Com o advento da nova estrutura do Ministério, esse plano está em fase de revisão, para absorver e contemplar as ações de transformação digital atinentes à SECULT.

Já o Plano de Dados Abertos 2020-2022 do MTur encontra-se em fase de publicação, após a aprovação pelo Comitê de Governança Digital em 12 de novembro de 2020. Nele são detalhadas as ações de implementação e de promoção da abertura das bases de dados do MTur, em conformidade com a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal – instituída pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, e coordenada, atualmente, pela CGU.

Nesse instrumento de planejamento, que contou com a colaboração de todas as unidades administrativas do MTur, estão previstos os canais de comunicação, as formas de interação com a sociedade, as ações necessárias para o alcance e a sustentabilidade dos resultados pretendidos, os cronogramas e responsáveis, bem como a obediência às metodologias e aos padrões para correta catalogação e publicação das informações.

Por fim, compondo o ferramental de planejamento e governança de TIC do MTur, tem-se o presente PDTIC 2021-2022, que visa realizar o diagnóstico da situação atual de TIC da Pasta e de todo o seu referencial estratégico, mapear as necessidades das áreas, no que diz respeito a infraestrutura e sistemas, e traçar a estratégia para sua consecução ao longo do próximo biênio.

3.7.3 Montante de recursos aplicados em TIC

Os valores globais dos principais contratos de TIC firmados no exercício de 2021 podem ser conferidos na tabela disponibilizada a seguir:

Tabela 52 Principais Contratos de TIC firmados em 2021.

| Contrato (nº/ano) | Contratada | Resumo do objeto | Valor Empenhado em 2021 (R\$) | Valor Pago em 2021 (R\$) |
|-------------------|------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-------------------------------|--------------------------|
| 017/2017 | Órion Telecomunicações Engenharia S/A | Suporte à sala-cofre do Bloco U–Esplanada | 330.127,36 | 264.054,13 |
| 022/2017 | PANACOPY–COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA | Outsourcing de Impressão | 368.358,18 | 333.949,08 |
| 013/2018 | Central IT Tecnologia da Informação LTDA | Suporte técnico de TIC e sustentação de infraestrutura | 2.767.577,75 | 2.195.586,85 |
| 011/2019 | Serviço Federal de Processamento de Dados–SERPRO | Infovia | 744.619,34 | 362.213,05 |
| 002/2020 | Método Telecomunicações e Comércio Ltda | Suporte à Telefonia VoIP | 170.509,74 | 151.978,97 |
| 001/2017 | BK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA | Suporte ao ambiente de e-mail Zimbra | 2.678,44 | 2.678,44 |
| 030/2017 | Hepta Tecnologia e Informática Ltda | Suporte técnico de TIC e sustentação de infraestrutura | 4.617.798,09 | 3.175.424,64 |
| 006/2018 | Órion Telecomunicações Engenharia S/A | Suporte à sala-cofre do Bloco B–Esplanada | 442.664,09 | 286.934,58 |
| 005/2016 | TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.–TELEBRÁS | Link de Internet–Bloco B | 171.004,72 | 94.317,48 |
| 014/2016 | TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.–TELEBRÁS | Rede de Longa distância | 37.740,08 | R\$ 0,00 |
| 038/2020 | BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA | Licenças Microsoft | 2.115.808,09 | R\$ 0,00 |
| 022/2018 | SERPRO | Consultas INFONCOV-WS – CPF e CNPJ | 424.095,46 | 338.810,78 |

| Contrato (nº/ano) | Contratada | Resumo do objeto | Valor Empenhado em 2021 (R\$) | Valor Pago em 2021 (R\$) |
|-------------------|-------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|--------------------------|
| 30/2019 | BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. | Serviços técnicos de desenvolvimento e Sustentação de sistemas, aplicativos e portais. | 3.697.765,43 | 1.472.668,06 |
| 31/2019 | EFICÁCIA ORGANIZAÇÃO LTDA | Mensuração do tamanho funcional de aplicações (soluções de softwares). | 36.507,31 | 18.217,58 |
| 025/2019 | GEOAMBIENTE SENSORAMENTO REMOTO LTDA | Serviços cartográficos digitais de geoprocessamento e georreferenciamento Google Maps. | 19.832,68 | 14.731,83 |
| 040/2017 | INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS, SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA | Suporte técnico, upgrades e updates por 12 meses para o item 03, por unidade de licença adquirida. Serviços de mentoring na execução de projetos, gestão e administração do ambiente. | 483.279,74 | 406.175,19 |
| 014/2020 | DATAPREV | Sustentação da plataforma tecnológica do auxílio emergencial destinado ao setor cultural. | 1.836.494,93 | 1.685.426,39 |
| 051/2021 | ASSOCIACAO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS ABNT | Serviços de Gerenciamento de Coleção de Normas Técnicas Brasileiras (NBR ISO/IEC) para disponibilização, implantação, gerenciamento, manutenção, atualização e visualização de normas técnicas via web, com atualização automática e direito a impressões ilimitadas das normas contratadas. | 994,65 | 0,00 |
| 052/2021 | GLOBAL SEC. TECNOLOGIA & INFORMACAO EIRELI | licença desoftwareque realizascande vulnerabilidades para avaliação de vulnerabilidades de segurança cibernética. | 17.590,00 | 0,00 |
| Total | | | 17.955.318,72 | 10.803.167,05 |

Fonte: Tesouro Gerencial, extraído em 08/01/2021.

3.7.4 Contratações mais relevantes de recursos de TI

A execução dos diversos contratos de TIC foi categorizada conforme a seguir:

Licenças Microsoft – 1667 licenças Microsoft concedidas para garantir o *compliance* do ambiente Microsoft do órgão, e disponibilização às ferramentas de escritório e colaboração para os servidores e colaboradores. Foi realizada a aquisição de licenças Microsoft, em conformidade com as diretrizes do ME, no valor de R\$ 2.115.808,09.

Manutenção e suporte das Salas-cofre – em virtude da absorção do *datacenter* do Bloco B, da Esplanada dos Ministérios, com a incorporação da SECULT ao Mtur. Foi realizada a contratação de equivalência entre os serviços prestados em ambos os *datacenters* do Mtur e interligação pela Infovia, dos blocos B e U da Esplanada, da Biblioteca demonstrativa e do andar 9º do Venâncio 2000, utilizado pelo Mtur, no valor de R\$ 442.664,09.

3.7.5 Principais iniciativas e resultados de TIC por cadeia de valor

Em 2021, foram entregues as principais demandas, listadas a seguir:

InfraestruturadeTIC

Melhoria e unificação dos contratos de manutenção e suporte das salas-cofre – visando garantir a uniformidade dos ambientes das duas salas.

Link de comunicação – visando um ambiente equalizado, economicidade e maior eficiência dos recursos aplicados.

Ampliação do espaço de armazenamento – visando dotar o órgão de uma rede de armazenamento de dados distribuída, robusta e segura; ampliando a capilaridade de armazenamento dos dados; mantendo a alta disponibilidade dos serviços e sistemas de informação; garantindo a operacionalização integral das atividades institucionais, de forma

continua, flexível, fácil e segura; reduzindo o tempo de resposta às demandas operacionais internas; e mantendo o parque tecnológico em nível adequado de recursos de TIC.

Atendimento aos usuários do MTur—em virtude da absorção da SECULT pelo MTur, o Ministério possui contratos distintos para atendimentos de seus usuários. Contudo, em 2021, buscou-se um atendimento de forma equiparada, visando o cumprimento dos acordos de níveis de serviços nos atendimentos a todos os servidores e colaboradores do órgão, totalizando 21.097 (vinte um mil e noventa e sete) atendimentos de suporte aos usuários do MTur.

Governança de TIC

PDTIC 2021-2022 – é o principal instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de TIC de um órgão. Sua publicação é obrigatória, sendo requisito necessário para a realização das contratações de tecnologia dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal (Sisp), conforme dispõe a Instrução Normativa SGD nº 01/2019, e foi aprovado pelo Comitê de Governança Digital, em 11 de junho de 2021.

Sistemas de Informação

Em referência aos sistemas de TIC no âmbito da Pasta, seguem os seguintes:

Portal de Investimentos—Sistema destinado ao fornecimento de informações atualizadas sobre o tema e o cadastro de empreendedores, investidores e seus respectivos projetos no modelo *demarketplace*, visando através do portal, fomentar o empreendedorismo, atrair investimentos e estabelecer canal de comunicação específico com o mercado e o MTur.

CADASTUR 3.0 – Sistema destinado ao cadastro de acampamentos turísticos, agências de turismo, guias de turismo, parques temáticos, organizadoras de eventos, meios de hospedagem e transportadoras turísticas e opcional para os restaurantes, cafeterias, bares e similares, parques aquáticos e empreendimentos de lazer, locadoras de veículos para turistas, prestadoras especializadas em segmentos turísticos, casas de espetáculos, empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva, prestadores de infraestrutura para eventos e centros de convenções.

Prodetur + Turismo—Sistema desenvolvido para que a área gestora possa operacionalizar (receber, avaliar e aprovar com base em requisitos técnicos) as propostas do setor privado, para obtenção de linhas de financiamento com prazos e juros diferenciados de instituições parceiras como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco

de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para o desenvolvimento de projetos ligados ao Programa Prodetur+Turismo.

ADS China—Inscrição e seleção de agências de receptivo para turistas chineses. Chamada pública para credenciamento das agências na recepção de turistas chineses.

Painéis Analíticos

Painel Observatório Nacional de Turismo—Contém informações sobre o mercado de trabalho formal no setor de turismo, com dados provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), apresentando recorte geográfico por macrorregião, unidade da federação, região turística e município. Além disso, é possível realizar recorte por Atividade Característica do Turismo (ACT), faixa etária, grau de instrução, raça/cor e tipo de deficiência, no caso do trabalhador que possui algum tipo de deficiência.

Vale Cultura – Gestão dos dados sobre o consumo do vale cultura (quantidade e valor total), trabalhadores, beneficiárias e empresas receptoras, por Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), cidade, UF, região, mês e ano.

Plano de Transformação Digital

Conclusão das Metas do Plano de Transformação Digital do MTur – 1º Ciclo—Em 2021 o MTur concluiu o primeiro ciclo de seu Plano de Transformação Digital, resultando nas seguintes principais entregas e benefícios à sociedade:

- 36 serviços digitais disponibilizados no Portal Gov.br, facilitando o acesso do cidadão aos programas e serviços do MTur;
- Migração do Portal Institucional da SECULT para o portal Gov.br, em 26 de abril de 2021;
- Implantação do *login único* nos sistemas: Cadastur, Prodetur, ADSChina, Sistema CESI (Combate à Exploração Sexual Infantil), Turismo Acessível, Selo do Turismo Responsável e Turismo com Música (totalizando 13 serviços integrados ao *login único* do Governo Federal), facilitando o acesso do cidadão aos principais serviços do MTur;
- Aplicativo Turismo Acessível e Aplicativo TATU (Tecnologia Assistiva ao Turismo), disponibilizados na loja Gov.br; e
- Disponibilização da Interface de Programação de Aplicação (API) do Cadastur no catálogo de API Governamentais, facilitando acesso a sua base de dados por outros sistemas.

Pactuação do 2º ciclo do Plano Digital, com ações no Turismo e Cultura—Projeto que visa facilitar o acesso aos programas do MTur, elevando os níveis de participação e transparência, bem como reduzindo o tempo médio e o custo gasto pelo cidadão para conhecer ou utilizar os serviços ofertados pelo MTur.

O Plano de Transformação do Ministério, que teve sua segunda edição pactuada em agosto de 2021 – parceria com o ME e a Secretaria de Governo da Presidência da República –, contempla mais de 80 entregas relacionadas à transformação digital de serviços, interoperabilidade de sistemas, unificação de canais, implantação de *login* único e implementação de ações relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Inovação Tecnológica

Desafio Turistech Brasil—Competição com diversas categorias destinadas à promoção de empreendimentos de base tecnológica do setor de turismo no Brasil, reconhecendo iniciativas no âmbito das startups, destinos, empresas e academia. Em 2020, o concurso, que é um dos produtos do Contrato nº 34/2020, em parceria com o *Wakalua Innovation Hub*, teve mais de 350 projetos inscritos, com representantes de 24 das 27 unidades da Federação. (Para mais informações ou para conhecer os vencedores acesse: <https://turistech.turismo.gov.br/>).

Consulta Pública da Estratégia Nacional de Inovação em Turismo—A Estratégia Nacional de Inovação em Turismo (ENIT) 2021-2024 é o plano de longo prazo norteador das ações e interações entre governo, academia, sociedade civil e iniciativa privada na área de Inovação e Turismo. Sua missão e principal objetivo é acelerar o crescimento da competitividade do Turismo Brasileiro através da inovação, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do País. Sua consulta pública, que teve 37 contribuições, oportunizou ao cidadão a chance de contribuir com esse importante instrumento de planejamento e conhecer melhor sua metodologia, referenciais estratégicos, diagnóstico, objetivos e as linhas de atuação propostos para os próximos anos. (Para mais informações acesse: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/aberta-consulta-publica-sobre-estrategia-nacional-de-inovacao-em-turismo>).

Diagnóstico do Ecossistema de Inovação em Turismo no Brasil—Estudo que apresenta o panorama do ambiente brasileiro de inovação em turismo e mapeamento das *turistechs* do Brasil. O produto é fruto do Contrato nº 34/2020, firmado com o *Wakalua Innovation Hub*, gerido pela STII.

3.7.6 Segurança da Informação

Em 2021, o MTur buscou aderência aos normativos do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, assegurando maior conformidade com as diretrizes estabelecidas, com respaldo e aprovação da alta direção em todas as suas ações e diretrizes, o que contribuiu para uma melhor aplicação dos recursos tecnológicos e fortalecimento das ações voltadas para Segurança da Informação. Com isso, prospectou melhorias para garantir a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações e demais ativos estratégicos do Mtur.

Sendo contratado *software* para a avaliação de vulnerabilidades é a execução de varredura de vulnerabilidades, assim será possível diagnosticar as vulnerabilidades para identificar quais sistemas são suscetíveis a ataques e outras falhas atreladas à segurança da informação.

Os scanners de vulnerabilidades identificam uma ampla gama de fraquezas e problemas de segurança conhecidos que os hackers podem explorar. A maioria dos scanners de vulnerabilidades combina vários recursos em um único pacote. Um scan de vulnerabilidade geralmente inclui as seguintes ações: identificar vulnerabilidades; identificar configurações incorretas; testar passivamente os controles de segurança; identificar a falta de controles de segurança, possibilitando ações de prevenção e tratamento de incidentes com maior precisão, bem como garantir a adequada segurança das informações do Mtur.

3.7.7 Principais metas não alcançadas

As principais metas não alcançadas e suas justificativas de não atendimento, seguem abaixo referenciados:

- Obter apoio da alta gestão para aumentar a força de trabalho da unidade de TIC—haja vista a carência de servidores de tecnologia da informação nos serviços público federal, assim como o agravamento da pandemia que tornou o mercado privado de tecnologia da informação mais atraente que o serviço público havendo uma grande migração de servidores com esse perfil para a iniciativa privada.
- Promover ações de otimização de infraestrutura de TIC em alinhamento com as diretrizes de transformação digital—devido à falta de servidores os projetos de otimização de infraestrutura de TIC não conseguiram ser efetivadas e foram colocadas na lista de prioridades para 2022.
- Promover ações de Segurança da Informação, garantindo maior conformidade com os normativos do Gabinete de Segurança Institucional—a área de segurança da informação também sofreu com a falta de ser-

vidores, não conseguindo ser efetiva em suas ações. A coordenação de segurança da informação não possui servidores lotados na unidade e o coordenador pediu exoneração no final do 2021, sendo necessário uma completa reestruturação na área, o que será tratado como prioridade em 2022.

- Realizar o mapeamento de processos de TIC—diante do cenário de falta de servidores na área da TIC, não formam mapeados os processos, sendo solicitado às áreas a elaboração de um cronograma para tais mapeamentos no ano de 2022.

3.7.8 Principais desafios e ações futuras

Como os principais desafios e ações futuras da Pasta, em aspectos de TIC, seguem abaixo referenciados:

- Implantar ferramenta de acompanhamento de projetos e desenvolver painel de portfólio de projetos visando a implantação do Escritório de Projetos, com as melhores ferramentas e práticas de mercado;
- Desenvolver aplicativo da Ficha de Hóspede Inteligente, integrado com a base de dados do hotel, estruturando os dados para que possa montar um *data lake* e realizar cruzamento de dados com outras bases do MTur, proporcionando informações do Turismo para criação de políticas públicas;
- Modernizar o serviço de Segurança da Informação para prover a melhoria do ambiente tecnológico e evitando a violação ou perda de dados no ambiente do MTur;
- Modernizar o serviço de *backup* relacionado a *salvaguarda dos arquivos e sistemas de informação do MTur*,

promovendo assim a continuidade de negócio em caso de desastre do ambiente, bem como a recuperação mais eficiente da informação;

- Implantar ferramentas que visam maior agilidade na prestação de contas, tais como: módulo de inteligência artificial, ferramenta de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR), ferramenta de acompanhamento de evolução de trabalhos de prestação de contas;
- Implantar Ferramenta de Controle de Demandas dos Sistemas, para melhorar a eficiência de entregas da fábrica de *software*;
- Implantar um sistema de gestão de contratos, melhorando a eficiência de controle e fiscalização dos contratos no MTur;
- Mapear os processos de TIC, aprimorando e melhorando os atendimentos realizados pela TIC aos usuários do MTur;
- Contratar empresa de Suporte e Sustentação de Infraestrutura de tecnologia da informação, unificando e padronizando os atendimentos aos usuários do MTur entre todos os blocos e padronizar os serviços disponibilizados no *datacenter* dos Blocos B e U da Esplanada dos Ministérios;
- Modernizar a telefonia VOIP (*Voice Over Internet Protocol*) e as salas de videoconferência, melhorando a qualidade e disponibilidade das ligações, e a qualidade das reuniões presenciais e remotas do MTur; e
- Apresentar novo regimento interno da STII, para aprimorar a governança dos processos de TIC e para efetuar melhoria nos atendimentos aos usuários de TIC do MTur, focando na transformação digital e promovendo a efetividade das políticas de TIC e de segurança da informação e qualidade de serviços.

3.8 Prestações de Contas de Convênios e Instrumentos Congêneres

O MTur gerencia suas atividades de execução orçamentária e financeira de convênios e instrumentos congêneres firmados em suas diversas fases.

A execução orçamentária em 2021, conforme demanda das Secretarias finalísticas do Ministério, totalizou o montante de **R\$ 751.286.282,32, entre empenhos e descentralizações orçamentárias**, conforme detalhado na Tabela 36, disponibilizada adiante. Os empenhos atenderam despesas oriundas de Convênios, Termos de Fomento, Contratos de Repasse, dentre outros instrumentos congêne-

res, assim como descentralizações orçamentárias em razão da celebração de TED e os destaques às entidades vinculadas a este MTur.

Em relação aos processos pendentes de análise e de encaminhamento em análise financeira da prestação de contas, bem como em Tomada de Contas Especial (TCE), informa-se a elaboração do Plano de Ação por determinação do Acórdão nº 2.058/2021-TCU-Plenário.

O acórdão determinou ação de encaminhamento de processos na função turismo. Orientou ainda o corte temporal,

primeiramente, dos processos pendentes de análise e de encaminhamento até 2016. Esses processos devem ter análises e encaminhamentos concluídos até dezembro de 2022.

O outro corte temporal se referiu aos processos pendentes de análise e de encaminhamento entre 1º/01/2017 e 30/06/2021, cuja programação de conclusão das respectivas análises foi apresentada no Plano de Ação encaminhado ao TCU.

Ocorre que o Plano de Ação elaborado estendeu suas ações ao passivo de processos da função cultura. O primeiro corte temporal de processos pendentes de análise e de encaminhamento ficou, como na função turismo, até 2016.

Em relação ao segundo corte temporal, as ações referentes à função cultura englobam processos pendentes de análise de encaminhamento até 31/10/2021. A evolução das atividades desenvolvidas na execução do Plano de Ação será informada aos órgãos de controle por meio de relatórios de monitoramento.

O quantitativo de processos em relação à análise financeira da prestação de contas informado no Plano de Ação é:

Função turismo: até 2016, foram mapeados em relação à análise financeira da prestação de contas 407 processos; entre 1º/01/2017 e 30/06/2021, são 38 processos. Total 445.

Função cultura: até 2016, foram mapeados 3.687 processos; entre 1º/01/2017 e 31/10/2021, são 407. Total 4.094.

Por conseguinte, o quantitativo de processos em TCE inseridos no escopo do Plano de Ação é:

Função turismo: até 2016, foram mapeados 39 processos; entre 1º/01/2017 e 30/06/2021, são 363 processos. Total 402.

Função cultura: até 2016, foram mapeados 9 processos; entre 1º/01/2017 e 31/10/2021, são 396 processos. Total 405.

Tabela 53 Total da Execução Orçamentária efetuada pelo MTur em 2021.

| Unidade Gestora | Quantidade | Valor (R\$) |
|-----------------------------------------|------------|-----------------------|
| Empenhos | | |
| 540007 — CEF/SNINFRA | 257 | 209.349.105,40 |
| 540012 — SNDTUR | 9 | 3.369.005,00 |
| 540025 — SNAV | 28 | 7.232.545,70 |
| 540026 — SECDEC | 66 | 13.909.413,39 |
| 540027 — SEFIC | 27 | 5.334.288,16 |
| 540031 — FNC/SNAV | 41 | 7.699.986,88 |
| 540032 — FNC/SEFIC | 30 | 8.497.275,30 |
| 540033 — FNC/SEDEC | 1 | 250.000,00 |
| 540035 — FNC/SECDEC | 44 | 13.700.481,89 |
| 540045 — CEF/SEDEC | 33 | 27.291.075,03 |
| Total Empenhado (A) | 536 | 296.633.176,75 |
| Descentralizações orçamentárias* | | |
| 540012 — SNDTUR | 6 | 3.840.988,62 |
| 540016 — SNINFRA | 1 | 299.700,00 |
| 540018 — SNAIC | 3 | 3.295.181,56 |
| 540019 — SECULT | 13 | 3.053.600,00 |
| 540025 — SNAV | 2 | 174.181,65 |
| 540026 — SECDEC | 4 | 1.498.615,32 |
| 540027 — SEFIC | 2 | 249.884,42 |
| 540030 — FNC * | 14 | 442.140.954,00 |
| 540031 — FNC/SNAV | 2 | 100.000,00 |
| Total descentralizado (B) | 47 | 454.653.105,57 |
| TOTAL EXECUTADO (A+B) | 583 | 751.286.282,32 |

*inclui destaque destinado ao Fundo Setorial do Audiovisual – UG 340004

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial– Extraída: 06/01/2022

Quanto às atividades de execução financeira, **foi executado o montante de R\$ 521.261.833,17, entre pagamentos e transferências de recursos.** Os pagamentos realizados se referem às ordens bancárias emitidas por solicitação das Secretarias finalísticas deste Ministério, a fim de honrar compromissos firmados nos diversos instrumentos ora mencionados. Os valores seguem detalhados por UG executora na Tabela 54.

Tabela 54 Total da execução financeira por instrumento, no MTur, em 2021.

| Tipo | Quant. | Valor (R\$) |
|-----------------------|-----------|----------------------|
| 540012 SNDTUR | | |
| TEDs | 55 | 11.928.487,65 |
| Convênios | 26 | 12.294.292,15 |
| Restituições | 03 | 3.828,71 |
| Total | 84 | 24.226.608,51 |
| 540016 SNINFRA | | |
| TEDs | 01 | 149.850,00 |
| Total | 01 | 149.850,00 |
| 540018 SNAIC | | |
| TEDs | 10 | 2.044.495,85 |
| Convênios | 02 | 667.985,70 |
| Total | 12 | 2.712.481,55 |
| 540019 SECULT | | |
| Termos de Fomento | 15 | 3.200.000,00 |
| Total | 15 | 3.200.000,00 |
| 540025 SNAV | | |
| TEDs | 03 | 607.095,57 |
| Termos de Fomento | 24 | 6.733.433,53 |
| Total | 27 | 7.340.529,10 |
| 540026 SECDEC | | |
| TEDs | 03 | 523.600,00 |
| Destaques | 01 | 800.000,00 |
| Convênios | 05 | 925.883,51 |
| Termos de Fomento | 45 | 9.961.678,79 |
| Contrato de Repasse | 02 | 458.000,00 |
| Termo de Compromisso | 02 | 863.536,00 |
| Total | 58 | 13.532.698,30 |
| 540027 SEFIC | | |
| Convênios | 03 | 1.188.923,72 |
| Total | 03 | 1.188.923,72 |
| 540028 SEDEC | | |
| Convênios | 10 | 2.907.608,44 |
| Contratos de Repasse | 13 | 2.582.164,24 |
| Total | 23 | 5.489.772,68 |

| Tipo | Quant. | Valor (R\$) |
|-------------------------------------|------------|-----------------------|
| 540030 FNC | | |
| Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) | 13 | 434.982.094,86 |
| Destaques | 21 | 643.269,51 |
| Termos de Fomento | 08 | 1.228.911,23 |
| Convênio | 01 | 150.000,00 |
| Restituições | 01 | 221,43 |
| Total | 44 | 464.006.033,30 |
| 540031 FNC/SNAV | | |
| TEDs | 02 | 325.833,00 |
| Convênios | 02 | 700.688,00 |
| Termos de Fomento | 15 | 4.850.000,00 |
| Total | 19 | 5.876.521,00 |
| 540032 FNC/SEFIC | | |
| Convênio | 01 | 180.657,00 |
| Termos de Fomento | 02 | 400.000,00 |
| Total | 03 | 580.657,00 |
| 540033 FNC/SEDEC | | |
| Convênios | 03 | 271.797,72 |
| Termos de Fomento | 03 | 700.000,00 |
| Contratos de Repasse | 02 | 115.212,13 |
| Total | 08 | 1.087.009,85 |
| 540035 FNC/SECDEC | | |
| Convênios | 09 | 1.099.495,26 |
| Termos de Fomento | 64 | 13.794.969,91 |
| Total | 73 | 14.894.465,17 |
| TOTAL | 370 | 521.261.833,17 |

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial – Extraída: 06/01/2022.

Da execução financeira observada, o valor de **R\$ 521.257.783,03** referem-se à execução de convênios e instrumentos congêneres e o valor de **R\$ 4.050,14** são relativos a restituições, conforme detalhado a seguir, na Tabela 55:

Tabela 55 Total da execução financeira por instrumento, no MTur, em 2021

| Total da Execução Financeira–2021 | | |
|-----------------------------------------|--------------|-----------------------|
| Descrição do objeto | Quant. Total | Valor (R\$) |
| Fundo Setorial do Audiovisual | 13 | 464.006.033,30 |
| Convênios | 62 | 20.387.331,50 |
| Destaque | 22 | 1.443.269,51 |
| Termos de Fomento | 176 | 40.868.993,46 |
| Contratos de Repasse | 17 | 3.155.376,37 |
| Termos de Execução Descentralizada | 74 | 15.579.362,07 |
| Termos de Compromisso | 2 | 863.536,00 |
| Total Convênios e congêneres (A) | 366 | 521.257.783,03 |
| Restituições | 4 | 4.050,14 |
| Total Restituições (B) | 4 | 4.050,14 |
| TOTAL EXECUTADO (A+B) | 370 | 521.261.833,17 |

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial – Extraída: 06/01/2022.

No contexto da execução financeira dos Contratos de Repasse, o MTur solicitou recurso para atender às UG's da CEF, no âmbito da SNINFRA e da SEDEC, no valor de **R\$ 412.399.405,37** conforme detalhado na Tabela 56, somando com total executado demonstrado na Tabela 55, gerando movimentação financeira de **R\$ 933.661.238,54**.

Tabela 56 Execução financeira dos Contratos de Repasse por UG, do MTur, em 2021.

| Unidade Gestora | Quantidade | Valor Total Solicitado (R\$) |
|----------------------|------------|------------------------------|
| 540007 — CEF/SNINFRA | 43 | 395.629.855,73 |
| 540045 — CEF/SEDEC | 19 | 16.769.549,64 |
| TOTAL | 62 | 412.399.405,37 |

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial – Extraída: 06/01/2022

Para a realização de atividades de registros e ajustes de TED, conclusão de convênios no SIAFI ou na Plataforma Mais Brasil, desbloqueios de notas de empenho, ajustes contábeis, registros de aprovação de prestações de contas e movimentações orçamentárias e financeiras, foram emitidos os seguintes documentos, durante o exercício de 2021, conforme Tabela 57:

Tabela 57 Quantidade Total de documentos emitidos pelo MTur, em 2021.

| Documento contábil | Quantidade de documentos emitidos |
|--------------------------|-----------------------------------|
| Notas de sistema | 3.587 |
| Notas de Lançamento | 303 |
| Programações Financeiras | 1.254 |
| Notas de Dotação | 202 |
| Notas de Crédito | 217 |
| TOTAL | 5.563 |

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial— Extraída: 06/01/2022.

Prestação De Contas–Análise Técnica Do Objeto

Cumprir ressaltar que o processo de prestação de contas no MTur possui subprocessos vinculados ao macroprocesso de prestação de contas, os quais são definidos como: i) análise técnica do objeto, realizados nas unidades finalísticas; ii) análise financeira, no âmbito da Subsecretaria de Gestão de Fundos e Transferências (SGFT), da Secretaria-Executiva do órgão; e iii) processos de ressarcimento ao erário, referente à parcelamento de débitos e inscrições de dívidas em cadastros relacionados.

Importante destacar que a análise técnica quanto ao cumprimento do objeto tem como principal objetivo verificar a entrega dos produtos à sociedade, atendendo aos requisitos de democratização de acessibilidade públicos. Desta forma, a administração pública atesta se os recursos autorizados aos projetos foram empregados com responsabilidade e eficiência ao disponibilizar produtos à sociedade.

Assim, considerando a apresentação dos resultados da execução financeira, passa-se à apresentação da análise técnica dos objetos resultantes da execução no âmbito das Secretarias Finalísticas do Ministério.

Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural:

Apresentam-se o objetivo das seguintes contratações realizadas, bem como suas justificativas e resultados.

CONTRATO nº 10/2018, CEE- Trata o Contrato de Prestação de Serviços nº 10/2018, celebrado entre a SECULT/MTur e a CEF, da contratação de Mandatária da União para a gestão e operacionalização de contratos de repasse visando a execução de programas e obras de infraestrutura cultural.

Foi celebrado em 2021, o segundo termo aditivo, visando exclusivamente, dar cobertura contratual para a finalização e pagamentos dos serviços relacionados aos Contratos de Repasse celebrados no período de 17 de maio de 2018 à 16 de maio de 2021.

CONTRATO nº 29/2021, CEF—No intuito de dar continuidade a formalização de novos contratos de repasse, uma vez que o contrato nº 10/2018 foi prorrogado até maio de 2021, foi celebrado o contrato nº 29/2021, abrangendo todas as atividades de gestão operacional para execução dos contratos de repasse firmados no âmbito dos programas e ações geridos pelo MTur por intermédio da SEDEC, lastreados com recursos consignados no Orçamento Geral da União.

A contratação justifica-se em razão da necessidade de apoiode uma instituição para prestação de serviços de operacionalização, gerenciamento e acompanhamento dos contratos de repasse a serem celebrados pelo MTur.

Em continuidade, a prestação de contas no âmbito do Desenvolvimento Cultural pauta-se pela análise dos processos, convênios e termos de Fomento firmados, e se encontram na Plataforma + Brasil em situação de Prestação de Contas.

Nesse sentido, conforme documentos já emitidos e por verificação de decisões já reiteradas pelos Tribunais Superiores, destaca-se que não há estoque passivo de prestação de contas relativos ao PRONAC, no âmbito do Desenvolvimento Cultural (SEDEC) e que os processos em prestação de contas estão dispostos na planilha abaixo:

Tabela 58 Prestação de Contas Convênios.

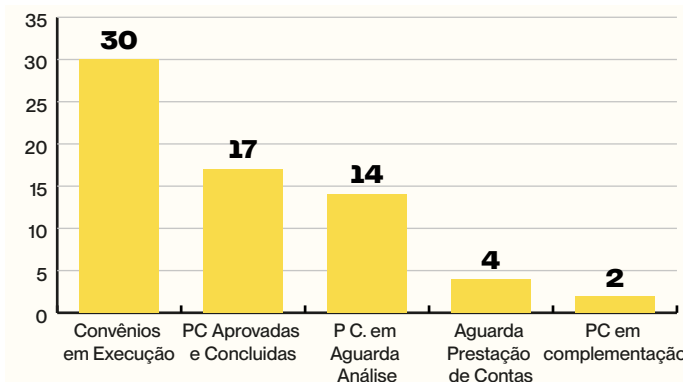
Situação dos Convênios—Geral de Prestação de Contas

S E D E C—Desenvolvimento Cultural

| | |
|---------------------------------------------|------------|
| Prestação de Contas Concluídas | 91 |
| Prestação de Contas Aprovadas | 20 |
| Prestação de Contas Aprovadas com Ressalvas | 2 |
| Prestação de Contas em Análise | 25 |
| Prestação de Contas em Complementação | 3 |
| Aguardando Prestação de Contas | 5 |
| TOTAL GERAL | 146 |

Fonte: Arquivo SEDEC/SECULT/MTUR

Gráfico 36 Prestação de Contas Convênios.



Fonte: Arquivo SEDEC/SECULT/MTUR.

Destaca-se ainda que a prestação de contas das operações dos Contratos de Repasse é feita pela mandatária CEF, instituição que operacionaliza a execução dessas operações.

O MTur por intermédio da SEDEC atuou na efetivação dos pagamentos das tarifas referentes aos contratos de repasse junto à CEF, além da manutenção na execução do programa Estações Cidadania-Cultura (Pracinhas da Cultura)

Ainda, foram realizadas as seguintes ações no âmbito do Ministério:

- Pagamento das operações, junto ao SIAFI, do programa Pracinhas da Cultura, atualmente presente nos 26 Estados e no DF, que é o maior Programa da SECULT de inclusão social por meio do desenvolvimento de práticas de cultura e arte;

- Gestão e mobilização social das Estações Cidadania-Cultura, com a atualização dos contatos e grupos gestores, dos municípios que alteraram suas prefeituras e a validação dos cadastros junto à plataforma E-praças;

- Contatos com as praças para acompanhamento das ações intersetoriais que incluem Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e nas áreas esportivas e culturais;

- Manutenção do fluxo de pagamentos, reprogramação dos projetos e avaliação de documentos para liberação de parcelas das emendas e termos de fomento empenhados ou inscritos em Restos a Pagar, que estejam aptos para o pagamento; e

- Desenvolvimento e análise do projeto da nova plataforma de Espaço Cultural, a ser implementada em Jataí (GO), com a avaliação do projeto e ações para sua execução.

Audiovisual

Quanto à análise de cumprimento do objeto de prestação de contas de projetos audiovisuais, informa-se que foram concluídos cerca de 520 projetos (entre projetos do tempestivo e do passivo), os quais foram enviados para análise financeira.

Destaca-se também a redução pela metade do quantitativo total do passivo de prestação de contas dos projetos audiovisuais (Lei de Incentivo à Cultura), no que tange ao cumprimento do objeto (de 384 para 171 projetos).

Secretaria Nacional de Economia Criativa e Diversidade Cultural

Quanto à gestão e monitoramento das transferências voluntárias executadas no âmbito do Ministério relacionadas à temática Economia Criativa e Diversidade Cultural, destacam-se que se encontram em execução:

1) 280 instrumentos de transferência de recursos em execução, dentre eles convênios, termos de fomento, termos de compromisso cultural e termos de execução descentralizada; e

2) O passivo de 562 instrumentos de transferência de recursos, os quais se encontram em prestação de contas, dentre eles convênios, termos de fomento, termos de compromisso cultural e termos de execução descentralizada.

Ainda, apresentam-se as principais informações relacionadas aos seguintes TEDs celebrados:

TED com a Universidade Federal do Pará (UFPA) – Processo SEI nº71000.059700/2019-77: teve por objetivo formular a cartografia do artesanato brasileiro através da elaboração do mapa da cadeia produtiva do artesanato brasileiro objetivando fomentar ações de qualificação, organização e desenvolvimento setorial da economia criativa brasileira, a partir de informações confiáveis, precisas e georreferenciadas sobre a produção.

Recorda-se que em 2021 foi entregue um relatório com levantamento e análise dos dados, bem como um caderno de contatos (catálogo) para consulta virtual e impressão com dados atualizados de todos (as) os/as artesãos(ãs).

Em 31 de março de 2022, será entregue a base digital georreferenciada (mapa), com as informações do relatório entrecruzadas em redes, cadeias e processos. O valor total da parceria é de R\$ 768 mil e já foi integralmente repassado à UFPA.

TED com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Processo SEI nº71000.062678/2019-42: A celebração do TED objetivou a atualização do Atlas Econômico da Cultura Brasileira. A UFRGS realizará o trabalho de assessoria e consultoria técnica para subsidiar o levantamento, análise e disseminação de estatísticas sobre economia criativa e da cultura no Brasil. Com isso, o objetivo da parceria é proporcionar parâmetros sólidos para a formulação de políticas públicas para os Setores Culturais e Criativos, fomentar a discussão sobre economia criativa e da cultura no Brasil nos quatro eixos temáticos adotados: empreendimentos, mercado de trabalho, fomento público federal e comércio internacional.

Para 2022 está prevista a entrega da atualização do livro a plataforma online para divulgação das informações, assim como um estudo de impacto da epidemia da Covid-19 no setor cultural e criativo.

Além disso, são ações previstas: curso de Gestão Cultural, Cursos Setoriais e Seminário de disseminação. O valor total da parceria é de R\$ 556.518,00. Em 2020 foi feito o desembolso de R\$ 40 mil e em 2021 o desembolso de R\$ 168 mil. Restará para o exercício de 2022 o desembolso de R\$ 348.518,00.

Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura

Conforme já explicitado, no que tange à Lei Federal de Incentivo à Cultura – Lei nº 8.313/91, que trata do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), existem dois mecanismos ativos de apoio e incentivo à cultura, quais sejam: o Incentivo a Projetos Culturais (ou Renúncia Fiscal/Mecenato) e o Fundo Nacional da Cultura (FNC).

As ações de Fomento Indireto são realizadas por meio da Lei de Incentivo à Cultura e as ações de Fomento Direto, por meio de recursos financeiros oriundos do Fundo Nacional de Cultura (FNC), do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, através dos instrumentos de transferências voluntárias, como convênio, termos de fomento e termos de execução descentralizada com entidades governamentais dos demais entes da Federação, para transferência de recursos financeiros a serem utilizados na execução de um objetivo comum.

Dito isso, passa-se aos resultados das análises técnicas quanto ao incentivo e ao fomento direto.

Incentivo Fiscal

O desafio do MTur, em relação às ações executadas para o incentivo, encontra-se no enfrentamento do passivo de prestação de contas, posto que as análises são feitas de forma pormenorizada e demandam tempo, não sendo possível ao longo dos anos que a análise técnica fosse realizada em quantitativo maior ou igual ao quantitativo de prestações de contas apresentadas em cada exercício fiscal. Atualmente, há cerca de 13 mil projetos no passivo de prestação de contas, os quais ainda não tiveram a análise técnica quanto ao cumprimento do objeto finalizada.

Em 2021, o MTur por intermédio da SECULT, focou na criação de linhas de condução para melhorar a capacidade de análise deste passivo, tais como: ações baseadas nas diretrizes do Plano de Ação de Passivo, critérios de prioridade, participação de grupo de trabalho operacional de enfrentamento do passivo, bem como participação de grupo de trabalho interministerial para implementação do Sistema Integrado de Cultura (SIC).

No segundo semestre de 2021, no que tange às análises de prestações de contas quanto ao cumprimento do objeto, a SECULT priorizou os projetos com valores de captação igual ou superior a R\$ 750 mil, mediante critério de prioridade definido a partir de um estudo feito pela área de Gestão de Fundos e Transferências do MTur. Nesse estudo, foi realizado um levantamento do custo da análise das prestações de contas. Para isso, utilizou-se para o cálculo a quantidade de análises de prestações de contas realizadas entre janeiro e junho de 2020, bem como o gasto com salários e ven-

cimentos de todos o pessoal envolvido com estas análises de prestações de contas, concluindo-se que o custo para a análise de uma prestação de contas era de R\$ 7.772,95. Também foi verificado, nesta amostra, o índice de reprovação quantitativa (que considera o número de projetos) e o índice de reprovação absoluto (que considera a quantidade de recursos captados pelos projetos reprovados). A partir desse cenário, calculou-se o índice de reprovação total, o qual pode ser aplicado à quantidade total de prestações de contas pendentes de análise.

Considerando que na data da realização do estudo, a quantidade de prestações de contas que aguardavam análise era de 19.392, e que o valor total captado para estes projetos era de R\$ 13.524.281.575,12, aplicando-se o índice de reprovação total decorrente da amostra, estimou-se um valor a ser cobrado de R\$ 1.322.176.976,34.

Em sequência ao estudo, fez-se um levantamento da frequência de projetos por faixa de valor captado, bem como o percentual captado em relação ao total para cada faixa de valor. Neste sentido, constatou-se que os projetos com captação acima de R\$ 750 mil, embora representassem apenas 20,9% do total de projetos que aguardavam análise de prestação de contas em números absolutos, em termos de quantidade de recursos públicos, representavam, de fato, 72% do

total. Pelos motivos expostos, e considerando que o objetivo primordial das análises de prestações de contas dos projetos incentivados é promover a transparência e o uso com responsabilidade dos recursos públicos, estabeleceu-se como prioridade, durante o segundo semestre de 2021, a análise dos projetos culturais cujos valores captados foram iguais ou superiores a R\$ 750 mil.

Em um primeiro momento, seguindo este critério de valor captado, foram selecionados os projetos que apresentaram a prestação de contas a partir de outubro de 2020 (linha de gestão definida pela SECULT). Assim, considerando os recursos captados, no total de R\$ 292.220.710,78 de recursos públicos tiveram suas análises técnica quanto ao cumprimento do objeto concluídas no segundo semestre de 2021, o que representa a totalidade dos projetos incluídos nos critérios de prioridade estabelecidos no prazo estipulado.

Além da análise destes projetos culturais, acrescenta o atendimento às demandas de órgãos de controle, em especial o TCU, com a análise em prioridade de projetos advindos destas demandas.

Em números absolutos, a produtividade na análise de cumprimento do objeto dos projetos culturais foi a seguinte:

Tabela 59 Análise Técnica de Avaliação do Objeto realizadas

| Mês | Análises de Cumprimento do Objeto | | | | |
|--------------------------|-----------------------------------|---------------------|----------------|----------|------------|
| | Cumprimento | Cumprimento Parcial | Descumprimento | Recursos | Total |
| Janeiro | 31 | 4 | 3 | 2 | 40 |
| Fevereiro | 21 | 1 | 4 | 10 | 36 |
| Março | 45 | 13 | 7 | 5 | 70 |
| Abril | 24 | 2 | 2 | 8 | 36 |
| Maio | 37 | 4 | 13 | 2 | 56 |
| Junho | 26 | 9 | 4 | 4 | 43 |
| Julho | 19 | 4 | 8 | 1 | 32 |
| Agosto | 24 | 6 | 6 | 6 | 42 |
| Setembro | 25 | 6 | 7 | 4 | 42 |
| Outubro | 25 | 6 | 5 | 2 | 38 |
| Novembro | 28 | 5 | 5 | 1 | 40 |
| Dezembro | 19 | 3 | 0 | 0 | 22 |
| TOTAL DE ANÁLISES | | | | | 497 |

Fonte: controle interno da SEFIC

Frisa-se que o quantitativo representa a produtividade para os meses de janeiro a dezembro.

No desempenho do Mapeamento Processual de Projetos, ação prevista no Plano de Ação do Passivo, faz-se necessário a organização processual seguindo as seguintes etapas: coleta do processo físico, instrução processual, digitalização e ocrização dos documentos em PDF (técnica para reconhecer caracteres a partir de um arquivo), inserção do projeto digitalizado no SEI e inspeção manual – conferência entre a situação do projeto físico e a informada no SALIC. Para a execução desse trabalho foi criado, no âmbito da SECULT, um Grupo de Trabalho (GT) com terceirizados, que trabalham em etapas, até que o projeto esteja inserido no SEI e apto para a análise da prestação de contas com a devolução do processo físico ao arquivo para guarda.

Desde abril de 2021, diversas ações foram adotadas, no âmbito da SECULT, para a implementação do Sistema Integrado de Cultura (SIC). Com uma nova metodologia e lógica preventiva, o SIC será disponibilizado através da Plataforma +Brasil e gerenciará todas as etapas do processo de concessão dos benefícios das leis de incentivo desde a admissão das propostas até a avaliação de resultados e prestação de contas, de forma a garantir a não formação de novos passivos e o uso responsável dos recursos públicos, indo ao encontro às demandas dos órgãos de controle e da sociedade.

O SIC prevê o aumento da capacidade de integrar as Leis federais, podendo agregar as Leis estaduais e municipais de fomento e incentivo à cultura ampliando a transparência e auxiliando os entes federativos a salvaguardar também os seus recursos.

Fomento Direto

Além das atividades para celebração dos convênios, foram realizadas atividades de acompanhamento da execução e avaliação de resultados das parcerias formalizadas no âmbito da SECULT.

No que se refere à Avaliação de Resultados do Fomento Direto em 2021 foram realizadas 696 análises técnicas quanto ao cumprimento do objeto e quanto aos objetivos de projetos culturais (convênios, intercâmbio cultural e TEDs).

Importante destacar que no ano de 2021 foram concluídas as análises de cumprimento do objeto dos projetos de Intercâmbio Cultural pela SECULT.

Outros resultados relacionados ao fomento e incentivo à cultura:

A seguir, apresentam-se outros resultados relacionados ao fomento e incentivo à cultura:

- Melhoria do fluxo de trabalho dos profissionais do Banco de Pareceristas;
- Descredenciamento de 162 pareceristas do Banco;
- Revisão e publicação do Edital Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC 01/2021);
- Gestão técnica para viabilizar os trabalhos da comissão designada para avaliar a documentação das entidades associativas de setores culturais e artísticos e as representativas do empresariado cultural, todas de âmbito nacional, inscritas no edital CNIC nº 1/2021 para indicação de seus representantes com vistas à composição do biênio 2022/2023 da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC);
- Atuação no Grupo de trabalho (GT) para implementação do Sistema Integrado de Cultura (SIC) que possibilitará a avaliação de resultados ainda em fase de execução do projeto, o que evitará a formação de um novo passivo de prestação de contas.
- **Implementação de medidas de Integridade e Compliance**, visando ajustes e inovações no Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SALIC), por meio do cadastramento dos usuários do sistema; e
- Ajustes do fluxo de pagamentos dos pareceristas: cadastramento da inexigibilidade da licitação dos pareceristas; consulta ao SICAF/CADIN.

Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo

Quanto à temática em referência, cumpre informar que se encontra em desenvolvimento uma parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 001/2019, o qual foi aditivado em 2021, para a execução de novas atividades, com vistas a atender ao MTur no desenvolvimento do Projeto Experiências do Brasil Rural, o qual tem por objetivo “Promover o fortalecimento da agricultura familiar no turismo por meio do incentivo à promoção e comercialização de produtos e serviços da agricultura familiar no turismo”. O valor global do TED é R\$ 2.802.135,00 e a vigência é de 1º de outubro de 2019 a 23 de novembro de 2022.

Conforme a metodologia proposta, no 2º semestre de 2021, a UFF realizou as seguintes etapas e ações nos oito roteiros selecionados para a primeira edição do Projeto: diagnóstico, elaboração de plano de ação, qualificação) capacitações e mentorias); oficinas de experiências e ações de promoção e

apoio à comercialização. Em 2022, oito novos roteiros serão selecionados para receber os benefícios do Projeto.

Entre os benefícios do fortalecimento desse segmento está a construção de uma alternativa de renda para o campo, apoio na estabilização da economia local e criação de negócios e empregos diretos e indiretos.

A seguir, na Tabela 56, são elencados os roteiros selecionados:

Tabela 60 Roteiros selecionados por estado.

| ROTEIROS | ESTADO |
|-------------------------------------------------------|-------------------|
| Rota Amazônia Atlântica | Pará |
| Caminhos do Campo | Santa Catarina |
| Rotas do Queijo Terroir Vertentes | Minas Gerais |
| Roteiro Farroupilha Colonial | Rio Grande do Sul |
| Agroturismo | Espírito Santo |
| Terra Mãe do Brasil–Seus caminhos, segredos e sabores | Bahia |
| Rota Gourmet das Terras Altas da Mantiqueira | Minas Gerais |
| Ferradura dos Vinhedos | Rio Grande do Sul |

Fonte: SNDTur.

Além disso, o MTur executa outras ações de forma descentralizada, por meio da celebração de convênios, contratos de repasse e termos de parcerias, entre outros instrumentos de transferência voluntária de recursos com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, direta ou indireta.

Destaca-se que há em andamento, provenientes de emendas parlamentares, os convênios apresentados na Tabela 61:

Tabela 61 Convênios provenientes de emendas parlamentares.

| Nº CONVÊNIO/ANO | PARTES | DATA DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO | DATA DA PUBLICAÇÃO NO DOU | OBJETO | VIGÊNCIA | VALOR (R\$) |
|-----------------|-------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|--------------|
| 898706/2020 | MTur e o Consórcio Intermunicipal da Serra Catarinense – Cisama | 07/07/2020 | 15/07/2020 | Implantação do Programa de Certificação Selo Serra Sustentável na Região Serra Catarinense | 07/07/2020 a 30/09/2022 | 274.683,67 |
| 915087/2021 | MTur e o Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas de SE – Sebrae/SE | 13/09/2021 | 15/09/2021 | Promover ações de identificação, organização, qualidade, gestão econômica e empreendedora da produção associada ao turismo em municípios sergipanos categorizados no Mapa do Turismo Brasileiro | 13/09/2021 a 31/09/2022 | 1.100.000,00 |

Fonte: SNDTur / Processo SEI

Fomento a Eventos Turísticos

O MTur realiza a gestão das transferências voluntárias para apoio à realização de eventos turísticos, bem como *marketing* e publicidade relacionadas à promoção e ao apoio à comercialização de roteiros e destinos turísticos, oriundas de Emendas Parlamentares Impositivas e/ou Recurso de Programação. Além disso, compete ao Ministério a realização, participação, apoio institucional, captação, fomento, patrocínio e supervisão de eventos institucionais e corpo-

rativos de promoção da atividade turística e que fortaleçam a atividade turística.

Em 2021 foram celebrados seis convênios com entes públicos, com recursos oriundos de Emendas Parlamentares Impositivas, indicadas para a Ação Orçamentária 20Y3–Promoção e Marketing de Turismo no Mercado Nacional, respeitando as medidas sanitárias locais vigentes de enfrentamento à pandemia da Covid-19.

A seguir, conforme Tabela 62, apresentam-se as informações dos convênios celebrados:

Tabela 62 Convênios celebrados

| CONVENIENTE | OBJETO | VALOR TOTAL DO CONVÊNIO (R\$) | VALOR TOTAL DA CONTRAPARTIDA (R\$) | VALOR TOTAL DISPENDIDO PELO MTUR (R\$) |
|----------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|------------------------------------|----------------------------------------|
| Município de Taubaté | 376º Aniversário da cidade de Taubaté/SP. | 107.000,00 | 7.000,00 | 100.000,00 |
| Consórcio Intermunicipal Caminhos dos Cânions do Sul | Realização da campanha promocional: Descubra o território Geoparque Aspirante Cânions do Sul | 102.103,00 | 2.103,00 | 100.000,00 |
| Município de São Francisco de Paula | Festa do Pinhão – 24ª Edição | 151.000,00 | 1.000,00 | 150.000,00 |
| Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia-BAHIATURSA | São João da Bahia–PELOURINHO | 290.305,00 | 305,00 | 290.000,00 |
| Município de Aracaju | Promoção e Divulgação do Destino Aracaju | 1.020.732,99 | 20.732,99 | 1.000.000,00 |
| Município de Engenheiro Paulo de Frontin | 13ª Feira do Produtor Rural | 227.000,00 | 3.000,00 | 224.000,00 |
| TOTAL | | | | 1.864.000,000 |

Fonte: SNDTur.

O MTur implementa mecanismos de controle, monitoramento, avaliação da gestão financeira de convênios e instrumentos congêneres, bem como instaura e realiza os procedimentos de TCE.

Foram emitidos, em 2021, o total 1.470 pareceres financeiros, sendo 939 de projetos incentivados e 531 de transferências voluntárias. Foram emitidos 939 pareceres financeiros no ano de 2021.

Ainda, o Ministério recebeu 1.116 projetos incentivados e 834 transferências voluntárias oriundas de suas Secretarias finalísticas no ano mencionado.

Abaixo, apresentam-se os números obtidos, relacionados a pareceres financeiros emitidos em 2021:

Tabela 63 Quantidade de pareceres financeiros emitidos, pelo MTur, em 2021

| PARECERES FINANCEIROS | QUANTIDADE DE PARECERES EMITIDOS |
|-------------------------------------|----------------------------------|
| Projetos Culturais Incentivados | 939 |
| Projetos Culturais não Incentivados | 274 |
| Convênios do Turismo | 257 |

| PARECERES FINANCEIROS | QUANTIDADE DE PARECERES EMITIDOS |
|-----------------------|----------------------------------|
| TOTAL | 1.470 |

Fonte: Planilhas de Controle das seguintes Coordenações: Análise Financeira de Projetos Incentivados de Audiovisual, Artes Cênicas, Patrimônio Cultural, Museus e Memória (CAFAV); Análise Financeira de Projetos Incentivados de Música, Artes Visuais e Humanidades (CAFMU); Análise Financeira das Transferências da Cultura (CAFTC) e Análise Financeira dos Convênios do Turismo (CAFCT)/CGPC/SGFT/SE-MTur.

Quanto à atividade de atendimento ao público externo, proponentes e convenientes, foram realizados 1.421 atendimentos, relacionados às avaliações de prestações de contas.

No que diz respeito a demandas de órgãos de controle, foram prestadas informações acerca das prestações de contas e do acompanhamento da redução do passivo de prestação de contas, tendo atendido a um total de 334 demandas. Dessas demandas externas, foram 130 referentes à função turismo e 204 da função cultura.

As demandas da Ouvidoria foram 65 ao todo, sendo 29 da função turismo e 36 da função cultura. Todas foram atendidas.

Em 2021 ocorreram ações voltadas ao parcelamento de débitos, com o objetivo de obter o ressarcimento ainda no âmbito interno administrativo. Para isso, ampliaram-se os contatos diretos com os responsáveis para restituição de valores glosados, oferecendo parcelamento do débito antes do encaminhamento à TCE.

Outro ponto importante foi a apresentação de proposta para recebimento de restituição de valores glosados pelo modelo PagTesoouro, o qual permitirá ressarcimento de recursos por meio de PIX, trazendo facilidade, transparência e segurança para o recolhimento de recursos via parcelamento de débitos.

Na Tabela 64, evidenciada abaixo, seguem as informações referentes ao parcelamento de débitos, em 2021:

Tabela 64 Situação dos parcelamentos firmados pelo MTur, em 2021 (Quantidade).

| Parcelamento | | | |
|--------------|---------|---------|-------|
| Situações | Turismo | Cultura | Total |
| Firmados | 12 | 36 | 48 |
| Concluídos | 22 | 17 | 39 |
| Vigentes | 10 | 54 | 64 |
| Suspensos | 0 | 1 | 1 |
| Rescindidos | 5 | 8 | 13 |

Fonte: Registros internos CPGI–atualizada até 31/12/2021.

Destaca-se que, em 2021, houve 48 parcelamentos firmados em detrimento de apenas 13 rescindidos, estando vigentes 64. Contudo, destaca-se o montante ressarcido ao erário de R\$ 77.183.272,87 em decorrência das atividades de parcelamento de débitos.

Informações sobre os processos instaurados em sede de TCE retornam, após análise e julgamento pelo TCU, ao órgão concedente sob a forma de acórdão, contendo instruções e/ou determinações. Dessa maneira, informa-se neste Relatório de Gestão o Acórdão nº 9.894/2021-TCU-2ª Câmara, nos seguintes termos:

ACÓRDÃO Nº 9894/2021-TCU-2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992, nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e 213 do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 6º, inciso I, e 19 da IN/TCU 71/2012, com a redação dada pela IN/TCU 76/2016, em arquivar o presente processo sem cancelamento do débito apontado na tabela constante do item 30 da instrução da Unidade Técnica (peça 23), a cujo pagamento continuará obrigado o Sr. Lawrence Carlos Amorim de Araujo, para que lhe possa ser dada quitação, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao responsável e ao Ministério do Turismo – MTur, dando ciência ao mencionado órgão da necessidade de informar, em seu relatório de gestão do próximo exercício, as providências adotadas sobre as questões tratadas no presente processo, nos termos do art. 18, inciso II, da IN/TCU 71/2012, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.497/2017-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Lawrence Carlos Amorim de Araujo (046.610.564-93); Prefeitura Municipal de Almino Afonso/RN (08.348.997/0001-87).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Almino Afonso/RN.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Andreo Zamenhof de Macedo Alves – OAB/RN 5.541.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

A providência adotada em relação ao senhor Lawrence Carlos Amorim (046.610.564-93), a cujo pagamento continuará obrigado, foi a efetivação do registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN), estando na situação “ativo” no referido cadastro.

Em relação aos processos de TCE, seguem os seguintes dados consolidados:

Tabela 65 Entradas e saídas de processos de TCE, no MTur, em 2021 (Quantidade e valor–em R\$).

| Tomadas de contas especiais e débitos inferiores ao valor de alçada para TCE–2021 | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| Quantitativo de projetos recebidos para instauração de TCE ou cadastramento do débito | 316 |
| Quantitativo de processos de TCE instaurados | 55 |
| Quantitativo de débitos inferiores cadastrados | 21 |
| Total de instaurações e cadastramentos de débito | 76 |
| Total de instaurações e cadastramentos de débito, em volume de recursos captados | R\$ 63.862.668,45 |
| Total de instaurações e cadastramentos de débito, em volume de recursos impugnados | R\$ 58.111.536,62 |
| Total em volume de recursos atualizados no momento da instauração ou cadastramento de débito | R\$ 121.594.906,35 |

Fonte: Planilha de Monitoramento CTCE/CGGT/SGFT/SE-MTur, em 31/12/2021.

Na perspectiva do quantitativo das funções turismo e cultura, seguem os dados, relacionados aos processos de TCE encaminhados ao TCU via Sistema e-TCE, durante o exercício de 2021:

Tabela 66 Encaminhamentos referentes ao cadastramento ou instauração de TCE em 2021 pelas funções turismo e cultura. (Quantidade e valor – em R\$)

| função | quantidade | valor total atualizado à época do envio no sistema e-tce (r\$) |
|--------------|------------|----------------------------------------------------------------|
| TURISMO | 41 | 105.964.010,66 |
| CULTURA | 35 | 15.630.895,69 |
| TOTAL | 76 | 121.594.906,35 |

Fonte: Planilha de Monitoramento CTCE/CGGT/SGFT/SE-MTur, em 31/12/2021.

No atendimento a demandas externas, tratamentos de acórdãos e inscrições no CADIN, seguem os dados:

Tabela 67 Atendimentos a demandas externas, tratamento dos acórdãos e inscrições no CADIN – no âmbito do MTur, em 2021 (Quantidade).

| Ações | Quantitativo |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Quantitativo de demandas judiciais e de órgãos de controle analisadas | 109 |
| Quantitativo de processos julgados pelo TCU atualizados nos sistemas internos (Salic e PGTUR) | 851 |
| Quantitativo de encaminhamentos para registro em contas contábeis em decorrência de processo de TCE julgado | 65 |
| Quantitativo de encaminhamentos para ajuste no SIAFI ou Plataforma Mais Brasil em decorrência de processo de TCE julgado | 104 |
| Quantitativo de registros no CADIN em decorrência de processo de TCE julgado | 313 |
| Quantitativo de registros no CADIN em decorrência de cadastramento de débito inferior | 48 |
| Quantitativo de suspensões no CADIN em decorrência de parcelamento do débito | 7 |
| TOTAL DE REGISTROS NO CADIN | 368 |

Fonte: Planilha de Monitoramento CTCE/CGGT/SGFT/SE-MTur, em 31/12/2021.

O foco das atividades está na diminuição do passivo de processos pendentes de análise e de encaminhamento nas funções turismo e cultura. A execução do Plano de Ação teve início em 3 de janeiro de 2022. As atividades relacionadas ao tratamento do passivo englobam, portanto, as funções turismo e cultura. Dessa forma, as ações não ficaram restritas à uma só função, mas sim ao passivo de processos existente de fato.

Ressalta-se que ações que envolvem a gestão desse passivo são articuladas com o objetivo de evitar a formação de novo passivo, tendo em vista que a execução de recursos por meio de transferências voluntárias ou de incentivo fiscal não é estanque, ou seja, há fluxo contínuo de processos.

Por isso, a importância das ações voltadas ao parcelamento de débito como medida prévia ao esgotamento das medidas administrativas, buscando a elisão do dano antes do encaminhamento dos respectivos processos à TCE.

O MTur trabalha no sentido de unificar normativos internos para melhor adequar as funções turismo e cultura, a exemplo da atividade de parcelamento de débitos que será regida por normativo unificado. O resultado técnico tem sido no sentido de combinar ações para unificar os normativos internos com o objetivo de racionalizar procedimentos para as Pastas Cultura e Turismo.

O MTur continua empreendendo esforços na interlocução de suas secretarias finalísticas e trocas de boas práticas junto a outros órgãos, notadamente TCU e ME, na busca do aprimoramento da gestão dos recursos visando a transparência em suas ações e a prestação de serviços com eficiência e eficácia.

Pretende-se lograr êxito na desburocratização da descentralização de recursos, bem como nas soluções de Inteligência Artificial e no andamento dos planos de ação do passivo de prestação de contas e de TCE, com vistas a reduzir significativamente o estoque.

Assim, busca-se implementar ferramentas que possam auxiliar nas análises de prestação de contas, principalmente sob o aspecto financeiro, de modo a torná-las mais céleres e eficientes, visando à diminuição do passivo de processos pendente de análise e de encaminhamento.

Outrossim, busca-se atuar de forma integrada às secretarias finalísticas e outras instâncias do MTur, para que seja possível dedicar energia à ações tempestivas, de forma a evitar a geração de passivos, buscando atuar em novas ações.

Capítulo 4

Demonstrações Contábeis



4.1 Ministério do Turismo

O MTur é um órgão da Administração Pública Federal Direta, conforme disposto na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e suas atualizações, cujo domicílio é na cidade de Brasília/DF. É o órgão responsável pela execução de políticas das áreas de turismo e cultura, com o objetivo de desenvolvê-las como atividade econômica na geração de empregos e de divisas.

Os demonstrativos contábeis relatam numericamente, a situação patrimonial, econômica e financeiramente público, refletindo os atos e fatos realizados durante todo exercício financeiro, pelos seus gestores.

Tais informações são importantes para a melhoria da tomada de decisões e correção de erros, bem como, para a confiabilidade do ente público no mercado, possibilitando a obtenção de crédito no mercado.

Infere-se, ainda, que as demonstrações contábeis fidedignas poderão contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais, principalmente em “Ampliar e otimizar os recursos orçamentários”.

Ademais, as suas atividades estão amparadas nas seguintes legislações: Lei nº 8.112, de 1990 e no Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis

do Trabalho–CLT, na contratação de pessoas; Lei nº 8.666, de 1993 e nº 10.520, de 2002, na aquisição de bens e contratação serviços; Portaria Interministerial nº 424, de 2016, na execução descentralizada das políticas culturais e do turismo (convênios, contratos de repasse, termo de fomento, termo de colaboração; Lei nº 8.313, de 1991 (Lei de Incentivo à Cultura), para aprovação e execução de projetos culturais incentivados com dedução do Imposto de Renda (IR) devido por empresas privadas e pessoas físicas, dentre outras.

Responsabilidades e competências

A incorporação da SECULT à estrutura do MTur alterou de forma relevante a estrutura regimental do órgão, a qual passou a contar com uma seccional específica para a coordenação das atividades de contabilidade e custos. Contudo, a criação de outras novas unidades gestoras e a inclusão de sete entidades vinculadas na estrutura do órgão geraram aumento significativo de volume de trabalho, com proporcionalidade inversa ao número de servidores que agregaram ao quadro para exercer tais atividades. A Tabela abaixo apresenta a relação atual das UGs do MTur.

Tabela 68 Unidades Gestoras do Ministério do Turismo

| | Órgão | Unidade Gestora | Gestão | Descrição |
|------------------------------------------|--------------|------------------------------|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | 54000 | MINISTÉRIO DO TURISMO | | |
| Órgãos de assistência ao Ministro | 54000 | 540001 | 00001 | Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças |
| | 54000 | 540002 | 00001 | Gabinete |
| | 54000 | 540003 | 00001 | Secretaria Executiva |
| | 54000 | 540010 | 00001 | Coordenação-Geral de Gestão e Pessoas |
| | 54000 | 540004 | 00001 | Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração |
| | 54000 | 540009 | 00001 | Setorial de Contabilidade |
| | 54000 | 540011 | 00001 | Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação |
| | 54000 | 540030 | 00001 | Fundo Nacional da Cultura–FNC (Gerido pela Subsecretaria de Gestão de Fundos e Transferências) |
| | 54000 | 540031 | 00001 | FUNDO NACIONAL DA CULTURA–SNAV |
| | 54000 | 540032 | 00001 | FUNDO NACIONAL DA CULTURA–SEFIC |
| | 54000 | 540033 | 00001 | FUNDO NACIONAL DA CULTURA–SEDEC |
| | 54000 | 540034 | 00001 | FUNDO NACIONAL DA CULTURA–SNDAPÍ |
| | 54000 | 540035 | 00001 | FUNDO NACIONAL DA CULTURA–SECDEC |

| | Órgão | Unidade Gestora | Gestão | Descrição |
|---------------------------------------|-------|-----------------|--------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| Órgãos específicos singulares | 54000 | 540005 | 00001 | SECRETARIA NACIONAL DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA–CONTRATO |
| | 54000 | 540016 | 00001 | SECRETARIA NACIONAL DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA–CONVÊNIO |
| | 54000 | 540017 | 00001 | SECRETARIA NACIONAL DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS. PARCERIAS E CONCESSÕES–CONTRATO |
| | 54000 | 540018 | 00001 | SECRETARIA NACIONAL DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS. PARCERIAS E CONCESSÕES–CONVÊNIO |
| | 54901 | 187002 | 00001 | FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/MTUR (gerido pela SNAIPC) |
| | 54000 | 540006 | 00001 | SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE DO TURISMO–CONTRATO |
| | 54000 | 540012 | 00001 | SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE–CONVÊNIO |
| | 54000 | 540007 | 00001 | <i>Caixa Econômica Federal–SNINFRA</i> |
| | 54000 | 540019 | 00001 | SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA |
| | 54000 | 540020 | 00001 | <i>Secretaria Nacional do Audiovisual–Contratos</i> |
| | 54000 | 540025 | 00001 | <i>Secretaria Nacional do Audiovisual–Convênios</i> |
| | 54000 | 540036 | 00001 | <i>Centro Técnico Audiovisual</i> |
| | 54000 | 540021 | 00001 | <i>Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural–Contratos</i> |
| | 54000 | 540026 | 00001 | <i>Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural–Convênios</i> |
| | 54000 | 540045 | 00001 | <i>Caixa Econômica Federal–SEDEC</i> |
| | 54000 | 540023 | 00001 | <i>Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural–Contratos</i> |
| | 54000 | 540028 | 00001 | <i>Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural–Convênios</i> |
| | 54000 | 540022 | 00001 | <i>Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura–Contratos</i> |
| | 54000 | 540027 | 00001 | <i>Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura–Convênios</i> |
| | 54000 | 540024 | 00001 | <i>Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual–Contratos</i> |
| | 54000 | 540029 | 00001 | <i>Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual–Convênios</i> |
| Entidades Vinculadas | 20203 | 203003 | 20203 | AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA–ANCINE |
| | 20411 | 403101 | 40401 | INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL–IPHAN |
| | 42207 | 423001 | 42207 | INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS–IBRAM |
| | 20404 | 344042 | 34209 | FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL–FBN |
| | 20403 | 344001 | 34201 | FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA–FCRB |
| | 20408 | 344041 | 34208 | FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES–FCP |
| | 20412 | 403201 | 40402 | FUNDAÇÃO NACIONAL DAS ARTES |
| UG's em processo de inativação | 54000 | 540013 | 00001 | CAIXA ECONOMICA FEDERAL–PAC MINC |
| | 54000 | 540014 | 00001 | PRODETUR/NE-II TF054155/MTUR |
| | 54000 | 540015 | 00001 | PRODETUR NACIONAL–MTUR |
| | 54000 | 540993 | 00001 | DEAIN–420041–DEAIN/MINC |
| | 54000 | 540994 | 00001 | ASCOM–420017 MINC |
| | 54000 | 540995 | 00001 | GM–420016 MINC |

| | Órgão | Unidade Gestora | Gestão | Descrição |
|--------------------------------|-------|-----------------|--------|----------------------------------------------------|
| UG's em processo de inativação | 54000 | 540996 | 00001 | CGLC–420009 MINC |
| | 54000 | 540997 | 00001 | COGEP–420008 MINC |
| | 54000 | 540998 | 00001 | CGTIC–420020 MINC |
| | 54000 | 540999 | 00001 | CGEOF–420001 MINC |
| | 54000 | 540037 | 00001 | REPRESENTACAO REGIONAL DO RJ E ES (420005) |
| | 54000 | 540038 | 00001 | REPRESENTACAO REGIONAL DO NORDESTE (420007) |
| | 54000 | 540039 | 00001 | REPRESENTACAO REGIONAL DE MINAS GERAIS (420023) |
| | 54000 | 540040 | 00001 | REPRESENTACAO REGIONAL DO SUL (420040) |
| | 54000 | 540041 | 00001 | REPRESENTACAO REGIONAL DA BAHIA E SERGIPE (420043) |
| | 54000 | 540042 | 00001 | REPRESENTACAO REGIONAL DE SP (420024) |
| | 54000 | 540043 | 00001 | REPRESENTACAO REGIONAL DO CENTRO OESTE (420047) |
| | 54000 | 540044 | 00001 | REPRESENTACAO REGIONAL DO NORTE (420042) |
| | 54000 | 340004 | 00001 | FUNDO SETORIAL DO AUDIOVISUAL/FNC |
| | 54000 | 340041 | 00001 | DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS/FNC |
| | 54000 | 340052 | 00001 | I. DE DIREITOS AUTORAIS E PROP. INTELECTUAL |
| | 20604 | 185001 | 18203 | INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO |
| | 54000 | 187003 | 00001 | EMBRATUR–CAIXA ECONOMICA FEDERAL |

Fonte: SIAFI

As unidades vinculadas possuem estrutura e contador próprios. No entanto, ao MTur, por meio da SECULT, cabe a supervisão e a orientação dessas vinculadas.

A análise e a avaliação das Demonstrações Contábeis do MTur são constituídas pelo Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas. Os demonstrativos referentes ao exercício de 2021 foram extraídos do SIAFI, pela CCONT, na data-base de 31 de dezembro de 2021.

A título de informação, além dos demonstrativos que ora são apresentados, há o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), que conforme estipula o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (2018, 8ª ed.), a publicação desse Demonstrativo é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Portanto, devido ao fato de o MTur não exercer atividades na conformidade de uma sociedade anônima, a DMPL não é objeto de análise no presente relatório.

Destaca-se que o MTur tem acompanhado a evolução da Contabilidade Pública, atuando de forma ativa nos processos de mudanças definidos pela Secretaria do Tesouro

Nacional – STN, o que tem permitido maior transparência da gestão pública realizada por este ministério.

As Unidades Gestoras, conforme tabela 68, que compõem o MTur são responsáveis por administrar e executar as dotações orçamentárias, financeiras e patrimoniais no Sistema SIAFI, com o fim de registrar todos os seus atos e fatos administrativos.

Conformidade

O processo de registro da conformidade contábil do MTur é efetuado na CCONT, por profissional com formação em Ciências Contábeis devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para esse fim, tendo por finalidade garantir a consistência, integridade, fidedignidade e confiabilidade dos demonstrativos contábeis gerados por esse Sistema, meio em que ocorre toda a execução dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do MTur.

Para subsidiar a conferência e o registro da conformidade contábil, mês a mês, são verificados, pelo contador responsável e sua equipe técnica, ocorrências espelhadas nas

demonstrações contábeis; ocorrências de desequilíbrios identificados nos balancetes; existência de saldos invertidos (exceto contas nas quais é permitida a inversão de saldo) e de saldos irrisórios; falta de registro no SIAFI ou a existência de restrições que devem ser observadas na Conformidade de Registros de Gestão, nos dias em que ocorreram lançamentos contábeis nas unidades em acompanhamento, e que não foram saneadas no mês; conciliação do relatório de entradas, saídas e estoque interno de bens do almoxarifado (Relatório de Movimentação do Almoxarifado–RMA) e de bens permanentes (Relatório de Movimentação de Bens Móveis–RMB), com os registros contábeis constantes no SIAFI, por conta contábil; verificação quanto ao registro dos valores de depreciação/amortização mensal; verificação, naquilo que é possível e que chega ao conhecimento da Coordenação, quanto à correta conciliação de valores referentes a créditos controlados pelos sistemas internos do Ministério com o montante registrado no SIAFI.

Portanto, a Declaração do Contador, apresentada em sequência, reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021, em cumprimento aos procedimentos estabelecidos na Macrofunção SIAFI 02.03.15 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI.

4.1.1 Declaração do Contador

Unidade Jurisdicionada: **Ministério do Turismo**
Exercício: **2021**

A Coordenação de Contabilidade e Custos, de acordo com a Decreto nº 10.359/2020, compõe a estrutura da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração da Secretaria Executiva e, exerce a competência de Setorial Contábil de Órgão Superior deste Ministério. Ressalta-se que o regimento interno do MTur, após a reestruturação, ainda se encontra em fase de aprovação nas instâncias superiores.

O escopo desta declaração é a conformidade das demonstrações contábeis, realizada pela CCONT, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI, que é o sistema do Governo Federal no qual são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis do MTUR são as seguintes:

- *Balanço Patrimonial* – evidencia os ativos e passivos do ministério;
- *Balanço Orçamentário* – apresenta a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execu-

ção, ou seja, a receita prevista e a despesa autorizada versus a executada;

- *Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa* – visam demonstrar o fluxo financeiro do ministério no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- *Demonstração das Variações Patrimoniais* – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas); e
- *Demonstração do Fluxo de Caixa* – identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período coberto pelas demonstrações contábeis (ou exercício financeiro) e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000–Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

| Melhorias

Importante mencionar, também, os atos adotados para a melhoria do controle neste Ministério, assim como as restrições regularizadas quando comparados os exercícios de 2020 e de 2021. Desta forma, elencam-se os pontos a seguir:

- I. Com a criação da CCONT, foi possível reunir três servidores de nível superior e três de nível médio, incluindo a coordenadora, para a execução das atividades inerentes à contabilidade. Desta forma foi possível, adotar uma postura proativa na identificação das inconsistências e na orientação da solução destas inconsistências, diminuindo-se significativamente as restrições, quando comparado aos exercícios anteriores;
- II. Identificou-se, também, um maior envolvimento e preocupação dos ordenadores de despesa em contribuir com a resolução das inconsistências apontadas por esta setorial, junto à sua equipe;
- III. Diante disto, reclassificações contábeis relevantes foram realizadas para que o balanço represente com mais fidedignidade os atos e fatos administrativos;
- IV. Ademais, foram realizadas no exercício de 2021, capacitações técnicas com a equipe da contabilidade e com todos os conformistas de gestão, para que todos possam entender melhor a importância das tarefas

realizadas e fazê-las com mais eficiência e tempestividade. As capacitações realizadas em 2021, devido a solicitação da Coordenação de Contabilidade e Custos estão abaixo relacionadas:

- **Processo 72031.007633/2021-25 e 72031.003895/2021-11** – “Demonstrações Contábeis– com enfoque na Conformidade e na elaboração das Notas Explicativas”, realizados em 3 módulos: 31/05 e 01/06 (Módulo I– das 13h30 às 17h30); 02/06 e de 04/06 a 18/06 (Módulo II – das 13h30 às 16h30) e; 21/06 (encerramento do Módulo II–das 13h30 às 17h30), perfazendo um total de 48 h/a
- **Processo nº 72031.003895/2021-11**–Principais Regularizações Contábeis, realizado de 26/04 a 03/05/2021, perfazendo um total de 20h/a

Ressalvas

A seguir relatam-se as ressalvas apontadas no balanço do Ministério do Turismo, por unidade gestora, com seu grau de relevância:

Inconsistência Relevante

A emissão do Relatório Analítico de Inventário Patrimonial, conforme consta dos arts. 94 e 96 da Lei nº 4.320/1964, combinado com os itens 8e seus subitens da IN SAP/PR nº 205, de 08 de abril de 1988, o inventário patrimonial consiste na verificação física de todos os bens patrimoniais, assim como na identificação da localização, do número do patrimônio, da descrição e da perfeita caracterização desses bens e ainda de suas condições de uso e estado de conservação, devendo ser utilizado como instrumento de informação gerencial, controle e prestação de contas.

Cabe informar que o inventário e a conciliação dos bens registrados na UG 540004, oriundos do Ministério do Turismo, foram realizados com data de 31 de dezembro de 2021, representando o montante de R\$ 21.477.610,57 em bens móveis, sendo 30% deste não localizado no inventário de 2021. Como o inventário foi realizado de forma manual, esta setorial sugeriu à comissão de inventário do MTur uma revisão quanto à localização destes bens registrados como não localizados. Todas as tratativas em relação ao assunto, pode ser obtida por intermédio do Processo SEI nº 72031.008679/2021-61.

Em relação aos bens registrados nas demais unidades gestoras do Ministério do Turismo, oriundas da Secretaria Especial de Cultura e do extinto Embratur, o relatório final da comissão de inventário, contemplando estas unidades gestoras, não foram incluídas no referido processo até 31 de dezembro de 2021, para análise desta setorial, impossibilitando o adequado conhecimento da realidade contábil do patrimônio total do Ministério do Turismo, assim como a

identificação das divergências e dos ajustes necessários, ainda no exercício de 2021, para que o Balanço Patrimonial possa refletir, com fidedignidade, os bens do Ministério em relação aos dados registrados nos Sistema Patrimonial, SIADS, e ao Sistema Contábil Financeiro, SIAFI.

Ademais, não havendo no momento um sistema informatizado para realizar o controle patrimonial de forma adequada e a não conclusão da implantação do SIADS em 2021, no âmbito do MTur, acarretam, de forma agregada, inconsistências em relação à depreciação dos bens móveis, gerando restrições contábeis associadas a este cenário. As tratativas realizadas pelo setor responsável pelo Controle Patrimonial e envio do RMA e RMB mensalmente à Coordenação de Contabilidade e Custos para acompanhamento e à Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira para o registro da depreciação, se necessário o registro manual deste fato, pode ser observado no Processo nº 72031.011220/2021-45.

Quanto às demais inconsistências, não menos importantes do que a questão patrimonial, as que merecem destaque e regularização mais imediata, são: a atualização do registro dos bens imóveis; a regularização dos convênios, contratos de repasse e TEDs, que se encontram com vigência expirada, seja ela pela não comprovação, aprovação ou pendência de envio de recursos; a atualização dos valores a receber pelos credores, oriundos da instauração de processos de TCEs; e a incorporação dos bens intangíveis que foram desenvolvidos no âmbito deste ministério.

As entidades vinculadas, por serem também obrigadas a elaborar Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial, não serão abordados neste documento, limitando a abordagem à UG 54000–Ministério do Turismo.

Declaração

De acordo com a análise realizada, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativas ao exercício de 2021, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério do Turismo, exceto no tocante às ressalvas apontadas.

Brasília-DF, 28 de janeiro de 2022

KELLEN GOMES DE SOUZA ALMEIDA PADRONES

CRC nº RJ 101193/O

Contador Responsável

4.1.2 Demonstrações Contábeis

As demonstrações que serão apresentadas a seguir referem-se ao Balanço do Órgão 54000, desta forma não são contemplados as unidades vinculadas e os fundos.

As explicações a respeito dos demonstrativos contábeis encontram-se no item 4.1.3 deste relatório e as notas explicativas referente ao grupo de contas considerado relevante pela contadora do órgão, encontram-se no item 4.1.4 deste relatório.

Balanço Patrimonial

Tabela 69 Quadro Principal: Balança Patrimonial do MTur, Ativos, em 2020 e 2021 (R\$).

| Ativo | 2021 | 2020 (R\$) |
|-------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Ativo Circulante | 91.442.703,84 | 342.995.073,39 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 21.249.633,12 | 217.264.211,98 |
| Créditos a Curto Prazo | 69.333.092,85 | 124.800.724,91 |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | 69.333.092,85 | 124.800.724,91 |
| Estoques | - | - |
| Variação Patrimonial Diminutiva Pagas Antecipadamente | 859.977,87 | 930.136,50 |
| TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE | 91.442.703,84 | 342.995.073,39 |
| Ativo Não Circulante | 143.179.786,61 | 203.556.854,59 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 14.762.835,90 | 9.416.622,87 |
| → Créditos a Longo Prazo | 14.762.835,90 | 9.416.622,87 |
| → Demais Créditos e Valores a Longo Prazo | 14.762.835,90 | 9.416.622,87 |
| Investimentos | | |
| → Imobilizado | 122.403.540,98 | 187.431.636,85 |
| ↳ Bens Móveis | 66.587.897,79 | 65.440.270,34 |
| ↳ Bens Imóveis | 55.815.643,19 | 121.991.366,51 |
| → Intangível | 6.013.409,73 | 6.708.594,87 |
| ↳ Softwares | 6.005.698,90 | 6.700.884,04 |
| ↳ Marcas, Direitos e Patentes Industriais | 7.710,83 | 7.710,83 |
| TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE | 143.179.786,61 | 203.556.854,59 |
| TOTAL DO ATIVO | 234.622.490,45 | 546.551.927,98 |

Fonte: SIAFI 2021.

Tabela 70 Quadro Principal: Balança Patrimonial do MTur, Passivo e Patrimônio Líquido, em 2020 e 2021 (R\$).

| Passivo e Patrimônio Líquido | 2021 | 2020 |
|----------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Passivo Circulante | 358.808.367,85 | 511.236.678,32 |
| Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar | 9.707.478,91 | 9.548.276,74 |
| Fornecedores e Contas a Pagar | 6.258.173,63 | 8.065.428,87 |
| Obrigações de Repartição a Outros Entes | 326.321.290,90 | |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | 16.521.424,41 | 493.622.972,71 |
| Total do Passivo Circulante | 358.808.367,85 | 511.236.678,32 |

| Passivo e Patrimônio Líquido | 2021 | 2020 |
|----------------------------------------------|------------------------|-----------------------|
| Passivo Não Circulante | 2.544.268,36 | 2.544.268,36 |
| Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo | 2.544.268,36 | 2.544.268,36 |
| TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE | 2.544.268,36 | 2.544.268,36 |
| TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL | 361.352.636,21 | 513.780.946,68 |
| Patrimônio Social e Capital Social | -126.730.145,76 | 32.770.981,30 |
| Resultados Acumulados | -126.730.145,76 | 32.770.981,30 |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | -126.730.145,76 | 32.770.981,30 |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | 234.622.490,45 | 546.551.927,98 |

Fonte: SIAFI 2021.

Tabela 71 Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do MTur, em 2020 e 2021 (R\$).

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|--------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Especificação | 2021 | 2020 | Especificação | 2021 | 2020 |
| Ativo Financeiro | 21.249.633,12 | 217.264.211,98 | Passivo Financeiro | 1.920.506.5,98 | 2.489.809.324,25 |
| Ativo Permanente | 213.372.857,33 | 329.287.716,00 | Passivo Permanente | 49.508.926,42 | 65.916.678,98 |
| SALDO PATRIMONIAL | 1.735.392.965,95 | 2.009.174.075,25 | Saldo Patrimonial | 1.970.015.456,40 | 2.555.726.003,23 |

Fonte: SIAFI 2021.

Tabela 72 Quadro das Contas de Compensação do MTur, em 2020 e 2021 (R\$).

| Especificação | 2021 | 2020 |
|---------------------------------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Atos Potenciais Ativos | 24.141.562,58 | 41.718.678,58 |
| Execução dos Atos Potenciais Ativos | 24.141.562,58 | 41.718.678,58 |
| Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar | 23.562,00 | 23.562,00 |
| Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec. | 21.573.732,22 | 39.150.848,22 |
| Direitos Contratuais a Executar | 2.544.268,36 | 2.544.268,36 |
| Outros Atos Potenciais Ativos a Executar | | |
| TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS | 24.141.562,58 | 41.718.678,58 |
| Atos Potenciais Passivos | 3.091.383.813,59 | 2.921.932.204,27 |
| Execução dos Atos Potenciais Passivos | 3.091.383.813,59 | 2.921.932.204,27 |
| Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar | - | - |
| Obrigações Conveniadas e Outros Instrum. Congêneres a Liberar | 2.138.706.294,22 | 2.291.253.273,93 |
| Obrigações Contratuais a Executar | 952.677.519,37 | 630.678.930,34 |
| Outros Atos Potenciais Passivos a Executar | - | - |
| TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | | |

Fonte: SIAFI 2021.

Tabela 73 Quadro do Superávit / Déficit Financeiro do MTur em 2021 (R\$).

| Destinação de recursos | Superávit/déficit financeiro |
|----------------------------|------------------------------|
| Recursos Ordinários | -1.376.792.305,93 |
| Recursos Vinculados | -522.464.590,93 |

| Destinação de recursos | Superávit/déficit financeiro |
|-------------------------------------------------|------------------------------|
| Seguridade Social (Exceto RGPS) | -522.464.590,93 |
| Dívida Pública | -518.992.336,05 |
| Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas | -3.452.254,88 |
| TOTAL | -1.899.256.896,86 |

Fonte: SIAFI 2021.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Tabela 74 Demonstrações das Variações Patrimoniais do MTur, em 2020 e 2021 (R\$)

| Especificação | 2021 | 2020 |
|---------------------------------------------------------------|-------------------------|--------------------------|
| Variações Patrimoniais Aumentativas | 3.785.018.387,58 | 15.624.787.316,54 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | - | 989325,96 |
| Contribuições | - | 989325,96 |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | 47.394,82 | 32.070,00 |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 492.594,50 | 1.267.109,66 |
| Transferências e Delegações Recebidas | 3.561.726.187,62 | 15.502.418.013,78 |
| Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivos | 79.326.087,41 | 14.443.086,69 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 143.426.123,23 | 105.637.710,45 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas | 3.866.801.227,65 | 14.880.116.871,61 |
| Pessoal e Encargos | 107.628.441,61 | 70.994.699,97 |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 58.941.965,54 | 41.107.540,96 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | 129.030.318,07 | 88.658.699,83 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | 29.716,86 | - |
| Transferências e Delegações Concedidas | 3.497.987.576,37 | 14.634.925.027,77 |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | 72.771.651,70 | 43.620.743,47 |
| Tributárias | 130.064,14 | 23.927,50 |
| Custo–Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados | - | - |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | 281.493,36 | 786.232,11 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO | -81.782.840,07 | 744.670.444,93 |

Fonte: SIAFI 2021.

Balanço Orçamentário

Tabela 75 Balanço Orçamentário – Receita do MTur, em 2021 (R\$).

| Receitas orçamentárias | Previsão inicial (a) | Previsão atualizada (b) | Receitas realizadas (c) | Saldo (d) = (c-b) |
|---------------------------|-------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------|
| Receitas Correntes | 51.527,00 | 51.527,00 | 249.705,91 | 198.178,91 |
| Receitas Tributárias | | | | |
| Receitas de Contribuições | | | | |

| Receitas orçamentárias | Previsão inicial (a) | Previsão atualizada (b) | Receitas realizadas (c) | Saldo (d) = (c-b) |
|------------------------------------------------------------|-------------------------|----------------------------|----------------------------|------------------------|
| Receita Patrimonial | 48.951,00 | 48.951,00 | 248.519,91 | 199.568,91 |
| Receita Agropecuária | | | | |
| Receita Industrial | | | | |
| Receitas de Serviços | | | | |
| Transferências Correntes | 2.576,00 | 2.576,00 | 1.186,00 | -1.390,00 |
| Outras Receitas Correntes | 2.576,00 | 2.576,00 | 1.186,00 | -1.390,00 |
| Receitas De Capital | 129.273.010,00 | 129.273.010,00 | | -129.273.010,00 |
| Operações de Crédito | 129.273.010,00 | 129.273.010,00 | | -129.273.010,00 |
| Alienação de Bens | | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | | |
| Transferências de Capital | | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | | |
| Subtotal das Receitas | 129.324.537,00 | 129.324.537,00 | 249.705,91 | -129.074.831,09 |
| Refinanciamento | | | | |
| Operações de Crédito– Mercado Interno | | | | |
| Operações de Crédito– Mercado Externo | | | | |
| Subtotal com Refinanciamento | 129.324.537,00 | 129.324.537,00 | 249.705,91 | -129.074.831,09 |
| Déficit | | | 564.580.365,24 | 564.580.365,24 |
| TOTAL | 129.324.537,00 | 129.324.537,00 | 564.830.071,15 | 435.505.534,15 |
| Detalhamento Dos Ajustes Na Previsão Atualizada | | 120.254.871,00 | | -120.254.871,00 |
| Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro | | 30.000.000,00 | | |
| Créditos Adicionais Abertos com Crédito Cancelado | | 90.254.871,00 | | |

Fonte: SIAFI 2021.

Tabela 76 Balanço Orçamentário – Despesas do MTur, em 2021 (R\$)

| Despesas orçamentárias | Dotação inicial (e) | Dotação atualizada (f) | Despesas empenhadas (g) | Despesas liquidadas (h) | Despesas pagas (i) | Saldo da dotação (j) = (f-g) |
|----------------------------|------------------------|---------------------------|----------------------------|----------------------------|-----------------------|---------------------------------|
| Despesas Correntes | 281.870.197,00 | 359.813.492,00 | 309.266.316,33 | 249.361.204,73 | 237.782.610,87 | 50.547.175,67 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 64.172.491,00 | 169.652.252,00 | 157.040.412,63 | 156.998.129,71 | 146.714.729,37 | 12.611.839,37 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 217.697.706,00 | 190.161.240,00 | 152.225.903,70 | 92.363.075,00 | 91.067.881,50 | 37.935.336,30 |

| Despesas orçamentárias | Dotação inicial (e) | Dotação atualizada (f) | Despesas empenhadas (g) | Despesas liquidadas (h) | Despesas pagas (i) | Saldo da dotação (j) = (f-g) |
|-------------------------------------|------------------------|---------------------------|----------------------------|----------------------------|-----------------------|---------------------------------|
| Despesas de Capital | 193.503.928,00 | 235.815.504,00 | 255.563.754,82 | 3.790.486,38 | 3.768.086,38 | -19.748.250,82 |
| Investimentos | 193.503.928,00 | 235.815.504,00 | 255.563.754,82 | 3.790.486,38 | 3.768.086,38 | -19.748.250,82 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Reserva de Contingência | - | - | - | - | - | - |
| Reserva do RPPS | | | | | | |
| Subtotal das Despesas | 475.374.125,00 | 595.628.996,00 | 564.830.071,15 | 253.151.691,11 | 241.550.697,25 | 30.798.924,85 |
| Amortização da Dívida/Refin. | - | - | - | - | - | - |
| I. da Dívida Interna | | | | | | |
| II. da Dívida Externa | | | | | | |
| Subtotal com Refinanciamento | 475.374.125,00 | 595.628.996,00 | 564.830.071,15 | 253.151.691,11 | 241.550.697,25 | 30.798.924,85 |
| Superávit | | | | | | |
| TOTAL | 475.374.125,00 | 595.628.996,00 | 564.830.071,15 | 253.151.691,11 | 241.550.697,25 | 30.798.924,85 |

Fonte: SIAFI 2021.

Tabela 77 Quadro da execução de Restos a Pagar Não Processados pelo MTur, em 2021 (R\$).

| Despesas orçamentárias | Inscritos | | Liquidados | Pagos | Cancelados | Saldo |
|----------------------------|--------------------------|-----------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| | Em exercícios anteriores | Em 31 de dezembro do exercício anterior | | | | |
| Despesas | 67.746.837,06 | 112.803.176,95 | 85.958.740,91 | 85.813.260,70 | 17.099.480,22 | 77.637.273,09 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 311.267,99 | 35.715,30 | - | - | 311.267,99 | 35.715,30 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 67.435.569,07 | 112.767.461,65 | 85.958.740,91 | 85.813.260,70 | 16.788.212,23 | 77.601.557,79 |
| Despesas de Capital | 1.048.853.674,60 | 809.938.026,40 | 319.851.505,35 | 277.565.329,10 | 319.447.548,38 | 1.261.778.823,52 |
| Investimentos | 1.048.853.674,60 | 809.938.026,40 | 319.851.505,35 | 277.565.329,10 | 319.447.548,38 | 1.261.778.823,52 |
| Inversões Financeiras | | | | | | |
| Amortização da Dívida | | | | | | |
| TOTAL | 1.116.600.511,66 | 922.741.203,35 | 405.810.246,26 | 363.378.589,80 | 336.547.028,60 | 1.339.416.096,61 |

Fonte: SIAFI 2021.

Tabela 78 Quadro da execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados pelo MTur, em 2021 (R\$).

| Despesas orçamentárias | Inscritos | | Pagos | Cancelados | Saldo |
|----------------------------|--------------------------|-----------------------------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| | Em exercícios anteriores | Em 31 de dezembro do exercício anterior | | | |
| Despesas Correntes | 3.018.844,36 | 13.527.750,22 | 13.685.285,15 | 1.175.518,48 | 1.685.790,95 |
| Pessoal e Encargos Sociais | - | 10.230.287,67 | 10.230.287,67 | - | - |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 3.018.844,36 | 3.297.462,55 | 3.454.997,48 | 1.175.518,48 | 1.685.790,95 |
| Despesas de Capital | 413.536.915,40 | 17.470.030,80 | 113.600.964,26 | 64.276.409,32 | 253.129.572,62 |
| Investimentos | 413.536.915,40 | 17.470.030,80 | 113.600.964,26 | 64.276.409,32 | 253.129.572,62 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 416.555.759,76 | 30.997.781,02 | 127.286.249,41 | 65.451.927,80 | 254.815.363,57 |

Fonte: SIAFI 2021.

Balanco Financeiro

Tabela 79 Balanço Financeiro – Ingressos, do MTur, em 2020 e 2021 (R\$)

| Especificação | 2021 | 2020 |
|-------------------------------------------------|-------------------------|--------------------------|
| Ingressos | | |
| Receitas Orçamentárias | 249.705,91 | 95.323.499,81 |
| ↳ Ordinárias | - | - |
| ↳ Vinculadas | 249.705,91 | 95.354.015,15 |
| Educação | | |
| Seguridade Social (Exceto RGPS) | | |
| Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas | 249.705,91 | 95.354.015,15 |
| (-) Deduções da Receita Orçamentária | - | -30.515,34 |
| Transferências Financeiras Recebidas | 3.401.178.447,52 | 15.089.655.970,31 |
| Resultantes da Execução Orçamentária | 1.724.218.172,88 | 11.965.632.656,91 |
| Cota Recebida | 849.853.968,17 | 8.722.949.518,69 |
| Repasse Recebido | | 45.881.669,35 |
| Sub-repasse Recebido | 265.580.992,03 | 3.189.955.000,95 |
| Repasse Devolvido | 606.410.690,32 | 1.842.787,64 |
| Sub-repasse Devolvido | 2.372.522,36 | 5.003.680,28 |
| Independentes da Execução Orçamentária | 1.676.960.274,64 | 3.124.023.313,40 |
| Transferências Recebidas para Pagamento de RP | 1.672.853.814,74 | 3.116.256.795,79 |

| Especificação | 2021 | 2020 |
|----------------------------------------------|-------------------------|--------------------------|
| Demais Transferências Recebidas | 1.781.081,71 | 2.722.165,93 |
| Movimentação de Saldos Patrimoniais | 2.325.378,19 | 887.039,79 |
| Movimentações para Incorporação de Saldos | | 4.157.311,89 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Processados | 11.600.993,86 | 13.223.317,98 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados | 311.678.380,04 | 925.617.173,80 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 2.451.122,53 | 2.553.557,00 |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | 138.647.495,26 | 17.598.239,27 |
| Saldo do Exercício Anterior | 217.264.211,98 | 100.482.468,66 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 217.264.211,98 | 100.482.468,66 |
| TOTAL | 4.083.070.357,10 | 16.244.454.226,83 |

Fonte: SIAFI 2021.

Tabela 80 Balanço Financeiro – Dispêndios, do MTur, em 2020 e 2021 (R\$).

| Especificação | 2021 | 2020 |
|-------------------------------------------------|-------------------------|--------------------------|
| Dispêndios | | |
| Despesas Orçamentárias | 564.830.071,15 | 1.102.956.479,60 |
| ↳ Ordinárias | 531.232.332,59 | 477.153.971,89 |
| ↳ Vinculadas | 33.597.738,56 | 625.802.507,71 |
| Educação | 24.679.311,99 | 6.449.492,42 |
| Seguridade Social (Exceto RGPS) | 8.918.426,57 | 23.596.587,22 |
| Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas | | 4.662,10 |
| Transferências Financeiras Concedidas | 3.005.699.655,60 | 13.801.877.129,00 |
| Despesas Extraorçamentárias | 491.290.997,23 | 1.122.356.406,25 |
| Pagamento dos Restos a Pagar Processados | 127.286.249,41 | 655.778.813,46 |
| Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados | 363.378.589,80 | 463.977.893,56 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 523.959,79 | 2.596.710,36 |
| Outros Pagamentos Extraorçamentários | 102.198,23 | 2.988,87 |
| Saldo para o Exercício Seguinte | 21.249.633,12 | 217.264.211,98 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 21.249.633,12 | 217.264.211,98 |
| TOTAL | 4.083.070.357,10 | 16.244.454.226,83 |

Fonte: SIAFI 2021.

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Tabela 81 Demonstração de Fluxo de Caixa, no MTur, em 2020 e 2021 (R\$).

| Especificação | 2021 | 2020 |
|----------------------------------------------------|------------------------|-----------------------|
| Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais | -161.608.599,39 | 147.022.033,11 |

| Especificação | 2021 | 2020 |
|--------------------------------------------------------------|-------------------------|--------------------------|
| Ingressos | 3.542.526.771,22 | 15.205.131.266,39 |
| Receitas Derivadas e Originárias | | |
| Receita Patrimonial | - | 81.666.229,38 |
| Receita de Serviços | | -0,34 |
| Remuneração das Disponibilidades | 248.519,91 | 1.409.851,02 |
| Outras Receitas Derivadas e Originárias | 1.186,00 | 2.031.536,43 |
| Transferências Correntes Recebidas | | |
| Outros Ingressos das Operacionais | 3.542.277.065,31 | 15.109.807.766,58 |
| Desembolsos | | |
| Pessoal e Demais Despesas | -282.331.063,00 | 182.231.716,79 |
| Legislativo | - | - |
| Previdência Social | -62.983.360,69 | 36.122.809,06 |
| Educação | - | - |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - |
| Transferências Concedidas | -415.478.493,99 | 1.071.400.688,26 |
| Intragovernamentais | -374.735.722,74 | 1.042.149.258,27 |
| Outras Transferências Concedidas | -25.860.756,29 | 18.800.576,88 |
| Outros Desembolsos das Operações | -3.006.325.813,62 | 13.804.476.828,23 |
| Dispêndios Extraorçamentários | -523.959,79 | -2.596.710,36 |
| Transferências Financeiras Concedidas | -3.005.699.655,60 | 13.801.877.129,00 |
| Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior | | |
| Valores Compensados | | |
| Demais Pagamentos | -102.198,23 | - |
| Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais | -34.405.979,47 | -30.240.289,79 |
| Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento | - | - |
| Ingressos | - | - |
| Alienação de Bens | - | - |
| Desembolsos | -34.405.979,47 | -30.240.289,79 |
| Aquisição de Ativo Não Circulante | -3.925.874,69 | -3.264.567,89 |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos | - | - |
| Outros Desembolsos de Investimentos | -30.480.104,78 | -26.975.721,90 |
| Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento | -34.405.979,47 | - 30.240.289,79 |
| Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento | | |
| Ingressos | - | - |
| Operações de Crédito | - | - |
| Integralização do Capital Social de Empresas Estatais | - | - |

| Especificação | 2021 | 2020 |
|---------------------------------------------------------------|------------------------|-----------------------|
| Transferências de Capital Recebidas | | - |
| Outros Ingressos de Financiamento | - | - |
| Desembolsos | - | - |
| Amortização / Refinanciamento da Dívida | - | - |
| Outros Desembolsos de Financiamento | - | - |
| Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento | | |
| Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa | -196.014.578,86 | 116.781.743,32 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial | 217.264.211,98 | 100.482.468,66 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa Final | 21.249.633,12 | 217.264.211,98 |

Fonte: SIAFI 2021.

4.1.3 Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis

Como informado anteriormente, as Demonstrações Contábeis – DCON foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público do Conselho Federal de Contabilidade, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (9ª edição), o Manual SIAFI da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normativos vigentes.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público NBC TSP e o MCASP, e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema SIAFI, o escopo das demonstrações contábeis é consolidada no nível de órgão.

Resumo das Principais Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as premissas das NBC TSP e do MCASP.

- **Moeda Funcional** → A moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e a evidenciação das Demonstrações Contábeis é o Real (R\$).
- **Caixa e Equivalentes de Caixa** → Incluem dinheiro em caixa, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- **Depósitos Restituíveis** → São os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras, e estão reconhecidos pelo valor de custo acrescido dos rendimentos do período.
- **Créditos a Curto Prazo** → Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído, também, ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.
- **Estoques** → Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços, e caso tiver mercadorias para venda, os produtos acabados e os em elaboração e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses materiais são avaliados pelo valor de custo, ou seja, de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme prescrito no art. 85 da Lei 4.320/1964. Há, também, a possibilidade de redução dos valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor recuperável, quando o valor reconhecido estiver superior ao valor justo (valor de mercado).

- **Ativo Realizável a Longo Prazo** → Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de custo e nas saídas pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.
- **Ajuste para Perdas da Dívida Ativa** → A metodologia que se pretende adotar para mensuração do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa é a média do histórico de recebimentos nos últimos três anos. No entanto, ainda não houve registro para perdas, por falta de informação da área que realiza tal controle. No caso do Ministério do Turismo, o saldo da dívida ativa, se concentra nos convenios e TEDs pactuados que houveram em sua execução, algum tipo de inconsistência. Desta forma, a Subsecretaria de Gestão de Fundos e Transferências seria por intermédios das coordenações à ela vinculadas, a responsável por nos informar quais casos tem probabilidade relevante de não recebimento para que a devida provisão seja realizada.
- **Imobilizado** → O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de custo (aquisição, construção ou produção). Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar potencial de serviços ou benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente no resultado do período como variações patrimoniais diminutivas.
- **Intangível** → Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Eles são mensurados e avaliados com base no valor de custo (aquisição ou de produção), deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). A palavra *impairment* (de língua inglesa) significa deterioração, podemos entender que o Teste de *impairment* busca avaliar se os ativos da empresa estão desvalorizados.
- **Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Móveis e Imóveis** → A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o valor de custo do ativo imobilizado, compreendendo, tanto os custos diretos, como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis e imóveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis e imóveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data que o bem estiver em condições de uso. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No entanto, no âmbito deste ministério, a depreciação, a amortização e a exaustão não estão sendo realizadas, devido ao desuso do sistema patrimonial anterior (Plataforma de Gestão do Turismo – PGTUR) e a não conclusão da implantação do SIADS.
- **Passivos Circulantes e não Circulantes** → As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e juros ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) provisões; e (vi) demais obrigações.
- **Empréstimos e Financiamentos** → Compreendem as obrigações financeiras contratuais, internas e externas, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. São avaliados e mensurados pelo valor de custo acrescidos das atualizações monetárias e juros incorridos até a data das demonstrações contábeis.
- **Provisões** → As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.
- **Benefícios a Empregados** → Benefícios a empregados referentes a encargos de férias e décimo terceiro salário são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego relacionados com aposentadoria e pensões são também reconhecidos pelo regime de competência.
- **Ativos e Passivos Contingentes** → Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico “Outras Informações Relevantes”.

▪ **Apuração do Resultado** → Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

- I. Na Demonstração das Variações Patrimoniais é apurado o **Resultado Patrimonial**, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas. Se o resultado for positivo ter-se-á o Superávit Patrimonial, caso contrário será Déficit Patrimonial.
- II. No Balanço Orçamentário é apurado o **Resultado Orçamentário**. O valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo, ter-se-á o Superávit Orçamentário, e caso contrário, será Déficit Orçamentário.
- III. No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o **Resultado Financeiro**, confrontando-se o Saldo Atual de Caixa e Equivalentes de Caixa menos o Saldo Anterior. Se for positivo, será um Superávit Financeiro, mas caso contrário, ter-se-á um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros

menos os Passivos Financeiros. Este, se resultar em superávit é, inclusive, fonte para abertura de créditos adicionais.

Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida Portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

Na tabela 82 abaixo são apresentados os procedimentos e os prazos aplicáveis com a situação de implantação de cada procedimento contábil patrimonial, a saber:

Não se aplica, implantado, em andamento, não iniciado, com seus detalhamentos e expectativas, quando necessário.

Tabela 82 Procedimento Contábil Patrimonial (PCP)

| Procedimento Contábil Patrimonial (PCP) | Prazo obrigatório limite para os registros contábeis | Situação |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PCP 1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas. | 01/01/2017 | Não se Aplica. |
| PCP 2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas. | 01/01/2018 | Não se Aplica. |
| PCP 3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | Imediato | Não iniciado com Expectativa de atualização de forma fidedigna em 2022/2023. |
| PCP 4 -Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas. | Imediato | Não iniciado com Expectativa de atualização de forma fidedigna em 2022/2023. |
| PCP 5 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência. | 01/01/2018 | Implantado para os casos relacionados a folha de pagamento. Em análise se há outros casos que necessitam se enquadrar. |
| PCP 6 –Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas. | 01/01/2018 | Em andamento -Analisando a existência de atos e fatos que se enquadre neste PCP. |
| PCP 7 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura). | Imediato | Não iniciado com Expectativa de atualização de forma fidedigna em 2022/2023, com a conclusão da implantação do SIADS. |
| PCP 8 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável. | 01/01/2019 | Não se Aplica. |

| Procedimento Contábil Patrimonial (PCP) | Prazo obrigatório limite para os registros contábeis | Situação |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PCP 9 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP) | 01/01/2021 | Não iniciado com Expectativa de atualização de forma fidedigna em 2022/2023, com a conclusão da implantação do SIADS. |
| PCP 10 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias. | Imediato | Em andamento – Analisando a existência de atos e fatos que se enquadre neste PCP. |
| PCP 11 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex: 13º salário, férias, etc). | Imediato | Implantado |
| PCP 12 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares. | Imediato | Implantado |
| PCP 13 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência. | Imediato | Não iniciado com Expectativa de atualização de forma fidedigna em 2022/2023, com a implantação do sistema de informação de custos. |
| PCP 15 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação de <i>softwares</i> , marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável. | 01/01/2019. | Não iniciado com Expectativa de atualização de forma fidedigna em 2022/2023, com a conclusão da implantação do SIADS. |
| PCP 17 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. | Imediato | Não iniciado com Expectativa de atualização de forma fidedigna em 2022/2023. |
| PCP 18 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques. | 01/01/2019 | Não iniciado com Expectativa de atualização de forma fidedigna em 2022/2023, com a conclusão da implantação do SIADS. |

Fonte: [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:32305 \(CCONT. 24/01/22\)](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:32305 (CCONT. 24/01/22))

4.1.4 Informação Complementar dos Principais itens das Demonstrações Contábeis

| Notas Explicativas Do Balanço Patrimonial

A seguir apresentamos, as notas explicativas do grupo de contas, considerado relevantes pela contadora do órgão.

Nota 01 → Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional, sendo os recursos financeiros para garantir o funcionamento e a prestação de serviços para a sociedade.

Tabela 83 Caixa e Equivalentes de Caixa do Mtur, em 2020 e 2021 (em R\$).

| Conta Contábil | | Fonte Recursos | | 2021 Saldo – R\$ (Conta Contábil) | 2020 Saldo – R\$ (Conta Contábil) |
|----------------|--------------------------------------------------------------------|----------------|------------------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| 111122001 | '= Limite de saque com vinculação de pgto - OFSS | 00 | RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO | 6.755.472,20 | 115.098.571,55 |
| | | 18 | RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS | 0,00 | 4.829.135,06 |
| | | 29 | RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES | 0,00 | 0,00 |
| | | 30 | CONTRIB.PARA O DESENV.DA IND.CINEMAT.NACIONAL | 0,00 | 2.900.874,10 |
| | | 44 | TITULOS DE RESPONSABIL.DA TN-OUTRAS APLICACOES | 97.567,53 | 35.823.311,15 |
| | | 50 | REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO | 0,00 | 75.539,54 |
| | | 51 | RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL | 0,00 | 2.648.322,52 |
| | | 56 | CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB | 0,00 | 3.032.666,04 |
| | | 69 | CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB. | 0,00 | 2.522.989,16 |
| | | 74 | TX.MUL.PODER POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD. | 0,00 | 0,00 |
| | | 78 | FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES | 0,00 | 537.023,95 |
| | | 80 | RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS | 0,00 | 1.017.575,38 |
| | | 88 | RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO | 558.386,65 | 21.352.914,22 |
| | | 90 | RECURSOS DIVERSOS | 1.927.257,74 | 95,00 |
| | | TOTAL | | 9.338.684,12 | 189.839.017,67 |
| 111122003 | '= Limite de saque com vinculação de pagamento - Ordem PGTO - OFSS | 00 | RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO | 8.354.772,09 | 13.818.342,02 |
| | | 18 | RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS | 0,00 | 0,00 |
| | | 44 | TITULOS DE RESPONSABIL.DA TN-OUTRAS APLICACOES | 373.946,36 | 2.134.781,77 |
| | | 50 | REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO | | 0,00 |
| | | 51 | RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL | 125.977,18 | 495,31 |
| | | 56 | CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB | 0,00 | 0,00 |
| | | 69 | CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB. | 1.056.253,37 | 1.942.996,23 |
| | | 78 | FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES | 0,00 | 0,00 |
| | | 80 | RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS | | 0,00 |
| | | 88 | RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO | 2.000.000,00 | 9.528.578,98 |
| | | 90 | RECURSOS DIVERSOS | 0,00 | 0,00 |
| | | TOTAL | | 11.910.949,00 | 27.425.194,31 |
| | | TOTAL | | 21.249.633,12 | 217.264.211,98 |

Fonte: SIAFI 2021 – CCONT; extraído em 24/01/22

Nota 02 → Demais Créditos a Receber Curto Prazo

Compreende os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo. Na Tabela 84, evidenciada a seguir, com destaque para os adiantamentos da folha de pagamento, apresenta-se a composição desses valores:

Tabela 84 Demais créditos e valores a curto prazo do Mtur, em 2020 e 2021 (em R\$).

| Conta Contábil | | 2021 Saldo – R\$ (Conta Contábil) | 2020 Saldo – R\$ (Conta Contábil) |
|----------------|--------------------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| 113110101 | '= 13 SALARIO - ADIANTAMENTO | 538.949,65 | 574.359,43 |
| 113110102 | '= ADIANTAMENTO DE FERIAS | 976.815,80 | 1.847.098,25 |
| 113110105 | '= SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO | 55.839,89 | 132.651,03 |
| 113110200 | '= ADIANTAMENTO CONCEDIDO | | 0,00 |
| 113210400 | '= IRRF A COMPENSAR | 0,00 | 0,00 |
| 113211100 | '= INSS A COMPENSAR | 0,00 | 0,00 |
| 113211200 | '= PSS A COMPENSAR | 0,00 | 0,00 |
| 113410102 | '= CRED A REC POR DANO AO PATRIMONIO | 2.943.567,05 | 2.674.247,24 |
| 113810500 | '= CREDITOS A RECEBER POR PGTO EM DUPLICIDADE | 2.988,87 | 2.988,87 |
| 113810601 | '= VALORES A REC POR DEVOLUCAO DESP. ESTORNADAS | 292.801,78 | 5.085,10 |
| 113811200 | '= CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL | 351.531,46 | 351.531,46 |
| 113821200 | '= CRED A REC POR CESSAO DE PESSOAL - INTRA | 92.553,68 | 92.553,68 |
| 113823800 | '= ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA | 64.076.370,57 | 119.118.535,75 |
| 113841200 | '= CRED A REC POR CESSAO DE PESSOAL - ESTADO | 0,00 | 0,00 |
| 113851200 | '= CREDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNIC | 1.674,10 | 1.674,10 |
| TOTAL | | 69.333.092,85 | 124.800.724,91 |

Fonte: SIAFI 2021 CCONT; extraído em 24/01/22

Nota 03 → Estoques

O estoque é relativo aos materiais em almoxarifado que são utilizados na prestação de serviços e possuem a composição conforme evidenciado na tabela 85, apresentada abaixo:

Tabela 85 Almoxarifado do Mtur, composição em 2020 e 2021 (em R\$).

| Conta Contábil | | 2021 Saldo – R\$ (Conta Contábil) | 2020 Saldo – R\$ (Conta Contábil) |
|----------------|------------------------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| 03 | COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES | 1.747,48 | 1.747,48 |
| 04 | GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS | 9.358,92 | 9.638,92 |
| 07 | GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO | 0,00 | 0,00 |
| 11 | MATERIAL QUÍMICO | 6.832,68 | 6.986,68 |
| 16 | MATERIAL DE EXPEDIENTE | 70.549,99 | 122.126,23 |
| 17 | MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO | 11.602,75 | 22.724,48 |
| 19 | MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM | 63,00 | 1.336,88 |
| 21 | MATERIAL DE COPA E COZINHA | 3.734,01 | 925,97 |
| 22 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO | 1.644,00 | 1.418,97 |
| 23 | UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS | 0,00 | 490,00 |
| 24 | MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES | 68.693,49 | 68.693,49 |
| 25 | MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS | 26.580,78 | 26.580,78 |

| Conta Contábil | | 2021 Saldo – R\$ (Conta Contábil) | 2020 Saldo – R\$ (Conta Contábil) |
|----------------|-----------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| 26 | MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO | 118.625,44 | 125.252,11 |
| 28 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA | 52,00 | 446,40 |
| 29 | MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO | 0,00 | 119,92 |
| 39 | MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS | 0,00 | 420,88 |
| 44 | MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS | 738,43 | 1.488,69 |
| 50 | BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS | 376,28 | 360,00 |
| | SEM INFORMAÇÃO | 539.378,62 | 539.378,62 |
| TOTAL | | 859.977,87 | 930.136,50 |


Fonte: SIAFI 2021 – CCONT; extraído em 24/01/22

Conforme evidenciado na tabela 85 acima, verifica-se que o valor referente a gastos com material em estoque em 2021 foi consumido em aproximadamente 8% a menos, se comparado a 2020. Informa-se, ainda, que o módulo do Almojarifado no SIADS foi implantado naquele exercício – 2021, que segundo informação do coordenador da área, está em pleno funcionamento na UG 540004 e

nas demais Ugs estão em fase de levantamento do material para incorporar na mesma ou, realizar a baixa sistêmica de saldos indevidos, caso esta seja uma decisão do Ordenador de Despesa.

Informa ainda, que a movimentação na UG 540004, está sendo acompanhada e baixada do sistema mensalmente, conforme figura 1:

Figura 37 Relatório de Movimentação do Almojarifado no SIADS



54000 - MINISTERIO DO TURISMO
540004 - COORD. GERAL DE REC. LOGISTICOS-CGRL/SPOA/SE/MTUR
00001 - TESOURO

REFERÊNCIA:01/2022

RELATORIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO - RMA

| CONTA | SALDO ANTERIOR | ENTRADAS ORÇAMENTARIAS | ENTRADAS EXTRA-ORÇAMENTARIA | ENTRADAS ALTERAÇÃO DE | SAIDA | SAIDAS ALTERAÇÃO DE CONTA | SALDO ATUAL |
|--------------------------------------------------|----------------|------------------------|-----------------------------|-----------------------|----------|---------------------------|-------------|
| 01.1.5.6.1.01.00 - MATERIAIS DE CONSUMO | | | | | | | |
| 16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE | 63.126,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.234,92 | 0,00 | 61.891,39 |
| 17 - MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO | 4.711,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60,00 | 0,00 | 4.651,00 |
| 19 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E | 63,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7,00 | 0,00 | 56,00 |
| 21 - MATERIAL DE COPA E COZINHA | 3.734,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.734,01 |
| 22 - MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO | 1.644,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20,55 | 0,00 | 1.623,45 |
| 26 - MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO | 625,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 625,00 |
| 28 - MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA | 52,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 52,00 |
| 44 - MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS | 738,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 738,43 |
| 50 - BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS | 376,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 376,28 |
| VALOR TOTAL: | 75.070,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.322,47 | 0,00 | 73.747,56 |

Fonte: SIADS

Nota 04 → Créditos a Receber Longo Prazo

Os créditos a receber de longo prazo são aqueles realizáveis acima de 12 meses, e conforme evidenciado na Tabela 86, abaixo, apresentam a seguinte composição em 2020 e 2021:

Tabela 86 -Créditos a Receber Longo Prazo pelo MTUR, em 2020 e 2021 composição (em R\$).

| Conta Contábil | 2021 Saldo – R\$ (Conta Contábil) | 2020 Saldo – R\$ (Conta Contábil) |
|-------------------------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| 121210505 '= CRED A REC RESPONSÁVEIS POR DANOS/PERDAS | 3.330.528,91 | 3.101.225,96 |
| 121210508 '= CRED A REC POR FALTA/IRREGUL COMPROVAÇÃO | 11.412.306,99 | 6.295.396,91 |
| 121210603 '= DEPOSITOS JUDICIAIS EFETUADOS | 20.000,00 | 20.000,00 |
| TOTAL | 14.762.835,90 | 9.416.622,87 |

Fonte: SIAFI 2021- CCONT; extraído em 24/01/22

Nota 05 → Imobilizado

O Imobilizado está dividido pelos bens móveis e os imóveis que são utilizados na prestação de serviços e possuem a

composição conforme evidenciado na Tabela 87, disponibilizada abaixo:

Tabela 87 Imobilizado, do Mtur, em 2020 e 2021- composição (em R\$).

| Imobilizado | Principais Contas Contábeis | 2021 Saldo – R\$ (Conta Contábil) | 2020 Saldo – R\$ (Conta Contábil) |
|------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| 1 BENS MOVEIS - CONSOLIDADO | 01 MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA | 5.744.584,40 | 6.124.318,58 |
| | 02 BENS DE INFORMATICA | 41.952.225,83 | 35.285.545,31 |
| | 03 MOVEIS E UTENSILIOS | 15.649.238,78 | 15.291.550,88 |
| | 04 MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO | 12.024.966,87 | 12.266.620,90 |
| | 05 VEICULOS | 1.145.620,50 | 1.312.056,71 |
| | 06 PECAS E CONJUNTOS DE REPOSICAO | 65.077,47 | 65.077,47 |
| | 08 BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO | 581,80 | 239,80 |
| | 99 DEMAIS BENS MOVEIS | 6.740.239,09 | 11.829.497,64 |
| | TOTAL | 83.322.534,74 | 82.174.907,29 |
| 1 BENS IMOVEIS - CONSOLIDADO | 01 BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET | 31.997.348,43 | 31.997.348,43 |
| | 02 BENS DE USO ESPECIAL NAO REGISTRADOS SPIUNET | 13.796.264,02 | 12.151.085,90 |
| | 06 BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO | 8.008.979,24 | 77.635.612,25 |
| | 07 INSTALACOES | 8.456.413,66 | 6.430.933,96 |
| | 99 DEMAIS BENS IMOVEIS | 281.905,56 | 501.653,69 |
| | TOTAL | 62.54.910,91 | 128.716.634,23 |
| 1 DEPREC, EXAUSTAO E AMORTIZ ACUMULADA - CONSOLIDADO | 01 DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS | (16.734.636,95) | (16.734.636,95) |
| | 02 DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS | (6.725.267,72) | (6.725.267,72) |
| | TOTAL | (23.459.904,67) | (23.459.904,67) |
| TOTAL | | 122.403.540,98 | 187.431.636,85 |

Fonte: SIAFI 2021 – CCONT; extraído em 24/01/22

A conta “Demais Bens Móveis” são os bens não localizados em 2020 e 2021. Observa-se que houve um esforço durante o exercício de 2021 na localização destes bens, o que resultou em uma diminuição no registro dos bens não

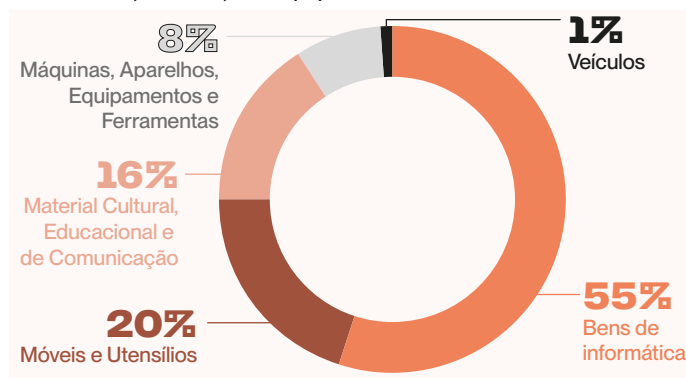
localizados em aproximadamente 43%, caso comparado ao exercício de 2020.

Os bens imóveis não registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União –

SPIUNET e os bens imóveis em andamento, na verdade, referem-se a despesas ativadas indevidamente. A devida reclassificação contábil já foi realizada e terá reflexo no Balanço do exercício de 2022.

Ademais, a composição dos bens móveis localizados é representada no Gráfico x, a seguir:

Gráfico 35 Composição dos Bens Móveis Localizados, no Mtur, 2021 (%).



Fonte: SIAFI 2021 – CCONT; extraído em 24/01/22

Observa-se que os bens de informática têm maior representatividade, seguido dos móveis e utensílios.

As Notas Explicativas às Demonstrações contábeis, exigidas pela Lei nº 4.320/1964, visam fornecer as informações necessárias para esclarecimento da situação patrimonial, ou seja, de determinada conta, saldo ou transação, ou de valores relativos aos resultados do exercício, ou para menção de fatos que podem alterar futuramente tal situação patrimonial.

Assim, foram relatadas as inconsistências mais relevantes que interferem significativamente na análise dos demonstrativos contábeis e que, como mencionado na declaração do contador, estão relacionadas ao controle inadequado dos bens móveis, imóveis e intangíveis; e as tratativas para regularização dessa situação já vem sendo realizada pela Coordenação de Material e Patrimônio, para que tal inconsistência seja resolvida no exercício de 2022.

Destaca-se que as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público são parte das ações planejadas e estabelecidas pelo CFC e STN, para a convergência da Contabilidade Pública aos padrões internacionais de contabilidade, tendo como foco principal o patrimônio, deixando de lado o enfoque que era tão presente no passado, apenas a execução orçamentária e financeira, não respeitando os princípios da Ciência Contábil.

Tem-se como vantagem a comparabilidade com outros entes públicos, garantindo maior transparência e fidedignidade nas demonstrações contábeis, permitindo a geração de informações mais claras e detalhadas sobre o patrimônio e recursos públicos e, consequentemente podendo aumentar o interesse da sociedade em acompanhar a evolução da gestão pública. Desta forma, a não adequação destas normas aos demonstrativos contábeis prejudica, de forma relevante, à análise dos referidos demonstrativos. Sendo assim, opta-se por uma nota explicativa sintética. No item 4.1.3 deste relatório que versa sobre o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, poderá ser observado as normas que devem ser convergidas e a expectativa deste MTur na adoção integral destas.

4.2 Fundo Geral do Turismo (Fungetur)

4.2.1 Declaração do Contador

Unidade Jurisdicionada: Fundo Geral do Turismo
Exercício: 2021

De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (Consulta Desequilíbrio de Equação de Auditor – CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e de Mutação do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, **relativas ao exercício de 2021**, do órgão subordinado relacionado abaixo, refletem adequada e integralmente a situação

orçamentária, financeira e patrimonial, **EXCETO** no tocante às ressalvas por órgão apresentadas abaixo:

Órgão: 54901 – Fundo Geral de Turismo

Ressalvas

- Restrição 315 – Falta/restrição Conformidade Registros de Gestão.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;
- O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério do Turismo, via SIAFI;
- A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI; e
- O registro das ocorrências contábeis no SIAFI deverá ser realizado independentemente de se referir a um problema de sistema, pois o objetivo do registro é eviden-

ciar as ocorrências que necessitam de regularização, ajuste de rotina ou de sistema. Dessa forma, ressalta-se que algumas restrições durante o exercício foram registradas levando em consideração este item.

Brasília-DF, 13 de janeiro de 2022

HUGO ARAÚJO LUCENA


CRC nº DF – 023095/O-4

Contador Responsável

4.2.2 Demonstrações Contábeis

Apresentam-se, na sequência, as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e na NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.

Tabela 88 Balanço Patrimonial–UG 187002 Fungetur, 2021 (R\$).



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2021

PERÍODO

Anual

TÍTULO

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO

13/01/2022

PÁGINA

2

SUBTÍTULO

187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ORGAO SUPERIOR

54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS | | | |
|--------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|---|
| | 2021 | 2020 | |
| Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas | - | - | - |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | 147.677.264,30 | 25.293.084,37 | - |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 929.349.958,02 | 22.468.681,23 | - |
| Pessoal e Encargos | | | - |
| Remuneração a Pessoal | - | - | - |
| Encargos Patronais | - | - | - |
| Benefícios a Pessoal | - | - | - |
| Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos | - | - | - |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | | | - |
| Aposentadorias e Reformas | - | - | - |
| Pensões | - | - | - |
| Benefícios de Prestação Continuada | - | - | - |
| Benefícios Eventuais | - | - | - |
| Políticas Públicas de Transferência de Renda | - | - | - |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | - | - | - |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | | | - |
| Uso de Material de Consumo | - | - | - |
| Serviços | - | - | - |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | - | - | - |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | | | - |
| Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos | - | - | - |
| Juros e Encargos de Mora | - | - | - |
| Variações Monetárias e Cambiais | - | - | - |
| Descontos Financeiros Concedidos | - | - | - |
| Aportes ao Banco Central | - | - | - |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | - | - | - |
| Transferências e Delegações Concedidas | 929.349.958,02 | 22.468.681,23 | - |
| Transferências Intragovernamentais | 929.349.958,02 | 22.468.681,23 | - |
| Transferências Intergovernamentais | - | - | - |
| Transferências a Instituições Privadas | - | - | - |
| Transferências a Instituições Multigovernamentais | - | - | - |
| Transferências a Consórcios Públicos | - | - | - |
| Transferências ao Exterior | - | - | - |
| Execução Orçamentária Delegada a Entes | - | - | - |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas | - | - | - |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | | | - |
| Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas | - | - | - |
| Perdas com Alienação | - | - | - |
| Perdas Involuntárias | - | - | - |
| Incorporação de Passivos | - | - | - |
| Desincorporação de Ativos | - | - | - |


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | |
|-----------------------------|------------------|
| EXERCÍCIO 2021 | PERÍODO Anual |
| EMISSÃO 13/01/2022 | PÁGINA 3 |
| VALORES EM UNIDADES DE REAL | |

| | |
|----------------|----------------------------------------------------------------|
| TÍTULO | DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTÍTULO | 187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR |
| ORGAO SUPERIOR | 54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR |

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS | | |
|---------------------------------------------------------------------|------------------------|-------------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Tributárias | - | - |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | - | - |
| Contribuições | - | - |
| Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados | - | - |
| Custo das Mercadorias Vendidas | - | - |
| Custos dos Produtos Vendidos | - | - |
| Custo dos Serviços Prestados | - | - |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | - | - |
| Premiações | - | - |
| Resultado Negativo de Participações | - | - |
| Operações da Autoridade Monetária | - | - |
| Incentivos | - | - |
| Subvenções Econômicas | - | - |
| Participações e Contribuições | - | - |
| Constituição de Provisões | - | - |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | - | - |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO | -439.688.561,14 | 5.218.634.113,54 |

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS | | |
|-------------------------------------|------|------|
| | 2021 | 2020 |
| | | |

Fonte: SIAFI, em 13/01/2022–CGCRED

Tabela 89 Demonstração das Variações Patrimoniais–UG 187002 Fungetur, 2021 (R\$).


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | |
|-----------------------------|------------------|
| EXERCÍCIO 2021 | PERÍODO Anual |
| EMISSÃO 13/01/2022 | PÁGINA 1 |
| VALORES EM UNIDADES DE REAL | |

| | |
|----------------|---------------------------------------------------------|
| TÍTULO | DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTÍTULO | 187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR |
| ORGAO SUPERIOR | 54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR |

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------------------------|------------------------|-------------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | -491.470.946,87 | 5.200.092.750,41 |
| INGRESSOS | 437.879.011,15 | 6.222.561.431,54 |
| Receita Tributária | - | - |
| Receita de Contribuições | - | - |
| Receita Agropecuária | - | - |
| Receita Industrial | - | - |
| Receita de Serviços | 145.095.724,80 | 16.455.020,49 |
| Remuneração das Disponibilidades | 156.374.472,19 | 183.637.729,92 |
| Outras Receitas Derivadas e Originárias | 15.592.191,29 | - |
| Transferências Recebidas | - | - |
| Intergovernamentais | - | - |
| Dos Estados e/ou Distrito Federal | - | - |
| Dos Municípios | - | - |
| Intragovernamentais | - | - |
| Outras Transferências Recebidas | - | - |
| Outros Ingressos Operacionais | 120.816.622,87 | 5.022.468.681,23 |
| Ingressos Extraorçamentários | 120.816.622,87 | 5.022.468.681,23 |
| Transferências Financeiras Recebidas | - | - |
| DESEMBOLSOS | -929.349.958,02 | -22.468.681,23 |
| Pessoal e Demais Despesas | - | - |
| Legislativo | - | - |
| Judiciário | - | - |
| Essencial à Justiça | - | - |
| Administração | - | - |
| Defesa Nacional | - | - |
| Segurança Pública | - | - |
| Relações Exteriores | - | - |
| Assistência Social | - | - |
| Previdência Social | - | - |
| Saúde | - | - |
| Trabalho | - | - |
| Educação | - | - |
| Cultura | - | - |
| Direitos da Cidadania | - | - |
| Urbanismo | - | - |
| Habituação | - | - |
| Saneamento | - | - |
| Gestão Ambiental | - | - |
| Ciência e Tecnologia | - | - |
| Agricultura | - | - |
| Organização Agrária | - | - |
| Indústria | - | - |
| Comércio e Serviços | - | - |
| Comunicações | - | - |


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | |
|-----------------------------|------------------|
| EXERCÍCIO 2021 | PERÍODO Anual |
| EMIÇÃO 13/01/2022 | PÁGINA 2 |
| VALORES EM UNIDADES DE REAL | |

| | |
|----------------|---------------------------------------------------------|
| TÍTULO | DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTÍTULO | 187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR |
| ORÇAO SUPERIOR | 54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR |

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------------------------------|-------------------------|--------------------------|
| Energia | - | - |
| Transporte | - | - |
| Desporto e Lazer | - | - |
| Encargos Especiais | - | - |
| (+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento | - | - |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - |
| Juros e Correção Monetária da Dívida Interna | - | - |
| Juros e Correção Monetária da Dívida Externa | - | - |
| Outros Encargos da Dívida | - | - |
| Transferências Concedidas | - | - |
| Intergovernamentais | - | - |
| A Estados e/ou Distrito Federal | - | - |
| A Municípios | - | - |
| Intragovernamentais | - | - |
| Outras Transferências Concedidas | - | - |
| Outros Desembolsos Operacionais | -929.349.958,02 | -22.468.681,23 |
| Dispêndios Extraorçamentários | - | - |
| Transferências Financeiras Concedidas | -929.349.958,02 | -22.468.681,23 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | -505.797.847,89 | -3.243.026.378,33 |
| INGRESSOS | 120.816.622,87 | 22.468.681,23 |
| Alienação de Bens | - | - |
| Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 120.816.622,87 | 22.468.681,23 |
| Outros Ingressos de Investimentos | - | - |
| DESEMBOLSOS | -626.614.470,76 | -3.265.495.059,56 |
| Aquisição de Ativo Não Circulante | - | - |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos | -626.614.470,76 | -3.265.495.059,56 |
| Outros Desembolsos de Investimentos | - | - |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | - | - |
| INGRESSOS | - | - |
| Operações de Crédito | - | - |
| Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes | - | - |
| Transferências de Capital Recebidas | - | - |
| Outros Ingressos de Financiamento | - | - |
| DESEMBOLSOS | - | - |
| Amortização / Refinanciamento da Dívida | - | - |
| Outros Desembolsos de Financiamento | - | - |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | -997.268.794,76 | 1.957.066.372,08 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL | 2.169.942.958,53 | 212.876.596,45 |
| CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL | 1.172.674.163,77 | 2.169.942.958,53 |


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | |
|----------------|-----------------------------------------------|
| TÍTULO | BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTÍTULO | 187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR |
| ORGAO SUPERIOR | 54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR |

| | |
|-----------------------------|------------------|
| EXERCÍCIO 2021 | PERÍODO Anual |
| EMISSION 13/01/2022 | PAGINA 1 |
| VALORES EM UNIDADES DE REAL | |

| RECEITA | | | | |
|--------------------------------------------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | SALDO |
| RECEITAS CORRENTES | 49.023.703,00 | 49.023.703,00 | 317.062.388,28 | 268.038.685,28 |
| Receitas Tributárias | - | - | - | - |
| Impostos | - | - | - | - |
| Taxas | - | - | - | - |
| Contribuições de Melhoria | - | - | - | - |
| Receitas de Contribuições | - | - | - | - |
| Contribuições Sociais | - | - | - | - |
| Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico | - | - | - | - |
| Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis. | - | - | - | - |
| Receita Patrimonial | 43.952.765,00 | 43.952.765,00 | 156.374.472,19 | 112.421.707,19 |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | - | - | - | - |
| Valores Mobiliários | 43.952.765,00 | 43.952.765,00 | 156.374.472,19 | 112.421.707,19 |
| Delegação de Serviços Públicos | - | - | - | - |
| Exploração de Recursos Naturais | - | - | - | - |
| Exploração do Patrimônio Intangível | - | - | - | - |
| Cessão de Direitos | - | - | - | - |
| Demais Receitas Patrimoniais | - | - | - | - |
| Receita Agropecuária | - | - | - | - |
| Receita Industrial | - | - | - | - |
| Receitas de Serviços | 5.070.938,00 | 5.070.938,00 | 145.095.724,80 | 140.024.786,80 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | - | - | - | - |
| Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte | - | - | - | - |
| Serviços e Atividades Referentes à Saúde | - | - | - | - |
| Serviços e Atividades Financeiras | 5.070.938,00 | 5.070.938,00 | 145.095.724,80 | 140.024.786,80 |
| Outros Serviços | - | - | - | - |
| Transferências Correntes | - | - | - | - |
| Outras Receitas Correntes | - | - | 15.592.191,29 | 15.592.191,29 |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | - | - | - | - |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | - | - | 15.592.191,29 | 15.592.191,29 |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público | - | - | - | - |
| Demais Receitas Correntes | - | - | - | - |
| RECEITAS DE CAPITAL | 6.555.721,00 | 6.555.721,00 | 120.816.622,87 | 114.260.901,87 |
| Operações de Crédito | - | - | - | - |
| Operações de Crédito Internas | - | - | - | - |
| Operações de Crédito Externas | - | - | - | - |
| Alienação de Bens | - | - | - | - |
| Alienação de Bens Móveis | - | - | - | - |
| Alienação de Bens Imóveis | - | - | - | - |
| Alienação de Bens Intangíveis | - | - | - | - |
| Amortização de Empréstimos | 6.555.721,00 | 6.555.721,00 | 120.816.622,87 | 114.260.901,87 |
| Transferências de Capital | - | - | - | - |
| Outras Receitas de Capital | - | - | - | - |

Fonte: SIAFI, em 13/01/2022–CGCRED

Tabela 90 Demonstração dos Fluxos de Caixa–UG 187002 Fungetur, 2021 (R\$).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | |
|-----------------------------|------------------|
| EXERCÍCIO 2021 | PERÍODO Anual |
| EMISSION 13/01/2022 | PAGINA 2 |
| VALORES EM UNIDADES DE REAL | |

| | |
|----------------|-----------------------------------------------|
| TÍTULO | BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTÍTULO | 187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR |
| ÓRGÃO SUPERIOR | 54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR |

| RECEITA | | | | |
|------------------------------------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | SALDO |
| Integralização do Capital Social | - | - | - | - |
| Resultado do Banco Central do Brasil | - | - | - | - |
| Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | - | - | - | - |
| Resgate de Títulos do Tesouro Nacional | - | - | - | - |
| Demais Receitas de Capital | - | - | - | - |
| SUBTOTAL DE RECEITAS | 55.579.424,00 | 55.579.424,00 | 437.879.011,15 | 382.299.587,15 |
| REFINANCIAMENTO | | | | |
| Operações de Crédito Internas | - | - | - | - |
| Mobiliária | - | - | - | - |
| Contratual | - | - | - | - |
| Operações de Crédito Externas | - | - | - | - |
| Mobiliária | - | - | - | - |
| Contratual | - | - | - | - |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO | 55.579.424,00 | 55.579.424,00 | 437.879.011,15 | 382.299.587,15 |
| TOTAL | 55.579.424,00 | 55.579.424,00 | 437.879.011,15 | 382.299.587,15 |
| CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS | | | | |
| Superavit Financeiro | - | - | - | - |
| Excesso de Arrecadação | - | - | - | - |
| Créditos Cancelados | - | - | - | - |

| DESPESA | | | | | | |
|------------------------------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|---------------------|----------------|------------------------|
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS | SALDO DA DOTAÇÃO |
| DESPESAS CORRENTES | | | | | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | - | - | - | - | - | - |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS DE CAPITAL | 55.579.424,00 | 55.579.424,00 | 55.579.424,00 | | | |
| Investimentos | - | - | - | - | - | - |
| Inversões Financeiras | 55.579.424,00 | 55.579.424,00 | 55.579.424,00 | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | | | | |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS | 55.579.424,00 | 55.579.424,00 | 55.579.424,00 | | | |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO | | | | | | |
| Amortização da Dívida Interna | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Mobiliária | - | - | - | - | - | - |
| Outras Dívidas | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida Externa | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Mobiliária | - | - | - | - | - | - |
| Outras Dívidas | - | - | - | - | - | - |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO | 55.579.424,00 | 55.579.424,00 | 55.579.424,00 | | | |
| SUPERAVIT | | | 382.299.587,15 | | | -382.299.587,15 |
| TOTAL | 55.579.424,00 | 55.579.424,00 | 437.879.011,15 | | | -382.299.587,15 |



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | |
|-----------------------------|------------------|
| EXERCÍCIO 2021 | PERÍODO Anual |
| EMISSION 13/01/2022 | PAGINA 3 |
| VALORES EM UNIDADES DE REAL | |

| | |
|----------------|-----------------------------------------------|
| TÍTULO | BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTÍTULO | 187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR |
| ÓRGÃO SUPERIOR | 54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR |

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | LIQUIDADOS | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|----------------------------|------------------------------------|---------------------------------------------------|------------|-------|----------------------|-------|
| DESPESAS CORRENTES | | | | | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | - | - | - | - | - | - |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS DE CAPITAL | 15.000.780,61 | | | | 15.000.780,61 | |
| Investimentos | - | - | - | - | - | - |
| Inversões Financeiras | 15.000.780,61 | - | - | - | 15.000.780,61 | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 15.000.780,61 | | | | 15.000.780,61 | |

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|----------------------------|------------------------------------|---------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| DESPESAS CORRENTES | | | | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | - | - | - | - | - |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | - | - | - | - | - |
| DESPESAS DE CAPITAL | | 1.954.994.414,01 | 626.614.470,76 | 602.324.100,00 | 726.055.843,25 |
| Investimentos | - | - | - | - | - |
| Inversões Financeiras | - | 1.954.994.414,01 | 626.614.470,76 | 602.324.100,00 | 726.055.843,25 |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - |
| TOTAL | | 1.954.994.414,01 | 626.614.470,76 | 602.324.100,00 | 726.055.843,25 |

Tabela 91 Balanço Orçamentário–UG 187002 Fungetur, 2021 (R\$).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | |
|-----------------------------|------------------|
| EXERCÍCIO 2021 | PERÍODO Anual |
| EMISSÃO 13/01/2022 | PÁGINA 1 |
| VALORES EM UNIDADES DE REAL | |

| | |
|----------------|-----------------------------------------------|
| TÍTULO | BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTÍTULO | 187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR |
| ÓRGÃO SUPERIOR | 54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR |

| INGRESSOS | | | DISPÊNDIOS | | |
|---------------------------------------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 | ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 |
| Receitas Orçamentárias | 437.879.011,15 | 222.561.431,64 | Despesas Orçamentárias | 55.579.424,00 | 5.032.311.767,00 |
| Ordinárias | 6.552.215,27 | - | Ordinárias | - | 5.000.000.000,00 |
| Vinculadas | 431.326.795,88 | 222.561.431,64 | Vinculadas | 55.579.424,00 | 32.311.767,00 |
| Previdência Social (RPPS) | - | - | Previdência Social (RPPS) | - | - |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 431.326.795,88 | 222.561.431,64 | Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 55.579.424,00 | 32.311.767,00 |
| (-) Deduções da Receita Orçamentária | - | - | | | |
| Transferências Financeiras Recebidas | 120.816.622,87 | 5.022.468.681,23 | Transferências Financeiras Concedidas | 929.349.958,02 | 22.468.681,23 |
| Resultantes da Execução Orçamentária | - | 5.000.000.000,00 | Resultantes da Execução Orçamentária | 602.324.100,00 | - |
| Repasse Recebido | - | 5.000.000.000,00 | Repasse Devolvido | 602.324.100,00 | - |
| Independentes da Execução Orçamentária | 120.816.622,87 | 22.468.681,23 | Independentes da Execução Orçamentária | 327.025.858,02 | 22.468.681,23 |
| Movimentação de Saldos Patrimoniais | 120.816.622,87 | 22.468.681,23 | Demais Transferências Concedidas | 199.657.019,88 | - |
| Aporte ao RPPS | - | - | Movimento de Saldos Patrimoniais | 127.368.838,14 | 22.468.681,23 |
| Aporte ao RGPS | - | - | Aporte ao RPPS | - | - |
| | | | Aporte ao RGPS | - | - |
| Recebimentos Extraorçamentários | 55.579.424,00 | 1.954.994.414,01 | Pagamentos Extraorçamentários | 626.614.470,76 | 188.177.706,57 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Processados | - | 1.954.994.414,01 | Pagamento dos Restos a Pagar Processados | 626.614.470,76 | - |
| Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados | 55.579.424,00 | - | Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados | - | 188.177.706,57 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | - | - | Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | - | - |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | - | - | Outros Pagamentos Extraorçamentários | - | - |
| Saldo do Exercício Anterior | 2.169.942.958,53 | 212.876.586,45 | Saldo para o Exercício Seguinte | 1.172.674.163,77 | 2.169.942.958,53 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 2.169.942.958,53 | 212.876.586,45 | Caixa e Equivalentes de Caixa | 1.172.674.163,77 | 2.169.942.958,53 |
| TOTAL | 2.784.218.016,55 | 7.412.901.113,33 | TOTAL | 2.784.218.016,55 | 7.412.901.113,33 |


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
EXERCÍCIO
2021PERÍODO
AnualEMISSÃO
13/01/2022PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|--------------------------------------------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 | ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 |
| ATIVO CIRCULANTE | 1.175.990.240,93 | 2.175.539.919,38 | PASSIVO CIRCULANTE | 1.328.670.687,28 | 1.955.285.158,04 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 1.172.674.163,77 | 2.169.942.958,53 | Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo | - | - |
| Créditos a Curto Prazo | 3.276.077,16 | 5.596.960,85 | Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo | - | - |
| Demais Créditos e Valores | 3.276.077,16 | 5.596.960,85 | Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | - | - |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo | - | - | Obrigações Fiscais a Curto Prazo | - | - |
| Estoques | - | - | Obrigações de Reparação a Outros Entes | - | - |
| Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda | - | - | Provisões a Curto Prazo | - | - |
| VPDs Pagas Antecipadamente | - | - | Demais Obrigações a Curto Prazo | 1.328.670.687,28 | 1.955.285.158,04 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | 5.532.034.206,46 | 5.598.747.559,91 | PASSIVO NÃO CIRCULANTE | - | - |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 5.478.526.507,14 | 5.545.239.860,59 | Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo | - | - |
| Créditos a Longo Prazo | 5.478.526.507,14 | 5.545.239.860,59 | Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 5.478.526.507,14 | 5.545.239.860,59 | Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo | - | - |
| Estoques | - | - | Obrigações Fiscais a Longo Prazo | - | - |
| Investimentos | 53.507.699,32 | 53.507.699,32 | Provisões a Longo Prazo | - | - |
| Participações Permanentes | 53.507.699,32 | 53.507.699,32 | Demais Obrigações a Longo Prazo | - | - |
| Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial | 25.378.173,02 | 25.378.173,02 | Resultado Diferido | - | - |
| Participações Avaliadas pelo Método de Custo | 28.129.526,30 | 28.129.526,30 | TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL | 1.328.670.687,28 | 1.955.285.158,04 |
| Propriedades para Investimento | - | - | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
| Propriedades para Investimento | - | - | ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 |
| (-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos | - | - | Patrimônio Social e Capital Social | - | - |
| (-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos | - | - | Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | - | - |
| Investimentos do RPPS de Longo Prazo | - | - | Reservas de Capital | - | - |
| Investimentos do RPPS de Longo Prazo | - | - | Ajustes de Avaliação Patrimonial | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS | - | - | Reservas de Lucros | - | - |
| Demais Investimentos Permanentes | - | - | Demais Reservas | - | - |
| Demais Investimentos Permanentes | - | - | Resultados Acumulados | 5.379.313.760,11 | 5.819.002.321,25 |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm. | - | - | Resultado do Exercício | -439.688.561,14 | 5.218.834.113,54 |
| Imobilizado | - | - | Resultados de Exercícios Anteriores | 5.819.002.321,25 | 725.352.847,87 |
| Bens Móveis | - | - | (-) Ações / Cotas em Tesouraria | - | - |
| Bens Móveis | - | - | TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 5.379.313.760,11 | 5.819.002.321,25 |
| (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis | - | - | | | |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis | - | - | | | |
| Bens Imóveis | - | - | | | |
| Bens Imóveis | - | - | | | |
| (-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis | - | - | | | |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis | - | - | | | |
| Intangível | - | - | | | |
| Softwares | - | - | | | |
| Softwares | - | - | | | |
| (-) Amortização Acumulada de Softwares | - | - | | | |


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | |
|-----------------------------|------------------|
| EXERCÍCIO 2021 | PERÍODO Anual |
| EMIÇÃO 13/01/2022 | PÁGINA 2 |
| VALORES EM UNIDADES DE REAL | |

| | |
|----------------|-----------------------------------------------|
| TÍTULO | BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTÍTULO | 187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR |
| ÓRGÃO SUPERIOR | 54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|--------------------------------------------------------------|--|--|----------------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | | | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
| | | | ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares | | | | | |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais | | | | | |
| (-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind | | | | | |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. | | | | | |
| Direitos de Uso de Imóveis | | | | | |
| Direitos de Uso de Imóveis | | | | | |
| (-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis | | | | | |
| (-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis | | | | | |
| Diferido | | | | | |
| TOTAL DO ATIVO | | | TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 6.707.984.447,39 | 7.774.287.479,29 |

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|-------------------------|--|--|---------------------------|-------------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | | | ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 |
| ATIVO FINANCEIRO | | | PASSIVO FINANCEIRO | 781.926.011,28 | 1.970.285.938,65 |
| ATIVO PERMANENTE | | | PASSIVO PERMANENTE | 602.324.100,00 | - |
| | | | SALDO PATRIMONIAL | 5.323.734.336,11 | 5.804.001.540,64 |

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|--------------------------------------------------|----------|----------|----------------------------------------------------|----------|----------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 | ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 |
| ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos | | | ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos | | |
| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS | - | - | SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | - | - |
| Atos Potenciais Ativos | - | - | Atos Potenciais Passivos | - | - |
| Garantias e Contragarantias Recebidas | - | - | Garantias e Contragarantias Concedidas | - | - |
| Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong | - | - | Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C | - | - |
| Direitos Contratuais | - | - | Obrigações Contratuais | - | - |
| Outros Atos Potenciais Ativos | - | - | Outros Atos Potenciais Passivos | - | - |
| TOTAL | - | - | TOTAL | - | - |

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

| DESTINAÇÃO DE RECURSOS | SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO |
|----------------------------------------------------|------------------------------|
| Recursos Ordinários | - |
| Recursos Vinculados | 390.748.152,49 |
| Previdência Social (RPPS) | - |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog | 390.748.152,49 |
| TOTAL | 390.748.152,49 |

Fonte: SIAFI, em 13/01/2022–CGCRED

Tabela 92 Balanço Financeiro–UG 187002 Fungetur, 2021 (R\$).

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2021

PERÍODO

Anual

EMISSION

13/01/2022

PAGINA

1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

| | | | |
|----------------|----------------------------------------------------------------|--|--|
| TÍTULO | DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS | | |
| SUBTÍTULO | 187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR | | |
| ORGAO SUPERIOR | 54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR | | |

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS | | | |
|---------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------|--|
| | 2021 | 2020 | |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 489.661.396,88 | 5.241.302.794,77 | |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | | | |
| Impostos | - | - | |
| Taxas | - | - | |
| Contribuições de Melhoria | - | - | |
| Contribuições | - | - | |
| Contribuições Sociais | - | - | |
| Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico | - | - | |
| Contribuição de Iluminação Pública | - | - | |
| Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais | - | - | |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | - | - | |
| Venda de Mercadorias | - | - | |
| Vendas de Produtos | - | - | |
| Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços | - | - | |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 287.880.863,16 | 202.511.870,94 | |
| Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 133.827.200,12 | 13.630.616,51 | |
| Juros e Encargos de Mora | 74,54 | 0,84 | |
| Variações Monetárias e Cambiais | - | - | |
| Descontos Financeiros Obtidos | - | - | |
| Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras | 154.053.588,50 | 188.881.253,59 | |
| Aportes do Banco Central | - | - | |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | - | - | |
| Transferências e Delegações Recebidas | 120.816.622,87 | 5.022.468.681,23 | |
| Transferências Intragovernamentais | 120.816.622,87 | 5.022.468.681,23 | |
| Transferências Intergovernamentais | - | - | |
| Transferências das Instituições Privadas | - | - | |
| Transferências das Instituições Multigovernamentais | - | - | |
| Transferências de Consórcios Públicos | - | - | |
| Transferências do Exterior | - | - | |
| Execução Orçamentária Delegada de Entes | - | - | |
| Transferências de Pessoas Físicas | - | - | |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | - | - | |
| Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos | - | - | |
| Reavaliação de Ativos | - | - | |
| Ganhos com Alienação | - | - | |
| Ganhos com Incorporação de Ativos | - | - | |
| Ganhos com Desincorporação de Passivos | - | - | |
| Reversão de Redução ao Valor Recuperável | - | - | |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 80.963.910,88 | 16.322.242,60 | |
| Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar | -86.713.353,45 | -8.970.841,77 | |
| Resultado Positivo de Participações | - | - | |
| Operações da Autoridade Monetária | - | - | |

Fonte: SIAFI, em 13/01/2022 – CGCRED

4.2.3 Notas Explicativas às demonstrações contábeis do Fungetur, em 31 de dezembro de 2021.

Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, atualizados pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e da Lei nº 4.320/1964, que define as normas de direito financeiro e orçamentário da União.

Nota Explicativa–Balanço Orçamentário

O orçamento aprovado para o exercício de 2021 foi no montante de R\$ 55.579.424,00. A arrecadação da receita corrente totalizou o valor de R\$ 317.062.388,28, enquanto a arrecadação da receita de capital foi no valor total de R\$

120.816.622,87. Foi inscrito em restos a pagar não processados o valor total referente ao orçamento do exercício, correspondente ao montante de R\$ 55.579.424,00.

Nota Explicativa–Balanço Patrimonial

AS contas patrimoniais de relevância são demonstradas abaixo:

A Conta 1.2.2.1.01.01 – Participações em empresas (Método de Equivalência Patrimonial–MEP) representa os investimentos em que o Fungetur tem influência significativa, referente ao montante de R\$ 25.378.173,02.

A Conta 1.2.2.1.02.01 – Participações em empresas (CUSTOS) representa as demais participações do Fungetur, em que o investimento não tem influência significativa. A conta apresenta a monta de R\$ 28.129.526,30.

Nota Explicativa–Demonstração das Variações Patrimoniais

Este demonstrativo pode ser comparado à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), exigida pela Lei nº 6.404/1976, considerando que nessa demonstração calcula-se a apuração do resultado. O resultado patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi impactado fortemente pela devolução de numerário aos cofres da União no valor de R\$ 602.324.100,00, demonstrando, dessa forma, o resultado deficitário no valor de R\$ 489.661.396,88.

Nota Explicativa–Disponibilidade

Para o exercício de 2022 a disponibilidade será de R\$ 1.172.674.163,77 que deverá ser utilizada para honrar com os pagamentos dos restos a pagar dos exercícios anteriores e para executar o orçamento do ano de 2022.

Siglário

| | |
|----------|--------------------------------------------------------------------------|
| Abav | Associação Brasileira das Agências de Viagens |
| ABC | Agência Brasileira de Cooperação |
| ABEAR | Associação Brasileira das Empresas Aéreas |
| ABLC | Academia Brasileira de Literatura de Cordel |
| ABNT | Associação Brasileira de Normas Técnicas |
| AC | Acre |
| ACT | Acordo de Cooperação Técnica |
| ACT | Atividade Característica do Turismo |
| AECI | Assessoria Especial de Controle Interno |
| AGU | Advocacia Geral da União |
| AL | Alagoas |
| ANCINE | Agência Nacional de Cinema |
| APF | Administração Pública Federal |
| API | Interface de Programação de Aplicação |
| Aprisco | Associação Profissionalizante de Reeducação e Inclusão Social e Cultural |
| ASCOM | Assessoria de Comunicação Social |
| AVA | Ambiente Virtual de Aprendizagem |
| BA | Bahia |
| BBA | Brasil Braços Abertos |
| BDB | Biblioteca Demonstrativa do Brasil Maria da Conceição Moreira Salles |
| BF | Balanço Financeiro |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BIMT | Boletim de Inteligência de Mercado no Turismo |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| BO | Balanço Orçamentário |
| BP | Balanço Patrimonial |
| Braztoa | Associação Brasileira das Operadoras de Turismo |
| Cadastur | Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos |
| Cadin | Cadastro Informativo de Débitos não Quitados do Setor Público Federal |
| CADUNC | Cadastro Unificado da Cultura |
| CAF | Banco de Desenvolvimento da América Latina |
| Caged | Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados |
| CBMDF | Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal |
| CCONT | Coordenação de Contabilidade e Custos |

| | |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CEF | Caixa Econômica Federal |
| CEMTur | Comissão de Ética do Ministério do Turismo |
| CESI | Combate à Exploração Sexual Infantil |
| CFC | Conselho Federal de Contabilidade |
| CFNC | Comissão do Fundo Nacional de Cultura |
| CGOFC | Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade |
| CGRC | Comitê de Governança, Riscos e Controles |
| CGT | Curso Gestor de Turismo |
| CGU | Controladoria-Geral da União |
| CGU-PAD | Sistema de Gestão de Processos Disciplinares |
| CIFAT | Comitê Interministerial de Facilitação Turística |
| CIPM | Companhia Independente da Polícia Militar |
| CISAMA | Consórcio Intermunicipal da Serra Catarinense |
| CLACSO | Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais |
| CLT | Consolidação das Leis do Trabalho |
| CNAE | Classificação Nacional de Atividades Econômicas |
| CNIC | Comissão Nacional de Incentivo à Cultura |
| CNPC | Conselho Nacional de Política Cultural |
| CNT | Conselho Nacional de Turismo |
| COA | Comissão de Orientação, Avaliação e Acompanhamento |
| CONDESAUD | Consulta Desequilíbrio de Equação de Auditor |
| CODEVASF | Companhia de Desenvolvimento das Bacias dos Vales do São Francisco e do Parnaíba |
| COSO | Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Comitê das Organizações Patrocinadoras) |
| Covid-19 | Doença do coronavírus-2019 |
| CPOR | Centro Preparatório de Oficiais da Reserva |
| CRC | Conselho Regional de Contabilidade |
| CRM | Customer Relationship Management (Gerência de Relação com o Cliente) |
| CST | Contas Satélites de Turismo |
| CTAv | Centro Técnico Audiovisual |
| DCON | Demonstrações Contábeis |
| DF | Distrito Federal |
| DFC | Demonstração dos Fluxos de Caixa |
| DMPL | Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido |
| DOU | Diário Oficial da União |
| DPF | Departamento de Polícia Federal |
| DRE | Demonstração do Resultado do Exercício |
| DTI | Destinos Turísticos Inteligentes |

| | |
|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| DVP | Demonstração das Variações Patrimoniais |
| EaD | Ensino a Distância |
| e-Aud | Sistema de gestão da atividade de auditoria interna governamental |
| Embratur | Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo |
| ENIT | Estratégia Nacional de Inovação em Turismo |
| ERM | Enterprise Risk Management (Gestão de Riscos Corporativos) |
| ESEP | Especializados em Segurança de Embarcações de Passageiros |
| EV.G | Escola Virtual de Governo |
| Fajesu | Faculdade Católica Jesus Maria José |
| Fala.Br | Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação |
| FBN | Fundação Biblioteca Nacional |
| FCP | Fundação Cultural Palmares |
| FCRB | Fundação Casa de Rui Barbosa |
| FEP | Fundo de Estruturação de Projetos |
| Festuris | Festival de Turismo de Gramado |
| FGV | Fundação Getúlio Vargas |
| FIC | Formação Inicial Continuada |
| Fipe | Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas |
| FLACSO Argentina | Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais |
| FMU | Faculdades Metropolitanas Unidas |
| FNC | Fundo Nacional de Cultura |
| Fornatur | Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais do Turismo |
| Fórum MOB-Tur | Fórum de Mobilidade e Conectividade Turística |
| FUNARTE | Fundação Nacional das Artes |
| Fungetur | Fundo Geral de Turismo |
| FUNPEC | Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura |
| GDAC | Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural |
| GDACE | Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos |
| GDATUR | Gratificação de Desempenho de Atividade da Embratur |
| GDPGPE | Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo |
| GIZ | Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (Agência de Cooperação Técnica do Governo Alemão) |
| GM | Gabinete do Ministro |
| GND | Grupo de Natureza de Despesa |
| GRC | Gestor de Riscos e Controle |
| GSI | Gabinete de Segurança Institucional |
| GT | Grupo de Trabalho |
| GTGRC | Grupo de Trabalho de Governança, Riscos e Controles |

| | |
|-----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ibama | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| IBERBIBLIOTECAS | Programa Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IBRAM | Instituto Brasileiro de Museus |
| ICMBio | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade |
| IFB | Instituto Federal de Brasília |
| IGR | Instâncias de Governança Regionais |
| INE | Instituto Nacional de Estatística |
| INEGI | Instituto Nacional de Estatística e Geografia |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro |
| ISO | International Organization for Standardization (Organização Internacional de Normatização) |
| Labtrans | Laboratório de Transportes |
| LGPD | Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais |
| LOA | Lei Orçamentária Anual |
| LRF | Lei de Responsabilidade Fiscal |
| MAC | Marinheiros Auxiliar de Convés |
| MAPA | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento |
| MC | Ministério da Cidadania |
| MCASP | Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público |
| MCOM | Ministério das Comunicações |
| MCTI | Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações |
| MDR | Ministério do Desenvolvimento Regional |
| ME | Ministério da Economia |
| MEI | Microempreendedores Individuais |
| MEP | Método de Equivalência Patrimonial |
| MICBR | Mercado das Indústrias Criativas do Brasil |
| MinC | Ministério da Cultura |
| Minfra | Ministério da Infraestrutura |
| MJSP | Ministério da Justiça e Segurança Pública |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| MOOC | Massive open online course (curso online aberto e massivo) |
| MS | Mato Grosso do Sul |
| MTur | Ministério do Turismo |
| NBC T | Norma Brasileira de Contabilidade Técnica |
| NBC TSP | Norma Brasileira de Contabilidade Técnicas do Setor Público |
| NBR | Norma Brasileira |
| NECCULT | Núcleo de Estudos em Economia Criativa e da Cultura |

| | |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------|
| OAB | Ordem dos Advogados do Brasil |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| OCR | Reconhecimento Óptico de Caracteres |
| OEI | Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| OMT | Organização Mundial do Turismo |
| ONG | Organização Não Governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OSC | Organizações da Sociedade Civil |
| OTE | Observatório de Turismo e Eventos |
| PB | Paraíba |
| PCP | Procedimento Contábil Patrimonial |
| PDTIC | Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação |
| PE | Pernambuco |
| PEI | Planejamento Estratégico Institucional |
| Perse | Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos |
| PGIs | Planos de Gestão Integrada |
| PGR | Política de Gestão de Riscos |
| PGSC | Programa de Garantia aos Setores Críticos |
| PGTUR | Plataforma de Gestão do Turismo |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PICV | Programa IberCultura Viva |
| PIPCP | Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais |
| PME | Pequenas e Médias Empresas |
| PNC | Plano Nacional de Cultura |
| PNCV | Política Nacional Cultura Viva |
| PNLE | Política Nacional de Leitura e Escrita |
| PNLL | Plano Nacional do Livro e Leitura |
| PNM | Política Nacional de Museus |
| PNQT | Política Nacional de Qualificação no Turismo |
| PNT | Plano Nacional de Turismo |
| PPA | Plano Plurianual |
| PPI | Programa de Parceria de Investimentos |
| PR | Paraná |
| PR | Presidência da República |
| PROLER | Programa Nacional de Incentivo à Leitura |
| PRONAC | Programa Nacional de Apoio à Cultura |
| PRT | Programa de Regionalização do Turismo |

| | |
|-------------|-----------------------------------------------------------------|
| RAIS | Relação Anual de Informações Sociais |
| RAP | Restos a Pagar |
| RBCC | Rede Brasileira de Cidades Criativas |
| RBOT | Rede Brasileira de Observatórios de Turismo |
| RedeTrilhas | Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso |
| RIMT | Rede de Inteligência de Mercado no Turismo |
| RJ | Rio de Janeiro |
| RMA | Relatório de Movimentação de Almoxarifado |
| RMB | Relatório de Movimentação de Bens Móveis |
| RS | Rio Grande do Sul |
| SALIC | Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura |
| SBN | Setor Bancário Norte |
| SC | Santa Catarina |
| SCDE | Sistema de Controle de Demandas Externas |
| SE | Sergipe |
| SE | Secretaria-Executiva |
| Sebrae | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |
| SECDEC | Secretaria Nacional de Economia Criativa e Diversidade Cultural |
| SeCI | Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflitos de Interesses |
| Secom | Secretaria de Comunicação |
| SECULT | Secretaria Especial de Cultura |
| SEDEC | Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural |
| SEFIC | Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura |
| SEGES | Secretaria de Gestão |
| Senac | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial |
| Senasp | Secretaria Nacional de Segurança Pública |
| SEPPI/ME | Secretaria Especial de Parcerias de Programas de Investimentos |
| Setur | Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte |
| SETUR/DF | Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal |
| SFC | Secretaria Federal de Controle Interno |
| SGD | Secretaria de Governo Digital |
| SGE | Subsecretaria de Gestão Estratégica |
| SGFT | Subsecretaria de Gestão de Fundos e Transferências |
| SGR | Subcomitê de Governança e Gestão de Riscos |
| Siads | Sistema Integrado de Administração de Serviços |
| SIAFI | Sistema de administração Financeira do Governo Federal |
| SIC | Serviço de Informação ao Cidadão |

| | |
|---------|-------------------------------------------------------------------------|
| SIC | Sistema de Informação de Custos |
| SICOM | Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal |
| SIDTUR | Sistema de Informações sobre Destinos Turísticos |
| Siorg | Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal |
| SISP | Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação |
| SNAIC | Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões |
| SNAV | Secretaria Nacional do Audiovisual |
| SNBP | Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas |
| SNC | Sistema Nacional de Cultura |
| SNDAPI | Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual |
| SNDTur | Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo |
| SNINFRA | Secretaria Nacional de Infraestrutura Turística |
| SP | São Paulo |
| SPIUNET | Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União |
| SPOA | Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração |
| SPTC | Secretaria de Prevenção e Transparência da Corrupção |
| SPTuris | São Paulo Turismo |
| SPU/ME | Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União |
| SSA | Serviço Social Autônomo |
| STII | Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação |
| STN | Secretaria do Tesouro Nacional |
| TAC | Termo de Ajustamento de Conduta |
| TATU | Tecnologia Assistiva ao Turismo |
| TCC | Termo de Compromisso Cultural |
| TCE | Tomada de Contas Especial |
| TCU | Tribunal de Contas da União |
| TED | Termo de Execução Descentralizada |
| TI | Tecnologia da Informação |
| TIC | Tecnologia da Informação e Comunicação |
| TO | Tocantins |
| UCP | Unidade Prestadora de Contas |
| UFF | Universidade Federal Fluminense |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| UFRN | Universidade Federal do Rio Grande do Norte |
| UFRRJ | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro |
| Ufs | Unidades Federativas |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |

| | |
|---------|----------------------------------------------------------------------|
| UG | Unidade Gestora |
| UGI | Unidade de Gestão de Integridade |
| UnB | Universidade de Brasília |
| Unesco | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| Unicamp | Universidade de Campinas |
| Uniceub | Centro de Ensino Unificado de Brasília |
| Unifacs | Universidade Salvador |
| UPC | Unidade Prestadora de Contas |

